

**YVES JEANNERET**

trivialidade e mediações da cultura

V JORNADA CIENTÍFICA INTERNACIONAL DA REDE MUSSI

**REGINA MARTELETO**

**GUSTAVO SILVA SALDANHA**

ORGANIZADORES





---

**Yves Jeanneret**

trivialidade e mediações da cultura

V JORNADA CIENTÍFICA INTERNACIONAL DA REDE MUSSI

---

**Yves Jeanneret**

trivialité et médiations de la culture

V JOURNÉES SCIENTIFIQUES INTERNATIONALES DU RÉSEAU MUSSI

Esta publicação está disponível em acesso livre ao abrigo da licença Attribution-ShareAlike 3.0 IGO (CC-BY-SA 3.0 IGO) (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/>). Ao utilizar o conteúdo da presente publicação, os usuários aceitam os termos de uso do Repositório UNESCO de acesso livre ([www.unesco.org/open-access/terms-use-ccbysa-port](http://www.unesco.org/open-access/terms-use-ccbysa-port)).

Esta publicação tem a cooperação da UNESCO no âmbito do projeto “Ampliação e Modernização das Ações do IBICT relacionadas às Atividades de Coleta, Armazenamento, Sistematização, Análise, Disseminação e Preservação de Dados e Informações Relativos à Ciência, Tecnologia e Inovação” (Prodac 914BRZ2005). As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites. As ideias e opiniões expressas nesta publicação são dos autores e não refletem obrigatoriamente as da UNESCO nem comprometem a Organização.



#### **CONSELHO EXECUTIVO**

- › Gustavo Saldanha (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio)
- › Paulo César Castro (Escola de Comunicação – ECO/UFRRJ)

#### **CONSELHO CIENTÍFICO DA COLEÇÃO**

- › Cecília Leite (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT)
- › Miguel Ángel Rendón Rojas (Universidade Nacional Autónoma de México - UNAM)
- › Muniz Sodré (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)
- › Ivana Bentes (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)
- › Naira Cristofoleti Silveira (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio)
- › Rafael Capurro (Unesco)

#### **CONSELHO CIENTÍFICO DO LIVRO**

- › Regina Marteleto (Ibict-Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ)
- › Gustavo Saldanha (Ibict-Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ)
- › Viviane Couzinet (Université)
- › Patrick Fraysse

#### **SÉRIE COLÓQUIOS CIENTÍFICOS INTERNACIONAIS DA REDE MUSSI:**

- › Mediações e usos de saberes e da informação: um diálogo França-Brasil. Anais publicados sob a direção de Regina Marteleto e Icléia Thiesen. Rio de Janeiro, 4-7 de novembro 2008. Rio: Ict/Fiocruz, Rede Mussi, 2008, 633p.
- › Médiations et hybridations: construction sociale des savoirs et de l'information. Actes publiés sous la direction de Viviane Couzinet et Caroline Courbières. Toulouse, 15-17 juin 2011. Toulouse: Université de Toulouse 3, Réseau Mussi, 2011, 473p.
- › As transformações do documento no espaço-tempo do conhecimento. Anais publicados sob a direção de Katia Carvalho e Maria Isabel Barreira. Salvador, 10- 12 de novembro 2014. Salvador: Universidade Federal da Bahia/UFBA, Rede Mussi, 2014, 270p.
- › Médiations des savoirs: la mémoire dans la construction documentaire. Actes publiés sous la direction de Stéphane Chaudiron, Cécile Tardy et Bernard Jacquemin. Lille, 20-21 juin 2018. Lille: Université de Lille 3, Réseau Mussi, 2018.

---

# Yves Jeanneret

trivialidade e mediações da cultura

V JORNADA CIENTÍFICA INTERNACIONAL DA REDE MUSSI

---

# Yves Jeanneret

trivalité et médiations de la culture

V JOURNÉES SCIENTIFIQUES INTERNATIONALES DU RÉSEAU MUSSI

**Regina Marteleto**

**Gustavo Saldanha**

organização



Rio de Janeiro

2022

**Capa:** Fernanda Estevam

**Ilustração:** GK Vector (br.freepik.com)

**Projeto Gráfico:** Paulo César Castro

**Normalização e catalogação:** Selo Nyota

**Diagramação:** Fernanda Estevam

Nossos agradecimentos a toda a comunidade de pesquisadores e estudantes da Rede Mussi.

Essa obra tem o financiamento do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação Carlos Chagas de Apoio à Pesquisa Científica do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

---

Ficha Catalográfica: Priscila Fevrier - CRB 7-6678

---

C???

Yves Jeanneret: trivialidades e mediações da cultura - V Jornada Científica Internacional da Rede Mussi / Regina Marteletto; Gustavo Saldanha (org.). – Rio de Janeiro: IBICT, 2022. – (Coleção PPGCI 50 anos)

??p.

Inclui Bibliografia.

Disponível em: <https://ridi.ibict.br/>

ISBN 978-65-89167-52-5 (digital)

1. xxxxxxxxxxxx. 2. xxxxxxxxxxxx. 3. xxxxxxxxxxxx. I. Marteletto, Regina. II. Saldanha, Gustavo. III. Título.

CDD 020

---



Projeto editorial em colab[oração] com o Programa de Educação Tutorial (PET) da Escola de Comunicação (ECO-UFRJ); Paulo César Castro (tutor) / aluno(a)s: Carolina Torres, Dandara Campello, João Maurício Maturana, Juliana Sorrenti, Kethury Santos, Lianne Henriques, Mariana da Paz, Moniqui Frazão, Robertha Braga, Sabrina Oliveira e Sara Maluf.



Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (IBICT/MCTI) em convênio com a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ).

Rua Lauro Muller, 455 - 4º andar  
Botafogo - Rio de Janeiro - RJ  
<http://www.ppgci.ufrj.br>

*A pesquisa que resulta nesta publicação obteve o fomento de*

CNPq  
FAPERJ  
Capes

*& com o apoio de*

UNESCO  
IBICT  
CENACIN  
UNIRIO  
UFRJ



*“Il n'existe de culture qu'altérée”*  
*“Somente existe cultura transformada”*

Yves Jeanneret





**Yves Jeanneret**

**14/12/1951 - 25/05/2020**



---

# Sumário

- 13** APRESENTAÇÃO  
Yves Jeanneret, a Rede Mussi e a pesquisa internacional Brasil-França no campo infocomunicacional  
**Regina Marteleto, Gustavo Saldanha, Viviane Couzinet, Patrick Fraysse**
- 17** INTRODUCTION  
Yves Jeanneret, le Réseau Mussi et la recherche internationale Brésil-France dans le champ de l'information – communication  
**Regina Marteleto, Gustavo Saldanha, Viviane Couzinet, Patrick Fraysse**
- 21** La relation entre médiation et usage dans les recherches en information communication en France  
**Yves Jeanneret**
- 41** A relação entre mediação e uso no campo de pesquisa em informação e comunicação na França  
**Yves Jeanneret**
- 61** Cultura, trivialidade, diversidade: um olhar viajante pelas mediações  
**Regina Maria Marteleto**
- 73** Ecriture documentaire: questions à l'écriture des recherches  
**Viviane Couzinet**
- 87** Yves aux trésors – “mon petit cabinet de curiosité”:  
figures totémiques de la trivialité  
**Jean-Jacques Boutaud avec les contributions de Dominique Jeanneret et Élodie Boyer**

- 105** L'université et la trivialité: penser dedans, penser dehors  
**Joëlle Le Marec**
- 113** Une conception forte de l'infocommunication  
**Jean Davallon**
- 131** Relações de poder e resistência na trivialidade: fluxo, refluxo e contrafluxo na construção do legado da ditadura militar no Brasil – o que está em jogo?  
**Icleia Thiesen**
- 145** “Je déballe ma bibliothèque... et peut-être un peu ma mémoire”: littérature et théorie de la trivialité  
**Adeline Wrona**
- 157** “Trace” e “traçabilidade”: reflexões à luz do pensamento de Yves Jeanneret  
**Lidia Eugenia Cavalcante**
- 169** Mediações, usos e apropriações: considerações sobre a cultura dos algoritmos e a tecnodiversidade  
**Marco Antônio de Almeida**

# Yves Jeanneret, a Rede Mussi e a pesquisa internacional Brasil-França no campo infocomunicacional

Regina Marteleto, Gustavo Saldanha, Viviane Couzinet, Patrick Fraysse

---

**A** REDE FRANCO-BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM MEDIAÇÕES E USOS SOCIAIS de Saberes e Informação (Rede Mussi), em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e o LERASS - Université Toulouse III- Paul Sabatier organizou a V Jornada Científica Internacional “Trivialidade e mediações da cultura”, em homenagem a Yves Jeanneret, membro da Rede desde a sua fundação, em 2008, e de sua representação francesa.

Yves Jeanneret, *professeur des universités*, deixou-nos no dia 25 de maio de 2020.

A proposta desta V Jornada da Rede Mussi foi reunir alguns de seus amigos, parceiros de pesquisa ou leitores que apresentaram e discutiram pontos de vista sobre seu imenso trabalho, a fim de continuar nossos diálogos com a riqueza e profundidade de suas ideias, sua atitude atenta e respeitosa com colegas e estudantes, seu entusiasmo e curiosidade pelo Brasil, seus saberes e sua cultura.

A Rede Mussi presta homenagem à sua carreira nesta coletânea que reúne nove trabalhos de pesquisadores brasileiros e franceses apresentados na Jornada, baseados em suas pesquisas ou que retrabalham seus pontos de interesse. De acordo com o princípio de uma coletânea oferecida a uma personalidade e dedicados à sua memória, os amigos e autores convidados a participar desta obra expressam seus encontros humanos e científicos com Yves Jeanneret, destacam suas contribuições, as aberturas para trabalhos futuros e para a sua maneira de produzir as pesquisas.

O interesse que Yves demonstrou pelo Brasil e pela qualidade das pesquisas desenvolvidas por pesquisadores e estudantes, levou-o desde o primeiro momento a se integrar na Rede Mussi. Pareceu-nos oportuno reproduzir aqui uma de suas publicações editadas pela Rede - a conferência inaugural no I Colóquio Científico Internacional, em 2008, realizado no Rio de Janeiro.

A escrita dos textos demandou um esforço especial. A memória do pesquisador entusiasta, do amigo sempre à escuta, a emoção provocada pela evocação de uma frase, uma palavra, uma atitude, as releituras necessárias acompanharam a escrita a cada momento. Cada um de nós estava interessado em dizer, à sua maneira, o que Yves tinha contribuído para a construção dos conhecimentos, as questões que surgiram dos diálogos, as vias abertas para futuras pesquisas, a sintonia com seus próprios trabalhos.

Entre seu imenso trabalho, que reúne passagens por temas, questões, objetos orientados pela ideia de trivialidade - mediações da cultura, os colegas-amigos aqui reunidos escolheram diferentes ângulos de abordagem a fim de reter algumas peças de sua rica trajetória no universo científico, acadêmico, social.

Que elos existem entre as ideias de Romain Rolland e a visita a Mona Lisa? Entre escrita, midiaticização, mediação e trivialidade? São os elos entre pessoas e objetos comunicacionais construídos por Yves Jeanneret no decurso de sua carreira de pesquisador-professor na l'École nationale supérieure des télécommunications e de *professeur des universités* na Université de Lille 3, na Université d'Avignon et des Pays de Vaucluse et na l'École des hautes études en communication (CELSA, Paris IV-Sorbonne).

Na conferência inaugural do I Colóquio Científico Internacional da Rede Musisi, em 2008, que abre essa coletânea-homenagem, Yves Jeanneret realiza uma leitura crítica sobre os conceitos de mediação e uso, tal qual empregados nas pesquisas no domínio das Ciências da informação e comunicação na França. Mediação é uma noção central para a compreensão dos processos de circulação dos objetos culturais, estudados em sua obra *Penser la trivialité. La vie triviale des êtres culturels*, publicada no mesmo ano, em 2008, a qual marcaria um ponto de inflexão em sua extensa obra rumo à formulação do conceito de trivialidade. Por meio da citação de diversos estudos, buscava demonstrar o modo como a noção de mediação é operada no campo de estudos da informação-comunicação na França, ao fornecer elementos para descrever os processos de informação-comunicação, requalificar socialmente as dinâmicas e regimes da cultura, e por fim conduzir o pesquisador a interrogar o seu próprio processo de pesquisa e produção de conhecimentos. Nesta conferência, os colegas brasileiros já vislumbravam as virtudes da erudição e as finas análises de textos de autores canônicos realizadas por Jeanneret, tanto quanto a interlocução e a escuta atenta dos seus pares pesquisadores, quanto de jovens pesquisadores em formação. O esforço de compilação, reflexão e síntese demonstram o seu engajamento como pesquisador e intelectual presente em diferentes espaços de debate e, por outro lado, o seu compromisso de fundamentar a abordagem semiológica de uma economia política da informação e da comunicação. Tarefas de um grande mestre.

Apresentamos a seguir um breve resumo de cada palestra em homenagem ao amigo e à sua obra.

Regina Marteleto emprega um tom narrativo para fazer um exercício de memória da visita de Yves e colegas a um museu comunitário na favela da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, durante sua primeira visita ao Brasil, em 2008. Este momento é citado em seu livro “Where is Mona Lisa? et autres lieux de la culture”, onde o nosso amigo percorre alguns lugares de cultura, diferentes uns dos outros, erguidos na maioria dos casos pela vontade do Estado, das instituições, mas também pelo desejo e pela ação das comunidades periféricas de criar seus lugares de cultura, memória e identidade.

Viviane Couzinet estabelece um diálogo com as propostas de seu querido amigo Yves sobre o valor da dimensão documentária e da reescrita na circulação das ideias. O objetivo é questionar o papel da mediação documentária em relação à escrita de pesquisa e assim estudar o caminho e o modo de existência do artigo de pesquisa a partir do conceito de trivialidade. Este ensaio dá continuidade às pesquisas da autora sobre a “fábrica do documento”, neste caso, o artigo da revista científica.

Jean-Jacques Boutaud, com a colaboração de Dominique Jeanneret e Élodie Boyer, reflete sobre como Yves usa seu “gabinete pessoal de curiosidade” no processo de edição de seu livro *Critique de la trivialité* (2014). Cada peça que ilustra esta grande obra está relacionada a lugares de cultura visitados pelo autor, outros são objetos de sua memória afetiva. É um itinerário que desenha a figura do autor e dos seres culturais de seu mundo vivido e observado, interpretado por sólida epistemologia e quadros conceituais.

Joëlle Le Marec apresenta reflexões sobre as condições do ensino, da pesquisa e os modos de produção de conhecimento em um momento em que as universidades estão passando por situações de confronto ao largo da normatividade científica e institucional. Ela se ressentida da ausência de diálogo com seu amigo Yves, também pesquisador-intelectual das ciências humanas e sociais, que não se absteve de produzir conhecimentos implicados nas questões sociais e políticas, dentro e fora dos espaços universitários.

Jean Davallon concentra-se nos três últimos livros de Yves Jeanneret *Penser la trivialité* (2008); *Critique de la trivialité* (2014) e *La Fabrique de la trace* (2019) para demonstrar que o conjunto de ideias e questões construídas em torno do conceito de trivialidade contém uma concepção inovadora de infocomunicação, como disciplina do campo das ciências antropológicas. A fina leitura feita pelo amigo interlocutor permite a reconstrução crítica da estrutura teórica e prática do estudo dos seres culturais (objetos e ideias de cultura) e seu modo de existência nas mídias de hoje e de ontem.

Icléia Thiesen recorre à noção de trivialidade para desenvolver uma reflexão sobre o legado da ditadura militar no Brasil e a presença de uma cultura política anacrônica que ameaça os processos de reconstrução da memória, em curso nas últimas décadas, a fim de controlar o fluxo documentário e de informações. Neste sentido, a autora discute o valor das dimensões da memória, do documento e da história na compreensão dos dispositivos de informação e comunicação, uma perspectiva compartilhada com Yves Jeanneret.

Adeline Wrona estuda a relação entre a análise literária e a teoria da comunicação na obra de Yves Jeanneret, por meio de três eixos: a forma como a questão literária se impõe como um caminho para a construção da noção de circulação; a forma como o texto literário se torna o espaço de uma “pragmática da comunicação”; a literatura como um laboratório onde os valores da cultura são revelados. Trata-se de explorar a importância das noções de escrita e texto na mediação dos saberes e do literário para a construção do aparato conceitual da trivialidade.

Lídia Cavalcante escolheu os conceitos de traço e rastreabilidade, com base na leitura das obras de Yves Jeanneret, para perceber as identidades e representações sociais, assim como os modos de circulação do conhecimento e as práticas culturais, que asseguram a mediação do traço, sua permanência e suas reconfigurações na memória coletiva. Para tanto, a autora analisa uma produção do cinema brasileiro, “Bacurau” (2019), que ilustra os modos de circulação dos seres culturais, entre realidade e imaginários populares.

Marco Antônio Almeida emprega os conceitos de mediação e uso, a partir de seu entendimento por Jeanneret, para tentar ampliar e atualizar as questões relacionadas à apropriação das mídias, através de noções como cultura algorítmica, *Big Data*, *commons*, convergência. A reflexão é realizada na perspectiva de uma análise das mídias, objetos que não só reúnem realidades sociais, mas também as geram, o que exige a noção de mediação, como tratada pelo nosso autor.

Se a troca em viva voz foi interrompida, a partilha com tudo o que ele nos legou se fará sempre entre nós. As reflexões que Yves realizou, os conceitos que construiu ou completou, as teorias que elaborou, os trabalhos empíricos que realizou fazem parte dos fundamentos da informação-comunicação.

# Yves Jeanneret, le Réseau Mussi et la recherche internationale Brésil-France dans le champ de l'information – communication

Regina Marteleto, Gustavo Saldanha, Viviane Couzinet, Patrick Fraysse

---

**L**E RÉSEAU FRANCO-BRÉSILIEN DE CHERCHEURS EN MÉDIATIONS ET USAGES Sociaux des Savoirs et de l'Information (Réseau MUSSI) en partenariat avec l'Université Fédérale de Rio de Janeiro (UFRJ), l'Institut Brésilien d'Information en Science et Technologie (IBICT) et le LERASS - Université Toulouse III- Paul Sabatier ont organisé la V<sup>e</sup> Journée Scientifique Internationale du Réseau Mussi, avec la thématique “Trivialité et médiations de la culture”, en hommage à Yves Jeanneret, membre du réseau depuis 2008 et de sa représentation française.

Yves Jeanneret, professeur des universités, nous a quittés le 25 mai 2020.

La proposition de cette V<sup>e</sup>me Journée du Réseau Mussi a été de réunir quelques un (e) de ses amis (es), partenaires de recherches ou lecteurs qui ont présenté et discuté des points de vue sur son oeuvre immense, afin de continuer nos dialogues avec la richesse et la profondeur de ses idées, son attitude attentive et respectueuse des collègues et étudiants (es), son enthousiasme et curiosité du Brésil, de ses savoirs et de sa culture.

Le réseau Mussi rend hommage, dans ces mélanges, à son parcours à travers neuf communications de chercheurs brésiliens et français présentées par occasion de la Journée, qui s'appuient sur ses recherches ou qui retracent ses centres d'intérêt. Dans le principe des mélanges offerts à une personnalité et consacrés à sa mémoire, des amis, auteurs sollicités dans ce recueil, expriment leur rencontre humaine et scientifique et mettent en lumière leurs apports et leurs ouvertures vers des travaux futurs et sur sa façon de faire de la recherche.

L'intérêt qu'il a montré pour le Brésil, les recherches qui s'y développent, les collègues chercheurs et étudiants, les terrains qu'ils travaillent, leurs engagements l'ont amené très tôt à intégrer le réseau MUSSI. Il nous a semblé nécessaire de re-

produire ici une de ses publications éditées par le réseau - la conférence invitée au I Colloque scientifique international, en 2008, qui s'est tenu à Rio de Janeiro.

L'écriture des textes a été difficile. Le souvenir du chercheur enthousiaste, de l'ami toujours à l'écoute, l'émotion provoquée par l'évocation d'une phrase, d'un mot, d'une attitude, de relectures nécessaires ont accompagné la rédaction à chaque instant. Chacun a eu à cœur de dire à sa manière, ce qu'Yves a apporté à la construction des connaissances, les questions nées des dialogues, les voies ouvertes à des recherches à entreprendre, la résonance avec ses propres travaux.

Parmi son immense oeuvre, qui réunit des passages par thématiques, questions, objets couverts par l'idée de trivialité - médiations de la culture, les collègues-amis ici réunis ont choisi différents angles d'approche afin de retenir quelques pièces de sa riche trajectoire par l'univers scientifique, académique, social.

Quel lien y a-t-il entre les idées de Romain Rolland et la visite rendue à Mona Lisa? entre écriture, médiatisation, médiation et trivialité ? c'est ce lien entre des personnes et des objets communicationnels qui a été construit par Yves Jeanneret au cours de sa carrière d'enseignant chercheur à l'École nationale supérieure des télécommunications et de professeur des universités à l'Université de Lille 3, à l'Université d'Avignon et des Pays de Vaucluse et à l'École des hautes études en communication (CELSA, Paris IV-Sorbonne).

Lors de la conférence inaugurale du Ier Colloque scientifique international du réseau Mussi, en 2008, qui ouvre ces mélanges-hommage, Yves Jeanneret réalise une lecture critique des concepts de médiation et d'usage, tels qu'ils sont utilisés dans la recherche en Sciences de l'information et de la communication en France. Médiation est une notion centrale pour comprendre les processus de circulation des objets culturels, étudiée dans son ouvrage *Penser la trivialité. La vie triviale des êtres culturels*, publié la même année, en 2008, qui marquera un tournant dans son vaste travail de formulation du concept de trivialité. En citant plusieurs études, il a cherché à montrer comment la notion de médiation est opérée dans le champ des études en information-communication, en fournissant des éléments pour décrire les processus d'information-communication, re-qualifier socialement les dynamiques et les régimes de culture, et enfin amener le chercheur à s'interroger sur son propre processus de recherche et de production de connaissances. Lors de cette conférence, les collègues brésiliens ont déjà pu entrevoir les vertus de l'érudition et de l'analyse fine des textes d'auteurs canoniques, ainsi que l'interlocution et l'écoute attentive de ses pairs chercheurs, ainsi que de jeunes chercheurs en formation. L'effort de compilation, de réflexion et de synthèse démontre d'une part son engagement en tant que chercheur et intellectuel présent dans différents espaces de débat

et, d'autre part, son engagement à étayer l'approche sémiologique d'une économie politique de l'information et de la communication. Tâches d'un grand maître.

Nous présentons ci-dessous un bref résumé de chaque conférence en l'honneur de l'ami et de son oeuvre.

Regina Marteleto utilise un ton narratif pour faire un exercice de mémoire de la visite d'Yves et de collègues dans un musée communautaire de la favela de Maré, dans la ville de Rio de Janeiro, lors de sa première visite au Brésil, en 2008. Ce moment est cité dans son livre "*Where is Mona Lisa? et autres lieux de la culture*", où notre ami fait un tour voyageur par quelques lieux de la culture, différents les uns des autres, érigés dans la plupart par la volonté de l'Etat, des institutions, mais aussi par le désir et l'action des communautés afin de créer leurs lieux de culture, mémoire et identité.

Viviane Couzinet établit un dialogue avec les propositions de son cher ami Yves à propos de la valeur de la dimension documentaire et de la réécriture dans la circulation des idées. L'objectif est d'interroger le rôle de la médiation documentaire par rapport à l'écriture des recherches et ainsi étudier le parcours et le mode d'existence de l'article de recherche à partir du concept de trivialité. C'est un essai qui donne suite aux recherches de l'auteure sur la fabrique du document, dans ce cas-là, l'article de revue scientifique.

Jean-Jacques Boutaud, avec la collaboration de Dominique Jeanneret et Élodie Boyer, réfléchit sur la façon dont Yves utilise son "cabinet de curiosité personnel" dans le processus d'édition de son livre *Critique de la trivialité* (2014). Chaque pièce qui illustre cet grand ouvrage a des rapports avec des lieux de la culture visités par l'auteur, d'autres se sont des objets de sa mémoire affective. C'est un itinéraire qui dessine la figure de l'auteur et des êtres culturels de son monde vécu et observé, interprété par des solides épistémologies et cadres conceptuels.

Joëlle Le Marec présente des réflexions autour des conditions de l'enseignement, de la recherche et des modes de production des connaissances dans un moment où les universités passent par des situations de confrontations au large de la normativité scientifique et institutionnelle. Il lui manque le dialogue avec son ami Yves, lui aussi un chercheur-intellectuel des sciences humaines et sociales, qui ne se prive pas de produire des savoirs impliqués par les questions sociales et politiques, à l'intérieur et à l'extérieur des espaces universitaires.

Jean Davallon se concentre sur les trois derniers ouvrages d'Yves Jeanneret *Penser la trivialité* (2018); *Critique de la trivialité* (2014) et *La Fabrique de la trace* (2019) pour démontrer que l'ensemble d'idées et de questions construit autour du concept de *trivialité* contient une conception novatrice de l'infocommunication, en tant que discipline du domaine des sciences anthroposociales. La lecture fine

faite par l'ami-interlocuteur permet la reconstruction critique du cadre théorique et pratique de l'étude des êtres culturels (objets et idées de la culture) et son mode d'existence dans les médias d'aujourd'hui et d'hier.

Icléia Thiesen s'inspire de la notion de trivialité pour développer une réflexion sur l'héritage de la dictature militaire au Brésil et la présence d'une culture politique anachronique menaçant les processus de reconstruction de la mémoire en cours ces dernières décennies, pour contrôler le flux documentaire et d'informations. Dans ce sens l'auteure discute de la valeur des dimensions de la mémoire, du document et de l'histoire dans la compréhension des dispositifs d'information et de communication, perspective partagée avec Yves Jeanneret.

Adeline Wrona étudie, dans l'oeuvre de Yves Jeanneret, les rapports entre analyse littéraire et théorie communicationnelle à partir de trois axes: la façon dont la question littéraire s'impose comme chemin de construction de la notion de circulation; la forme dont le texte littéraire devient l'espace d'une "pragmatique de la communication"; la littérature comme un laboratoire où se dévoilent les valeurs de la culture. Il est question d'exploiter l'importance des notions d'écrit et de texte dans la médiation des savoirs et du littéraire pour la construction de l'appareillage conceptuelle de la trivialité.

Lídia Cavalcante a choisi les concepts de trace et traçabilité, à partir de la lecture des oeuvres d'Yves Jeanneret, pour percevoir les identités et les représentations sociales, ainsi que les modes de circulation des savoirs et des pratiques culturelles, qui assurent la médiation de la trace, sa permanence et ses reconfigurations dans la mémoire collective. Pour ce faire, l'auteure analyse une production du cinéma brésilien, *Bacurau* (2019), qui illustre les modes de circulation des êtres culturels, entre réalité et imaginaires populaires.

Marco Antônio Almeida emploie les concepts de médiation et usage, à partir de leur compréhension par Jeanneret, pour chercher à élargir et actualiser les questions liées à l'appropriation des médias, à travers des notions tels que culture algorithmique, *Big Data*, *commons*, convergence. La réflexion est menée dans la perspective d'une analyse des médias, objets qui non seulement rassemblent les réalités sociales mais les génèrent également, ce qui fait appel à la notion de médiation, telle que traitée par notre auteur.

L'échange de vive voix est interrompu mais celui avec tout ce qu'il nous lègue est toujours présent. Les réflexions qu'il a menées, les concepts qu'il a construits ou complétés, les théories qu'il a élaborées, les travaux empiriques qu'il a conduits font partie des fondamentaux de l'information-communication.

# La relation entre médiation et usage dans les recherches en information communication en France

Yves Jeanneret<sup>1, 2</sup>

---

## 1 Introduction

DANS CET ARTICLE, JE SOUHAITE M'INTÉRESSER À DEUX NOTIONS TRÈS SOUVENT mobilisées dans les travaux de recherche relatifs aux processus d'information et de communication en France. En français, ces notions sont désignées par les termes "médiation" et "usage". Je voudrais m'employer à dénaturer ces deux notions, aujourd'hui omniprésentes, pour faire apparaître derrière leur évidence des problèmes, des ressources, mais aussi des risques.

Je tiens à souligner que je pose ici la question d'un point de vue limité, celui des recherches françaises qui portent sur les pratiques à large spectre social. Les collectifs auxquels je participe analysent les dispositifs, les pratiques, les discours par lesquels les savoirs et valeurs culturels circulent entre des espaces sociaux différents. Ce que je nomme, sans aucun sens péjoratif, la trivialité. Il s'agit d'un domaine distinct de la bibliothéconomie, mais fortement lié à elle. L'intérêt de ce domaine est qu'il est inclassable. Lorsqu'on étudie les livres de vulgarisation ou les textes littéraires affichés dans le métro, on ne sait pas si on fait de l'information ou de la communication.

La tradition française réunit en une même discipline des spécialités qui sont ailleurs disjointes, comme les bibliothèques, le journalisme, l'analyse des médias, la communication culturelle. C'est à partir de cette spécificité que j'interroge ici notre couple de notions, en partant de quelques hypothèses sur la façon dont elles fonctionnent dans cet espace info-communicationnel.

---

1 Laboratoire de Culture et Communication, Université d'Avignon et des Pays de Vaucluse, Avignon, França.

2 Le texte de la conférence a été publié dans la Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde (RECIIS), dans un numéro qui rassemble les textes des conférences invitées et de la conférence inaugurale du 1er. Colloque scientifique international du Réseau Mussi, en 2008. Nous remercions les éditeurs de RECIIS de la cession du texte pour la présente publication.

Je prendrai avant tout en considération le fait que les deux notions n'interviennent pas du tout de la même façon dans l'analyse des processus d'information-communication; à partir de là, je me demanderai comment elles peuvent travailler entre elles, en complémentarité ou en tension; ce qui pourra enfin s'illustrer dans un domaine plus circonscrit, celui des pratiques d'écriture, domaine où la relation entre médiation et usage est déterminante.

## 2 Médiation/médiations

L'idée de médiation s'emploie au singulier et au pluriel. Elle interroge le sens social de l'acte de médiation et inventorie la pluralité des médiations et médiateurs. Cette notion porte depuis deux décennies notre discipline. Elle n'a pas été inventée par la science de l'information-communication, mais cette discipline réunit des chercheurs qui s'emploient tout particulièrement à faire apparaître que rien n'est transparent. Qui débusquent derrière l'immédiateté des objets et valeurs culturels des intermédiaires, des passeurs. Qui montrent que le savoir et le sens ne sont jamais simplement donnés mais qu'ils sont élaborés. En d'autres termes, notre discipline vit d'une certaine forme de négativité : le refus d'une approche immédiate, transparente ou absolue de la culture, ce que Barthes nommait la "naturalisation" des pratiques culturelles. Cette négativité nourrit une positivité : l'effort pour faire apparaître, distinguer, décrire tous les intermédiaires de la communication, pour ne rien prendre pour argent comptant.

Ce travail est plus aisé à partager dans certains domaines sociaux que dans d'autres, ce qui fait que notre discipline est déchirée par les postures différentes que ses voisines adoptent, de la revendication au rejet. La sociologie de la culture s'emploie de longue date à repeupler d'intermédiaires les mondes de savoir et à ce titre elle offre des ressources importantes à l'information-communication, alors que la sociologie politique est très réticente vis-à-vis de cette notion, considérée comme suspecte de masquer les vrais rapports de pouvoir.

C'est pourquoi les chercheurs ont beaucoup discuté la notion elle-même. Comme catégorie anthropologique, la médiation au singulier exprime une conception de la culture ; comme catégorie professionnelle, elle désigne un ensemble de dispositifs, de gestes et de métiers ; comme outil conceptuel, elle supporte la description des composantes du processus d'information-communication (DAVALLON, 2004). La science de l'information-communication se nourrit de cette circulation. De longue date, une pluralité d'actes de médiation a été réalisée par une série d'acteurs; plus récemment, des dispositifs de médiation (d'ailleurs très divers), des formations, des techniques, des objets ont professionnalisé et en quelque sorte politisé cette réalité courante; quoi qu'il en soit, tous ces gestes, amateurs et professionnels,

ont une dimension symbolique (DUFRENE & GELLEREAU, 2001). Ils dessinent des objets, définissent des relations à la culture, favorisent des postures, légitiment des normes.

Je prendrai ici un exemple parmi tant d'autres, celui des actions que diverses associations militantes réalisent pour favoriser les capacités de lecture des personnes défavorisées (Bonaccorsi, à paraître). Par leur existence même, ces projets s'inscrivent dans un régime de discours, l'affirmation sociale d'un "devoir de lecture", norme culturelle que l'idée de médiation réactive et façonne. Lorsqu'on passe du cadre normatif du projet aux procédures d'élaboration des actions et à leurs lieux de publicisation, on voit apparaître un réseau d'acteurs mobilisant des scénarios, des programmes, des modes de visibilité. Enfin, si l'on veut comprendre la réelle opérativité de tout cela, il faut mobiliser la médiation comme catégorie d'analyse, en étudiant les dispositifs matériels, les productions sémiotiques, les formes de l'interaction. L'élaboration du statut de la lecture tient à ce tissu de valeurs, de rôles sociaux et de formes symboliques.

On voit sur cet exemple le triple plan sur lequel la notion de médiation travaille dans notre discipline : elle fournit des outils pour décrire avec une certaine précision les processus d'information-communication; elle permet de requalifier socialement les dynamiques et régimes de la culture; elle conduit le chercheur à interroger sa propre place dans la circulation sociale des savoirs.

La notion de médiation a d'abord une figure procédurale. Les distinctions qu'elle permet (médiations sociales, pratiques, sémiotiques, techniques, etc.) alimentent l'analyse du processus de communication. Si, par exemple, au nom de la "société de l'information", on accepte l'idée que les réseaux dématérialisent la communication, on oppose réel et virtuel, par exemple ville réelle et ville numérique, ce qui mène tout droit à l'idéologie. Au contraire, l'examen de la façon dont ce discours se propage, se rend visible, se légitime, fait apparaître tout un travail pour relier les différents espaces de communication par des objets matériels, des circulations d'acteurs, des discours (LABELLE, 2007). La ville numérique (ou supposée telle) n'est donc pas une ville différente de l'autre, mais un ensemble de projets, de codes, de dispositifs qui donnent corps et espace à l'utopie de l'affranchissement du matériel et du local. Les sociologues nous ont indiqué le chemin, en nous parlant des inscriptions qui circulent de lieu en lieu, qu'ils nomment "mobiles immuables", puis en nous invitant à parcourir des chaînes de sujets et d'objets pour comprendre comment le social tient (LATOUR, 1996). Pourtant, nous avons quelque chose à ajouter, précisément parce que nous n'assimilons pas la médiation à une chaîne, mais nous employons à distinguer des dispositifs matériels, des supports, des réalités documentaires, des formes textuelles, des rôles communicationnels : un ensemble

qui ne constitue pas seulement de la médiation, mais qui déploie des médiations de nature différentes et sollicite à la fois l'action, le geste, l'interprétation, l'expression. C'est donc une façon de penser l'action et non simplement un enrôlement d'acteurs qui se révèle si, au lieu de parcourir une chaîne de liaisons, on identifie des réalités documentaires (comme la liste), des formes sémiotiques (comme le label de qualité), des genres rhétoriques (comme le récit exemplaire).

Ainsi, le travail de description des processus d'information nécessite d'étudier un complexe d'objets qui redistribue en permanence du social, du symbolique et du technique. À ce stade, la médiation travaille contre l'illusion de la transparence.

La seconde figure de la médiation est sociale. On voit sur l'exemple précédent qu'en conjuguant formes sociales, sémiotiques et techniques, l'analyse propose une compréhension particulière du social et du politique. Au lieu de manifester seulement des collusions d'acteurs, elle décrit un nouveau rapport entre devoir-faire et pouvoir-dire. Avant tout, le travail sur les médiations fait exister des acteurs qu'une approche académique de la culture néglige, comme le vulgarisateur ou même l'auteur décrits de synthèse. Mais surtout l'idée de médiation concerne l'opérativité symbolique des dispositifs (QUERE, 1982), c'est-à-dire la façon dont ils produisent de la représentation, de la perspective, des rôles, ainsi que leur opérativité sociale (DAVALLON, 1999), c'est-à-dire la façon dont ils engagent l'institution, le public, l'autorité. Un texte, un tableau, une interface de saisie produisent de la représentation, c'est-à-dire qu'ils médiatisent notre expérience. Ce sont des dispositifs de représentation (MARIN, 1981), qui font exister une conception du social (effet d'objet) et définissent une posture pour le connaître (effet de sujet). Le livre fait exister l'auteur, la photographie le témoin et la plate forme collaborative l'ingénieur du social.

À ce stade, la médiation est productive parce qu'elle travaille contre le motif du grand partage, entre réel et virtuel, entre tradition et cyberculture, entre web 1.0, 2.0, 3.0, 4.0.

Je voudrais évoquer une troisième figure, celle de la réflexivité. La conscience des médiations impose au chercheur, à l'expert, à l'acteur un examen des procédures par lesquelles il fabrique son savoir. La recherche dans les sciences anthroposociales se développe en dialogue avec le discours des sujets sociaux. Elle les analyse, les capture, les met en visibilité, les édite. D'où une exigence essentielle: prendre en compte le fait que les savoirs sur l'information-communication circulent dans la société, qu'ils s'élaborent, se transforment, s'instrumentent. Le chercheur n'a pas la liberté de décider seul que telle pratique a du sens et de la valeur informationnelle. Dans une enquête que nous avons menée sur la lecture et la manipulation des textes de réseau (SOUCHIER et al., 2003) nous avons constaté que certains usagers se situent face à un site comme devant un document : ils cherchent un auteur, un

texte, une caution; pour d'autres, l'internet est un réservoir d'informations ponctuelles, non reliées entre elles. C'est ce que je nomme la prédilection sémiotique: les usagers définissent ce qui doit être interprété et même s'il s'agit d'interpréter ou seulement de manipuler. On est loin des déclarations aussi péremptoires que floues qui disent, par exemple, que "personne ne lit sur l'internet". Une telle formule n'a pas de sens si on ne cherche pas à comprendre comment les sujets définissent ce qu'ils considèrent comme lisible, et plus largement interprétable. En effet, le chercheur n'est pas impliqué dans la circulation sociale des discours sur l'information seulement à titre d'observateur. Des acteurs politiques, techniques, marchands choisissent des prédilections pour les favoriser et en rendent d'autres impossibles.

Ainsi retournée en interrogation réflexive, la médiation travaille contre l'idéologie classique de la "vulgarisation", pensée comme un circuit de l'information depuis le savant vers l'ignorant. Les médiations socio-cognitives de l'information font que la réalité analysée par la recherche est sans cesse travaillée par les acteurs, qu'elle n'existe pas sans eux et peut disparaître par eux.

### 3 Usage/use

La notion d'usage a pour la science de l'information-communication un statut très différent de celle de médiation, et ceci pour plusieurs raisons, que j'aimerais poser au départ pour la clarté de la discussion.

Même si l'idée d'un usage est très ancienne dans les sciences du document, la légitimité dont jouit ce terme aujourd'hui ne vient pas de la science de l'information-communication. L'idée d'usage entretient un lien historique avec les études de réception des médias réalisées dans la sociologie "administrative" américaine. Les usages et bénéfices (uses and gratifications) ont joué un rôle dans l'affirmation de la liberté du "récepteur" face aux médias. Elle a été travaillée, très différemment, par l'approche critique des pouvoirs culturels, avec les analyses sur la lecture, la consommation, la culture technique, qui entendaient rendre visible l'invisible des pratiques ordinaires (DE CERTEAU, 1990; PERRIAULT, 1989). Enfin, la notion a changé de statut en étant instrumentée dans le champ de l'innovation : techniques des télécommunications, puis informatique en réseau. En France, le développement d'un laboratoire industriel de sociologie des usages des objets techniques (CNET) a créé un style particulier de travail mais aussi produit tout un préconstruit de la notion.

Il n'est donc pas exagéré de dire que la notion d'usage tient souvent dans les discours de gestion et de financement de la recherche la place de celle de médiation et plus largement de toute une gamme de notions de sciences sociales. En tant que chercheur formé dans les années soixante-dix, je suis impressionné par

la façon dont elle a remplacé celle de pratique ( Note 1. Il faut noter d'ailleurs que la science de l'informationcommunication, en choisissant de se référer systématiquement aux sociologues des usages, ne sont pas entrées en dialogue avec toute la sociologie, puisque la notion de "pratique culturelle" a un rôle très important dans un vaste champ, plus légitime, de la sociologie européenne. J'ai eu la surprise, par exemple, en discutant avec des sociologues de la culture sur la création d'une unité de recherche commune, de voir que ceux-ci connaissaient mieux certains travaux en information-communication que ceux des sociologues des usages. Beaucoup de sociologues de la culture sont réticents vis-à-vis de la notion d'usage.)

L'autre différence tient au fait que cette notion a été développée d'emblée dans un espace scientifique multilingue et dominé par la langue anglaise, qui est celle de l'innovation dans les processus techniques. L'anglais utilise couple du nom et du verbe (use/to use) là où le français doit recourir au verbe "utiliser" et connaît deux noms différents, "usage" et "utilisation". Tout cela crée une nébuleuse sémantique. Parler d'usage, c'est évoquer à la fois du fonctionnel (comment on s'en sert ?) et du symbolique (qu'est-ce qui se joue ?), ambiguïté nécessaire à la survie du projet sociologique en contexte industriel. Mais cela produit un brouillage épistémologique.

En effet, comme afficher l'usage déclenche des financements, tous les chercheurs revendiquent qu'ils sont des spécialistes de l'usage : c'est ainsi qu'on voit sous ce nom des études qui ne comportent aucune analyse de documents ni aucune enquête ethnographique digne de ce nom.

On voit qu'à la différence de la notion de médiation, celle d'usage n'intègre pas aisément l'idée de communication. L'usage évoque la fonctionnalité, même si l'on s'emploie à ne pas le réduire à la technique. Sur le plan visuel, une étude d'usage suggère un individu face à un dispositif dont il parvient ou ne parvient pas à utiliser les fonctionnalités. On peut vérifier, dans les grands programmes de recherche et développement, dans le discours des industriels, dans les politiques d'équipements d'institutions culturelles et informationnelles, le privilège systématiquement accordé à ce que Flichy nomme le "cadre de fonctionnement" (FLICHY, 1995) par rapport à la part symbolique, affective, idéologique, esthétique des pratiques. Ce qui se traduit par le fait que les recherches en information-communication sur les usages sont souvent financées comme des prolongements de projets purement techniques, à la différence des grandes enquêtes sur les usages culturels animées il y a trente ans par De Certeau. En glissant du domaine des pratiques culturelles à celui de l'appropriation plus ou moins aisée d'objets techniques innovants, le mot usage a perdu en précision ce qu'il a gagné en popularité.

Les sociologues des usages ont résisté à cette logique. Ils ont proposé une formule, l'approche "socio-technique" des usages. Mais celle-ci ne sort pas du para-

doxe. Poser d'un côté le technique et de l'autre le social (même si c'est pour récuser la séparation) ne permet pas d'entrer dans les médiations symboliques, langagières, représentationnelles. L'utilisation d'un livre, d'un micro-ordinateur ou d'un téléphone mobile n'est pas la combinaison de logiques sociales et de propriétés techniques. Ces objets sont des médias, c'est-à-dire des objets qui ne font pas que s'associer à du social, mais qui en produisent. Pour les chercheurs en information-communication, on ne peut assimiler les objets techniques de la communication aux autres. Ce que confirment les sémioticiens (BADIR, 2007). Ces objets sont des médias. Ce sont certes des outils, mais des outils particuliers, qui façonnent, non la maîtrise des hommes sur la nature, mais les moyens de la représentation. Et nous voici revenus à la médiation. C'est ici un point de tension au sein même de la discipline, où certains courants de recherche en communication, peu intéressés par l'information, ne qualifient ces objets que comme des "technologies". Les médias, informatisés ou non, ne sont pas seulement des outils. Leur usage ne relève pas seulement d'une ergonomie, ou alors il s'agit d'une ergonomie d'une nature très particulière. Cette question est évidemment très importante pour les analystes et les professionnels de l'information. En effet, la production symbolique de l'information et du savoir est très souvent présentée sous la forme de l'utilisation pratique des outils, de leur accessibilité, de leur adaptation aux "usagers finaux".

En d'autres termes, la question de l'usage peut travailler de façon féconde en science de l'information-communication, mais à condition de la reformuler. En effet, si l'on retient un concept fort d'information-communication, il faut comprendre comment des idées, des savoirs, des représentations s'élaborent. Il me semble que, pour cela, il faut d'abord faire en sorte que le terme "usage" ne remplace pas celui de "pratique" mais dialogue avec lui. Selon moi, l'usage est un élément de la pratique culturelle, celui qui concerne les situations où les sujets sociaux sont confrontés à des dispositifs conçus par d'autres qu'eux. Il n'y aurait donc pas, pour moi, des usages de l'information, mais plutôt des pratiques informationnelles qui conduisent les sujets sociaux à être parfois confrontés à des dispositifs de médiation produits par d'autres (professionnels de l'information, ingénieurs, amateurs, marchands).

Si l'on part de cette idée simple, on veillera toujours à se demander quel concept de pratique culturelle et informationnelle on mobilise lorsqu'on étudie l'usage des objets culturels, des dispositifs de communication, des oeuvres et des textes.

Cela soulève la question du point de vue et de la focale avec lesquels on observe les usages. En effet, le point fort de ces études, le fait qu'elles vont sur le terrain, va avec leur faiblesse, le risque de prendre pour réalité des pratiques ce qu'on en voit. Une enquête organisée autour d'une forme médiatique particulière (par exemple l'usage de la photographie sur les mobiles) ne donne pas le même type de savoir

qu'une enquête qui part plus largement des pratiques culturelles (la pratique musicale, la relation à la science, la vie amoureuse). La première part de l'hypothèse que la pratique culturelle tient aux fonctionnalités d'un objet, tandis que la seconde met à distance les objets au risque de ne plus voir ce qui s'y passe. L'idéal serait de conjuguer les focales, mais il n'y a pas de point de vue total sur une pratique.

On bute donc de nouveau sur la question politique. L'étude des usages n'est pas seulement une investigation sur les pratiques culturelles, c'est la production d'une représentation, au double sens cognitif et politique. Lorsqu'une étude d'usage conclut que les "usagers" ou "le public" souhaitent quelque chose, elle crée une entité collective qui est plus ou moins fondée par la méthode d'enquête, mais qui ne représente jamais simplement les gens. Cette personnalité morale acquiert, hors de tout champ politique, le statut d'une représentation du collectif. L'étude d'usage produit donc des valeurs, de la représentation, et elle autorise le fait d'incarner ces dernières dans des dispositifs qui modifient le cadre même de la vie culturelle et informationnelle, dans le développement d'un écosystème info-communicationnel.

#### **4 Une dialectique complexe**

On voit bien, à ce stade de notre petit retour sur la vie scientifique de deux notions, que la (les) médiation(s) et l'usage/use ne se distinguent pas tant par les objets qu'ils considèrent, que par l'effet de perspective qu'ils produisent et la façon très différente dont elles envisagent la place de la communication dans les pratiques informationnelles. On peut donc dire que, dans une perspective communicationnelle, les notions de médiation, de pratique et d'usage travaillent ensemble. Ce qui ne va pas, toutefois, sans tensions et paradoxes.

On aura compris que je suis attaché à l'élaboration de savoirs propres à l'analyse info-communicationnelle. Je ne récuse pas les travaux qui dans notre discipline reprennent et vérifient des recherches déjà développées dans d'autres, mais je trouve qu'il est plus intéressant d'élucider les processus de communication et leur teneur informationnelle. Je veux bien qu'une technopole, une bibliothèque, une pratique musicale soient des "acteurs-réseaux", des "cités", des "champs", des "arènes publiques", mais j'aimerais surtout comprendre comment les processus d'information-communication participent à leur existence. C'est pourquoi j'aime mieux lire des travaux d'une autre discipline qui interrogent vraiment ce qu'est la communication plutôt que de trouver dans notre discipline une reformulation, plus ou moins pertinente, de théories dans lesquelles la communication n'est pas un concept. J'ai fréquenté le séminaire de Bourdieu il y a trente-cinq ans et je suis étonné de la façon dont on répète cet auteur dans ma discipline. Bourdieu n'aurait pas eu l'idée de prendre une théorie non sociologique constituée pour l'appliquer en sociologie.

Il était aux prises avec ce qu'il n'arrivait pas tout à fait à formuler, il cherchait à identifier quelque chose que ni lui ni les autres n'étaient parvenus à formuler. C'est cette attitude, je crois, qu'il faut avoir par rapport aux phénomènes d'information et de communication.

À cet égard, la lecture des historiens du livre me semble particulièrement éclairante pour la question que nous discutons dans ce colloque, parce qu'à un certain moment de son histoire cette discipline a eu à produire une théorie de la communication. En effet, il s'y est très vite posé la question du rapport entre le livre et le lire, c'est-à-dire du rapport entre objet médiateur et usage. Dans un univers bibliologique dominé par les objets et l'approche quantitative, les chercheurs qui avaient participé au courant de l'histoire des mentalités ont posé la question de la nature des pratiques liées aux usages du livre. Ils voulaient comprendre la façon dont les objets, dans leur forme même, peuvent participer à des cultures de la lecture : "l'histoire des livres, écrivaient par exemple Roger Chartier et Henri-Jean Martin, ne peut plus esquiver les lectures, pour partie inscrites dans l'objet lui-même, qui définit les possibles d'une appropriation, mais pour partie aussi portées par la culture de ceux qui lisent et qui donnent sens, mais un sens qui est le leur, aux matériaux lus" (1982, p.11). C'était, on le voit, poser "une question centrale, celle des usages, des maniements, des formes d'appropriation et de lecture des matériaux imprimés" (CHARTIER, 1993, p. 80). Mais ce décalage du regard n'a pas détaché les historiens de la matérialité des livres et des formes symboliques que ceux-ci instituent. En effet, si les actes de lecture réalisés par telle communauté sociale définissent un régime effectif de normes et de sens, ils "se situent à la rencontre de manières de lire, collectives et individuelles, héritées et novatrices, intimes ou publiques, et de protocoles de lecture déposés dans l'objet lu, non seulement par l'auteur, qui indique la juste compréhension de son texte, mais aussi par l'imprimeur qui en compose, soit avec une visée explicite, soit sans même y penser, conformément aux habitudes du temps, les formes typographiques" (p.81). Les difficultés auxquelles les historiens étaient confrontés, ne disposant pas de la possibilité d'observer directement les pratiques, les a conduits à poser avec une particulière acuité la question de la dialectique entre la dimension matérielle et sémiotique des objets de médiation et la dimension culturelle et anthropologique des façons de faire.

On le voit par exemple avec la vaste enquête animée par Christian Jacob sur les mondes lettrés qui étudie par exemple l'élaboration de l'objet texte (GIARD & JACOB, 2001) et les métamorphoses du lecteur (JACOB, 2003). La triple dimension sociale, technique et sémiotique de la médiation y est omniprésente, ce qui permet de poser ensemble la question des démarches de médiation, celle des objets médiateurs et celle des pratiques sociales, dans lesquelles les usages des différents dispositifs in-

terviennent. La création des objets participe à l'inscription de formes de pratiques dans des formes de langage. Mais cela a pour effet de donner une pérennité à des disciplines culturelles, à des rapports entre acteurs et à des rapports aux valeurs d'une culture. L'objet médiateur, comme le catalogue ou la carte, produit par un intermédiaire au sein d'une institution, participe à la configuration de façons de faire qui prétendent régir les normes d'une culture. Toutefois la vie historique des pratiques remet en cause en permanence ces configurations. Comme l'écrit Christian Jacob, "(Les) pratiques s'inscrivent dans des lieux, elles mobilisent des acteurs, manipulent des artefacts, se déploient dans des traditions. [...] Médiations, procédures heuristiques, routines de la recherche, modes d'archivage et d'exploitation des savoirs, des idées et des informations prélevés dans les livres, ces pratiques sont longtemps restées le non-dit d'une histoire intellectuelle ou culturelle, plus soucieuse des contenus doctrinaux et du mouvement des idées que des formes qui les transmettent et des gestes qui les produisent. Ces formes et ces gestes sont cependant déterminants : ils ancrent les savoirs dans le temps et dans l'espace, dans des communautés savantes où coopèrent des acteurs aux statuts variés, qui collaborent dans les tâches les plus humbles comme dans les productions les plus décisives". (GIARD & JACOB, 2001, p.31)

Les textes que je viens de citer appartiennent selon moi à un mouvement intellectuel qui traverse la frontières entre disciplines, mais peut structurer une approche des médiations info-communicationnelles en tant que telles. Il s'agit de tout autre chose que de créer un mixte entre du social et du technique. On pourrait dire que l'analyse des médiations, c'est la révélation de tout ce que les catégories du social et du technique empêchent de voir.

On le voit dans deux domaines de notre discipline, la divulgation des savoirs et les médias. Les sciences sociales ont mis très longtemps à s'intéresser à la circulation sociale des objets culturels. La vulgarisation, qui a joué un rôle majeur dans le développement de notre société, n'a été jugée digne d'intérêt que récemment. Dès les premières analyses scientifiques qui lui ont été consacrées, la notion de médiation était centrale : le vulgarisateur s'y voyait attribuer le rôle du "troisième homme" capable de réconcilier une société coupée en deux. Avec le développement des analyses s'appuyant sur des concepts info-communicationnels (média, discours, dispositif, situation de communication, document) les choses se sont révélées plus complexes. D'abord, loin de réduire la vulgarisation à une traduction de savoirs existants, on a pu reconnaître qu'il s'agissait d'une forme de médiation ayant son propre sens. On a ensuite appris à ne pas confondre les dispositifs de vulgarisation avec les pratiques, en supposant par exemple qu'un texte destiné à l'homme de la rue serait nécessairement lu par le peuple. On donnait ainsi aux productions vulga-

risatrices le statut, non de reflet des pratiques sociales, mais de structures pouvant conditionner ces dernières. La multiplicité des usages de ces productions (ce que je nomme leur “polychrésie”) participe pleinement à la réalité de leur sens. Enfin, le fait de considérer précisément les dimensions sociale, technique et langagière de la médiation permettait d’interroger le lien entre cette communication spécialisée et l’économie des échanges dans la société. Au lieu de considérer comme allant de soi que la vulgarisation est une variante de l’enseignement, on comprenait qu’elle relève plus généralement de dispositifs organisant la communication sur les sciences dans la société, ainsi que la relation entre politique, science, technique, industrie : ce qui faisait regarder l’entreprise vulgarisatrice du XIX<sup>e</sup> siècle, non comme le modèle à partir duquel étudier la communication des sciences, mais comme un état, naturalisé, de la question des discours sociaux sur les savoirs.

Les articles de vulgarisation, les documentaires scientifiques, les expositions des musées de sciences sont des productions médiatiques. Ils interposent des objets, souvent complexes, entre les sujets sociaux. J’ai indiqué précédemment que l’analyse des usages ne pouvait entrer dans les études d’information-communication qu’une fois la notion d’objet technique précisée comme dispositif médiatique. Mais comment penser un média ? Les analyses qui précèdent donnent des pistes. Dans notre discipline, en France, la notion de média est fortement influencée par la sociologie politique. La question est souvent posée en termes de “pouvoir des médias” sur “l’opinion publique”, opposé à la “liberté des récepteurs”. Sans être erronée, cette formulation est trop floue pour nous aider dans l’approche des questions d’information et de savoir. Je vais prendre deux exemples, la notion de “réception” et celle de “contrat”, deux notions très utilisées dans l’approche des médias. L’accent mis en sociologie de la communication sur les “études de réception” a pour intérêt de mettre en avant les pratiques des sujets sociaux. À ce titre, elles sont sans doute aussi pertinentes pour une bibliothèque ou un site internet que pour les programmes audiovisuels, qui concentrent l’intérêt de ces sociologues. Mais penser en termes d’alternative entre “médias” et “réception” conduit à une dissociation entre objets et pratiques: ce qu’on voit par le fait que beaucoup de ces études reposent surtout sur le discours tenu par les sujets sur les productions médiatiques, sans aucune analyse réelle des programmes ou des dispositifs. En réalité, c’est la notion de réception qui pose problème. Elle confond la dimension logistique de la médiation avec sa dimension symbolique. Il est certain que les publics sont confrontés à des productions médiatiques qu’ils “reçoivent” en quelque sorte sur le plan matériel. Mais cette transmission matérielle ne donne pas accès à des questions comme l’interprétation, la valeur, les attitudes culturelles. L’erreur est de faire de la réception une catégorie interprétative et symbolique, alors qu’elle n’est qu’une réalité logis-

tique: certaines formes de l'information-communication reposent sur l'interaction directe (évoquer un sujet dans une conversation) alors que d'autres sont médiatisées en ce sens qu'elles passent par la création d'un objet matériel, qui est aussi un texte, comme une brochure, un film, un livre. Dans ce cas, la véritable question est de savoir quelles sont les conditions de l'expression et de l'interprétation, et l'idée qu'on recevrait un message (et pas seulement un objet), ou inversement, qu'on serait totalement libre, passe à côté précisément de l'interaction communicationnelle et de sa teneur informationnelle.

On le voit très bien avec une autre notion d'usage courant, celle de "contrat". On nous dit que la communication correspond à des contrats: les interactants seraient implicitement d'accord sur un ensemble de règles de leur échange. Cette idée passe à côté de la complexité du rapport entre la médiation comme processus et les médias comme dispositifs. Celui qui lit un livre n'a pas passé contrat avec son auteur, ni celui qui visite une exposition contracté avec le muséographe. Il est confronté à une production médiatique, créée au sein d'un dispositif, qui a sur lui deux effets: l'impliquer corporellement et intellectuellement, lui proposer un ensemble de signes à interpréter. Ce qui se passe à partir de là ne peut complètement se modéliser. Ce qui advient dans une situation de communication médiatisée est largement ouvert à l'incertitude, sans toutefois être indépendant de ce que les dispositifs et leurs formes proposent. Il n'y a pas à proprement parler de contrat, car ni avant l'échange ni après lui la communication n'est "bouclée" sur une intercompréhension assurée. La communication médiatisée par les objets est marquée par une discontinuité structurelle. Certains ont une intention de communication, eux ou d'autres l'incarnent dans une écriture, d'autres encore contribuent à la fabrication d'un dispositif, d'autres enfin fréquentent ce dispositif et lui donnent vie et sens: tout cela est évidemment relié, parce que chaque médiation anticipe et conditionne les pratiques, mais reste irrémédiablement marqué par l'hétérogénéité et l'incertitude. Selon la formule de Davallon, "Le guidage de la réception reste probabiliste". (DAVALLON, 1999, p.78)

## **5 Une nouvelle économie scripturaire**

J'ai placé ma réflexion à un niveau assez général, quitte à négliger des généralités; je voudrais évoquer pour finir la façon dont cette dialectique complexe entre médiation, pratique et usage se déploie dans l'univers particulier de l'écriture. En effet, le domaine des écrits permet l'inscription matérielle de postures culturelles et dispose par là d'une force particulière dans la programmation des pratiques. Comme le remarque Jacques Fontanille, l'objet matériel d'écriture est "[porteur], dans [sa] morphologie même, des modalités qui conditionnent le faire

des usagers” (2005, p.198), ce qui a comme conséquence qu’il “configure provisoirement et localement des formes de vie plus étendues” (p.199). On a donc, dans le domaine de l’écriture, un cas particulièrement intéressant pour analyser le rapport entre médiation et usage, puisqu’il s’agit de médiations qui à la fois par leur dimension sémiotique portent une information et expriment un sens et par leur teneur physique exercent une pression et configurent une pratique. On a vu avec l’invention du micro-ordinateur, du traitement de texte, des écrits de réseau l’apparition de formes nouvelles de l’écriture. Les médias informatisés sont des moteurs puissants d’écritures. Par le fait qu’ils réalisent une médiation industrialisée des écrits, ils sollicitent et exploitent de façon très particulière et très puissante les usages. Comment y voir plus clair dans ces changements ?

Je soulignerai l’importance d’une approche sémiotiquement armée de l’écriture. L’écriture est, comme toutes les médiations ordinaires, souvent très mal comprise. Elle passe pour la servante de la langue. Or, si elle a le pouvoir de rendre la langue visible (CHRISTIN, 1995), elle a son organisation propre. Un texte écrit n’est pas constitué que de langue, il repose sur un support, qui a sa propre valeur symbolique, exploite les codes d’organisation de l’espace, se présente comme une image, met en jeu le cadre et la typographie (SOUCHIER, 1998; BEGUIN-VERBRUGGE, 2006). À cet égard, l’écriture alphabétique, que nous utilisons dans la transcription de nos langues, n’est qu’une des formes de l’écriture, qui connaît beaucoup de moyens différents d’exprimer la pensée. D’ailleurs, même dans nos civilisations, elle dialogue très fortement avec les formes figurées de l’écriture, pictogramme et idéogramme (ce qu’on appelle parfois un peu vite des “icônes”).

Ceci nous conduit à mettre l’accent sur une forme particulière de médiation, la médiation mémorielle. C’est par erreur qu’on présente les réseaux informatiques comme un monde radicalement nouveau, qui instituerait une nouvelle logique de communication, qu’on peut appeler par exemple la “raison computationnelle” (BACHIMONT, 2000). Il est certain que l’informatique a créé un nouveau support de l’écriture, qui repose sur des codes numériques (en fait binaires) parce que ceux-ci permettent un pilotage des machines. Mais ce n’est que le niveau le plus profond du média. Celui-ci fonctionne en s’appuyant sur des formes d’expression plus anciennes. Certes, il s’y invente de nouvelles formes de médiation ; mais cette invention s’appuie en permanence sur la mémoire sociale des usagers, c’est-à-dire sur le très riche répertoire de formes que l’histoire des hommes a progressivement constitué. L’informatique n’est pas seulement une technique de la programmation, elle doit son succès à la reprise et à la transformation de médiations existantes de la culture, à l’industrialisation de façons de faire héritées du livre, de la page, du guide, etc. Si l’on veut comprendre en quoi les médias informatisés conditionnent

les usages, il faut avoir à l'esprit cette activité de reprise et de citation de toute une culture acquise des formes de la médiation. Il n'est pas exagéré de dire que l'informatique est une industrie du recyclage des médiations. À condition toutefois de marquer deux limites à ce principe : d'une part le fait que celui qui capte et réutilise un objet médiateur ne maîtrise pas forcément le sens du geste de médiation, d'autre part le fait que les logiciels informatiques ne cessent de propager dans les contextes les plus divers des disciplines intellectuelles qui avaient été élaborées et pensées dans des contextes beaucoup plus circonscrits.

C'est à partir de cette réflexion initiale, et non directement, qu'on peut envisager la question de la trace. L'écriture relève de la trace. Elle inscrit sur divers supports des messages qui sont aussi des modes d'organisation du savoir. La page, le sommaire, le catalogue sont des disciplines informationnelles matérialisées. Mais la notion de trace, très ambiguë, peut nous induire en erreur. En effet, nous avons l'impression que les écrits portent la trace des usages et donc qu'il suffit de collecter ces traces pour accéder à la vie sociale. Les choses sont plus complexes : tous les niveaux de médiation précédemment évoqués sont impliqués dans l'analyse des objets écrits. Les traces écrites ne sont pas des reflets. Elles sont des énonciations, c'est-à-dire des prises de position sur le monde, des mises en forme et en sens. Elles sont conçues pour donner lieu à une lecture, c'est-à-dire qu'elles se comprennent dans des conditions de diffusion, de publicité, d'interprétation particulières. On le voit lorsque quelqu'un prend un texterédigé pour circuler dans un contexte privé et le diffuse largement ou lorsqu'il découpe un texte long pour le mettre en morceaux : deux formes de violence, souvent inconscientes, que le "couper/coller" rend possible. Les écrits sont le produit d'une énonciation éditoriale, c'est-à-dire d'un donner à lire, sur un support, dans un contexte, selon un univers de publicité. Le fait qu'un écrit comporte matériellement des traces et puisse les véhiculer ne signifie pas qu'il est la pure trace (le pur indice) du social. Il est certain que, dans la mesure où les écrits produisent des traces, ils peuvent être réutilisés, exploités, placés dans d'autres contextes, collectés, cumulés, et que l'informatique donne une puissance toute particulière à cette ingénierie industrielle des traces.

Ces deux précautions initiales permettent de requalifier en termes info-communicationnels le rapport entre médiation et usage dans les écrits de réseau. C'est d'ailleurs revenir au fait que le concept d'usage a une signification politique. En dialogue avec Foucault, De Certeau reconnaissait le poids des dispositifs qui contraignent nos pratiques ; mais, plutôt que d'assimiler les dispositifs à un assujettissement, il voulait rendre visible la créativité des pratiques sociales. L'usage, c'est la façon dont ceux qui ne possèdent pas le pouvoir réussissent à développer leur propre univers culturel : ce que le théoricien de l'invention du quotidien exprimait

par l'antithèse entre la stratégie, force du fort, et la tactique, force du faible, qui sait jouer avec les contraintes. Pour lui, lire est un braconnage, un exemple parlant de cette intelligence de celui qui fait avec la domination pour inventer un espace d'expression. Cette idée porte le nom d' "économie scripturaire" (DE CERTEAU, 1990 : 195-224). Il me semble que cette notion peut être aujourd'hui revitalisée grâce à une analyse des médiations proprement liées au processus d'information-communication, telles que j'ai pu les évoquer rapidement jusqu'ici.

En effet, la notion d'économie scripturaire me semble à la fois confirmée par le développement des médias informatisés et profondément transformée. On sait qu'il est tout à fait ridicule d'opposer les écrits aux écrans, puisque le propre de l'écrit d'écran est d'opérer une mise à l'écriture de plus en plus étendue d'une gamme de pratiques qui jusque là ne relevaient nullement de l'écrit (COTTE et al., 2007). Cela veut dire que les médias informatisés produisent en permanence une écriture des pratiques, qu'ils inscrivent des traces écrites des usages. Ils sollicitent les productions écrites et les traitent. L'économie scripturaire ne repose donc pas seulement sur un clivage entre écrire et lire, mais aussi, de façon de plus en plus forte, sur un clivage entre les plans d'écriture, entre les acteurs qui configurent les formats de l'écriture et ceux qui les remplissent. Par exemple, une plate forme participative, un blog, un site de collecte de carnets de voyage autorisent une vaste gamme de productions écrites différentes, venant de personnes de statut très varié ; mais cette contribution n'est possible qu'au sein de formes qui ont été élaborées par des concepteurs de logiciels et qui sont de plus en plus normalisées.

J'ai proposé avec Emmanuel Souchier (1999) la notion d'architexte informatique pour désigner ce phénomène. Les architextes, ce sont des écritures de l'écriture. Quelqu'un a écrit en amont de vous les formes dans lesquelles vous allez écrire. Depuis que nous avons créé cette notion, les architextes se sont multipliés et ont montré leur extraordinaire puissance. Architextes de la mise en forme (traitement de texte, logiciel de présentation visuelle), de l'échange de correspondance (messageries, chats), de la recherche d'information (moteurs de recherche), de l'intertextualité (fils RSS), etc. Les architextes sont des objets logiciels qui industrialisent la capacité des formes écrites à configurer des pratiques, comme on l'a vu plus haut, et instaurent à ce titre une nouvelle économie scripturaire. Une économie qu'on peut résumer par un paradoxe : une masse de plus en plus considérable de moyens d'expression, jusque là réservés aux professionnels, est disponible pour l'expression des "amateurs", suscitant une mise en visibilité massive des usages culturels ; mais cette expression est de plus en plus formatée par des outils qui, valorisant certaines formes de médiation au détriment d'autres, interviennent dans l'économie symbolique, non seulement de telle ou telle pratique individuelle, mais de la culture tout entière.

J'illustrerai pour finir cette analyse avec un exemple tiré d'une recherche collective en cours, qui montre à quel point les rapports entre médiation, pratique et usage se redéfinissent.

Cet exemple porte sur une recherche en cours, l'analyse des traces de médiation éditoriale dans les grands corpus du web (Note 2 -. Projet ANR Tramedweb dirigé par Jean Davallon, projet mené par les équipes d'Avignon (LCC), Lille 3 (Geriico) Paris 4 Celsa (Gripic), Paris 10 (MoDyCo).). L'une des tendances fortes de ce qu'on appelle le "web 2.0" consiste en la collecte de traces d'usage et la production de schémas, dits "cartographies" des réseaux sociaux, collectifs, communautés de pratique ainsi révélées. Ce qui est, pour nous chercheurs en information-communication, une forme de médiation particulière, mais qui n'est pas toujours présentée ainsi par ses auteurs. Certains de ceux-ci, parmi les plus en vue, présentent le web comme un lieu de connaissance des usages particulièrement puissant, en vertu précisément d'une notion de trace qui assimile les productions écrites à des indices de pratique. Ils vont même jusqu'à annoncer une ethnographie du web qui reposerait sur la collecte de ce type de traces.

Les opérations en jeu sont en réalité très complexes et multiples. Il peut s'agir de créer des formats de production de textes pour susciter la rédaction d'écrits, de traiter automatiquement des structures logicielles, comme les liens entrants et sortants des sites, de rassembler en un seul corpus par divers procédés des textes produits avec différentes visées, d'impliquer les scripteurs ordinaires du web dans la production de descripteurs, de réaliser différents calculs statistiques sur ces traces, etc. Tout cela donne lieu à des productions formelles, à la fois techniques et sémiotiques, qui prennent la forme de listes, de "nuages", de "cartographies", d'icônes diverses, mais aussi de signes passeurs renvoyant à différents textes disséminés sur le réseau ou, inversement, de reproduction de textes extérieurs au sein de sites agglutineurs. Derrière l'apparence d'une saisie immédiate des pratiques (que défendent ceux qui parlent, non de traces écrites, mais de traces tout court), l'analyse fait apparaître un ensemble complexe et dense de médiations. Mais ces pratiques, qui gagnent peu à peu tous les secteurs de l'information, du plus commercial au plus militant, sont réinterprétées en discours par leurs producteurs. Ces réinterprétations sont souvent métaphoriques : il s'agirait de communautés, d'autorité, de popularité. C'est la qualification informationnelle d'une pratique de manipulation des textes. Or il faut remarquer que ces pratiques gagnent peu à peu la recherche appliquée en sciences sociales, puisqu'elles semblent permettre une nouvelle forme de sociologie appareillée, ce qui ne va pas sans susciter la critique des chercheurs qui depuis longtemps avertissent sur la complexité de l'usage de statistiques. En réalité, c'est le prestige des opérations médiatiques – et aussi le fait que le média, au

lieu d'être pensé comme un média de l'écriture, est conçu comme une "technologie de l'information" – qui légitime ces pratiques et détourne de faire, comme pour toute analyse statistique, une critique des conditions dans lesquelles les textes et les données sont produits, pour dimensionner correctement leur interprétation.

Pour les chercheurs en communication, ces opérations sont intéressantes, mais à titre de médiations éditoriales réalisées sur des textes de statut divers. Il faut donc comprendre les opérations dont elles procèdent, analyser les formes médiatiques et textuelles qui rendent ces opérations possibles, comprendre les transformations sémiotiques qui sont opérées sur les écrits. En somme, analyser l'économie scripturaire à l'œuvre dans ces différentes opérations. Ici encore, pour finir, nous rencontrons le politique. Ce travail pour mettre à distance les métaphores du réseau, de la carte ou de l'indexation sociale est nécessaire, si l'on veut que la science de l'information-communication apportent un concours spécifique à l'analyse de ces nouvelles relations entre médiations et usages. C'est très différent d'une autre option, qui consisterait à apporter un soutien à une sociologie sauvage fondée sur la mise en équivalence de toutes les écrits, en accréditant l'idée qu'il est possible de faire un traçage informationnel des pratiques sur l'internet.

### **Bibliographie**

BACHIMONT, B. L'intelligence artificielle comme écriture dynamique : de la raison graphique à la raison computationnelle. In. : PETITOT, J.; FABBRI, P. (dir.). **Au nom du sens** : autour de l'œuvre de Umberto Eco. Paris: Grasset. 2000. p. 290-319.

BADIR, S. La sémiotique aux prises avec les médias, **Visible**, n. 3, p. 173-189, 2007.

BEGUIN-VERBRUGGE, A. **Images en texte, images du texte**: dispositifs graphiques et communication écrite. Villeneuve d'Ascq: Presses du Septentrion, 2006.

BONACCORSI, J. À paraître. Le devoir de lecture : médiations d'une pratique culturelle. Paris et Londres : Hermès-Lavoisier, 2009.

COTTE, D.; CHERVIN, J.; DESPRES-LONNET, M. La sémiotisation d'une pratique professionnelle : l'activité de montage numérique dans l'audiovisuel. In.: TARDY, C. Tardy; JEANNERET, Y. (Orgs.). **L'écriture des médias informatisés**: espaces de pratiques. Paris et Londres : Hermès. 2007.

CHARTIER R.; MARTIN, H.J. **Histoire de l'édition française**. Paris : Promodis, 1982.

CHARTIER, R. **Du livre au lire**, dans Pratiques de la lecture, Paris : Payot, 1993, p. 79-113.

CHRISTIN, A.-M. **L'image écrite ou la déraison graphique**. Paris : Flammarion, 1995.

DAVALLON, J. **L'exposition à l'oeuvre** : stratégies de communication et médiation symbolique. Paris : L'Harmattan. 1999.

DAVALLON, J. **La médiation** : la communication en procès ? **MEI**, n. 19, p. 37-58, 2004.

DE CERTEAU, M. **L'invention du quotidien**, v. 1 Arts de faire. Paris : Gallimard, 1990.

DUFRENE, B.; GELLEREAU, M. "La médiation culturelle: métaphore ou concept ? dans Émergences et continuité dans les recherches en information et communication. **Actes du 12<sup>e</sup> congrès de la SFSIC**. Paris : Jouve. 2001. p. 233-240.

FONTANILLE, J. Du support matériel au support formel. In.: ARABYAN, M. et I. **L'écriture entre support et surface**. Paris : L'Harmattan, 2005. p. 183-200.

FLICHY, P. **L'innovation technique** : nouveaux développements en sciences sociales. Paris : La Découverte, 1995.

GIARD, L.; JACOB, C. **Des Alexandries**. 1 Du livre au texte. Paris : éditions de la BNF, 2001.

JACOB, C. **Des Alexandries**. 2 Métamorphoses du lecteur. Paris : éditions de la BNF. 2003.

LABELLE, S. **La ville inscrite dans "la société de l'information"** : formes d'investissement d'un objet symbolique. Thèse de doctorat. 2007. Paris: Université Paris 4, 2007.

LATOURET, B. Ces réseaux que la raison ignore : laboratoires, bibliothèques, collections. BARATIN, M.; JACOB, C. (dir.) **Le pouvoir des bibliothèques: la mémoire des livres en Occident**, Paris: Albin Michel. 1996, p. 23-46.

MARIN, L. **Le portrait du roi**. Paris: Minuit, 1981.

PERRIAULT, J. **La logique de l'usage** : essai sur les machines à communiquer. Paris: Flammarion, 1989.

QUERE, L. **Des miroirs équivoques** : aux origines de la communication moderne. Paris: Aubier-Montaigne, 1982.

Souchier, E. L'image du texte : pour une théorie de l'énonciation éditoriale. **Cahiers de médiologie**, n. 6, p. 137-45, 1998.

SOUCHIER, E.; JEANNERET, Y. Pour une poétique de l'écrit d'écran, **Xoana**, n. 6, p. 97-107, 1999.

SOUCHIER, E.; JEANNERET, Y.; LE MAREC, J. **Lire, écrire, récrire** : objets, signes et pratiques des médias informatisés. Paris : éditions de la BPI, 2003.

TARDY, C.; JEANNERET, Y. **L'écriture des médias informatisés** : espaces de pratiques. Paris et Londres : Hermès. 2007.

TUFTE, E.R. **The Cognitive Style of PowerPoint**. Cheshire (CT) : Graphic Press. 2003.



# A relação entre mediação e uso no campo de pesquisa em informação e comunicação na França

Yves Jeanneret<sup>1, 2</sup>

---

## 1 Introdução

NESTE TRABALHO, IREI CONCENTRAR-ME EM DUAS NOÇÕES ÀS QUAIS SE FAZ REFERÊNCIA em vários trabalhos diferentes sobre processos informacionais e comunicacionais. Em francês, essas noções são chamadas de “*médiation*” e “*usage*”: as quais podem ser traduzidas de forma aproximada para o inglês como *mediation* (mediação) e *use* (uso). Gostaria de apreender essas duas noções de forma problemática, a fim de desconstruir, se possível, sua aparente naturalidade. O interesse de tal exame é apontar alguns recursos e também alguns riscos que tal terminologia coloca.

Devo indicar que abordo esta questão de forma limitada. Pertencço a comunidades de pesquisa das pessoas que buscam compreender algumas práticas comunicacionais particulares: aquelas que buscam o compartilhamento de conhecimento e de objetos culturais na sociedade [que buscam analisar os dispositivos, as práticas, os discursos por meio dos quais os saberes e os valores culturais circulam entre espaços sociais diferentes.] É o que chamo de, sem qualquer sentido pejorativo, “trivialidade”.

A principal vantagem deste campo de pesquisa é que é inclassificável. Quando se examina o desenvolvimento da popularização de livros [Quando estudamos os livros de vulgarização] ou a exposição de textos literários nas paredes do metrô, por exemplo, é impossível dizer se o objetivo é a informação ou a comunicação. Devo dizer que a situação institucional do campo francês das ciências sociais enfatiza fortemente esta situação. De fato, ela possui a particularidade de juntar numa

---

1 Laboratoire de Culture et Communication, Université d'Avignon et des Pays de Vaucluse, Avignon, França.

2 O texto da conferência foi publicado anteriormente na Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde (RECIIS), em fascículo que reuniu os textos das palestras e da conferência inaugural do I Colóquio Científico Internacional da Rede Mussi, em 2008. Agradecemos aos editores da RECIIS a cessão do texto para a presente publicação.

única disciplina vários tópicos que, em outra parte, são comumente divididos em ciências separadas, especialmente em países de língua inglesa: ciência da informação, ciência da comunicação, estudos de mídia, estudos culturais, etc.

É com base nessa particularidade que tenho a oportunidade, aqui, de questionar algumas noções mencionadas acima. Meu objetivo é introduzir algumas hipóteses sobre a forma como funcionam ambas as noções num espaço tão infocomunicacional. Primeiramente, devo apontar que as noções de mediação e uso não têm um papel equivalente na análise de processos de informação e comunicação. Portanto, será necessário perguntar se podem funcionar juntas e como poderiam fazê-lo, de um modo sinérgico ou conflituoso.

Finalmente, poderemos considerar a maneira pela qual todas essas questões aparecem num campo mais limitado, o de práticas de escrita, um campo no qual a relação entre mediação e uso possui um impacto especialmente decisivo.

## 2 Mediação/mediações

A palavra francesa “mediação” é tão frequentemente utilizada no singular (*médiation*) como no plural (*médiations*). A pesquisa deve, de fato, questionar tanto o sentido social do ato de mediação em si quanto realizar um inventário preciso dos múltiplos tipos de mediações e dos diferentes tipos de mediadores. O conceito de mediação vem dando apoio à disciplina francesa de ciências da informação e comunicação há duas décadas.

Ele não foi criado por esta disciplina, mas esta disciplina atraiu indivíduos que se aplicam a revelar que nada é transparente. Pessoas que apontam que nada é realmente imediato e que destacam o papel de intermediários, mediadores, nas realidades sociais. Pessoas que demonstram que o conhecimento e o significado nunca nos são simplesmente dados, mas precisam ser elaborados. De outras maneiras, a disciplina francesa de ciências da informação e comunicação alimenta-se de uma certa forma de negatividade: ela recusa deliberadamente uma abordagem imediata, transparente ou absoluta de fatos da cultura: o que Barthes chamou de “naturalização” de práticas culturais. Mas tal negatividade leva a uma positividade correspondente: a maneira pela qual os mesmos pesquisadores se comprometem a revelar, distinguir e descrever todos os objetos e seres intermediários na comunicação. A determinação que mostram em não dar nada como certo.

Tal postura é mais fácil de ser adotada em algumas áreas sociais do que em outras. Consequentemente, a disciplina tende a se dividir em diferentes apreensões da questão da mediação, de acordo com as atitudes dominantes que terminam por prevalecer em domínios científicos próximos. Por exemplo, os sociólogos da cultura possuem uma longa experiência no estudo de mediações e mediadores: é uma

tarefa comum para eles tentar repovoar mundos da arte. Nesse sentido ela oferece recursos importantes às ciências da informação-comunicação. Contrariamente, a ciência política concorda muito relutantemente com a ideia de mediação em si, a qual normalmente deveria eclipsar a realidade de relações de poder.

É a razão pela qual a própria noção tornou-se profundamente discutida dentre os pesquisadores. Como uma categoria antropológica, a ideia de mediação transmite um conceito de cultura; como um item profissional, é aplicada a uma grande variedade de dispositivos, ações e tarefas; como uma ferramenta conceitual, dá suporte à possibilidade de descrever os diferentes componentes de qualquer processo comunicacional (DAVALLON, 2004). A ciência da informação e comunicação alimenta-se de tal circulação entre as diferentes dimensões daquela noção complexa. Há tempos vários atos de mediação têm sido realizados por diversos atores; mais recentemente, diferentes dispositivos de mediação (de natureza distinta) foram desenvolvidos, bem como programas, procedimentos e artefatos educacionais, de forma que a ideia de mediação se tornou uma realidade profissional e, de certa forma, uma realidade política. De qualquer forma, nenhum desses gestos, estando relacionados a amadorismo ou a empreendedorismo ou a habilidade, deixa de transmitir uma dimensão simbólica aos atos sociais (DUFRÊNE & GELLEREAU, 2001). Eles prosseguem delineando objetos, definindo relações com a cultura, fomentando posturas, legitimando normas.

Posso mencionar aqui um exemplo dentre mil: o da iniciativa tomada por várias associações a fim de promover a capacidade de leitura de pessoas menos favorecidas (BONACCORSI, 2009). Somente pelo fato de existirem, esses projetos contribuem para estimular uma formação de discurso sobre a necessidade social de um “dever de leitura”: um valor cultural no qual a ideia de mediação está constantemente renascendo e se renovando. Mas conforme se deixa a moldura normativa do projeto em direção à elaboração das ações e depois às suas publicações, pode-se descobrir uma rede de atores, cada qual utilizando roteiros, programas, meios para tornarem-se invisíveis. Finalmente, a fim de compreender a operatividade efetiva de todo o processo mencionado acima, é preciso utilizar a mediação como uma categoria analítica, a fim de descrever exatamente o contexto material, as produções semióticas, bem como as formas de interações. A forma pela qual o status da leitura é elaborado numa sociedade baseia-se numa rede semelhante de valores, de papéis sociais e de formas simbólicas.

Tal exemplo mostra a base tripla sobre a qual a noção de mediação funciona numa disciplina como a ciência da informação e comunicação. Ele oferece algumas ferramentas para uma descrição exata de processos comunicacionais; permite qualificar socialmente as dinâmicas e regimes de cultura; impulsiona os

pesquisadores a questionar seu próprio lugar no processo social de circulação do conhecimento.

A primeira figura da noção de mediação é uma de *procedimento*. As distinções que possibilita fortalecem a análise dos processos comunicacionais: como, por exemplo, a distinção entre mediações sociais, pragmáticas, semióticas, técnicas, etc. Por exemplo, se aceitarmos sem análise a crença de que as tecnologias de rede podem criar comunicação imaterial - o que é encorajado pela fórmula discursiva de “sociedade da informação” -, estaremos mais inclinados a opor o real e o virtual, por exemplo, a cidade real e aquela virtual. Por outro lado, se analisarmos como tal discurso se difunde em vários espaços, os meios que usa para se tornar visível e legítimo, nos tornamos capazes de apontar uma atividade complexa que é exposta a fim de fazer a ligação entre diferentes espaços de comunicação, utilizando artefatos materiais, movimentos de pessoas, procedimentos de discurso (LABELLE, 2007). A chamada cidade digital não é uma cidade separada, mas um conjunto de projetos, de códigos, de dispositivos que personificam e espacializam a utopia de uma possível vida livre da realidade. Sociólogos nos sugeriram um caminho para entender isso, conforme evocaram registros que mudam de um lugar para outro (o que chamam de *móveis imutáveis*) e nos convidam a viajar pelas cadeias de sujeitos e objetos para compreender como as realidades sociais são estabelecidas (LATOURET, 1996). Entretanto, nós, pesquisadores da ciência da informação e comunicação, temos algo a acrescentar a tal modelo, especialmente porque não assemelhamos o processo de mediação a uma cadeia: tentamos distinguir entre dispositivos materiais, suportes de escrita, documentos, formas textuais, lugares comunicacionais. Em resumo, nós não somente postulamos algo como a mediação, mas tentamos identificar vários tipos de mediações e entender como cada uma exige atividade, bem como gesto, interpretação e expressão. Se você consegue identificar realidades documentais (como a lista), formas semióticas (como o rótulo de qualidade) e figuras retóricas (como a narrativa emblemática), você consegue não somente identificar como pessoas diferentes agem, mas questionar como a ação em si deve ser definida.

Na verdade, o objetivo de descrever processos de informação necessita do estudo de um complexo de objetos através dos quais as dimensões sociais, simbólicas e técnicas da comunicação são constantemente trocadas. Nesse primeiro sentido, a noção de mediação luta contra a ilusão de transparência.

Em segundo lugar vem a *figura social* de mediação. O exemplo acima mostra que ao ligarem-se formas sociais, semióticas e técnicas, chega-se a uma compreensão particular de questões sociais e políticas. Ao invés de realizar somente vários conclusos óbvios entre atores, é possível descrever uma nova relação entre a obri-

gação de fazer e a habilidade de dizer. O primeiro resultado de uma análise de mediações é conferir existência a alguns atores o quais uma abordagem acadêmica da cultura negligencia sistematicamente, tal como, por exemplo, aqueles que popularizam a ciência de resumir um campo de conhecimento. Mas, de forma mais profunda, a ideia de mediação leva a uma elucidação do que faz os dispositivos e situações comunicacionais operantes, o que chamamos em francês de “opérativité symbolique” (QUERE, 1982). O sentido é como geram uma representação do nosso mundo, pontos de vista sobre ele, papéis perante ele. Da mesma forma, chamamos de “operacionalidade social” (DAVALLON, 1999) a forma como esses sistemas e contextos implicam em envoltimentos institucionais, atraem públicos, reconhecem autoridades. Um texto, uma figura, uma interface de recuperação de informação, por exemplo, geram representação, isto é, fornecem uma mediação à nossa experiência. Eles são aparatos de representação (*dispositifs de representation*, MARIN, 1981): conferem existência tanto a uma concepção de realidades sociais (*effet de sujet*) quanto a uma postura para sua percepção. O livro dá existência ao leitor, a fotografia à testemunha, as plataformas colaborativas ao engenheiro social.

Nesse segundo sentido, a noção de mediação tira sua virtude produtiva do fato de que ela luta contra o tópico da grande lacuna, entre realidade e virtualidade, entre tradição e cyber cultura, entre “web 1.0, 2.0, 3.0, 4.0...”.

A última figura que eu gostaria de mencionar é a da *reflexividade*. Estando consciente das mediações, o pesquisador, o especialista e o ator têm de levar em consideração os procedimentos pelos quais produzem seu próprio conhecimento. A pesquisa em ciências atropológicas-sociais não é de forma alguma um discurso isolado. Ele progride interagindo com o discurso social. Ele o captura, analisa, torna visível e dá publicidade. O que leva a uma importante exigência: levar em consideração o fato de que os conhecimentos sobre informação e comunicação se difundem em vários contextos sociais, onde são elaborados, transformados, utilizados. Como pesquisador, ninguém está totalmente livre para decidir qual sentido deve ser dado a uma determinada prática. Tivemos que lidar com essa restrição durante um trabalho de campo sobre leitura na internet (SOUCHIER et al., 2003). Alguns dos usuários de redes de informática vêem um web site como veriam um documento: eles procuram um autor, um texto, uma garantia. Outras pessoas, ao contrário, vêem a Internet como um tipo de tanque no qual está estocada uma coleção de dados pontuais, sem qualquer ligação entre eles. É o que eu chamo de “predileção semiótica”: qualquer usuário está em condições de definir o que deve ser interpretado e, além disso, de decidir se o objetivo é interpretar um texto ou lidar com um objeto. Num estilo de pesquisa tão reflexivo, pode-se compreender que estamos longe da capacidade de fazer afirmações decisivas, mesmo que vagas, sobre o fato,

por exemplo, “ninguém lê na Internet”... Tal proposição de fato não faz sentido e não nos esforçamos para explicitar e testar nossas próprias hipóteses sobre o que as pessoas consideram legível e, de forma mais ampla, interpretável. Isto porque os pesquisadores não enfrentam o processo de compartilhamento social de forma puramente externa, como simples observadores. Atores políticos, bem como técnicos e financeiros, tem um papel na escolha entre diferentes predileções semióticas, fomentando algumas delas e evitando outras.

Quando voltada para a comunidade científica como uma interrogação reflexiva, a mediação luta contra a ideologia clássica de popularização (em francês “*vulgarisation*”, com uma conotação algo pejorativa): uma concepção de comunicação como uma transferência de conteúdos de informação de pessoas instruídas àquelas ignorantes. As mediações sócio-cognitivas dos processos de informação têm a consequência de que as realidades sociais que a pesquisa procura analisar são constantemente elaboradas por atores e que elas não poderiam existir sem a intervenção deles. Elas podem até desaparecer se as pessoas deixarem de apoiá-las.

### 3 Uso (“*usage*”)

A noção de uso tem um status algo diferente na ciência da informação-comunicação francesa daquele da mediação, por um conjunto de razões as quais mencionarei primeiro.

Mesmo que a ideia de uso seja bastante tradicional nas ciências da documentação, sua presente legitimidade (muito forte) não vem da ciência da informação e comunicação. A noção de uso é historicamente ligada à sociologia da mídia, especialmente as averiguações sobre públicos midiáticos, no campo da pesquisa “administrativa” americana. A tendência científica conhecida como “pesquisa do uso e gratificação” teve um importante papel na afirmação da liberdade do “receptor” lidando com as mensagens midiáticas. Na França, os termos “*usage*” e “*usager*”, os quais são possíveis traduções, dentre outras, das palavras inglesas “uso” e “usuário”, possuem uma história científica muito rica. Elas foram notadamente elaboradas, de forma algo diferente, pela abordagem crítica de poderes culturais, com as investigações sobre leitura, consumo, cultura técnica, cujo objetivo era tornar visível a parte invisível de culturas comuns (DE CERTEAU, 1990; PERRIAULT, 1989). Finalmente, a noção encontrou status renovado conforme foi incorporada aos projetos importantes de inovações técnicas, como dispositivos de telecomunicação e comunicação mediada por computador. Na França, a criação de um laboratório de pesquisa industrial e de desenvolvimento sobre as utilizações dos objetos técnicos (CNET) gerou um estilo específico de trabalho e, inevitavelmente, produziu toda uma pré-construção intelectual da noção.

Nestas condições, não é absurdo dizer que a noção de uso frequentemente faz parte daquela de mediação e, de forma mais ampla, de todo um campo de noções utilizadas em ciências sociais, tão logo quanto a questão seja sobre gerenciamento ou financiamento de atividades de pesquisa. Como um pesquisador que estudou nos anos 1970, estou muito surpreso pelo modo como a ideia de uso ofuscou recentemente a noção de prática.

Outra diferença entre as noções de mediação e uso refere-se ao fato de que a segunda foi desenvolvida diretamente num espaço científico poliglota, o qual era primariamente dominado por falantes do inglês, o campo de inovação nos processos técnicos. Mas não é pequena a diferença entre os recursos que cada língua oferece à manifestação de ideias subjacentes ao uso de tais termos. O inglês pode utilizar tanto o verbo quanto o substantivo: *use/to use* (uso/usar). O francês precisa escolher entre dois verbos diferentes (“*user*” ou “*utiliser*” - usar/utilizar) e dois substantivos diferentes (“*usage*” e “*utilisation*” - uso/utilização). Este é o motivo pelo qual os recursos léxicos franceses levaram a um tipo de nebulosa semântica. Quando se utiliza a palavra “*use*”, pode-se sempre ser compreendido como falando sobre uma questão funcional (como você opera?) ou simbólica (qual a questão?), e esse tipo de status ambíguo foi muito importante ao ajudar o projeto sociológico a sobreviver em contextos industriais. Em compensação, tal ambiguidade não evita a produção de um desvanecimento epistemológico permanente. De fato, assim como declarar que se dará atenção aos usos sociais de artefatos tem o poder de ativar o financiamento a pesquisa, nenhum grupo de pesquisa esquece-se de protestar que são especialistas em estudos de uso. O resultado é o crescente número de projetos e relatórios que, com o título de estudos de uso, não incluem nenhuma análise documental e nem qualquer trabalho de campo etnográfico merecedor desse nome.

Em outras palavras, a noção de uso, diferentemente daquela de mediação, não se encaixa facilmente com a ideia de comunicação. A ideia de uso tende a levar à de funcionalidade, mesmo se não tentarmos reduzi-la à técnica. Em nossa representação visual, um estudo sobre uso e usuário sugere a cena de uma pessoa que se defronta com um aparato que consegue operar ou não. Qualquer um pode verificar, nos grandes programas R&D, no discurso de gerentes industriais, bem como em políticas públicas sobre o equipamento de instituições culturais e de informação, um privilégio é sistematicamente ligado ao que o sociólogo francês Flichy chama de “estrutura de funcionamento” (FLICHY, 1995), comparado com as partes simbólicas, afetivas, estéticas ou ideológicas das práticas. Para tanto, muitos estudos de pesquisa de ciência da informação e comunicação sobre usos sociais de dispositivos de comunicação são financiados como uma forma de extensão de projetos exclusivamente técnicos, diferente das investigações longas e prolongadas sobre usos

culturais lideradas por De Certeau trinta anos atrás. Ao escapar do campo das práticas culturais para aquele da apropriação mais ou menos fácil de objetos técnicos inovadores, a palavra “uso” perdeu em exatidão o que ganhou em popularidade.

A comunidade de sociólogos do uso teve que resistir a essa lógica. Eles propuseram uma frase para manifestar a complexidade do problema, a abordagem “sócio-técnica” (*socio-technique*) dos usos. Mas tal fórmula não é suficiente para evitar o paradoxo. Se colocarmos de um lado a técnica e do outro a sociedade - mesmo se recusarmos a própria oposição -, não conseguiremos compreender como a mediação se refere a símbolos, discurso ou representação. Utilizar um livro, um computador ou um telefone celular não pode ser reduzido a uma combinação pura de lógica social e propriedades técnicas. Objetos desse tipo são *mídia*, isto é, objetos que não somente unem realidades sociais como as geram. Para nós, pesquisadores da ciência da informação e comunicação, é impossível comparar os objetos técnicos da comunicação a outros. Algo com que concordam os semióticos (BADIR, 2007). Esses objetos são mídia: é claro que são artefatos, mas artefatos particulares que não somente moldam como os seres humanos dominam as forças naturais, mas também os meios da representação. Então somos levados de volta à mediação. É um ponto sensível em nossa própria disciplina, na qual algumas tendências em pesquisa, as quais não se interessam por problemas informacionais, se contentam com o conceito de “tecnologia”. Entretanto, sejam computadorizadas ou não, a mídia não é só ferramentas simples. Seu uso não depende somente da *ergonomia*. Ou, mais precisamente, depende de uma ergonomia de natureza muito especial. A questão é muito importante para aqueles que analisam ou gerenciam processos de informação. Pois a produção simbólica de informação e conhecimento é frequentemente retratada sob a forma do uso prático de várias ferramentas, através de como essas ferramentas dão acesso a mercadorias e se adequam às diferentes expectativas de “usuários finais”.

Em outras palavras, para tornar o problema do uso cientificamente proveitoso no campo da ciência da informação e comunicação, é preciso reformulá-lo. Se alguém aceita um forte conceito de informação e comunicação, deve compreender como ideias, conhecimentos e representações podem ser elaborados. A meu ver, a condição para isso não é tomar o termo “uso” como sendo simplesmente equivalente ao de “prática”, mas fomentar uma comparação entre ambas as noções. Para mim, os usos sociais são não somente um componente das práticas sociais, referindo-se às situações nas quais as pessoas precisam lidar com objetos que outras pessoas projetaram. Desse ponto de vista, não devemos mencionar usos da informação, mas sim práticas informacionais que levam atores sociais a deparar-se com artefatos produzidos por outras pessoas: isto é, especialistas em informação, engenheiros, amadores, pessoas que trabalham com marketing etc.

À medida que nossa abordagem se baseia naquela ideia simples, temos que nos perguntar qual é conceituação de práticas culturais e informacionais à qual recorreremos cada vez que planejamos analisar o uso de objetos culturais, dispositivos de informação, trabalhos ou textos.

As considerações acima levantam a questão do ponto de vista e da escala que escolhemos para observar os usos sociais de objetos. É claro que o principal ponto forte dos estudos de usos (o fato de que realmente fazem trabalho de campo) não pode ser distinguido de seu ponto fraco, o risco em potencial de tomar a parte visível das práticas pela realidade inteira. Uma investigação que se concentra numa tecnologia midiática específica (por exemplo, os usos das fotografias no telefone celular) não traz o mesmo tipo de conhecimento que uma investigação que começa a partir de práticas culturais: por exemplo, de práticas musicais, de relações pessoais com a ciência, de vidas sentimentais. A primeira se apoia na hipótese de que práticas culturais dependem das funcionalidades de um objeto, enquanto a segunda se distancia dos objetos, arriscando tornar-se incapaz de ver o que ocorre neles. Pode-se considerar que um ponto de vista ideal seria combinar ambas as perspectivas, mas não há ponto de vista total em nenhuma prática.

Então enfrentamos mais uma vez a dimensão política de nossa questão. Estudos de uso não são somente formas de investigar práticas culturais, eles participam da produção de uma representação da sociedade, em sentidos tanto cognitivos quanto políticos. Por exemplo, se um estudo de uso chega à conclusão precipitada de que as “pessoas” esperam algo, ele cria uma entidade coletiva que é mais ou menos baseada na metodologia investigativa, mas nunca simplesmente reflete as pessoas que foram entrevistadas ou observadas. Uma pessoa tão moral irá então adquirir, independentemente de qualquer procedimento político, o status de uma representação de uma comunidade. Portanto o estudo de uso produz valores e representações, para então personificar essas construções em alguns aparatos que estão destinados a modificar a própria estrutura das nossas vidas culturais e informacionais e para abrirem-se num ecossistema info-comunicacional.

#### **4 Uma dialética complexa**

Torna-se óbvio, neste estágio do pequeno resumo que fizemos da vida científica de duas noções, que mediação (mediações) e uso(s) não diferem um do outro tanto pelos objetos aos quais se referem, mas pelo efeito de perspectiva que produzem e pela forma bem diferente que consideram o papel ocupado pela comunicação nas práticas informacionais. Podemos concluir que, numa perspectiva comunicacional, as três noções de mediação, prática e uso interagem, mas não sem tensões e paradoxos.

Neste sentido, a leitura de trabalhos de historiadores de livros parece ser especialmente explicativo, pois em certas circunstâncias de seu desenvolvimento, esse campo de pesquisa teve que produzir uma teoria de processos comunicacionais. O problema de fato logo surgiu da relação entre livros e leitura, isto é, entre os objetos de mediação e seus usos. Num campo que havia sido dominado por métodos bibliológicos, voltados para a análise dos objetos e inventários quantitativos, os estudiosos que estavam cientes da problemática da história das mentalidades enfatizaram a questão da natureza das práticas ligadas aos usos do livro. Eles buscavam compreender como os objetos, em sua própria forma material, contribuíam para dar forma às atitudes culturais com relação à leitura: “a história dos livros, escreveu, por exemplo, Roger Chartier e Henri-Jean Martin, não pode mais evadir das formas de leitura, parcialmente registradas no objeto em si, a qual define as possibilidades de uma apropriação, mas também parcialmente apoiada pela cultura daqueles que lêem e dão significado, nosso significado, ao que lêem” (1982, p. 11). Apontava-se que “uma questão central, aquela dos usos e manuseios, aquela das formas de apropriação e leitura das matérias impressas” (CHARTIER, 1993, p. 80). Mas tal deslize na postura de examinar práticas de leitura não significa que os historiadores se distanciaram da materialidade dos livros ou das formas simbólicas que estes são capazes de instituir. Mesmo se o comportamento atual de qualquer comunidade ao ler definir um regime de norma e senso, este “situa-se na junção entre formas de ler (as quais são ambas individuais e coletivas, herdadas e inovadoras, íntimas e públicas) e protocolos de leitura registrados no objeto que é lido, não somente pelo autor, que indica o entendimento correto de seu texto, mas também pela editora, que determina sua forma tipográfica, seja intencionalmente ou não, de acordo com as rotinas dominantes” (CHARTIER, 1993, p. 81). As dificuldades que os historiadores tiveram de enfrentar, à medida que não puderam recorrer a uma observação direta de práticas, obrigou-os a apontar com agudeza particular a dialética entre a dimensão material e semiótica dos objetos mediacionais e a dimensão cultural e antropológica das formas de fazer as coisas.

É algo que é muito claramente manifestado pela ampla investigação coordenada por Christian Jacob sobre mundos letrados (“mondes lettrés”), dedicada à análise da elaboração do texto como um objeto (GIARD & JACOB, 2001) e à metamorfose do leitor (JACOB, 2003). A dimensão tripla (social, técnica e semiótica) do processo mediacional é onipresente nesse estudo e é a razão pela qual os problemas de diferentes abordagens de mediação, dos objetos mediacionais e das práticas sociais podem ser inteiramente formulados. A criação de objetos contribui para registrar formas de prática dentro de formas de linguagem. O que tem o poder de conferir durabilidade a disciplinas culturais, a relações entre atores e aos valores de uma

cultura. O objeto mediacional, como o catálogo ou o mapa, dá existência a mediadores dentro de instituições e contribui para representar formas de fazer que fingem governar as normas de uma cultura. Entretanto, a vida histórica das práticas sociais enfraquece constantemente essas configurações. Conforme Christian Jacob escreve, “práticas se encaixam em certos lugares, chamam certos atores, lidam com certos artefatos, espalham tradições internas. [...] Mediações, procedimentos heurísticos, rotinas de pesquisa, formas de arquivar e explorar conhecimento, ideias e informações que foram obtidas em livros: todas essas práticas foram ocultadas por muito tempo por trabalhos históricos intelectuais e culturais, os quais se ocupam de conteúdos doutrinários e tendências intelectuais em detrimento de formas que as transmitem e gestos que as produzem. Essas formas e gestos são ainda decisivos, pois ancoram conhecimento no tempo e espaço e o envolvem em comunidades instruídas nas quais atores em diferentes posições cooperam nas tarefas mais humildes bem como nas produções mais decisivas” (GIARD & JACOB, 2001, p. 31).

Os textos citados acima pertencem, a meu ver, a uma tendência intelectual que vai além de fronteiras disciplinares, sendo capaz de estruturar uma abordagem das mediações info-comunicacionais em si mesmas. É totalmente diferente de criar um híbrido de social e técnica. Poder-se-ia dizer que a análise de mediações revela tudo o que as categorias de social e técnica não nos permitem ver.

Tal afirmação é claramente ilustrada em duas áreas de nossa disciplina, a popularização do conhecimento, de um lado, e os estudos da mídia, do outro. Os cientistas sociais prestaram atenção tardiamente à circulação social de objetos culturais. A popularização, que teve papel importante no desenvolvimento de nossa sociedade, foi considerada digna de interesse mais recentemente. Nas análises científicas iniciais dedicadas a ela, a noção de mediação acabou sendo central. O popularizador recebeu o papel de mediador (“o terceiro homem”), responsável por reconciliar uma sociedade partida em duas, pessoas instruídas e ignorantes. Com o desenvolvimento das análises baseadas em conceitos info-comunicacionais (mídia, aparatos, situação de comunicação, documento), as coisas se revelam mais complexas. Primeiramente, longe de reduzir a popularização a uma tradução do conhecimento existente, reconheceu-se que ela constituiu uma forma de mediação que possui seu próprio sentido. Foi então necessário desfazer a confusão entre discursos e práticas de popularização, como quando se supõe que um texto que é voltado para o homem médio deveria na verdade alcançar um público popular. Desta forma, produções de popularização tornaram-se capazes de deter um status próprio, não como refletindo práticas sociais, mas as condicionando. Os múltiplos usos dessas produções (o que eu chamo de policrese) contribuem integralmente para seu significado real. Finalmente, ao considerar com exatidão as dimensões

sociais, técnicas e semióticas da mediação, poderíamos questionar a ligação entre aquela comunicação especializada e toda a economia das trocas na sociedade. Ao invés de dar como certo que a popularização é uma simples variante da educação, as pessoas compreenderam que era necessário ligar a ela os vários aparatos que organizam a comunicação sobre ciências em contextos sociais e colocá-la na perspectiva da relação entre política, ciência e indústria. Isto para que o projeto de popularização da ciência conforme foi elaborado do século 19 começasse a parecer não com um modelo para o estudo da ciência da comunicação, mas com um certo palco, naturalizado, de discurso social sobre o conhecimento.

Trabalhos sobre popularização, documentários científicos e exposições em museus da ciência são produções midiáticas. Eles inserem certos objetos, por vezes complexos, entre atores sociais. Mencionei acima que a análise de usos poderia contribuir para a pesquisa sobre informação e comunicação com a condição de que a noção de objetos técnicos seja especificada em termos de dispositivos midiáticos. Mas como definir o que é uma mídia? A história resumida acima mostra uma direção para responder a essa pergunta. Em nossa disciplina, na França, a noção de mídia é fortemente influenciada pela sociologia política. A questão é frequentemente manifestada em termos de “poder da mídia” sobre a “opinião pública”, opondo-se à “liberdade do público”. Mesmo não sendo incorreta, esta forma de colocar a questão é vaga demais para nos ajudar na abordagem dos problemas da informação e do conhecimento. Recorro a dois exemplos, as noções de “recepção” e “contrato”, as quais são ambas muito utilizadas nas abordagens da mídia na França. A forma como os sociólogos deram prioridade aos “estudos de recepção” teve o interesse de destacar as práticas de atores sociais. Neste sentido, possuem clara relevância para bibliotecas e web sites, bem como para programas de TV, os quais concentram a atenção de investigadores sociológicos. Entretanto, o fato de construir a questão como uma alternativa entre “mídia” e “recepção” leva à introdução de uma lacuna entre objetos e práticas: o que é mostrado pelo fato de muitos desses estudos se apoiarem no que as pessoas dizem sobre produções midiáticas, separadamente de qualquer real observação dos programas ou dispositivos midiáticos. Na verdade, a própria noção de recepção é bastante problemática. Ela mistura a dimensão logística do processo mediacional com a simbólica. É certo que as pessoas têm de encarar produções midiáticas que de certa forma “recebem” num nível material. Mas tal transmissão material não dá acesso a questões como interpretação, valor, atitudes culturais. O erro deveria então ser considerar a recepção como uma categoria interpretativa e simbólica, já que é somente logística. Alguns processos info-comunicacionais são baseados em interação direta (como discutir uma questão numa conversa), enquanto outros são moldados por formas midiáticas, no sentido de

que exigem a criação de objetos materiais que também são textos, tais como uma apostila, um filme ou um livro. No último caso, a questão real é saber quais são as condições de manifestação e interpretação. Portanto, a idéia de que as pessoas devam receber uma mensagem (e não somente um objeto) ou, ao contrário, que devam ser totalmente livres, deixa passar a interação comunicacional e sua parte informacional.

Isto é claramente demonstrado por outra noção frequentemente utilizada, a de “contrato”. Uma afirmação corrente diz que a comunicação é como uma relação contratual: as pessoas que interagem devem concordar implicitamente com um conjunto de regras de troca. Tal idéia deixa passar a complexidade da relação entre mediação como um processo e mídia como dispositivos de comunicação. Quando as pessoas leem um livro, elas não fizeram um contrato com o autor, nem as pessoas que visitam uma exposição o fizeram com o designer. Ambas se confrontam com uma produção midiática, criada por meio de diversos aparatos, a qual exige delas uma participação. Primeiro, ela envolve as pessoas em ambos os níveis intelectual e físico; segundo, ela oferece uma variedade de sinais para interpretação. O que acontece depois não pode ser completamente previsto. O que ocorre numa situação midiática é em grande medida incerto, mesmo que não dependa do que os dispositivos e situações de comunicação permitem. Portanto, não há propriamente um contrato, porque nem antes nem depois das trocas pode-se fechar o processo comunicacional acerca de qualquer entendimento cruzado garantido. A comunicação mediada por objetos é caracterizada por uma descontinuidade estrutural. Algumas pessoas têm a intenção de comunicar, as mesmas ou outras pessoas personificam essa proposta no ato da escrita, outras contribuem para a produção de dispositivos, outras colocam esses dispositivos em prática e lhes dão vida e sentido. Todos esses estágios estão obviamente ligados, pois cada mediação antecipa e condiciona as seguintes, mas o processo inteiro é inevitavelmente cheio de heterogeneidade e incerteza. De acordo com a frase de Davallon, “a orientação do processo de recepção permanece probabilista” (DAVALLON, 1999, p. 78).

## **5 Uma economia renovada de escrita**

Venho delimitando a reflexão, até agora, num nível algo geral; gostaria de finalmente evocar como uma dialética tão complexa entre mediação, prática e uso funciona no universo particular da escrita. O domínio dos textos escritos possui de fato a particularidade de permitir o registro material de posturas culturais e retira dessa capacidade uma força particular nas práticas de programação. Como nota Jacques Fontanille, o objeto da escrita “carrega, em sua própria morfologia, modalidades que condicionam o que o usuário pode fazer” (FONTANILLE, 2005, p. 198),

com a consequência de que “configura provisoriamente e localmente formas mais amplas de vida” (FONTANILLE, 2005, p. 199). É o motivo pelo qual o domínio das práticas de escrita é um caso particularmente interessante para se estudar a relação entre mediação e uso, pois lidamos com dispositivos mediacionais que carregam uma informação e manifestam um significado através de sua dimensão semiótica, e ao mesmo tempo impõem uma limitação e moldam uma prática através de sua ação física. Conforme microcomputadores, editores de texto e redes foram inventados, pudemos ver novas formas de escrita surgindo. A comunicação mediada por computadores é um motor potente para as formas de escrita. Como ela possibilita uma mediação industrializada e de larga escala de textos escritos, ela atrai e explora de uma forma particular e poderosa o desenvolvimento de usos sociais. Como organizar as idéias sobre todas essas mudanças?

Gostaria de enfatizar primeiramente a necessidade de uma abordagem semiótica precisa da escrita. A escrita, como muitas mediações comuns, é frequentemente mal compreendida. Ela deve ser a serva da palavra. Entretanto, mesmo que possa tornar a linguagem visível (CHRISTIN, 1995), ela possui sua própria organização. Os textos escritos não são somente feitos de palavras, eles necessitam de suportes materiais, com seus valores simbólicos e utilizam códigos espaciais. Eles aparecem como imagens e jogam com estruturas de disposição e tipografia (SOUCHIER, 1998; BÉGUIN-VERBRUGGE, 2006). Neste sentido, a escrita alfabética que usamos na transcrição de nossas línguas é somente uma das possíveis formas de escrita, a qual explora muitos outros meios para manifestar o pensamento. Além disto, mesmo em nossas civilizações as características alfabéticas interagem constantemente com formas figurativas de escrita, como as pictográficas e ideográficas (o que é muitas vezes chamado aproximadamente de “ícones”).

Isto deve nos incentivar a enfatizar a importância de uma forma específica de mediação, a memorial. Não é totalmente exato apresentar as redes informáticas como um mundo radicalmente novo, capaz de instituir uma lógica diferente de comunicação, chamada, por exemplo, de “lógica computacional” (BACHIMONT, 2000). Não devemos negar que a ciência da computação criou novos suportes para a escrita, com base em códigos digitais que nos permitem comandar as máquinas. Mas o código digital define somente o nível mais profundo da mídia. Esta funciona através da exploração de formas muito antigas de manifestação. Obviamente, ele possibilita novas formas de mediação; mas tais processos inovadores apóiam-se constantemente na memória social dos usuários, isto é, no conjunto mais amplo de formas que toda a história das sociedades vem progressivamente constituindo. Pois a ciência da computação não deve ser reduzida à engenharia de software. Seu incrível sucesso deriva da habilidade que demonstra em adotar e adaptar as mediações

de cultura existentes à capacidade de industrializar know-hows herdados do livro, da página, do manual, etc. Se planejarmos compreender em que medida a mídia condiciona os usos, devemos nos lembrar da atividade permanente de transposição e transferência de uma enorme experiência de conhecimento adquirido sobre as formas de mediação. Não é absurdo dizer que a ciência da computação tornou-se uma indústria de reciclagem de mediações. Há somente duas limitações: de um lado, o fato de que assimilar um objeto mediacional não implica automaticamente em dominar o significado do ato de mediação; de outro, o fato de que os softwares difundem constantemente em vários domínios disciplinas intelectuais que haviam sido elaboradas e concebidas em contextos restritos.

Na base de tais precauções, podemos considerar a questão de rastro e rastreamento. A escrita depende dos rastros. Ela segue registrando em vários suportes mensagens que são ao mesmo tempo formas de organizar o conhecimento. A página, o sumário, o catálogo são disciplinas informacionais personificadas em objetos materiais. Mas a noção de rastro é muito ambígua e pode nos enganar. De fato, temos a impressão de que o texto escrito carrega o rastro dos usos, de forma que parece fácil coletar esses rastros e então chegar à própria vida social. Mas as coisas são mais complexas, pois todos os níveis de mediação mencionados acima estão envolvidos na análise dos objetos escritos. Os rastros escritos não são reflexos puros da realidade. Eles são enunciações, isto é, formas de posicionamento no mundo e de moldar o significado. São concebidos de forma a possibilitar a leitura, de forma que devem referir-se a certas condições de transmissão, publicidade e interpretação. Isto é bastante óbvio quando alguém toma um texto que foi escrito num contexto privado e o dissemina amplamente ou quando desfaz em pedaços um discurso estruturado: duas formas de violência, muitas vezes feitas de forma impensada, que o processo de “cortar e colar” torna fácil. Os textos escritos são o produto de uma enunciação editorial, uma forma de permitir a leitura num suporte, num contexto, de acordo com um universo de publicidade. O fato de um objeto escrito conter rastros materiais e ter a capacidade de transportá-los não significa que deva ser em si mesmo um rastro puro (um índice puro) do social. Não se pode negar que, até onde textos escritos produzem rastros, eles podem ser usados, explorados, transferidos para outros contextos, combinados e que a ciência da computação dá um poder renovado a tal engenharia industrial dos rastros.

As considerações acima nos permitem reconsiderar em termos info-comunicacionais a relação entre mediação e uso na escrita em redes. O que nos traz mais uma vez à questão política da noção de uso. Na discussão que teve com Foucault, De Certeau concordou com a importância dos aparatos que limitam nossas práticas; mas, ao invés de assimilar os aparatos a uma sujeição (“*assujettissement*”), ele

queria tornar visível a criatividade das práticas sociais. O uso é como as pessoas que não tem o poder conseguem desenvolver seu próprio universo: o que o teórico da invenção da vida diária manifestou através de uma antítese entre estratégia, a força de pessoas fortes, e tática, a força de pessoas fracas, que aprenderam a jogar com limitações. Para ele, ler é apropriar-se, uma atividade que mostra a inteligência daqueles que lidam com a dominação a fim de inventar um espaço para sua manifestação. Esta idéia é chamada de “economia da escrita”, “*économie scripturaire*” (DE CERTEAU, 1990, p. 195-224). Acredito que a ideia pode ser hoje revitalizada por meio de uma análise das mediações que estão propriamente ligadas ao processo de informação e comunicação, conforme evocados acima.

A noção de economia da escrita parece ser tanto confirmada quanto profundamente transformada pelo desenvolvimento da comunicação mediada por computadores. Admite-se agora que a oposição entre escrita e tela é relevante, porque o que caracteriza a comunicação em redes é a forma como ela opera uma transferência contínua de atividades que anteriormente não diziam respeito a produções escritas a formas escritas (COTTE et al., 2007). Em outras palavras, as mídias computadorizadas não deixam de levar a uma escrita das próprias práticas, pela maneira como procedem ao registro dos rastros de usos. Elas contam com as contribuições escritas e realizam tratamentos nela. Portanto, a economia da escrita não se baseia somente numa lacuna entre a escrita e a leitura, mas cada vez mais numa lacuna entre diferentes níveis de escrita, dividindo os atores que moldam os formatos da escrita e os que preenchem esses formulários. Por exemplo, uma plataforma participativa, um blog, um *web site* que coleciona cadernos de viagem torna possível uma grande variedade de diferentes produções escritas, de pessoas cujo status é muito heterogêneo. Mas tal processo contributivo só é possível dentro de formulários que foram elaborados por projetistas de software e que são cada vez mais padronizados.

Propus, juntamente com Emmanuël Souchier (1999), a noção de arquiteyto de software para designar tal fenômeno. Softwares de arquiteyto são um tipo de escrita da escrita. Quando se escreve num deles, alguém já escreveu antes de você os formulários nos quais você elabora um texto. A partir do momento em que criamos o termo, os arquiteytos vêm proliferando constantemente de forma surpreendente demonstrando seu poder extraordinário. Arquiteytos moldam as formas (editores de texto, apresentadores), a troca de correspondência (*email*, bate-papo), a recuperação de informações (ferramentas de busca), as relações intertextuais (leitores RSS), etc. Resumindo, os arquiteytos são objetos de software que seguem industrializando a capacidade das formas escritas de moldar práticas, como explicado acima, levando estas condições numa economia de escrita renovada. Uma econo-

mia que pode ser resumida num paradoxo. Um crescente conjunto de meios de expressão que no passado estava reservado a profissionais torna-se utilizável por amadores, tornando visível uma massa de usos culturais. Mas tal expressão coletiva é cada vez mais formatada por ferramentas que apoiam certas formas de mediação em detrimento de outras, tendo consequências na economia simbólica, não somente de tal prática individual, mas da cultura como um todo.

Finalmente, ilustrarei esses fenômenos com um exemplo que tiro de um projeto coletivo de pesquisa atual, o qual pode mostrar até que ponto as relações entre mediação, prática e uso estão sendo redefinidas hoje (a saber, Projeto ANR Tramedweb gerenciado por Jean Davallon com um grupo de pesquisa de Avignon (LCC), Lille 3, (Geriico) Paris 4 Celsa (Gripic) e Paris 10 (MoDyCo)).

Esse projeto de pesquisa trata da análise dos rastros da mediação editorial em agregados textuais amplos na web. Uma das principais tendências da assim chamada “web 2.0” consiste na coleta de rastros de uso e na produção de “cartografias” e “mapeamentos” que devem representar redes sociais, atividades coletivas e comunidades de prática. Para nós, pesquisadores da ciência da informação e comunicação, esses dispositivos de representação são uma forma particular de mediação, mas não são sempre apresentados como tal pelas pessoas que os projetaram. Alguns desses projetistas, dentre os mais populares, apresentam a web como um espaço fortemente heurístico de conhecimento sobre usos sociais, porque se referem a uma noção de rastros que assemelham as produções escritas a um tipo de pacote de práticas. Chegam a anunciar uma etnografia da web com base em tal coleta de rastros.

Os processos sugeridos por esses projetos são, na verdade, muito complexos e diferentes. Às vezes, a produção de modelos para a escrita tem a função de estimular a produção de textos, às vezes as operações de software são tratadas automaticamente, como por exemplo, os links out e in em sites, às vezes textos diferentes que foram produzidos para diferentes fins misturam-se num corpus único, às vezes usuários comuns se envolvem na produção de palavras-chave, às vezes diferentes tratamentos computacionais e estatísticos são dados a rastros escritos, etc. Todas essas operações levam a produções formais, tanto técnicas quanto semióticas, que tomam a forma de listas, “nuvens”, “cartografias”, ícones, mas também a sinais de navegação que dão acesso a diferentes textos disseminados ou, contrariamente, à reprodução de textos externos dentro de sites agrupados. Por trás da aparência de uma compreensão imediata das práticas, a análise aponta um conjunto complexo e denso de mediações. Mas tais práticas, que gradualmente se espalham por qualquer área de informação, da mais comercial à mais ativista, são interpretadas em discurso por seus autores: nos dizem que a questão seria a comunidade, autoridade,

popularidade. É uma qualificação informacional espontânea e ideológica de uma prática que consiste na manipulação de fragmentos textuais. E ainda assim é notar que tais práticas gradualmente chegam ao campo da pesquisa aplicada nas ciências sociais, já que devem possibilitar uma nova forma de sociologia implementada - a qual não deixa de ser criticada pelos indivíduos que vem há muito tempo alertando as pessoas quanto à complexidade de conclusões estatísticas. Na verdade, é o prestígio dos processos midiáticos - e também o fato de que a mídia, ao invés de ser considerada como uma mídia, é vista como uma “tecnologia da informação” - o que legitima essas práticas e afasta, como deveríamos em qualquer análise estatística, a crítica de como os textos e dados são produzidos e, então, sendo capaz de dar uma proporção correta à sua interpretação.

Para pesquisadores das ciências da comunicação, essas operações são interessantes, mas como um tipo de mediação editorial que é realizada em certos textos de status diferentes. Portanto, é necessário compreender o processo que exige, analisar as formas midiáticas e textuais que as tornam possíveis e compreender as transformações semióticas que são realizadas em objetos escritos. De forma resumida, analisar a economia da escrita que está em ação nessas diferentes operações. Finalmente, voltamos mais uma vez à política. O esforço de distanciar-se das metáforas da rede, do mapa ou da indexação social é necessário para fortalecer a ciência da informação e comunicação a fim de fazer uma contribuição específica para a análise dessas relações renovadas entre mediações e usos. É bastante diferente de outra escolha, que deveria ser a de apoiar uma sociologia selvagem, baseada no fato de colocar em equivalência todos os tipos de escrita e a justificativa da ideia de que deve ser possível realizar um rastreamento informacional de qualquer prática através da Internet.

### Referências

BACHIMONT, B. L'intelligence artificielle comme écriture dynamique : de la raison graphique à la raison computationnelle. In : PETITOT, J.; FABBRI, P. (dir.). **Au nom du sens** : autour de l'œuvre de Umberto Eco. Paris : Grasset, 2000. p. 290-319.

BADIR, S. La sémiotique aux prises avec les médias, **Visible**, n. 3, p. 173-189, 2007.

BEGUIN-VERBRUGGE, A. **Images en texte, images du texte**: dispositifs graphiques et communication écrite. Villeneuve d'Ascq: Presses du Septentrion, 2006.

BONACCORSI, J. À paraître. Le devoir de lecture : médiations d'une pratique

culturelle. Paris et Londres : Hermès-Lavoisier, 2009.

COTTE, D.; CHERVIN, J.; DESPRES-LONNET, M. La sémiotisation d'une pratique professionnelle : l'activité de montage numérique dans l'audiovisuel. In.: TARDY, C. Tardy; JEANNERET, Y. (Orgs.). **L'écriture des médias informatisés**: espaces de pratiques. Paris et Londres : Hermès, 2007.

CHARTIER R.; MARTIN, H.J. **Histoire de l'édition française**. Paris : Promodis, 1982.

CHARTIER, R. **Du livre au lire**, dans Pratiques de la lecture, Paris : Payot, 1993, p. 79-113.

CHRISTIN, A.-M. **L'image écrite ou la déraison graphique**. Paris : Flammarion, 1995.

DAVALLON, J. **L'exposition à l'oeuvre** : stratégies de communication et médiation symbolique. Paris : L'Harmattan, 1999.

DAVALLON, J. **La médiation** : la communication en procès ? **MEI**, n. 19, p. 37-58, 2004.

DE CERTEAU, M. **L'invention du quotidien**, v. 1 Arts de faire. Paris : Gallimard, 1990.

DUFRENE, B.; GELLEREAU, M. La médiation culturelle: métaphore ou concept ? dans Émergences et continuité dans les recherches en information et communication. **Actes du 12<sup>e</sup> congrès de la SFSIC**. Paris : Jouve, 2001. p. 233-240.

FONTANILLE, J. Du support matériel au support formel. In.: ARABYAN, M. et I. **L'écriture entre support et surface**. Paris : L'Harmattan, 2005. p. 183-200.

FLICHY, P. **L'innovation technique** : nouveaux développements en sciences sociales. Paris : La Découverte, 1995.

GIARD, L.; JACOB, C. **Des Alexandries**. 1 Du livre au texte. Paris : éditions de la BNF, 2001.

JACOB, C. **Des Alexandries**. 2 Métamorphoses du lecteur. Paris : éditions de la BNF, 2003.

LABELLE, S. **La ville inscrite dans « la société de l'information** : formes d'investissement d'un objet symbolique. Thèse de doctorat. 2007. Paris : Université Paris 4, 2007.

LATOURE, B. Ces réseaux que la raison ignore : laboratoires, bibliothèques, collections ». BARATIN, M.; JACOB, C. (dir.). **Le pouvoir des bibliothèques**: la mémoire des livres en Occident, Paris: Albin Michel. 1996, p. 23-46.

MARIN, L. **Le portrait du roi**. Paris : Minuit, 1981.

PERRIAULT, J. **La logique de l'usage** : essai sur les machines à communiquer. Paris : Flammarion, 1989.

QUERE, L. **Des miroirs équivoques** : aux origines de la communication moderne. Paris : Aubier-Montaign, 1982.

Souchier, E. L'image du texte : pour une théorie de l'énonciation éditoriale. **Cahiers de médiologie**, n. 6, p. 137-45, 1998.

SOUCHIER, E.; JEANNERET, Y. Pour une poétique de l'écrit d'écran, **Xoana**, n. 6, p. 97-107, 1999.

SOUCHIER, E.; JEANNERET, Y.; LE MAREC, J. **Lire, écrire, récrire** : objets, signes et pratiques des médias informatisés. Paris : éditions de la BPI, 2003.

TARDY, C.; JEANNERET, Y. **L'écriture des médias informatisés** : espaces de pratiques. Paris et Londres : Hermès, 2007.

TUFTE, E.R. **The cognitive style of powerpoint**. Cheshire (CT) : Graphic Press, 2003.

# Cultura, trivialidade, diversidade: um olhar viajante pelas mediações

Regina Maria Marteleto<sup>1</sup>

---

## 1 Introdução

*Le “grand partage” entre cultures primitives et évoluées,  
entre classes incultes et cultivées, entre savants et ignorants,  
n’a pas survécu à la critique de l’ethnocentrisme, cette  
conviction spontanée que notre propre façon  
de concevoir la culture est la seule possible.*

JEANNERET, 2011

NOSSAS LEMBRANÇAS COMEÇAM NO RIO DE JANEIRO, QUANDO YVES NOS VISITOU pela primeira vez, em 2008, convidado para proferir a conferência inaugural do I Colóquio Científico Internacional da Rede Franco-Brasileira de Pesquisadores em Mediações e Usos Sociais de Saberes e Informações - Rede Mussi, sobre o tema das mediações. Dentre as atividades organizadas no pré evento, foi realizada uma visita ao Museu Comunitário da Maré, situado no complexo de favelas da Maré, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, região que agrupa uma população de cerca de 130.000 moradores, distribuída em 16 favelas (IBGE, 2010).

Antes da visita e a fim de preparar o olhar para perceber os objetos do museu e os traços culturais e comunitários que representam, fizemos um percurso a pé pela comunidade, observando o alfaiate em seu pequeno ateliê, os pequenos comércios, os moradores nos seus percursos, as brincadeiras das crianças, os grupos de jovens traficantes de drogas nas encruzilhadas com suas armas pesadas. Antônio Carlos, o Carlinhos, jovem morador da comunidade e diretor do museu, guiava o grupo de pesquisadores e estudantes.

---

1 Doutora em Comunicação e Cultura – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Professora – PPGCI IBICT UFRJ. Contato: regina.mar2@ibict.br.

O olhar viajante de Yves Jeanneret descobria a trivialidade de um “novo mundo” de espaços, objetos, lugares, territórios vividos da cultura de comunidades pobres - aquilo que Pierre Bourdieu chamara a “miséria do mundo” que se deteriora na medida em que avançam as políticas neoliberais e se retraem as redes de suporte social e a presença do Estado.

No caminho rumo à comunidade do Morro do Timbau, núcleo geográfico e histórico de formação daquele complexo de favelas, fizemos uma visita ao Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), organização não-governamental fundada por jovens moradores que romperam com as precárias condições sociais e educacionais de suas comunidades e chegaram à universidade, com o objetivo de modificar a realidade da favela. Dentre as suas diversas ações destaca-se a criação da Rede de Memória da Maré, que originou a ideia de criação do museu como espaço de memória, identidade e encontro para a comunidade. No ano de 2006 foi inaugurado o Museu da Maré.

*“Nós lutamos muito para conseguir água encanada, asfalto nas ruas, escolas, postos de saúde...Agora, só faltava mesmo um museu!” (Sr. Clóvis, ex-presidente da Associação de Moradores da Baixa do Sapateiro, abril de 2006)*

Esta fala de uma liderança da comunidade, reproduzida no sítio web do Museu da Maré, expressaria o seu significado como espaço de representação da cultura, da vida e da existência da população local, além de ser um ponto de encontro e de convívio dos moradores com a arte e a memória do seu território. Mais um símbolo de luta e resistência, frente às precárias condições de vida daquelas comunidades, desde sempre.

O Museu da Maré ocupa o terreno de uma antiga fábrica de transportes marítimos, a Cia Libra de Navegação, cedido ao Ceasm, organização não-governamental fundada em 1997 por jovens moradores da comunidade. A região do Complexo da Maré é resultado de processos de remoção de antigos moradores da cidade do Rio de Janeiro e de migrantes de outros estados e conserva uma tradição de organização e luta do seu povo pela melhoria de suas condições de vida, por meio de ações de redes de movimentos sociais organizadas ao longo do tempo.

A proximidade geográfica com o campus universitário da maior universidade pública federal do país - a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) - maior centro de pesquisa em saúde pública da América Latina, facilitou a criação de projetos de extensão na área de saúde, dentre outras, de forma a atingir melhorias para a população. No passar do tempo e das

interações formaram-se redes sociais híbridas de pesquisadores e estudantes junto às lideranças comunitárias locais e profissionais de saúde, de forma a organizar programas e ações para influir nas políticas públicas naquele território, entendida a saúde como o atingimento de padrões dignos de habitação, segurança, emprego, transporte, saneamento e vida saudável.

Neste contexto surge o Museu da Maré. O encontro da Rede de Memória da Maré, um dos projetos do Ceasm, com pesquisadores e estudantes da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), resultou na mediação de saberes para a criação do acervo Dona Orosina, o qual constitui a base arquivística da coleção do Museu. Objetos pessoais, de uso doméstico, brinquedos, fotos, folhetos, recortes de jornais, mapas, narrativas orais, vídeos, reunidos pela população local formaram os traços documentários de histórias e memórias para reconstruir e espelhar a identidade daquelas comunidades.

Seu circuito de visitação foi concebido a partir de um calendário onde os “tempos” da vida na favela são narrados em doze módulos: Tempo da Água, Tempo da Casa, Tempo da Migração, Tempo da Resistência, Tempo do Trabalho, Tempo da Festa, Tempo da Feira, Tempo da Fé, Tempo do Cotidiano, Tempo da Criança, Tempo do Medo e Tempo do Futuro. O projeto das exposições foi idealizado como em constante transformação como a própria arquitetura da favela, conhecida pelos urbanistas como lugar dinâmico de alterações e mudanças, no sentido de incluir cada vez mais moradores no seu interior.

Os estudiosos dos museus Chagas e Abreu (2007, p. 133) refletem que a experiência deste museu comunitário contribui tanto para a luta contra o preconceito em relação aos museus convencionais, tradicionalmente considerados como dispositivos de interesse exclusivo das elites econômicas e doutas, como também em relação às favelas, geralmente tratadas como espaços de violência, banditismo e miséria. O seu acervo, hoje, constitui uma das principais fontes de estudos sobre a memória e a história da favela.

Dona Orosina Vieira, que dá nome ao acervo arquivístico, tornou-se uma espécie de musa inspiradora dos criadores do Museu da Maré. Nasceu no final do século XIX e faleceu em 1994, aos 102 anos. Rezadeira e parteira, foi uma das primeiras moradoras da favela. Seus documentos pessoais se perderam com o tempo, mas sua história de vida é repassada oralmente pelas diferentes gerações e fortalecem a identidade social e de pertencimento dos moradores daquele território.

## **2 Dona Orosina Vieira encontra Monna Lisa**

Em 2011 Yves Jeanneret publicou *“Where is Monna Lisa? et autres lieux de la culture”*, pela editora Le Cavalier Bleu. Logo na introdução da obra mostra uma

tomada de posição em relação ao que denominou os “lugares da cultura” que iria visitar na obra, não como um “complemento circunstancial da cultura, mas uma condição de sua existência” (p.11). E adota um olhar viajante por esses espaços do saber, da arte, da religião, de uma cultura primitiva, os espaços infinitos do universo, da natureza e da ciência, da web, em sua diversidade na unidade do olhar de uma assim chamada “cultura ocidental”.

Seu olhar se deixa orientar pelo seu habitus cultural, no entanto sem se encaixar em conceitos fechados ou carregados de uma epistemologia oficial, nem mesmo em modismos terminológicos de uma nova cultura, agora digital. A precisão conceitual é atingida pelo emprego de um léxico criterioso e exigente, constantemente renovado, para manter a liberdade de pensar livremente sobre os objetos da comunicação-informação (DAVALLON et al, 2020).

Enxergar os meandros históricos, sociais, políticos da vida trivial dos seres culturais para perceber os seus traços, tanto nos objetos, quanto em seus contextos e movimentos, este é o método de estudo para compreender de que forma os humanos, criando espaços, construindo edificações, ocupando territórios, colocam em jogo as suas relações, suas ideias, suas convicções.

A biblioteca de Alexandria; o Palais des Papes de Avignon e seu festival de verão; um festival de música em Forcalquier; a basílica de Sainte-Madeleine de Vézelay, no caminho de Santiago de Compostela; o ciberespaço; a Via Láctea ou espaços da ciência, da natureza e da cultura; um espaço distante desses universos ocidentais - a aventura de Jack Goody, antropólogo, em territórios sem escrita e, finalmente, o Museu do Louvre, onde estaria a obra universal Monna Lisa, personagem que dá título à obra.

Em cada ponto desta viagem encontra-se um conjunto de marcadores que simbolizam os valores e as experiências nas quais um grupo reconhece os traços ao mesmo tempo os mais personalizados e os mais emblemáticos de uma cultura, conforme a compreensão de Jean-Claude Passeron, retomada por Yves Jeanneret (2011, p. 14). O olhar viajante pelos lugares selecionados na obra revelam o valor social de certos objetos e de certas experiências, bem diferentes entre si, conforme lembra o nosso autor. Seriam lugares habitados, territórios. O intento é refletir sobre as formas que assumem os projetos, notadamente políticos, de designar lugares para a cultura, como no caso dos museus que consagram de forma monumental a importância social da cultura, como lembra Jean-François Tétu (2011, p. 2) em suas notas de leitura sobre a obra do autor.

O capítulo “Musée du Louvre: Where is Monna Lisa?” trata do encontro entre o projeto político das grandes nações modernas de criar um lugar para a cultura, as ações de mediação cultural, as indústrias culturais e o turismo cultural internacio-

nal. Justo nesse capítulo foi inserida uma nota de rodapé sobre o Museu da Maré, ainda presente em sua memória viajante de três anos antes.

Em suas próprias palavras:

O Museu da Maré está situado numa zona de favelas ao norte da cidade do Rio de Janeiro. Ele foi construído por iniciativa do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré, ONG que desenvolveu os meios de instrução de prevenção sanitária e de expressão dos habitantes desse bairro. O projeto cooperativo Memória Viva permitiu reunir lembranças de toda espécie sobre o passado de um mundo cujos traços (traces) eram muito difíceis de encontrar. Um tal museu faz existir de certa maneira o próprio território porque o seu passado desaparece permanentemente, o tecido urbano sendo permanentemente reconfigurado sobre um solo escorregadio. Sua primeira tarefa foi a de coletar os elementos dessa história graças aos documentos, objetos e fotografias recuperados pelos moradores. Ele permitiu a reconstituição das paisagens, das cenas cotidianas das primeiras habitações. A exposição permanente conta a história dos imigrantes, os primeiros tempos da instalação, os episódios de resistência social das comunidades, a convivência com a violência. Esse museu é inseparável do que se chama no Brasil as “redes sociais”, uma noção que não evoca os dispositivos técnicos mas uma tradição de ação cultural popular. (JEANNERET, 2011, p. 125).

Embora a citação não guarde referência direta com o texto, é no evidente contraste entre os dois museus e suas personagens emblemáticas que se realiza o encontro dos traços e dos rostos de Monna Lisa e Dona Orosina Vieira. A primeira, figura enigmática criada pelas mãos de um mestre, obra secularmente estudada e reinterpretada desde a sua criação, símbolo da arte maior e ícone do turismo dos museus nos tempos atuais. Walter Benjamin já evocava a perda da aura da obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica, cujo valor de culto é acrescido de um valor de exibição, ampliando o acesso e as chaves de compreensão dos tesouros artísticos antes reservados aos palácios e aos templos. A segunda, Dona Orosina Vieira, migrante vinda do interior do país para a cidade grande em busca de melhores condições de viver, é sintoma das próprias mudanças ocorridas nos espaços da cultura, como os museus, quando torna-se símbolo da luta por sobrevivência e dignidade de uma comunidade periférica de um grande centro urbano e nomeia a coleção de documentos do seu museu comunitário - o Museu da Maré.

Em postagem na mídia social do museu:

Ela também está presente na exposição de longa duração: a 7 metros do chão, no ponto mais alto da exposição, as telhas cumeeiras, que dona Orosina fez com as próprias mãos, estão no telhado do barraco, unindo as “águas” opostas e nos protegendo” (FB, 2020).

Quando completou 12 anos, em 2014, o Museu da Maré foi reconhecido como atração turística pelo estado do Rio de Janeiro, por conta de sua característica de ser um espaço de memória e espaço de encontro e atividades artísticas para a comunidade: “Em suma, o museu espelha a própria efervescência da favela do ponto de vista social, artístico e cultural”, conforme o portal RioOnWatch- relatos das favelas cariocas (RioOnWatch, 2018).

#### **Onde está Monna Lisa? Onde está Dona Orosina?**

Os lugares da cultura são aqueles onde se elabora o valor social de certos objetos e de certas experiências, bem diversas entre si, assim entende Jeanneret (p.15). São “lugares praticados” ou “lugares habitados”, como lembra Michel De Certeau, portanto territórios de vivências, sabedorias e narrativas que dão sentido e reinventam as formas culturais, diria Milton Santos. Os símbolos que eles guardam os tornam “lugares em movimento” pelo olhar dos visitantes, pelas mediações, pelos contextos em transformação. Para ver e tentar compreender esses lugares em movimento e de que forma são inventados e apropriados, é preciso praticar um olhar viajante, que ao mesmo tempo se deleita com o belo, reconhece o familiar e acolhe os desafios do novo, do diferente.

Os conceitos praticados de trivialidade, diversidade e mediações podem ajudar a jogar alguma luz sobre a forma como se orienta o olhar viajante de Yves Jeanneret em relação aos diferentes mundos culturais e seus espaços de permanência, mediação e apropriação.

### **3. Trivialidade, diversidade, mediações - um olhar viajante**

Sua obra “*Penser la trivialité*, v.1. *La vie triviale des êtres culturels*”, publicada em 2008, reuniu um primeiro conjunto teórico e metodológico para a formulação das noções de “seres culturais” e “trivialidade”, destinadas a estudar os modos de circulação das ideias e dos objetos no e pelo social.

Por “seres culturais” entende-se “*um complexo que associa objetos materiais, textos, representações que resultam na elaboração e no compartilhamento de ideias, informações, saberes, julgamentos*” (JEANNERET, 2008, p. 16). “Trivialidade” é uma

categoria descritiva formulada para apoiar a compreensão desses processos de circulação dos seres culturais pelos labirintos do social, uma vez que os objetos - em sua dupla dimensão material e simbólica - tornam-se culturais devido à sua circulação criativa, uma chave para a compreensão da afirmação “*Somente existe cultura transformada*” (JEANNERET, 2008, p. 87; MARTELETO, THIESEN, 2018).

Em sua obra magistral “*Critique de la trivialité: formes et enjeux de la communication*”, publicada em 2014, a proposta teórica e metodológica de estudo da trivialidade, reunida na obra anterior, incorpora um novo aporte ao estudo da circulação dos objetos que tornam-se culturais pelo fato mesmo de sua circulação social. Apresenta um léxico com uma breve (re) definição dos termos e conceitos empregados ao longo dos seus estudos, seguidos cada um deles de um exemplo de uso. O conceito de mediação, central em sua formulação dos estudos da trivialidade, é compreendido como

uma atividade produtiva e criativa que consiste em intervir no curso da comunicação, dando-lhe uma dimensão nova. A invenção do catálogo nas bibliotecas da antiguidade modificou expressivamente a relação com os textos, permitindo ter uma visão sintética das obras disponíveis, logo, de coletá-las, compará-las, reescrevê-las. (JEANNERET, 2014, p. 13)

Daí o lidar com a ideia de mediação, porque “*ela interroga o sentido social do ato de mediação e realiza um inventário da pluralidade das mediações e dos mediadores*”, além de recusar uma abordagem imediata, transparente ou absoluta da cultura, o que Roland Barthes nomeava “naturalização das práticas culturais”. Essa recusa reflete uma positividade: “*o esforço para fazer aparecer, distinguir, descrever todos os intermediários da comunicação, para não considerar nada como dado*.” (JEANNERET, 2008, p. 38), de onde deriva o sentido do estudo da trivialidade, da vida trivial dos seres culturais, que as mediações da informação e da comunicação escondem ou deixam transparecer.

Partindo de uma abordagem sócio-antropológica da comunicação e da informação, seu método de estudo aproxima a dimensão relacional dos objetos culturais em sua circularidade social às suas dimensões materiais-documentárias-históricas, focando sempre o terreno das práticas de mediação, uso e apropriação social. Por isso almeja fundamentar um solo único para os estudos da informação-comunicação na perspectiva de reunir os planos materiais, técnicos e simbólicos dos seus objetos.

Pode-se indicar que os estudos profundos sobre a vida trivial dos objetos culturais e suas mediações sociais levariam Yves Jeanneret a fazer uma passagem da

circulação dos seres culturais aos seus espaços de permanência e institucionalização, destacados na obra que faz o encontro de Monna Lisa e Dona Orosina Vieira. Onde ambas se localizam? Existe um ponto fixo que marca o lugar cultural de cada uma? Quais objetos, práticas, sentidos, apropriações - traços - circulam e ganham espaços culturais nos dois casos, em museus?

Para refletir sobre essas questões recorre-se à ideia de diversidade, presente em *Where is Monna Lisa? Et autres lieux de la culture*, quando Jeanneret se refere às zonas sociais negligenciadas, “espaços alternativos”, “espaços intermediários” como “novos territórios da cultura”. Em sua diversidade eles têm muita coisa em comum, ao questionarem os lugares habituais da cultura devido ao seu caráter acadêmico e asséptico (p.168).

Tais espaços realizam um sistema de desvio que Michel de Certeau observava a existência no final dos anos de 1970 (JEANNERET, p. 168). São tomadas de posição táticas pelas quais se afirma a pretensão crescente dos atores os mais diversos de se apropriarem dos territórios da arte, do pensamento e da escrita (JEANNERET, p. 168; 171), o que leva a pensar na filosofia vivenciada presente historicamente nos movimentos das redes sociais de educação popular e nas mediações dialogadas de saberes no Brasil e na América Latina, inspiradas em Paulo Freire, baseadas no despertar, nas classes dominadas, de uma vontade epistemológica de saber e dialogar saberes para se libertar dos processos de opressão.

Os estudos de públicos dos museus e de outros espaços autorizados da cultura indicam que as ações realizadas pelos mediadores colocam um olhar diferente sobre os visitantes, cuja inventividade e diversidade se revelam nas análises conduzidas por Pierre Bourdieu e Alain Darbel (1966), dentre outros, sobre os modos diferenciados de frequência aos espaços da cultura, colocando em evidência as condições sociais e educacionais de acesso aos bens culturais. Por consequência, a compreensão de que os museus devem ser um lugar praticado revolucionou a gestão das instituições patrimoniais, segundo Jeanneret “dando papel determinante à mediação dos espaços, das obras e dos saberes, face ao necessário cuidado com a conservação, quando ele perde a sua fixidez, devido ao fluxo de visitantes inesperados” (JEANNERET, 2011, p. 122).

O olhar viajante do observador o leva a realizar o contraponto entre os espaços edificados e os processos de circularidade da cultura e suas formas diversificadas de construção e invenção, quando o público inesperado dos espaços legitimados não apenas cria e recria os seus próprios sentidos sobre as obras, como ainda inventa novos espaços que reúnem os traços culturais dos seus territórios negligenciados.

A trilogia de obras sobre a trivialidade é completada com sua última produção *La fabrique de la trace* (ISTE Éditions, 2019), na qual discute os fundamentos

dos conceitos, práticas e métodos que sustentam seu projeto de estudos. Estudar a trivialidade exige um olhar viajante para compreender, ao longo da empreitada, de que forma a cultura produz objetos que revelam traços de suas políticas de representação. E mais ainda, os seus modos de produção, circulação e apropriação. Para o nosso autor é relevante observar, por meio das mediações sociais, técnicas e simbólicas da informação e da comunicação, tanto as alterações, quanto os acréscimos e as reinvenções produzidos em diferentes mídias e seus espaços de representação - processos que produzem os “seres culturais”.

A abordagem de uma economia política e simbólica das mídias, que se anunciava em *Critique de la trivialité*, recebe nesta obra os seus contornos teóricos através da história social e intelectual, a fim de fornecer “pistas de análise dos acontecimentos atuais, evitando ao mesmo tempo tomar como certo que a vida dos traços na vida social deve necessariamente assumir as formas favorecidas pelas indústrias do capitalismo midiático de hoje” (JEANNERET, 2019, p. 5).

#### **4 Finalmente - amanhã, quais serão os traços?**

Ao longo de mais de um ano vivenciando uma das maiores crises sanitárias e humanitárias do planeta, provocada pela pandemia do novo coronavírus, os espaços da cultura têm refletido sobre quais serão os traços deixados na vida social durante esse trágico tempo. Ao mesmo tempo, a emergência em saúde pública trouxe de volta ao dia a dia uma terminologia que parecia ter sido esquecida desde o século XV, como quarentena, isolamento. E a noção de risco, conhecida desde o século XVI.

Novos termos foram popularizados como bolha social e *lockdown*; conectividade, *home office*, *live* e outros assemelhados. Na vigência da pandemia e no contexto informacional decorrente, pergunta-se como na dinâmica dos territórios indivíduos, famílias e grupos traduzem em ações do cotidiano as medidas de prevenção e controle da COVID 19 informadas pela ciência, formalizadas em decretos e efetivadas como normas pelas autoridades sanitárias? (PEDROSA, 2021).

As perguntas se multiplicam, de forma a evitar o que ocorreu no tempo da gripe espanhola (1918), cujos rastros no social se limitaram às fontes oficiais e científicas, mas não se conhece como era o cotidiano da população. Desde então mudaram os espaços da cultura e suas instituições, mais abertos à história do seu tempo e à diversidade do seu público. Estes espaços começam a indagar como colher, documentar, guardar e comunicar, em sua diversidade, as narrativas e os objetos produzidos durante a pandemia.

Pistas que nos levam a (re) indagar, fazendo coro com o nosso mestre Yves Jeanneret: Onde estará Monna Lisa? Onde estará Dona Orosina Vieira?

## Referências

BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alan. **L'amour de l'art**; les musées d'art européens et leur public. Paris: Les Ed. de Minuit, 1966.

CHAGAS, Mário de Souza, ABREU, Regina. Museu da Maré: memórias e narrativas a favor da dignidade social. **Musas**; Revista Brasileira de Museologia, n. 3, 2007, p. 130-152.

DAVALLON, Jean; JACOBI, Daniel; BAUDOUIN, Jurdant; LE MAREC, Joëlle. **Yves Jeanneret**: un chercheur et un penseur de premier plan des théories de la communication disparaît. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ocim/4001>. Acesso em: abril de 2021

JEANNERET, Yves. **Critique de la trivialité**: les médiations de la communication, enjeu de pouvoir. Paris: Ed. non standard, 2014.

JEANNERET Yves. **Penser la trivialité**; la vie triviale des êtres culturels. vol.1 Paris : Hermès- Lavoisier, 2008.

JEANNERET, Yves. **La fabrique de la trace**. London: ISTE Editions Ltd, 2019.

JEANNERET, Yves. **Where is Monna Lisa? et autres lieux de la culture**. Paris: Éd. Le Cavalier Bleu, 2011.

MARTELETO, Regina Maria, THIESEN, Icléia. Somente existe cultura transformada: as mediações da informação e da comunicação. **Informação & Sociedade**; estudos. João Pessoa, v. 28, n.2, p. 93-102, maio/ago, 2018.

MUSEU DA MARÉ. Facebook. **Homenagem a Dona Orosina**. 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/museudamare/posts/3559972890679969/>. Acesso em: abril de 2021

PEDROSA, José Ivo dos Santos. O conhecimento científico e o cotidiano em tempos de pandemia: o que orienta a vida nos territórios? In: MARTELETO, Regina Maria; DAVID, Helena Maria S.Leal. **Cultura, conhecimento e mediação de saberes em saúde**: diálogos da informação e da educação popular. Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ/UNESCO, 2021 (Coleção PPGCI/IBICT-UFRJ 50 anos, no prelo).

PREFEITURA. Rio de Janeiro. Museus do Rio. Portal. **Museu da Maré**. Disponível em: [https://www.museusdoriorio.com.br/joomla/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=46:museu-da-mar%C3%A9](https://www.museusdoriorio.com.br/joomla/index.php?option=com_k2&view=item&id=46:museu-da-mar%C3%A9). Acesso em:

abril de 2021

RIOONWHATCH. Relatos de Favelas Cariocas. Portal. **Museu da Maré comemora 12 anos**. 2018.

Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=33081>. Acesso em: abril de 2021

TÉTU, Jean-François. Yves Jeanneret. Where is Monna Lisa? et autres lieux de la culture. Paris, Éd. Le Cavalier Bleu, coll. Lieux de..., 2011, 175 p. **Questions de Communication**, v. 2, n. 2, p. 387-388, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/questionsdecommunication.2176>. Acesso em: março de 2021



# Écriture documentaire: questions à l'écriture des recherches

Viviane Couzinet<sup>1</sup>

---

## 1 Introduction

*“Il existe des pans entiers des Sciences de la communication  
qui abordent la circulation des idées comme si le  
travail documentaire et la réécriture n'existaient pas”*

Y. Jeanneret, 2008, p. 65

LA CIRCULATION DES RECHERCHES EMPRUNTE DES VOIES QUI SONT AU CŒUR DE l'information-communication. Ce sont elles, qu'en équipe, nous interrogeons, nous observons, nous analysons dans leur singularité, dans leur complexité et dans leurs hybridations, à travers des réalisations concrètes, les supports qui servent de véhicule à l'écriture de la science. Ce sont des intermédiaires, des médiateurs, des “êtres culturels” dirait Yves Jeanneret (2008) qui s'inscrivent au carrefour où auteurs chercheurs et lecteurs également chercheurs se rencontrent. La communication entre ces chercheurs est possible grâce à un langage qu'ils partagent et qui est propre à chaque discipline.

Les recherches s'appuient sur des travaux antérieurs. Le travail scientifique commence par un travail de documentation du sujet de la recherche. Si tout commence par un travail de documentation (action de se documenter), on remarque aussi qu'il y a un passage par la rédaction d'une documentation (rédaction des références bibliographiques par exemple), et que tout finit par un travail qui entre dans une documentation, c'est-à-dire un groupe de documents.

Or en documentation la production des intermédiaires est le rôle d'un informateur, d'un acteur du trivial -le carrefour- praticien de l'information (bibliothécaire, documentaliste, archiviste, conservateur, analyste documentaire, informaticien) dont la fonction est de faciliter la circulation des travaux et de donner la possibilité de les retrouver. Cet informateur a son propre langage, différent de celui des chercheurs, des contraintes et des normes d'écriture. Il est dépendant de

---

<sup>1</sup> Professeur émérite des universités en sciences de l'information et de la communication à l'Université Paul Sabatier-Toulouse III, France. Contact : viviane.couzinet@iut-tlse3.fr

son activité, il est obligé à un certain rendement car l'information a un coût que les industriels du secteur veulent réduire. Il s'agit alors de faciliter son travail en intervenant en amont sur la rédaction des recherches. Comment l'écriture documentaire travaille-t-elle cette rédaction des recherches ? L'objectif est d'observer la manière dont la mise en circulation de la science interfère sur la manière de l'écrire ou dit autrement d'interroger ce que la médiation documentaire fait à l'écriture des recherches ou encore d'analyser la destinée triviale de l'article de recherche. Cette interrogation nous paraît porter en elle la possibilité de compléter les recherches actuelles sur la fabrique du document. Ce travail qui n'a qu'une valeur exploratoire se focalise essentiellement sur l'article de revue.

## 2 Écriture documentaire et écriture des recherches

Écriture documentaire et écriture de la recherche reposent sur un ensemble de conventions et de normes qui aboutissent à deux formes documentaires, les documents primaires et les documents secondaires, qui entretiennent entre elles des liens étroits.

### 1.1 La documentation et ses formes d'écriture

Lors du Congrès de Bibliographie et Documentation, dans son *Rapport sur l'Institut International de Bibliographie et l'organisation systématique de la Documentation*, en 1908 Paul Otlet a défini la documentation de la manière suivante : elle “est, en matière scientifique, technique, historique, sociale ou industrielle, l'intermédiaire systématiquement organisé entre le public et les documents, entre ceux qui lisent et ceux qui écrivent”<sup>2</sup>. On dirait aujourd'hui qu'elle est une médiation.

Ce terme de médiation conserve, en Sciences de l'information et de la communication (SIC) plusieurs de ses valeurs d'origine nous dit Y. Jeanneret. Il recouvre une “image topologique (le médium, c'est le milieu entre deux points), il peut comporter l'idée d'intermédiaire (la communication passe par des objets et des agents), de compromis (le social procède d'une entente), de travail (la culture procède de transformations)” (Jeanneret, 2005). Avec Jean Davallon (2003) on considère qu'elle a pour objet de réduire un “manque, un écart”. Elle vise à permettre la circulation des connaissances dans une situation précise. Dans le domaine de la culture scientifique, par exemple, elle établit un lien entre connaissance scientifique et connaissance commune (Jacobi, 1999).

---

2 Cité p. 196 par E. de Grolier, 1945. Paul Otlet pionnier de la documentation et de la coopération internationale. *Bulletin de l'Union française des organismes de documentation*, p. 190-215.

Le travail d'intermédiation documentaire s'appuie sur la rédaction de notices qui figureront dans des banques de données d'où la nécessité de pouvoir récupérer et de pouvoir rédiger rapidement tout ce qui peut être indispensable au lecteur pour sélectionner les documents qui lui seront utiles et pour les obtenir. "Le premier de ces éléments est le titre du document [...] il constitue le résumé le plus sommaire possible du document et de son sujet" (Meyriat, 1978) et on peut y ajouter les titres de ce qui constitue l'ossature du contenu. Il ne s'agit donc pas seulement de décrire l'objet et de le localiser physiquement mais de fournir suffisamment d'éléments de son contenu pour donner la possibilité de décider si oui ou non le recours au document primaire ou "texte premier" (Souchier, 1998) est indispensable. Il faut alors écrire un résumé si celui qui a été élaboré par l'auteur est peu explicatif, ou s'il est absent, et transformer les mots clés fournis par cet auteur en descripteurs, termes univoques issus d'un langage documentaire et eux même en relations hiérarchiques et sémantiques constituées par un professionnel de l'information et des spécialistes du sujet abordé.

D'autres éléments du paratexte apportent des informations qui sont utiles au rédacteur pour compléter si nécessaire son travail d'informateur. On peut citer les notes, les références bibliographiques qui marquent l'inscription dans un courant ou une théorie, et même les remerciements qui peuvent donner des indications sur la méthode (remerciements aux interviewés), les partenariats ou encore les financements obtenus. L'informateur procède par une réduction qui s'appuie sur des conventions de représentation.

## **1.2 Ecriture des recherches, écriture documentaire**

Laissons à l'article, au livre, aux actes de colloque, aux actes de congrès, imprimés ou numériques comme productions des chercheurs, la place qui est la leur. Ils ne sont pas la recherche mais des écrits de la recherche. L'apprenti chercheur se heurte dès sa formation universitaire à l'écriture des références bibliographiques. Les manuels sur l'art du mémoire ou de la thèse insistent sur la nécessité de respecter strictement une formulation des références ce qui permettra en cas d'oubli de revenir sur le document avec toutes les indications nécessaires pour le retrouver, d'éviter le travail fastidieux de correction et de complément avant le dépôt du mémoire, mais aussi de faciliter le travail du directeur et du jury pour vérifier comment le sujet a été cerné, comment l'objet a été construit. Il permet également de participer à la recherche bibliographique d'autres masterants ou doctorants. La bibliographie est une élaboration personnelle étroitement liée au sujet elle permet de savoir si l'état de la question, ou de l'art pour les travaux appliqués, a bien été mené et quelles sont les orientations prises par l'auteur et son positionnement théorique.

En produisant les références bibliographiques de ses travaux le chercheur devient alors à son tour informateur et met en œuvre des normes d'écriture calquées sur celles des praticiens de l'information. On peut citer par exemple les normes internationales de référencement établies par l'International Standardization Organization ou les organismes de normalisation nationaux, celles proposées par des sociétés scientifiques telles que l'American Psychological Association (APA)<sup>3</sup> et celles propres à certaines revues ou à certains éditeurs.

Par ailleurs les auteurs sont invités à produire des résumés de type informatif (AFNOR, 1984) c'est à dire précisant l'objet de la recherche, son insertion dans les travaux qui l'ont précédé, sa méthode d'investigation et les résultats obtenus. Les chartes élaborées par les bibliothèques universitaires<sup>4</sup> donnent aux doctorants un modèle à suivre. Des revues ou des éditeurs imposent dans des "recommandations aux auteurs" des formats en nombre de caractères, en logiciels acceptés, en modèles de référencement. Parfois celles-ci sont complétées par des protocoles de rédaction qui indiquent la succession des parties et sous parties et précisent ce qui est attendu du point de vue de leur contenu.

Au-delà de l'harmonisation interne d'une collection d'articles dans un numéro ou d'une collection tout entière il s'agit de faciliter l'insertion dans un système documentaire, catalogue interne à une organisation, banque de données commercialisée ou plateforme de revue.

Ainsi écrire les recherches est aussi écrire pour documenter et pour faciliter la circulation des connaissances. On perçoit déjà des interactions entre ces deux types d'écriture. Toutes deux participent à la mise en circulation de la science. Néanmoins si l'une a pour objectif de mettre tout en œuvre pour faire valoir l'autre cette dernière a besoin dès l'élaboration de son objet de recourir à la première.

### 1.3 Positionnement théorique

Il s'agit ici de poser quelques jalons à une analyse possible de la manière dont l'écriture documentaire travaille celle de la science. Cette étude, qui veut être une ouverture sur un objet encore peu abordé s'insère dans un des champs des SIC que l'on désigne à la suite des recherches de Jean Meyriat par documentologie. Ce dernier avec Robert Estivals (1993) a séparé la documentologie, étude du système de

---

3 Debret, J., 2020. Les normes APA françaises : Guide officiel de Scribbr basé sur la septième édition (2019) des normes APA. Scribbr. <https://www.scribbr.fr/manuel-normes-apa/>;

4 Le service commun de la documentation de l'Université de Toulouse par exemple a élaboré un ensemble de consignes de rédaction du résumé, de présentation du mémoire de thèse, d'organisation des informations de la page de couverture, de présentation des références...

production du document et discours scientifique sur ses catégories (Meyriat, 1981 ; Meyriat, 1993) de la bibliologie, science de l'écrit, cette dernière étant incluse dans la précédente.

L'élaboration théorique de la documentologie part du postulat que le document préexiste à la documentation. Il est donc nécessaire de conduire des recherches qui s'intéressent à la fabrique du document (Meyriat, 1981). L'étude du travail sur l'information, quant à elle, relève d'un champ scientifique spécifique désigné par informatologie.

Cependant compte tenu de l'évolution de la mise en circulation des connaissances l'étude de la production du document prend en considération le travail sur l'information et il semble possible de postuler que dans le domaine de la recherche scientifique la mise en circulation et le travail documentaire quelle suppose interfèrent sur la fabrique du document. Ainsi dans ce cas il n'y a plus actuellement préexistence du document mais préexistence de la documentation.

Le travail présenté ici s'inscrit dans l'approche documentologique et se centre donc sur la fabrique de l'article comme document écrit de la recherche et "produit d'interventions sociales" (Jeanneret, 2004). Il se situe à la confluence de l'information et de la communication. Il se nourrit de l'œuvre d'Y. Jeanneret en particulier de ses travaux sur l'écriture de la science (1994, 2004) et sur sa conceptualisation du processus de "trivialité" (2008 ; 2014). L'exploration se limite à l'article qui est qualifié de "mémoire scientifique original" par la norme française de présentation des articles de périodiques<sup>5</sup> et à quelques exemples pris dans des revues et maisons d'édition de spécialités différentes.

### **3 Des écritures sous contraintes**

Écriture documentaire et écriture des recherches sont soumises à des contraintes. Leur évolution est étroitement liée à celle de la science et des techniques.

#### **2.1 Écriture documentaire: faciliter la recherche documentaire**

L'évolution des techniques documentaires au cours de l'histoire récente de l'information, depuis les années 1950, est dépendante de ce qu'avec deux collègues brésiliennes, Martha Macedo Kerr Pinheiro et Icleia Thiesen, nous avons désigné par "choc informationnel" (2008). Cette appellation découle du constat fait par les États-Unis au lendemain du lancement du premier satellite par l'URSS que les recherches circulent mal dans le monde occidental. Pour faire connaître dans une

---

<sup>5</sup> Deux autres types d'articles sont définies, la "publication provisoire", ou "note originale", et "l'exposé de mise au point".

logique économique incluant rapidité de diffusion, mais aussi progression de la recherche, l'écriture propre à la documentation : réalisations d'inventaires, de catalogues, de divers types de résumés, de synthèses, d'index, de systèmes classificatoires et de cotation, désignés par documents ou dispositifs secondaires (Couzinet, 2009), s'est développée avec l'utilisation de l'informatique. Au cours des années 1960 ce qui a été nommé information scientifique et technique (IST) s'est amplifié. Les banques de données se sont multipliées avec, suivant les pays, le soutien de politiques nationales en faveur de l'information. Les incidences de ce premier choc informationnel<sup>6</sup> sont relativement bien connues maintenant même s'il manque encore pour la France une synthèse dans une perspective historique qui couvrirait les divers domaines des SIC.

Ce qui est moins connu est l'influence du travail documentaire sur la rédaction de l'article de recherche. Déjà Otlet dans son *Traité de documentation, le livre sur le livre, théorie et pratique* (1934) avait précisé "l'auteur qui communique sa pensée ne doit pas forcément obliger le lecteur de refaire avec lui, en ses zigzags, le chemin qu'il a dû lui-même se frayer à travers l'inconnu" (p. 99). En 1962 l'Unesco a produit un *Code du bon usage en matière de publications scientifiques*. L'exposé des motifs de ce code mentionne "le manque de discipline librement consentie en matière de rédaction et de publication d'informations scientifiques"<sup>7</sup>. Il a été diffusé en plusieurs langues et a donné lieu à des suggestions et commentaires en particulier par l'Union internationale de physique pure et appliquée, ce qui a abouti à un *Guide pour la rédaction des articles scientifiques destinés à la publication*. La revue *Documentaliste*<sup>8</sup>, qui l'a publié intégralement a invité ses abonnés à en faire une large diffusion (Couzinet, 2000 : 87). Plus tard en 1974 les recommandations du guide ont été reprises dans une norme dont l'avant-propos précise que le but poursuivi est "d'améliorer la présentation des articles de périodiques en vue de faciliter leur compréhension, ainsi que la sélection documentaire, automatisée ou non" (AFNOR, 1974).

Ceci va de pair avec une industrialisation de l'information dont un des cas remarquables est celui de l'American Chemical Society, qui avait produit dès 1907 le premier fascicule imprimé du *Chemical abstracts*. Dans les années 1960, ce bulletin secondaire est informatisé. Afin de gérer la masse d'articles produits sur la chimie et pour faciliter leur circulation internationale la société crée un organisme documentaire spécifique le Chemical Abstract Service. En 1987 il fait travailler 1200

6 Le deuxième est l'avènement de la "société de l'information"

7 Document Unesco/NS/177, 1962.

8 *Documentaliste*, vol. 6, n°1, mars 1969. Cette revue deviendra *Documentaliste-Sciences de l'information* en 1975.

personnes (Such, Perol, 1987). Le groupe Wiley-Blackwell, qui publie 1400 titres de revues, des livres et des manuels en partenariat avec des universités, affiche, en 2020, 5000 employés dans le monde. Progressivement des maisons d'éditions pluridisciplinaires se développent et rassemblent plusieurs titres de revues (par exemple Emerald group publishing limited), des entreprises internationales proposent et gèrent des abonnements (EBSCO) et comme dans le reste de l'activité industrielle, naissent, fusionnent, meurent. La circulation de la science se trouve alors soumise à des objectifs de rentabilité non seulement à plus ou moins long terme en favorisant l'innovation et la croissance industrielle mais pour elle-même, dès la mise en place de la collecte et du traitement documentaire.

## **2.2 Ecriture des recherches: faire circuler les connaissances**

Dans "l'exposition dans la science" Otlet précisait que "l'exposition scientifique est caractérisée par l'objectivité, la simplicité, la clarté, la méthode [...] exposer un sujet scientifique, c'est le circonscrire (sa place parmi les autres sujets) ; le définir (ce qu'il a de spécifique) ; l'analyser (de quoi il se compose)" (p. 99) ce que la norme de rédaction des articles exprime ainsi : ils "doivent comprendre une introduction et une conclusion, décrire le matériel et les méthodes utilisés, présenter les résultats obtenus ainsi que des commentaires". Tout doit être donné pour permettre la reproductibilité et le renouvellement des expériences. L'inscription dans un courant, dans une avancée scientifique impose de distinguer ce qui relève de l'apport personnel de ce qui est apporté par d'autres.

A ces contraintes qui découlent de l'activité de recherche il faut ajouter les contraintes économiques précitées visant à rentabiliser la mise en circulation de la science. L'invitation est de "conformer les textes eux-mêmes au moment où ils se rédigent. D'appliquer des "règles" et des "formes rationalisées et unifiées", "des normes" qu'il s'agit de "substituer [...] à l'arbitraire, à l'incohérent, et à l'inutile [de] substituer à une individualisation des écrits qui ne tiendrait pas compte des autres écrits similaires et complémentaires, des modes de rédaction apportant une économie du travail ultérieur de classement, catalographie, analyse, redistribution et codification synthétique" (Otlet, 1934, p. 396). Par ailleurs "les documentalistes doivent pouvoir utiliser directement le résumé d'auteur pour le mettre en mémoire ou le publier" (AFNOR, 1974). Il y a donc aussi des contraintes dues "à la gestion, sélection, traitement et transmission de l'information" (Lévy, 1987, p. 36). Avec le développement des banques de données elles deviennent de plus en plus fortes. Le traitement automatique des textes impose une normalisation.

Enfin si Otlet avait défini la bibliométrie comme statistique de tout ce qui touche au livre et au document (production éditoriale, collections des biblio-

thèques ...) elle aussi a évolué. Elle a été théorisée par Robert Estivals qui l'a précisée en tant que méthode quantitative d'analyse de l'écrit (Estivals, 1978)<sup>9</sup> et donc de la bibliologie. Par la suite elle s'est développée au sein de l'Institute for scientific information et est devenue un instrument de mesure de la production scientifique, ou scientométrie, puis un instrument de l'évaluation des chercheurs. Elle se fonde sur ce qui est recensé dans une banque de données, notamment en termes de citations reçues. On comprend que figurer dans une telle banque présente l'intérêt de voir ses recherches mises en visibilité pour participer à la progression des connaissances mais aussi pour obtenir des financements de nouvelles recherches et pour prétendre à une promotion.

#### **4 Questions à la recherche**

Em suas reflexões acerca da cultura de massa na primeira metade dos anos 60, Edgar Morin apontava um aspecto que lhe parecia crucial para o seu entendimento: uma dinâmica

#### **4 Questions à la recherche**

On peut se demander : le modèle défini dans la norme est-il applicable à toutes les disciplines ? N'est-il pas un frein à la créativité ? Cette écriture de la recherche questionne son articulation avec la pratique documentaire dans la fabrique du document et aussi la reconnaissance des êtres culturels mobilisés comme supports de publication de la science.

##### **4.1 Quelles avancées documentologiques ?**

L'article, tel qu'il est ici retenu est restreint à son stade d'écrit publié. Il se situe donc dans une phase plus aval que celle décrite par Latour et Woolgar (1979). Ces deux auteurs ont produit une ethnographie d'un laboratoire dans lequel ils ont suivi l'itinéraire d'un texte soumis à la critique des membres d'une équipe avant d'être proposé à une revue. Cette dimension cognitive entre dans la fabrique du document. La proposition est de l'examiner de plus près et de mettre en évidence qu'elle ne se départit pas de la dimension documentaire. L'analyse documentologique se porte alors sur les aspects cognitifs, documentaires et bien sûr éditoriaux tels qu'ils ont été précisés par E. Souchier dans la théorie de l'énonciation éditoriale (1998), c'est à dire qu'elle a aussi une dimension visuelle. L'approche sociale de la fabrique du document se trouve ainsi enrichie et s'ancre plus fortement dans les SIC.

---

<sup>9</sup> Ce livre donne après une définition de la bibliologie et un regard critique sur l'œuvre d'Otlet et les indices utilisables pour établir des statistiques sur le livre

Notons qu'il ne s'agit pas d'un document statique. Il a, en effet, subi des évolutions dues à plusieurs paramètres. En premier lieu l'augmentation du nombre de recherches dans les années qui ont suivi la fin de la 2eme guerre mondiale, la reconstruction, la guerre froide, le développement de l'industrie. En deuxième lieu l'internationalisation plus grande des recherches. Déjà Otlet ne concevait la documentation que comme un bien commun à l'humanité, un partage mondial du savoir devant préserver la paix. Le *Répertoire bibliographique universel* est le témoin et la réalisation concrète de cet idéal. Il a supposé l'élaboration collective et internationale des modes de descriptions bibliographiques. Ainsi dès le début du XXème siècle la communauté scientifique peut disposer d'une description des références minimale, transposable dans les écrits de la recherche.

La science et la technique grandes consommatrices de travaux scientifiques et le développement de la concurrence, y compris à l'échelle internationale, ont favorisé l'émergence de sociétés éditoriales et de services documentaires de plus en plus puissants. Afin d'occuper la meilleure place sur le marché mondial, de rentabiliser leurs investissements, d'être reconnu comme éditeur scientifique chacune harmonise ses collections et vante sa sélection.

Par exemple:

Emerald annonce couvrir avec ses revues 23 domaines en sciences sociales et récompenser le meilleur article de l'année.

Wiley dont les revues couvrent les sciences, les techniques, la santé, les sciences humaines et sociales dit n'accepter que les meilleurs travaux

Elles imposent leur façon de voir la recherche. Les contraintes dictées aux auteurs deviennent de plus en plus lourdes. Les petits éditeurs universitaires tendent à se rapprocher de ce modèle.

L'analyse documentologique qui s'arrête sur un moment du document est aussi analyse des transformations et des contextes dans lesquels il s'est déployé dans le temps. Cependant chaque document est particulier. Dans le cas de l'article de recherche les contraintes sont plus ou moins acceptées (voire connues) et laissent une part à la créativité.

#### 4.2 Quelle créativité?

Si Otlet recommande (p. 396) de "substituer des normes à l'arbitraire", il est bien conscient que "c'est là une atteinte grave à la liberté d'écrire, intolérable joug imposé à la pensée de qui entend se mouvoir dans les directions et sous les formes que dé-

termine lui-même quiconque écrit” ce qui le conduit à séparer l’écriture littéraire de l’écriture scientifique. Cette dernière est “tout en rigueur” et “use d’une terminologie précise” et s’efforce de mettre en lumière “l’échafaudage du raisonnement [...] de la composition” (p. 391). De fait la définition de règles communes pour faciliter le travail documentaire est calqué sur les protocoles de recherche. Structurer l’écrit des recherches permet de percevoir la progression du travail, fluidifie la lecture et veut rendre la recherche documentaire efficace et rapide.

Le premier élément est le titre. Beaucoup d’entre eux ont une signification qui “n’est pas évidente et qui pour des raisons diverses n’apporte aucune indication sur le contenu de ce qui suit” (Meyriat, 1978).

Par exemple:

Cooper-Richet Diana. Paris et la présence lusophone dans la première moitié du XIX<sup>ème</sup> siècle paru dans la revue internationale *Histoire et civilisation du livre*, 2012, volume VIII, éditeur Droz (Genève) ne comporte ni résumé, ni mots clés.

WDans ce cas c’est le nom de la revue qui permet d’entrevoir l’angle sous lequel le sujet abordé. Il s’agit de la publication et de la vente de revues et de livres en portugais dans les librairies parisiennes et des échanges culturels qu’elles ont permis sur la période donnée.

La norme rappelle qu’il “doit être significatif, représentatif du contenu” et “aussi bref que possible”. Certains systèmes de documentation pratiquent l’indexation sur le titre notamment ceux qui ont fabriqué des index KWIC (*keyword in context*). Ce type d’indexation et celle à partir des mots clés fournis par les auteurs rendent la recherche documentaire aléatoire car elle ne tient pas compte de la polysémie de certains termes ou des jeux de mots utilisés. Même si les logiciels ont évolué et corrigent, au moins en partie, ces problèmes de langue en composant son texte l’auteur doit prendre en compte non seulement le lecteur mais aussi celui qui recherche l’information et l’acteur du trivial, informateur humain ou programme informatique conçu par un humain.

Certains éditeurs vont jusqu’à demander une structuration apparente du résumé et donnent des conseils de rédaction. C’est le cas d’Emerald. L’auteur doit dans ce cas-là penser son article de façon à ce que ces points considérés importants soient également mis en évidence dans l’organisation de son texte. Prévoir la recherche documentaire dans le résumé aurait alors un rôle structurant dans la rédaction de l’article.

Insérer ici

Première page d'un article du *Journal of Documentation*, vol. 68, n°1, 2012, p. 45

La recherche d'un article sur les réseaux numériques est aussi facilitée par l'emploi dans le titre de termes significatifs du contenu. Il appartiendra ensuite au lecteur de faire le tri dans ce qu'il aura collecté pour éliminer ce qui ne correspond pas au sens recherché. On pense en particulier au terme "médiation" dont l'usage dans des contextes divers impose de le compléter. Parfois le manque de proximité du mot avec son complément peu ramener des références surprenantes.

Néanmoins il existe des manières différentes de faire de la recherche comme commenter un texte en science juridique ou traduire et annoter une œuvre en littérature et il serait intéressant de faire des comparaisons entre disciplines et aussi entre types d'articles de recherche.

#### **4.3 Quelle reconnaissance du rôle des êtres culturels ?**

Les consignes de rédaction des références différencient les articles, les chapitres ou les communications dans des manifestations scientifiques. Chacun de ces êtres culturels situe les recherches dans leur évolution. Les communications et expositions publiques visent à réunir des critiques et des suggestions et présentent des éléments partiels et éventuellement des résultats en cours d'analyse, c'est ce que l'on désigne par la "science en train de se faire", c'est une sorte de test de réception des travaux par la communauté scientifique. Il faut noter cependant le glissement de sens du terme "actes" qui actuellement ne donnent lieu que très rarement à la publication des débats et des questions. Ils ne sont plus que des recueils des communications dans une version plus complète que la présentation orale. L'article est un condensé de la totalité ou d'une partie d'une recherche aboutie, c'est déjà "la science faite" de même que dans le livre qui rassemble des travaux, conduits souvent pendant plusieurs années, et qui ont une portée plus synthétique.

Il s'agit aussi de donner au lecteur la possibilité de reconnaître les catégories auxquelles appartiennent les documents de la liste des références. Les recherches qui analysent des corpus de textes ne font pas toujours la différence entre ce qui relève de ce corpus et ce qui relève de la convocation critique ou d'étayage du propos. Les chercheurs en histoire séparent ces deux groupes de documents qui ont des fonctions bien différentes. En SIC, comme en sciences de l'éducation et probablement dans d'autres disciplines, l'ambiguïté est d'autant plus grande que des travaux sont conduits sur des ensembles qui peuvent avoir l'un ou l'autre rôle. Une confusion entre matériaux de la recherche, sur lesquels sont menés les études empiriques, et références est parfois entretenue par des revues qui rassemblent le tout sous la rubrique références, sans demander l'avis à l'auteur qui pourtant les avaient séparés. La distinction des objets qui constituent les matériaux sur lesquels repose

le travail empirique des objets porteurs des avancées scientifiques produites par les chercheurs va dans le sens d'une plus grande clarté.

De même que les listes désignées parfois par "sitographie" confondent référence à des sites et référence à des objets documentaires numériques présents sur un site et omettent des indications utiles au lecteur sur le document hôte (nom de la revue, volume, numéro) qui pourtant informent dès la lecture de la référence sur le crédit qu'on peut lui accorder. Ceci est d'autant plus gênant, notamment pour les apprentis chercheurs, que des archives ouvertes accueillent des textes dans leur forme provisoire et parfois même qui ne seront pas publiés.

L'accès à l'article facilité par le numérique pose la question de la reconnaissance de la revue comme support des avancées scientifiques produites par les chercheurs dans une thématique rattachée à une discipline ou interdisciplinaire. On peut souligner l'importance du nom attribué à la revue pour son adéquation au projet éditorial.

## 5 Conclusion

Ces quelques remarques qui précèdent ne sauraient dispenser de travaux empiriques qui viendraient préciser ce qui a été exposé ici comme des pistes possibles de recherches visant à enrichir l'éventail des documents et de leur évolution à étudier en SIC. En effet on le voit dès ce travail exploratoire l'analyse de la destinée triviale de l'article de recherche soulève de nombreuses questions. Retenir ce point de vue va dans le sens d'une réactualisation des recherches conduites par les fondateurs de la discipline. Il est fécond pour travailler des notions et des concepts, ouvre des possibilités théoriques, invite à des travaux empiriques. Plus généralement il consolide l'inscription des deux domaines, qui évoluent séparément à l'international, dans une discipline académique unique l'information-communication. C'est un des héritages que nous lègue Yves Jeanneret et qu'il appartient à la communauté scientifique de faire fructifier.

## Referências

AFNOR. **Présentation des articles de périodiques**, NF Z 41-003, norme française homologuée, série documentation, 1974.

AFNOR. **Recommandations aux auteurs des articles scientifiques et techniques pour la rédaction des résumés**, NF Z 44-004, norme française homologuée, série documentation, 1984. (remplace la norme d'août 1963)

COUZINET, Viviane. **Médiations hybrides** : le documentaliste et le chercheur en

sciences de l'information. Paris : Adbs éd., 2000.

COUZINET, Viviane. **Dispositifs info-communicationnels** : contributions à une définition. In Couzinet Viviane, 2009. Dispositifs info-communicationnels : questions de médiations documentaires. Paris : Hermès, Lavoisier, 2009.

DAVALLON, Jean. **La médiation** : la communication en procès ? MEI, n. 19, p. 37-60, 2003.

ESTIVALS, Robert. **La bibliologie** : introduction historique à une science de l'écrit. Paris : Société de bibliologie et de schématisation, Tome 1 : la bibliométrie, 1978.

ESTIVALS, Robert. Classification de la bibliologie. In : ESTIVALS, Robert. (dir.); MEYRIAT, Jean; RICHAUDEAU, François (collab.). **Les Sciences de l'écrit** : encyclopédie internationale de bibliologie. Paris : Retz, 1993. p. 112-119.

JACOBI, Daniel. **La communication scientifique** : discours, figures, modèles. Grenoble : Presses universitaires, 1999.

JEANNERET, Yves. **Ecrire la science** : formes et enjeux de la vulgarisation. Paris : Presses universitaires de France, 1994.

JEANNERET, Yves. Forme pratique et pouvoir, réflexions sur le cas de l'écriture. **Sciences de la société**, n. 63, p. 41-55, 2004.

JEANNERET, Yves. Médiation. In : LA SOCIÉTÉ de l'information : glossaire critique. Paris : la Documentation française, 2005. p. 105-107.

JEANNERET, Yves. **Penser la trivialité**, v.1. La vie triviale des êtres culturels. Paris : Hermès, Lavoisier, 2008.

JEANNERET, Yves. Critique de la Trivialité : les médiations de la communication, enjeu de pouvoir. Paris : Ed. Non standard, 2014.

LÉVY, Pierre. **La machine univers** : création, cognition et culture informatique. Paris : la Découverte, 1987.

MEYRIAT, Jean. De l'écrit à l'information : la notion de document et la méthodologie de l'analyse du document. In : INFORCOM 78, Société française des sciences de l'information et de la communication, premier congrès, v. 1. Compiègne 1978. Paris : SFSIC, 1978. p. 23-32.

MEYRIAT, Jean Document, documentation, documentologie. **Schéma et**

**schématisation**, n. 14, p. 51-63, 1981. [Version en portugais : MEYRIAT, Jean. Documento, documentação, documentologia. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 21, n. 3, 1981.

MEYRIAT, Jean. Documentologie. In. : In. : ESTIVALS, Robert. (dir.); MEYRIAT, Jean; RICHAUDEAU, François (collab.). **Les Sciences de l'écrit** : encyclopédie internationale de bibliologie. Paris : Retz, 1993. p. 151-152.

KERR, Martha ; THIESEN, Icleia ; COUZINET, Viviane. Choc informationnel et culture de l'information : quelle formation à l'information ? **Sciences de la société**, n. 75, p. 141-158, 2008.

LATOURE, Bruno ; WOOLGAR, Steve. **La vie de laboratoire** : la production des faits scientifiques. Paris : La Découverte, 1979.

SOUCHIER, Emmanuel. L'image du texte. Pour une théorie de l'énonciation éditoriale. **Les Cahiers de médiologie**, n. 6, p. 136-146, 1998.

SUCH, Marie-France ; PEROL Dominique. **Initiation à la bibliographie scientifique**. Paris : Promodis, Editions du Cercle de la librairie, 1987.

# Yves aux trésors – “mon petit cabinet de curiosité” : figures totémiques de la trivialité

Jean-Jacques Boutaud<sup>1</sup> avec les contributions de Dominique Jeanneret et Élodie Boyer<sup>2</sup>

---

## 1 Introdução

“CHER JEAN-JACQUES, COMME TU VOIS, J’AI FAIT DANS LE ROBORATIF PLUTÔT QUE dans la nouvelle cuisine. L’assiette de la réflexion est large. Il reste à arroser”, le 20 IX 2014, Yves.

À chaque fois que je prends en mains puis ouvre mon volume de Critique de la trivialité, ce “sacré pavé (surnommé en secret Le Mont Jeanneret)” (revers du dos de couverture), je m’arrête sur la dédicace d’Yves, comme trace vivante de notre proximité et de notre complicité joyeuse. Bien sûr, impossible d’échapper au tropisme gastronomique tant il animait nos discussions plus souvent portées, il faut l’avouer, sur l’âme des terroirs et nos mémoires de table que sur l’épistémologie des SIC.

Mais l’heure est sérieuse. Il s’agit pour Yves de livrer une somme, son magnum opus. Ce grand œuvre de l’alchimie intellectuelle qui opère la fusion de l’homme et du chercheur. L’ambition théorique est bien là car il s’agit rien moins, selon la bi-partition assumée entre sémiologie (pour les formes) et sémiotique (pour la conceptualisation), de défendre et promouvoir “une sémiologie des formes de médiation et des médias qui comporte une sémiotique communicationnelle comme concept” (p. 51).

Mais pas question pour Yves d’écrire, six ans après, un doublon de “Penser la trivialité” (2008). L’ouvrage doit restituer, dans sa forme même, le protéiforme de la

---

1 Professeur Émérite en Sciences de l’Information-Communication à l’Université de Bourgogne (Dijon). Contact : jean-jacques.boutaud@u-bourgogne.fr

2 Je tiens à remercier très amicalement Dominique Jeanneret et Élodie Boyer pour leur concours et leur grande disponibilité dans la préparation de cet article. Elles ont mis à disposition de nombreux documents de famille et d’archives, pour Dominique, et pour Élodie, des documents de travail discutés pour la conception de l’espace désigné comme *Focus*. Nos échanges ont également permis de vérifier et recouper certaines informations à caractère plus personnel.

trivialité, sa complexité à vouloir et pouvoir jouer sur tous les tableaux de la formation des êtres culturels. Cette fois, avec tant de cœur à l'ouvrage, le livre doit donner plus. Encore faut-il que l'éditeur joue le jeu. C'est le pari et le parti-pris des Éditions Non Standard, de suivre l'homme dans son aventure intellectuelle. Se mettre à la tâche selon un imaginaire de bricoleur bien davantage qu'une logique d'ingénieur (Lévi-Strauss, 1962) quand bien même il s'agit d'une construction monumentale. D'ailleurs n'allez pas chercher de schémas et de modèles. La question est trop complexe, elle requiert une attention aux formes pas des formules.

Pour notre bricoleur, évoluant dans le foyer intellectuel de la trivialité, la fabrique du livre se conçoit déjà comme production d'un objet riche de son indéfinition, comme œuvre à nulle autre pareille : “Manuel fondamental de sciences de l'information et de la communication, exégèse de l'histoire intellectuelle, cabinet de curiosités, proposition théorique, essai, manifeste. Critique de la trivialité est une œuvre hors du commun” (2014, dos de couverture). Le bricoleur ne saurait vivre dans le monde des idées et de la pensée sans lien viscéral aux objets, foyers de concentration entre la matière et l'imaginaire, où le sens vient habiter des formes. Ici, les objets peuplent les pratiques analysées tout au long de la Critique mais prennent une place singulière avec l'idée chère à Yves “d'exploiter (son) petit cabinet de curiosité personnel” (p. 758). Dans la fabrique de l'objet-livre où s'élabore patiemment la figure de la trivialité, ce cabinet de curiosité donne à voir les objets sortis, selon l'expression partagée avec l'éditeur, de la “boîte aux trésors” d'Yves.

De quoi piquer, on s'en doute, notre curiosité. Il s'agira, pour nous, de saisir la trivialité à travers ces objets totémiques, ces figures du cabinet de curiosité qui relèvent d'un parti-pris heureux et audacieux : parti pris éditorial d'insérer une série de focus, à partir d'objets personnels précieusement conservés ; parti pris des objets, pas si éloigné des choses chez Ponge, tant il s'agit d'humaniser leur présence dans un projet d'envergure intellectuelle ; parti pris sémiotique, à nous situer d'objets en concepts, hors des chapelles, dans une cybernétique de l'imparfait.

## 2 Un parti pris éditorial

Objet protéiforme, “monographie polyphonique” (2014, p. 758), produit d'une “recherche faite de composites” (idem, p. 53), la Critique ne pouvait naviguer dans le monde de la pensée sur la trivialité sans trouver, en quelque manière, des points d'ancrage à des lieux et des objets.

Figurer la diversité des formes et des imaginaires mais trouver une ligne de cohérence entre les images. Le choix se porte sur un univers tout destiné, tant il consacre le lien entre l'itinéraire du chercheur et des fragments de vie dont les objets témoignent : “J'ai choisi un champ de pratiques défini pour y observer le déve-

loppement spécifique des médiations repérées, mettre en évidence leurs relations et donner une première idée de la façon dont les différents processus peuvent donner prise au pouvoir et à la valeur : il s'agit de la pratique des lieux d'intérêt culturel : voyage, fréquentation, visite, etc." (idem, p. 60). On reste sur le terrain conceptuel, rien n'est dit du caractère privé, personnel, souvent intime, de la relation aux objets qui vont sortir de la boîte aux trésors, car l'édifice est soutenu par le projet théorique, l'arc scientifique de la démarche et non des confessions.

Pourtant, la marque commune des objets c'est bien leur appartenance au fonds privé, personnel, à l'intérieur duquel Yves opère des prélèvements pour en discuter le choix avec l'éditeur. Il faut, à cet égard, remercier Élodie Boyer (Éditions Non Standard) de nous donner accès à ces sources primaires (Annexe), pour bien comprendre le travail liminaire de sélection des archives, des objets, avant d'arriver aux figures totémiques qui se condensent et s'étagent à travers le "focus – Voyage et visite" (idem, p. 8-9).



Figures totémiques de la *Critique* (2014, p. 8-9)

Donner un caractère totémique aux figures ne relève pas seulement de l'expression imagée ou de la métaphore. Le travail de fouille du social à l'articulation du politique et du symbolique est tel, dans la *Critique*, que les objets se détachent sur le plan de profondeur anthropologique, mythique de la trivialité. Dimension totémique rendue sensible également à travers l'espace figuratif de ces planches où se

condensent les figures de la trivialité, dans leur forme matérielle et leur force, leur pouvoir immatériel. Figures totémiques aussi, à faire lien sémiotique et symbolique entre fragments de sa propre histoire et histoire collective, si ce n'est universelle (la figure encyclopédique et l'humain à travers les SIC).

La pratique des lieux d'intérêt culturel se révèle un territoire d'exploration où la proximité avec les objets ne fait qu'entretenir l'aventure du sens : “Le choix de ce domaine s'explique par des raisons personnelles : j'ai en effet une expérience de terrain et de corpus, souvent dans des cadres collectifs, sur les contextes de médiation de ces pratiques.” Et de préciser, sur la trajectoire mythologique du plus anodin au plus complexe : “(Le choix) relève aussi d'un parti pris : en effet, ce domaine rend visible le fait que l'économie de la trivialité ne repose pas que sur la technologie ; il permet d'aborder les innovations contemporaines dans un jeu de continuité et de ruptures ; il aide à débusquer dans les formes anodines de nos comportements informationnels une complexe construction” (2014, p. 61).

Là encore, le propos reste pudique car rien n'est dit du caractère privé des objets et des images peuplant cet espace de figures. Or le bricoleur se mue ici en collectionneur nous faisant pénétrer dans son “cabinet de curiosité”. Une démarche rare chez Yves : exposer des objets, qui plus est, exposer des objets personnels.

Faisons l'inventaire de la collection.

<b>ILLUSTRATIONS</b> <b>1<sup>ÈRE</sup> ÉDITION</b> <b>05 08 2014</b>	<b>LÉGENDE</b>	<b>OBJET</b> <b>COLLECTION PERSONNELLE</b>	<b>COMMENTAIRE</b> <b>ANNOTATION</b>
1 - p. 63	Carte postale - Porteuse de poissons 1918	<i>carte postale</i> familiale (face)	
2 - p. 69	<i>L'indispensable ou nouveau conducteur des étrangers dans Paris</i> Danlos, 1855	<i>guide</i> couverture	
3 - p. 77	Enquête au Musée du Louvre 2007	<i>photo</i> document de recherche	
4 - p. 89	Exposition Romain Rolland interroge notre temps (livre d'or) - 1994	<i>page</i> du livre d'or -	
5 - p. 99	Devant le mur, Postdamer Platz, Berlin, 2007	<i>photo</i> - séjour Berlin	
6 - p. 107	Timbres : Togo, 1941 - Cameroun, 1946 - Saint-Pierre et Miquelon, 1938	3 timbres	
7 - p. 117	<i>Guide bleu</i> , Espagne, 1954	<i>guide</i> couverture originale	
8 - p. 127	2001	<i>ouvrage</i> couverture du volume “Voyage à Venise”	p. 125-127
9 - p. 139	Musée Fabre, Montpellier - 2013	<i>affiche</i> de l'exposition Le Goût de Diderot	p. 137-141
10 - p. 145	Balisage des chemins de Saint-Jacques -de-Compostelle	<i>photo</i> d'une borne avec signalétique du Chemin	p. 143-146

ILLUSTRATIONS 1 <sup>ÈRE</sup> ÉDITION 05 08 2014	LÉGENDE	OBJET COLLECTION PERSONNELLE	COMMENTAIRE ANNOTATION
11 - p. 155	Gabriel Fauré photographié par Paul Nadar	reproduction <i>portrait</i> recadré	
12 - p. 167	Fac-simile du premier guide <i>Michelin</i> édité pour le centenaire 2000	<i>guide</i> couverture	p. 165-166
13 - p. 176	Guide <i>Baedeker</i> Italie 1905	<i>guide</i> couverture	une phrase p. 175
14 - p. 189	Agenda de Francis Jeanneret 1954	<i>agenda</i> fermé avec boucle et crayon	
15 - p. 199	<i>Le monde en couleurs : Paris tel qu'on l'aime</i> , Odé, 1949	reproduction d'un <i>plan</i> Belleville Ménilmontant	p. 198-200
16 - p. 208	Carte routière annotée par Bernard Jeanneret lors de son voyage à cheval de Normandie en Suisse, 1921	<i>carte routière</i> ancienne, annotation originale sur le pli de la carte, avec mention 1921	
17 - p. 223	Plateau de Lassithi, Crète 2014	<i>photo - voyage</i> panneau et paysage	
18 - p. 243	<i>Le guide du touriste spatial : sur Mars</i> , EDP Sciences, 2003	<i>page</i> choisie de l'ouvrage	

Focus - Voyage et visite (2014)

En cohérence avec le propos sur la trivialité sont rassemblées ici des variétés de supports, de formats, de textes, d'images qui en appellent à une grande diversité de pratiques, de médiations, de circulations et d'appropriations, portées par l'imaginaire en actes des lieux d'intérêt culturel. Une entreprise déjà entamée avec *Where is Monna Lisa* (2011) mais qui franchit cette fois un pas décisif en nous ouvrant son "petit cabinet de curiosité", avec exposition de figures appartenant exclusivement à la collection personnelle.

Le bricoleur s'accommode d'une présentation sobre et simplifiée des figures en noir et blanc, plein cadre ou sur fond sombre, quitte à manger parfois les contrastes pour exposer, tels quels, guides et agenda. Mais cette absence d'artifice efface, dans le même temps, toute prétention à retravailler la forme au risque d'ajouter une couche d'annonciation à un objet dont le reflet naît de sa seule présence. On pense à Ponge, laissant parler l'objet (de) lui-même, histoire de ne rien dire de soi. Mais à la différence de Ponge qui retire les objets du monde des idées, il est question pour Yves d'y figurer une place personnelle, traces et lieu de sa propre vie dans la constellation de la trivialité.

### 3 Le parti pris des objets

Au moment de conclure sa Critique, d'y apporter sa patte d'auteur et ses ultimes notes, Yves laisse précisément l'auteur en arrière plan, pour donner priorité ou primauté à la fabrication du livre : "j'ai fait un livre, ou plutôt (...) nous l'avons fait"

(2014, p. 758). Là encore, le bricoleur aura le dernier mot car écrire est une chose mais l'aventure éditoriale en est une autre : “J’ai découvert ce que pouvaient apporter le travail typographique, la réflexion sur le geste éditorial, l’idée d’exploiter mon petit cabinet de curiosité personnel” (idem, p. 758). Ainsi se conjuguent l’attention à la chose, le livre, et l’attention aux objets, les curiosités.

A vrai dire, ce “cabinet de curiosité personnel”, loin des artificials et mirabilia, ne donne à voir que des objets ordinaires, quand bien même ils témoignent d’une valeur affective ou mémorielle sans pareil : carte postale, timbres, guides et plan, agenda, photos et portrait, couvertures et affiche. On se voyait plonger dans “la vie étrange des objets” chez Rheims (1959) et nous voilà plus près des *Mythologies* de Barthes (1957) dans l’espace naturalisé du quotidien.

D’ailleurs certains objets en sortent tout droit. A commencer par le Guide Bleu qui fait déjà l’objet d’une attention particulière dans *Penser la trivialité* (2008), sur les pas de Barthes : “Ce type d’objet documentaire est, dans les termes de Barthes, une machine à fabriquer de la doxa. Le guide, production éditoriale vouée à promouvoir la mise en trivialité des êtres culturels dans un régime de pratique, le tourisme, cumule une mobilisation professionnelle des disciplines de l’archive avec la visée stratégique d’un sujet de pouvoir” (2008, p. 97). Il s’agit en l’occurrence, pour Barthes comme chez Yves, de pointer tout particulièrement le Guide bleu de l’Espagne mais sous deux latitudes différentes : en démonter le discours dans les *Mythologies* ; à l’inverse, dans la *Critique*, en montrer la couverture comme une balise dans une histoire personnelle, une respiration à soi dans le souffle général de la trivialité.

Ici, dans le corps du texte, à peine une allusion au Guide Bleu, sans le citer, par emprunt de quelques lignes aux *Mythologies*. Peu de mots sur la chose elle-même et son contenu car, sortie de sa boîte aux trésors c’est à la couverture de nous parler. Une invitation pour un temps d’arrêt sur cette image en noir et blanc, avec cette simple mention : Guide bleu, Espagne. 1954. Il faut se reporter aux tableaux préparatoires qu’Yves destine à l’éditeur (voir Annexe), à l’heure du choix, pour comprendre qu’entre plusieurs objets, celui-ci se charge d’un capital sémiotique particulier dont la figure condense a minima : la couverture du guide, les inscriptions visibles, la promesse du voyage réel ou imaginaire, la culture et les usages, l’Espagne de 1954 sous régime franquiste mais, sans épuiser la liste, quelque chose de plus important encore. Au-delà ou en-deçà de toutes ces modalités de prise, un objet : l’objet de la bibliothèque personnelle, à jamais en place sur son étagère, dans la compagnie des livres et des objets créant un environnement choisi, étudié, aimé. La figure, avec tout ce qu’elle recouvre, à différents niveaux de profondeur figurative (tous les récits emboîtés) laisse place à l’objet, par la magie du contact immédiat et l’actualité de la présence.

Tous les objets et figures sortis du cabinet de curiosité participent de cette économie symbolique et plus encore de cette poétique qui nous fait regarder ces choses d’abord et avant tout comme des objets auxquels Yves était attaché, en quelque manière : objets du regard, de mémoire ; objets d’attention, pris en main, rangés, manipulés ou posés ; modèle unique ou objet de série mais à soi, auquel on tient, jusqu’à impliquer les siens.

Ainsi les figures du père (Francis) et du grand-père (Bernard), à travers un agenda de 1954 (p. 189) et une “carte routière annotée par Bernard Jeanneret lors de son voyage en voiture à cheval de Normandie en Suisse, 1921” (p. 208). Le temps biographique se détache de la mécanique intellectuelle en marche dans la Critique, mais ne rompt pas le fil avec l’emprise de la trivialité. L’annotation du grand-père fait remonter une mémoire des lieux, des siens (sans oublier le chien Tobie avant Francis), des pratiques en usage, des manières de faire et d’écrire et c’est aussi le papier qui a traversé le temps, la carte d’une époque, le tracé des lettres. Sur le fond de la trivialité, un monde s’énonce, une forme de vie prend ses contours dans toutes ses dimensions figuratives. Pour autant, la charge affective se rabat sur l’objet comme punctum de la toile biographique dans la trame générale de la trivialité.

Tous les objets et documents sont discutés avec l’éditeur (voir Annexe) car il faut s’arranger avec les “moyens du bord” , les contraintes de reproduction et de droits, une fois évaluée la pertinence du choix. À cet égard, l’arbitrage effectué dès la première partie, en préfiguration du chapitre 1 (voir tableau ci-dessous et Annexe pour l’ensemble des tableaux discutés avec l’éditeur), est particulièrement révélateur des options ouvertes pour rendre compte de la trivialité tout en puisant dans la “valise documents” et la “valise objets”, sorties du “petit cabinet de curiosité”.

Chap 1		
<b>1 Le champ de la visite des lieux d’intérêt</b>	<p>Je me demande si je peux prendre une <b>carte postale issue des documents familiaux</b> (par exemple de Courseulles, façon punctum de Barthes, un voyage de personnes de la famille dans les années 30). Avons-nous le droit de reproduire une carte postale ? Je n’étudie pas la carte postale comme objet mais c’est assez intéressant.</p> <p>J’ai aussi une reproduction (moderne) d’une <b>affiche pour le tour du Mont-Blanc en autocar</b> qui est assez incroyable. Objet de grande taille à rapporter d’Avignon lors de mon prochain voyage (8-9 fév).</p>	<p><b>Timbres :</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>*Vézelay (1946)</li> <li>*Les Andelys (1954)</li> </ul> <p>Expression des objets triviaux de la promotion touristique (ici ou encadré 6)</p> <p><b>[valise documents, 1 ex de chaque dans une enveloppe]</b></p> <p><b>Carte postale de 1921</b> représentant une porteuse de poissons de Normandie adressée à mon père par ses parents*</p> <p><b>[valise documents]</b></p> <p>Bol en faïence illustré Vézelay (je ne sais pas le dater, probablement l’après-guerre, mon grand-père utilisait ce bol en tabatière pour mettre son tabac à pipe).</p> <p><b>[valise objets]</b></p>

Tableau des encadrés/objets, partie 1.1 (source Editions Non Standard)

Rapportée au monde personnel, la figuration de la trivialité ne peut être faite que de composites. Mais les variations figuratives, tout au long de la première partie de la *Critique*, conduisent à opérer des choix. Ici, les fragments de vie appartiennent à de multiples univers de références, en interférence entre monde à soi et monde trivial : le village d'enfance de Courseulles rappelant la figure intellectuelle de Barthes et sa conception du *punctum* ; Avignon, foyer de culture, cet autre lieu de résidence familiale ; des éléments distingués comme “objets” ou “documents” mais perçus avant tout comme des *objets de collection* dans la famille : carte postale, timbres et un bol en faïence, objet-souvenir très commun de Vézelay, chargé d'histoire familiale. Le tableau ne dit pas que le bol utilisé en tabatière par le grand-père sera reconverti en porte-crayons sur le bureau d'Yves, avant de trouver sans doute un jour, une autre destinée. Pour revenir au chapitre concerné, au final le choix se portera sur la “Porteuse de poissons” avec la date corrigée de 1918 (p. 63).

Chaque section de la première partie procède de ces opérations de prélèvement et de tri (voir Annexe), entre documents et objets, ces figurations de la trivialité. L'ensemble des figures nous introduit dans cette *chambre claire* où la trivialité prend corps, s'incarne. Dans le même temps, se compose l'*album* de famille où revivent et font lien tous ces fragments d'existence. Album au sens étymologique et protéiforme de carnet destiné aux voyageurs ; d'objet de classement et de préservation pour toutes formes de documents ; l'album photo dont le sens s'évade vers l'album musical ou de bande dessinée, s'il fallait jouer sur tous les tons.

Une forme album particulièrement appréciée et travaillée par Yves, dans sa volonté de transmission aux proches, à ses enfants. Sans surprise, dans son dernier album (avril 2020), les objets ordinaires y prennent place et gagnent en relief à se côtoyer, à faire constellation, pour figurer dans la circulation triviale, une prise de forme convertie en *forme de vie*.



Yves Jeanneret – page de l'album de famille (4 exemplaires), avril 2020

#### 4 Un parti-pris semiotique

On pourrait voir une contradiction et même un contresens, à évoquer des figures totémiques pour illustrer la trivialité. Comment concilier, précisément, ce qui circule, s'agglomère, se transforme, se fabrique et se recrée dans la trivialité, et ce qui vient se fixer, se condenser, dans la figure totémique en général et les objets totémiques en particulier ? Le totem érige et fige, la trivialité est parole circulante. Mais c'est le propre de la mémoire de faire vivre à jamais, entre les lignes, dans les plis de l'existence, les marges du présent, les traces du vécu à la fois intime et offert en partage.

Aussi réunir les images à l'intérieur d'un "focus", étymologiquement d'un foyer, c'est déjà faire un geste pour nous arrêter sur la présence des objets qui nous parlent, sans besoin de commentaire, bien au-delà de la simple illustration. Des temps de pause dans le "cabinet de curiosité", au contact des pièces de cette collection privée, personnelle, comme des parenthèses dans le mouvement critique de la trivialité.

Cette fois, portons un nouveau regard sur ces figures, tant elles renvoient Yves, par leur caractère privé, aux *racines* de son être et de son action (traces de sa vie), alors que la *Critique* déploie le *rhizome* de la trivialité, chaque linéament de la communication démultipliant, dans une prolifération d'agencements, des formes et de processus de médiations débordant toute prétention englobante. On le sait, pour le bricoleur, les choses se jouent de l'intérieur, pas en surplomb.

Il importe alors de restituer le grain de la vie et de revenir à la racine de la communication et de ses médiations comme *forme de vie* incarnée dont les objets à soi (carte postale, timbres, ouvrages, agendas, guides, portrait, etc.) sont traces et témoins. Pas d'impudeur, peu de commentaires sur ces objets du “petit cabinet de curiosité” mais le besoin de marquer leur présence, leur fonction racinaire dans la complexité profuse et rhizomatique de la trivialité, à la fois par proximité et distance avec les phénomènes qui en relèvent.

*Racine et rhizome*, bien sûr on aura reconnu l'opposition fondatrice des *Mille Plateaux* de Deleuze et Guattari. À ceci près que les “lignes du rhizome qui concernent les éléments de l'art, de la science et de la politique” (1980) se déploient cette fois, avec la trivialité, dans les régions de la communication, avec l'ambition “particulière et limitée” de contribuer à son économie politique, à travers tous les “paliers” ou plateaux de médiations pensés comme “enjeu de pouvoir”<sup>3</sup>.

Le parti-pris sémiotique est double : entrer dans la complexité de la trivialité, *y mettre du sien*, des années durant<sup>4</sup>, et *y mettre soi*, en ouvrant le “petit cabinet de curiosité personnel”. Relier ces deux mondes, ces deux univers perceptifs, le *studium* de l'entreprise théorique, le *punctum* des images personnelles, dans le tableau final, ce plateau si étendu, cette masse protéiforme sans limite de volume fixée par l'éditeur. *Studium et punctum ; rhizome et racine*.

*Penser* la complexité sans *prétendre* à la totalité. Des structures mais pas de déformation structuraliste (2014, p. 60). Pas de système totalisant, pas de modèle unifiant ni d'ingénierie des schémas qu'il faut laisser aux tenants d'une ligne dure du structuralisme (qui ont tout compris du fonctionnement du sens) et aux gourous de la communication (qui ont tout compris du fonctionnement des êtres). Dans sa *Critique*, Yves défend au contraire une “cybernétique de l'imparfait”, une “conception de la communication qui exclut la possibilité de comprendre et maîtriser totalement cette dernière, parce que tous les acteurs “naviguent à vue” comme le marin grec qui pilote un navire” (2014, p. 11) et font, comme on l'a déjà dit, avec les “moyens du bord”.

Une “cybernétique de l'imparfait” à rapprocher *De l'imperfection* chez Greimas (1987) si l'on entend articuler communication, signification et phénoménalité. La

3 “Cette problématique se fonde sur l'analyse des différents paliers de médiation identifiés ci-dessus (formes et normes médiatiques, écriture, savoirs circulants sur la communication) pour comprendre comment, en tant que tels, ils contribuent à ce que la trivialité des êtres culturels soit investie politiquement et économiquement” (2014, p. 48).

4 C'est assez rare pour être souligné, l'éditeur ne donne pas simplement une date de publication mais des “dates d'écriture” de la *Critique* : élaboration du livre (2007-2012), première rédaction (été 2012), deuxième rédaction (automne 2013), achèvement (début 2014). Autres indications : achevé d'imprimer : 5 août 2014 ; dépôt légal : septembre 2014.

complexité rhizomatique de la trivialité s'explique par les infinies combinaisons d'ajustements et plus encore d'agencements, à travers tous les *processus* en jeu dans les médiations de la communication<sup>5</sup>. C'est le cœur même de l'analyse dans *Penser la trivialité* (2008). Mais la *Critique* y introduit un caractère plus phénoménal ce qui explique que d'entrée (première partie) des zones d'intensité se manifestent pour la communication, "des prises en l'emprise" avec "ces médiations dont on s'empare". Une herméneutique du sensible, à travers une phénoménalité de la figuration, comme *prise* de forme et formes qui *nous prennent*. En effet la dynamique de la *figuration*<sup>6</sup> compose avec la *préfiguration* (p. 182), d'attente en réalisation, "entre scène d'interaction et programme d'activité" (p. 190). Préfiguration et *performance*, quand la forme répond ou dépasse la promesse, les attentes (le parcours insolite de Belleville, p. 198). Figuration, préfiguration, *transfiguration* aussi, notamment à travers les "fantasmagories" des médias servies par des images, des objets, des lieux (p. 225).

Se créent alors, à l'intérieur des processus de figuration et de médiation, des phénomènes de fixation et des glissements, des écarts entre préfiguration, figurations, reconfigurations et transfigurations. Déplacements et transferts de sens, formations et déformations, formes et reformulations. Du sens se perd, s'évanouit, mais se fabrique aussi, se crée, circule et fait prise. *Cybernétique de l'imparfait et imperfection* sensible, sémiotique décuplent les effets de sens entre figuration sociale, figuration triviale et figuration visuelle, telle que la conçoit Greimas : "la figurativité... est cet écran du paraître dont la vertu consiste à entr'ouvrir, à laisser entrevoir, grâce ou à cause de son imperfection, comme une possibilité d'outre-sens" (GREIMAS, 1987, p. 78).

Les figures et figurations réunies en Focus dans la *Critique* n'échappent pas à l'imparfait, à l'imperfection. Elles entrent bien dans la complexité des arrangements et des miroitements de la trivialité. Malgré le caractère franc de leur présence, ces figures totémiques gardent irréductiblement une part d'étrangeté, de mystère, pour nous déjà, qui interrogeons leur place dans l'ouvrage et leur sens particulier pour Yves. Ces figures ne viennent pas *remplir* une simple fonction d'illustration sur le thème du voyage et des lieux d'intérêt culturel. Elles ont bien sûr une valeur *autre* pour Yves, à la fois chargée de souvenirs et ouverte à "l'outre-sens". Le monde des objets côtoie ici davantage la poétique de l'indétermination et de l'imparfait chez

5 "Ce que j'essaie d'analyser avec la trivialité ne concerne pas seulement la circulation d'objets ou de produits, ni la seule histoire des idées. Il s'agit de processus sociaux, à la fois diffus et bien concrets, producteurs de savoirs et de représentations et mettant à profit des ressources multiples, techniques, symboliques, mémorielles" (Jeanneret, 2008, p. 15).

6 "Lexique - *Figuration* : "incarnation des rapports de communication dans des formes concrètes, connus, susceptibles d'être attendues, comprises et jugées par un public" (2014, p.12)

Ponge (1942) que la valeur signe et produit des objets de consommation (Baudrillard, 1970) et se tient même à l’opposé du tragique des Choses<sup>7</sup> pour les héros égarés de Pérec (1965), autant de références qui cohabitent pourtant dans l’espace littéraire et intellectuel d’Yves.

La valeur mémorielle des objets personnels, l’image-racine, s’impose alors face à la “mémoire sociale des formes” (p. 73) et l’image-rhizome de la trivialité. Mais le protéiforme de la *Critique* n’engage pas moins à penser par agencements, par emboîtements des formes, de sorte qu’au final c’est la trivialité elle-même qui peut se regarder comme un cabinet de curiosité, avec pouvoir de nous rendre toujours plus curieux de la fabrique du sens.

À voir ces figurations si personnelles des objets, je n’ai qu’un regret : l’absence d’une image de table ou de vin, figures si représentatives du voyage, de la visite et des lieux d’intérêt culturel. Chaque rencontre était l’occasion pour nous de reconfigurer des moments de socialité heureuse, de vivre l’instant présent en mode récréatif et de préfigurer d’autres occasions. Mais laissons à sa juste place mon caprice de bourguignon.

L’événement à jamais marquant c’est l’aventure même de la *Critique*, cet objet monumental d’érudition et de virtuosité intellectuelle qui fait entrer et reconnaître la figure de l’homme à travers ses objets personnels, ces morceaux choisis de vie. Ces choses (objets et documents) auxquelles Yves s’est attaché et qui le tiennent à son roman familial, à sa vie de chercheur, cette histoire personnelle imbriquée dans l’histoire des hommes et des sociétés, de Compostelle au mur de Berlin, de la madeleine vénitienne de Proust à la visite insolite de Belleville.

À travers toutes les *ponctuations* ainsi marquées, les objets concourent à figurer les dimensions ontologiques du temps (quel monde à l’intérieur de l’agenda de Francis Jeanneret - 1954 ?), de l’espace (de la route tracée par le grand-père à la fantasmagorie de la planète mars) et des imaginaires qui se cristallisent en carte postale ou timbres postes. Un complexe de manifestations matérielles et immatérielles, avec un lien subtil que seuls les objets captent, de l’ordinaire des choses à la pointe humaine de la signification.

Cette vision éclairée et éclairante, portée à retrouver l’homme en toute chose, s’incarne pour Yves dans deux figures opposées de l’auctorialité, Barthes et Rolland,

---

7 “Ce qu’ils demandent aux “choses”, c’est de leur donner une identité, un mode d’emploi de leur vie et même une ténacité. Coupés de toute racine (“rien devant eux, rien derrière eux”), les belles choses – verreries épaisses, cuivres chauds, cuirs profonds – remplaceraient en quelque sorte les portraits de famille absents pour ces héros significativement sans nom propre” (BURGELIN, 1988, p. 41).

deux monuments, deux compagnons d'un imaginaire intellectuel jamais en répit chez Yves car jamais satisfait de lui-même. Comment pourrait-il en être autrement au cœur de la trivialité où tant des choses se forment, circulent et se transforment, s'il est vrai que "tout se transforme" (2008, 13)... et à jamais.

Pour "Penser la trivialité", Yves n'hésite pas à rapprocher Rolland et Barthes car à considérer vie et œuvre dans leur dimension véritablement humaine, "on y voit la trivialité vivre pleinement, manifester son importance et définir profondément des êtres" (2008, 218). Rolland et Barthes<sup>8</sup>, les deux figures d'une destinée intellectuelle élevée et enlevée par la spirale de la trivialité. *Sapere aude*, Yves ! Assurément, il y a du Rolland-Barthes en toi.

### **Bibliographie**

BARTHES, Roland. **Mythologies**. Paris : Editions du Seuil, 1970.

BAUDRILLARD, Jean. **La société de consommation**. Paris : Denoël, 1970.

BURGELIN, Claude. *Georges Pérec. Les Contemporains*. Paris : Seuil, 1988.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mille plateaux**. Capitalisme et schizophrénie. Paris : Les Éditions de Minuit, 1980.

GREIMAS, Algirdas-Julien. **De l'imperfection**. Périgueux : Pierre Fanlac, 1987.

JEANNERET, Yves. **Penser la trivialité**. La vie triviale des êtres culturels. v. 1. Paris ; Lavoisier, 2008.

JEANNERET, Yves. **Where is Monna Lisa et autres lieux de la culture**. Paris : Le Cavalier Bleu, 2011.

JEANNERET, Yves. **Critique de la trivialité**. Les médiations de la communication, enjeu de pouvoir. Paris : Éditions Non Standard, 2014.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **La pensée sauvage**. Paris : Librairie Plon, 1976.

OBADIA, Lionel. Le totémisme, aujourd'hui ? **Anthropologie et Sociétés**, v. 36, n. 1-2, p. 279-295, 2012.

PONGE, Francis. **Le parti pris des choses**. Paris : Gallimard, 1942.

---

8 Dans *Penser la trivialité*, le jeu entre les noms s'opère subrepticement : "Comme Rolland, Barthes imagine..." (2008, 235). Mais le tour de phrase ne tourne pas au jeu de langage. Pas de quoi forcer le trait, au lecteur de goûter cette malice du sens à rapprocher de Rolland... Barthes.

RHEIMS, Maurice. **La vie étrange des objets**. Histoire de la curiosité. Paris : Plon, 1963.

SCHNAPP, Jeffrey. La vie intime des objets culturels. **Culture & Musées**, n. 35, 2020.

**ANNEXE. Tableaux de notes et commentaires partagés avec l'éditeur au moment de faire le choix entre les pièces du "cabinet de curiosité" réparties entre une "valise objets", une "valise documents" et une clé USB.**

*Critique de la trivialité*

Tableau des encadrés/objets

La clé USB est celle que m'a envoyée un candidat à la qualification (d'ailleurs qualifié), je dois lui réexpédier en mars. Il faudrait donc me la rendre après avoir prélevé le dossier « documents Elodie », qui contient d'ailleurs cette liste.

Chap 1	
<p><b>1 Le champ de la visite des lieux d'intérêt</b></p>	<p>Je me demande si je peux prendre une <b>carte postale issue des documents familiaux</b> (par exemple de <b>Courseulles</b>, façon punctum de Barthes, un voyage de personnes de la famille dans les années 30). Avons-nous le droit de reproduire une carte postale ? Je n'étudie pas la carte postale comme objet mais c'est assez intéressant.</p> <p>J'ai aussi une reproduction (moderne) d'une <b>affiche pour le tour du Mont-Blanc en autocar</b> qui est assez incroyable. Objet de grande taille à rapporter d'Avignon lors de mon prochain voyage (8-9 <del>ix</del>).</p> <p><b>Timbres :</b>                  *Vézelay (1946)                  *Les Andelys (1954)                  Expression des objets triviaux de la promotion touristique (ici ou encadré 6)  <b>[valise documents, 1 ex de chaque dans une enveloppe]</b></p> <p>Carte postale de 1921 représentant une <b>porteuse de poissons de Normandie adressée à mon père par ses parents*</b>  <b>[valise documents]</b></p> <p>(*1918 dans ouvrage, p.63)</p> <p>Bol en faïence illustré Vézelay (<i>je ne sais pas le dater, probablement l'après-guerre, mon grand-père utilisait ce bol en tabatière pour mettre son tabac à pipe</i>).  <b>[valise objets]</b></p>
<p><b>2 Le guide modèle et le guide qui modèle</b></p>	<p>Ce n'est pas un joli objet, mais j'ai un <b>guide de la série « top-ten »</b> formaté à mort. J'ai fait une photocopie de pages intérieures que je vais mettre sur la clé USB. Mais pouvons-nous le reproduire, compte tenu du fait que</p> <p>Guides pittoresques :  <i>L'indispensable conducteur des étrangers dans Paris</i> (1855). (Témoignage d'une forme livre antérieure à l'industrialisation). Retirer la couverture cellophane. Couverture</p>
<p>j'en dis beaucoup de mal ? Sinon, beaucoup de vieux guides font l'affaire, ou encore un rabat de couverture de guide. Je cherche et mets plusieurs documents dans le paquet. J'ai aussi l'incroyable « <b>plan d'information</b> » du Louvre qui veut présenter le plan du musée mais est illisible. Il représente pour moi une trace d'un terrain d'étude extraordinaire, je l'ai porté sur moi pendant des semaines.</p>	<p>malheureusement abîmée. Gravures à l'intérieur*                  * p.69</p> <p><i>Paris-Diamant 1867</i>. Une des toutes premières collections systématiques (la première ?) qui n'a pas duré.  <i>Guides Joanne : Suisse</i> (1900) ; guide portant le nom d'un auteur                  *Guide Baedeker Italie 1905. Même chose (ici et/ou dans l'encart 13).</p> <p>* p.176 « étoiles filantes » (astérisque)  <i>St Germain des prés et la coupole 1924</i>. Petit guide de format précieux.  <i>Bretagne de St Malo à Morlaix</i> (1937) avec couverture pastel (retirer la couverture cellophane, pas de problème).  <i>Le guide du tourisme spatial sur Mars</i>, EDP, 2003.  <b>[valise livres,]</b>                  Il est possible :                  - soit de n'en photographier qu'un ;                  - soit de faire une photo de plusieurs. J'envoie tout.</p> <p>Plan d'information du Louvre.  <b>[valise documents]</b></p> <p>Scan d'une double page du guide <i>top ten</i>.  <b>[clé USB]</b>  <i>L'intérêt de ce document est que ce guide correspond à l'industrialisation extrême du texte. Il est commenté dans l'encart. Voir si</i></p>

		<i>la qualité du scan convient.</i>
<b>3 La relation entre attente et figuration dans la visite</b>	Très compliqué. Je pense qu'il est difficile de publier une image de l'expo commentée (Sainte Russie au Louvre). Il serait bien sûr possible de demander à Camille Jutant l'affiche de l'expo. En revanche, j'ai des photos de qualité (je crois) de visiteurs en petits groupes prises dans le cadre de l'enquête menée avec Jacobi au Louvre. J'ai aussi des photos d'étudiants d'Avignon en visite au Petit Palais (d'A), il faudrait que je leur demande l'autorisation. Certaines photos du Louvre présentent des visiteurs de dos (je pense que nous pouvons pas les montrer de face) mais sur les plus belles on voit les visages. Je prépare un choix (clé USB).	photos au Louvre lors de l'enquête (ici ou plus loin)* * p.77 <b>[Clé USB]</b>  <i>Les photos d'Avignon (petit palais) sont inutilisables pour des raisons de lumière.</i>
<b>4 La réflexivité des publics de la culture et ses jeux de miroir</b>	Même problème que ci-dessus. J'ai des photocopies N&B du livre d'or de l'expo que j'ai réalisée sur Romain Rolland en 1994, on voit les écritures manuscrites et on peut sans doute cacher les signatures.	Photocopies N&B du livre d'or de l'exposition Romain Rolland que j'ai organisée en 1994 (sur les 2 sites Vézelay et Clamecy) avec le programme de vernissage qui donne les références * p.89 <b>[valise documents].</b>
<b>Chap 2</b>		
<b>5 Le travail du texte dans les expositions</b>	J'ai une photo de quelqu'un de dos qui lit un cartel à la galerie de peinture de Berlin. C'est cadré pour qu'on voie le dos de la personne, le tableau et le cartel. Je le mets dans la clé USB. Sinon, je peux aussi préparer une collection de dépliants et documents	Photos diverses : publics devant les fragments du mur de Berlin, photos au Louvre lors de l'enquête, une photo d'écrans au pergamonMuseum. <b>[Clé USB]</b> <i>Photos faites par YJ. Les deux personnes reconnaissables sur une photo avec le plan papier et une console sont Daniel Jacobi et</i>
		<i>une étudiante, il est facile de leur demander l'autorisation. Les autres sont des anonymes. La photo du mur de Berlin (Postämer Platz) présente un intérêt particulier parce que le montage fragments du mur + textes muséographie les traces du mur, l'écrit fait revivre un objet qui a été détruit. La destruction massive comme la <u>muséographisation</u> ultérieure sont symboliques. Si cette photo est choisie, j'ajouterai une phrase dans l'encart.</i> * p.99
<b>6 Le timbre-poste, densification sémiotique d'une vision des cultures</b>	Je prépare des exemplaires des premiers timbres français consacrés à des sites touristiques et aussi quelques timbres coloniaux et poste aérienne (fragile, grosse valeur).	Timbres : St Pierre et Miquelon (1938) Togo (à dater) Cameroun (à dater) (les références sont faciles à trouver). 3 illustrations possibles pour la valeur d'anthropologie triviale, analyses de David Scott * p.107 Timbres *Vézelay (1946) *Les Andelys (1954) Expression de la densité sémiotique de l'imaginaire (ici ou encadré 1) <i>Le timbre de St Pierre et Miquelon semble le plus ancien. Le timbre Vézelay semble le timbre touristique le plus ancien en France. Il est évidemment cumulable avec la tabatière.</i>  <b>[valise documents. À choisir. 1 ex de chaque en enveloppes séparées]</b>

<p>7 Le guide touristique comme attracteur de savoirs.</p>	<p>J'ai un guide du mur de Berlin, cela me semble intéressant. Mais surtout j'ai l'édition du guide bleu d'Espagne que Barthes a utilisé pour les Mythologies.</p>	<p>Guide bleu Espagne 1954, modèle de Barthes. *p.117 Tous les autres guides sont utilisables</p> <p>[valise livres]</p>
<p>8 Lire dans les pas de Marcel (Proust)</p>	<p>Je prépare le livre qui est commenté dans cet encart.</p>	<p>Livre sur Venise dans les pas de Marcel Proust *p.127</p> <p>[valise livres]</p>
<p>9 Diderot édité, documentarisé et médiatisé</p>	<p>J'ai la brochure de présentation des œuvres dont la couverture est identique aux affiches de l'expo.</p>	<p>Brochure de l'expo *p.139 [valise documents]</p>
<p>Chap 3</p>		
<p>10 La réinvention des « Chemins de Compostelle »</p>	<p>J'ai une photo récupérée sur internet du chapiteau dit du « moulin mystique » de Vézelay. Mais je ne sais pas évaluer sa qualité. Je cherche... J'ai aussi récupéré une version PDF (que je peux vous envoyer) d'une brochure de com sur la façon de gérer les chemins.</p>	<p>Brochure en PDF (charte signalétique) que je commente et dont on peut sortir quelques passages « gratinés ». Je soumets à l'œil expert et sans doute réjoui de Elodie. [Clé USB] Voir si la qualité du document (PDF) est utilisable. On peut chercher sinon une image du logo qui y figure. *photo balisage des chemins, p.145</p>
<p>11 Arthus-Bertrand, le Nadar du paysage planétaire</p>	<p>J'ai le livre <i>La terre vue du ciel</i>. Mais n'est-ce pas lui faire beaucoup de publicité ? J'ai aussi une copie numérique des photos de Nadar utilisées par Marcel Proust pour s'en inspirer, collection commentée par Barthes dans son tout dernier cours. Toujours problème de qualité. Je les mets dans la clé USB.</p>	<p>Livre <i>La terre vue du ciel</i>. [Valise Objets] Photo de Gabriel Fauré par Paul Nadar, fils de Félix. Photo utilisée par Proust pour <i>La recherche</i> et commentée par Barthes dans son tout dernier cours. * p.155 [Clé USB]</p>
<p>12 L'auto et le métro : mobiles ou prétextes ?</p>	<p>Un fac simile, mais moderne, du premier guide Michelin de 1900 (réédité récemment par la firme). Un volume (à mon avis préférable) des guides bleus intitulé « La France automobile ». Anneliese Depoux a fait un cahier de photos pour sa thèse sur les poèmes dans le métro, mais je ne sais pas évaluer la qualité et il faut lui demander l'autorisation (elle sera d'accord).</p>	<p>Fac-simile moderne du premier Guide Michelin (1900). * p. 167 Guide bleu de la France automobile (1938) [Valise livres] Autre forme d'instrumentalisation : images de la Joconde dans la galerie commerciale du Louvre. [Clé USB]</p>
<p>13 Étoiles filantes</p>	<p>Il est possible de faire une photographie serrée (macro) du passage du premier guide qui utilise l'astérisque pour indiquer une information fiable. Sinon, bien entendu, on peut jouer avec les multiples séries étoiles présentes sur internet. Possible également de photographier un paratexte du guide vert donnant la traduction des étoiles</p>	<p>*Guide Baedeker Italie 1905. * p. 176 On trouve en p. V, première page de la préface, le paragraphe qui explique l'utilisation de l'italique, avec la forme typographique (*) (en fait assez différente, c'est ce que je peux faire de mieux avec word...) Ce guide peut aussi être associé aux autres guides pittoresques de l'encart 2</p>
<p>Chap 4</p>		
<p>14 Le City Note Book, support d'un imaginaire pratique du voyage.</p>	<p>Ici, problème. Je n'ai pas l'objet. Je peux l'acheter, mais n'est-ce pas de la pub ? Ou bien faut-il décaler (photographier un vieux cahier de textes, si je le retrouve ?). Je cherche un document différent qui ferait « hypomnema » (notes perso).</p>	<p>Petit agenda en cuir avec crayon doré (1992) Bloc sténo avec représentation stéréotypée de la dactylo (non daté). * agenda de Francis Jeanneret - 1954, p.189 [Valise documents]</p>
<p>15 Dispositifs et performances du tourisme interculturel à Belleville.</p>	<p>Là, je n'ai rien. Je peux poser la question à Sophie Corbillé. Peut-être a-t-elle gardé un prospectus de programme ? Il y a un site internet de l'association</p>	<p>Je n'ai pas eu le temps de m'en occuper. * carte Belleville – 1949, p/199</p>
<p>16 Google maps, Google Earth : une panoplie du nomadisme appareillé</p>	<p>Pauline Chasseray a trouvé des artistes qui ont joué avec ce dispositif, mais c'est sans</p>	<p>Carte réalisée par mon grand père lors de son voyage en 1921 de Normandie en Suisse en</p>

	doute un problème de droits, etc. mais j'ai un objet extraordinaire, la carte annotée qu'a fait mon grand-père lorsqu'il a traversé la France en voiture à cheval dans les années vingt.	voiture à cheval. La carte n'est pas facile à présenter mais elle comporte une inscription manuscrite en elle-même intéressante (et évidemment émouvante pour moi, punctum de Barthes). *p.208 [Valise documents] Cette carte correspond à une forme ancienne de la pratique consistant à consigner des traces d'expériences (Testis) sur un objet. Sinon, évidemment, il est aisé de capturer un écran de Google maps.
17 Pratiques des lieux et pratiques d'écriture	Ici, j'ai des captures d'écran assez incroyables : par exemple la figuration des internautes en routard, écumeurs du monde, etc par des dessins. Je les prépare. Mais droits ? qualité d'image ? Je les mets dans la clé USB	Deux copies d'écrans du site « voix nomades » qui catégorisent les personnes en fonction du nombre de contribution Une copie du site Mapsack qui assemble des personnes, des lieux, des photos, un nuage de mots * Lassithi, Crète – 2014, p. 223 [Clé USB]
18 Le légendaire, la curiosité et l'insolite dans les guides	Je demande à Hécate le Guide du voyage expérimental et je cherche parallèlement. J'ai un vieux Jules Verne original.	Je n'ai pas eu le temps. Le guide sur Mars (ci-dessus) ? * Guide du touriste spatial – 2003, p.243
Pas d'encadré, mais corps du texte début de partie 4	Je commente une publicité affichée sur la plate-forme de la BNF qui montre en abyme un écran de mobile (début de la 4 <sup>ème</sup> partie). Il faudrait que je retourne la photographe avant qu'elle ne disparaisse. J'en ai une photo de médiocre qualité sur mon mobile et en plus elle est décontextualisée, alors que sans doute il faudrait montrer le panneau affiché en contexte. Elodie, je t'envoie cette photo par MMS.	Photo sans doute de basse qualité prise avec le iphone. J'ai demandé à Adeline si elle pouvait faire une photo avec un bon appareil. Elle fait la photo et je la transmets. J'ai envoyé la photo iphone par SMS Dépliant correspondant dans la valise. [Valise documents] * p.513

D'autre part, j'ai du bric-à-brac qui n'a pas de relation avec les encarts. Par exemple tout un reportage photographique dans Avignon autour des affiches du festival et nombre d'objets familiaux qui témoignent de la trivialité de la culture sans se rapporter au tourisme.

Je crois qu'il y a assez d'objets. J'ai mis une sélection de photos d'Avignon (toutes de moi) dans la clé, mais ce n'est peut-être pas nécessaire.

# L'université et la trivialité: penser dedans, penser dehors

Joëlle Le Marec<sup>1</sup>

---

**J'**AI EU BEAUCOUP DE MAL À TROUVER QUEL TEXTE ÉCRIRE, QUELS ÉLÉMENTS mettre en mémoire d'Yves Jeanneret en dialogue avec des collègues avec qui j'ai grande envie et besoin de discuter.

Le problème ne vient pas du manque d'idées mais du besoin de ne pas écrire à côté du foyer des préoccupations et de responsabilités qui m'habitent. Or je me sens déportée, loin du type de communication que j'ai pu faire pendant de nombreuses années, déportée hors des cadres dans lesquels je me suis formée, auxquels j'ai adhéré, cru. La recherche nous force certes à produire des savoirs très précisément référés à leurs conditions de production et nous nous interdisons de parler de ce que nous ne connaissons pas, nous nous interdisons de comparer ou généraliser des résultats qui n'ont de validité que s'ils sont situés. Mais la recherche et l'enseignement nous inspirent aussi des questions liées à la continuité de nos expériences, pour lesquelles les frontières entre les domaines et objets que nous cherchons à étudier ne comptent pas. En outre, l'enquête nous permet de relier, de mélanger, ce que nous faisons en tant que chercheur, et ce que nous faisons en tant que personne intéressée à ce qui se passe en permanence, en interaction avec d'autres personnes également concernées. Le travail d'élaboration lié à la continuité des expériences est au moins partiellement légitimé par cette dynamique de l'enquête, dans laquelle nous sommes indistinctement chercheur salarié attaché à une discipline, et être vivant ayant une histoire, équipé pour percevoir et connaître certaines choses plutôt que d'autres, en interaction avec l'environnement social et politique.

Il m'apparaît que la discipline acquise pour circonscrire les questions, limiter et préciser les énoncés pour dire quelque chose d'une partie limitée de la réalité, n'est pas forcément ce qui convient, au moins cette année. Car ce n'est plus forcément moi qui mène des enquêtes en ce moment. C'est le cours des choses qui fait enquête, m'affecte, me déplace, m'oblige à mobiliser mes forces le plus possible (jamais assez)

---

<sup>1</sup> Professeure des universités en sciences de l'Information et de la Communication CELSA, Sorbonne Université, Directrice du GRIPIC. Contact: jlemarec@neuf.fr

pour suivre l'enquête à partir de ce qui se passe, tenter de comprendre, tenter d'agir. Ce faisant, je pense reconnaître la situation des innombrables, qui ont été obligés de penser et produire des savoirs, non pas depuis des centres confortables où sont anticipées et mises en œuvre des questions et des méthodes d'enquêtes, mais depuis des situations dont ils n'avaient pas le choix, qui les privaient de la possibilité de prétendre au respect de la normativité scientifique. L'expérience minoritaire, enfin reconnue dans les lieux scientifiques centraux comme produisant des savoirs ayant une validité collective, est sans doute celle qu'un nombre croissant de chercheurs seront amené à éprouver et reconnaître, puisque l'université est attaquée, les universitaires insultés, leurs collègues, leurs étudiants, leurs enfants précarisés. Dans ces conditions, il me semble que nous devons et nous pouvons nous parler depuis nos préoccupations et nos questions, y compris par nos publications.

Le projet d'écrire à propos des travaux d'Yves est déporté par la nécessité de parler du besoin de dialogue avec lui, à propos de ce qui arrive. Il est en effet lié à des moments très contrastés de mon expérience universitaire.

J'ai adhéré et cru en une capacité des universités à se maintenir dans une autonomie relative, à maintenir des normes difficiles de construction des savoirs pour les défendre et pour contribuer à la perspective politique générale d'un monde où le point de vue des dominants ne doit pas devenir la vérité commune, et où celui des dominés doit être recherché et plus encore, doit être ressenti comme absolument nécessaire par les communautés de recherche et d'enseignement. J'ai adhéré et cru en l'idée suivante : l'exigence critique, mise en œuvre dans les conditions privilégiées et exigeantes de légitimité maximale de questionnement et d'enquête (celles de la thèse notamment) s'exercerait bien au-delà des enceintes professionnelles où circulent les articles, conférences, colloques. Elle structurerait certains fonctionnements sociaux désirables, comme le respect pour les savoirs, elle en inhiberait d'autres, au moins dans le milieu universitaire considéré comme espace social à la fois contraint et ouvert à l'expérimentation.

Dans cette perspective, les savoirs des sciences humaines et sociales, dont la valeur se mesure aux attaques qu'elles subissent dans des régimes autoritaires et dans ceux qui le deviennent, permettraient non seulement de faire circuler des perspectives critiques dans les textes, mais aussi d'inspirer (au moins aux étudiants, aux enseignants-chercheurs et aux personnels de l'enseignement supérieur et de la recherche), une forme de dégoût pour la paresse intellectuelle, pour les modèles généraux mortifères qui cachent les intérêts d'un petit nombre, pour le mensonge, pour la brutalité, pour l'amour irraisonné de l'ordre et la peur d'une liberté laissée à autrui.

Bref, j'ai adhéré et cru à en la capacité de ce que nous écrivions et discutons, même à des échelles un peu confidentielles, à dégager ou construire ou transformer

des points de vue sur des réalités vécues collectivement, pour nous aider d'une part à nous transformer nous-mêmes et d'autre part à créer la potentialité d'un "nous" fondé sur le partage de ces réalités vécues. Rétrospectivement je pense que j'ai cru à l'université non comme lieu de production de savoirs mais aussi comme *mouvement*, foyer de savoirs en situation d'épreuve et d'expérimentation. Il m'a semblé que les chercheurs, professionnels ou non, pouvaient parfaitement se constituer en public pour formuler des problèmes. De ce point de vue, je rejoignais je pense les partis-pris du pragmatisme dans la diversité de ses formes (notamment celui de Park et de Dewey).

Le début de ma carrière à l'Université de Lille, là où j'ai eu la joie de rencontrer Yves Jeanneret, a semblé confirmer ce rêve, ou ce malentendu initial. Notre richesse et nos inspirations tiennent à notre capacité à compter sur les malentendus, si précieux. L'Université de Lille semblait répondre à ce que Robert Damien décrit à propos de certains lieux où, comme dans des rituels, chacun fait en sorte que cela advienne, ce pourquoi chacun est là. La présentation d'Yves lors d'un tout premier séminaire réunissant des chercheurs en sciences de l'information et de la communication de deux UFR<sup>2</sup>, avait suscité l'admiration, et le désir de faire croître quelque chose de vivant. Ce désir portait, indistinctement il me semble, sur les potentialités d'un savoir agir ensemble et sur une élaboration théorique pour penser les phénomènes de lecture et d'écriture, en tenant compte d'une poétique des écrits d'écran. Celle-ci me semblait légitimer une posture de *curiosité non nécessairement méfiante* pour ce que produisaient les dispositifs informatisés comme condensations culturelles où étaient activées des pratiques, des savoirs, des figures, des désirs. Cette posture qui s'exprimait dans les séminaires m'enchantait car elle était en phase avec le caractère central de la confiance dans les relations d'enquête et les fonctionnements institutionnels.

J'avais fait l'expérience avec Roland Topalian à la cité des Sciences, de collaborations créatives précisément fondées sur notre curiosité et notre absolue confiance commune dans le dialogue entre recherche et développement de dispositifs assistés par ordinateur pour les publics. Les enquêtes auprès des publics étaient en effet accueillies par l'équipe du Département Informatique et Audiovisuel non pour vérifier un impact, une satisfaction, ni-même pour tenter d'améliorer des scénarios, mais comme les témoignages précieux de l'intérêt des publics à l'égard ce qu'on faisait pour eux. Cette équipe avait envie d'y répondre. Elle le faisait en choisissant de

---

2 Les Unités de formation de recherche (UFR) sont, en France, une subdivision par disciplines (histoire, lettres, sociologie, biologie, physique...) ou groupement de disciplines, au sein des universités qui ont été mises en place au milieu des années 1980.

prendre au sérieux le fait que les visiteurs se sentaient impliqués dans une relation institutionnelle, et non dans la consommation de services et contenus. Ils avaient donc imaginé un dispositif destiné à donner accès à la documentation des expositions visitées, à mettre en contact des visiteurs et des membres des comités scientifiques, et à favoriser les liens entre visiteurs. En tant que chercheuse, je recevais le cadeau d'une *réalisation* qui prenait appui sur la recherche au plan de l'élaboration théorique et politique.

Il me semblait que les pièces de puzzle s'enchaînaient idéalement. Les potentialités d'un savoir et d'un agir ensemble étaient amplifiées, fantastiquement, par l'autonomie théorique que leur donnait les propositions d'Yves Jeanneret et Emmanuel Souchier sur la poétique des médiations et des écrits d'écrans.

Je ressentais donc à ce moment le caractère à la fois sûr et prometteur d'une continuité des expériences, dans et hors de l'université, dans des démarches de connaissances et dans la création de médiations pour le public. Dans l'enceinte du musée, considéré comme lieu sûr par les publics, Roland Topalian développait le dispositif "Visite+" tout en verrouillant techniquement toute possibilité de récolter des données sur les visiteurs qui s'y inscrivaient, pour éviter la tentation de transformer le sens du geste, pour éviter donc de *faire semblant* de proposer quelque chose pour faire autre chose en même temps sous prétexte que la technologie offrait la possibilité de capter des informations. Je pense que le sacrifice de cette potentialité témoignait du sérieux conféré à la relation au public. Celle était donc d'emblée politique, puisqu'elle était *protégée* : les conditions du don étaient garanties, sans qu'il soit nécessaire de l'explicitier ou de ne signifier, pas plus que les publics n'ont besoin de réclamer qu'on respecte la confiance qu'ils donnent à leurs interlocuteurs invisibles, agents institutionnels.

Au même moment, dans l'espace universitaire, je ressentais la même sécurité politique, à la fois joyeuse et robuste : quelque chose advenait et se transformait régulièrement en artefacts culturels, au fil des enquêtes, expérimentations, séminaires, enseignements. Cela permettait de percevoir et de performer en miroir, avec les étudiants de licence, la puissance d'engagements que je n'osais pas à l'époque qualifier de vitaux. Mais c'est à Lille 3 entre 1996 et 2000 que j'ai rencontré, pour la première et dernière fois de ma carrière, des étudiants qui habitaient l'université pratiquement nuit et jour puisque certains n'avaient pas d'autres lieux de vie. Ils y organisaient des performances où s'exprimait leur volonté de prendre place, non pas sur le marché du travail, mais dans l'animation et la circulation d'objets culturels auxquels ils étaient rattachés en tant qu'êtres vivants, sensibles, expressifs, souffrants. Je me rappelle ainsi un exercice de licence sur les albums de photos de familles, qui avait donné lieu à d'extraordinaires détournements et explorations

dans des intimités, indistinctement intimes et sociales. Cette découverte précédait de plusieurs années la lecture des textes féministes, du *care* et de la critique du partage entre expérience intime et politique.

Ces étudiants avaient, bien avant que je vois leur démarche conceptualisée dans les textes écoféministes, investi l'espace universitaire comme lieu où pouvait légitimement s'énoncer, en toute liberté, sécurité, et légitimité, des savoirs de l'expérience minoritaire (chômage des parents, jeunesse populaire, homosexualité, valeurs associées à une culture revendiquée, etc.).

Il me semble que les cours et séminaires d'Yves entraient en résonance théorique et euphorique avec ces ambiances et ces apparitions d'objets issus de dialogues médiés par les cultures vécues, du musée à l'université.

Mais à partir des années 2000 *dans mon propre récit* (je ne fais pas ici l'analyse critique de ce que j'ai ressenti et projeté, je restitue simplement une chronologie bricolée au ras de l'expérience remémorée : des collègues plus âgés et des historiens des sciences savent que le processus est bien antérieur) une série d'évènements ont accéléré des transformations en cours de l'espace universitaire européen et de l'ensemble des institutions de service public en France.

A partir des années 2000, avec les accords de Bologne et dans le prolongement de l'Accord Général sur le Commerce des Services, une succession ininterrompue de réformes bouleverse l'enseignement supérieur et la recherche. L'ensemble aboutit 20 ans plus tard à la Loi de Programmation de la Recherche, 20 ans, en pleine pandémie. Il me semble que les équipes et agents de l'université, (ainsi que ceux des musées et autres institutions du savoir) n'ont cessés pendant ces 20 années, d'être mis à l'épreuve de la sorcellerie capitaliste<sup>3</sup>, et notamment, de la paralysie face à ce qui se présente, encore et toujours, comme le récit du Progrès. Celui-ci a été l'argument d'une croisade pour la rationalisation managériale et l'innovation, contre les conservatismes des institutions dites académiques et culturelles.

Le récit de la modernité, pourtant largement déconstruit par les sciences humaines et sociales<sup>4</sup> a été repris et intensifié par les tutelles et managers de l'enseignement supérieur et de la recherche, au moment même où il apparaissait dépassé, mortifère en contexte de crise climatique, écologique et politique majeure.

Les chercheurs et étudiants en sciences humaines et sociales sont, au cours des années qui suivent, continuellement enrôlés par les politiques de recherche (nationales, européenne) pour grossir la masse des petites mains du capitalisme, sous

3 Isabelle Stengers et Philippe Pignarre, *La Sorcellerie capitaliste. Pratiques de désenvoûtement*, Paris éditions La Découverte, 2005

4 Bruno Latour, *Nous n'avons jamais été modernes*, Paris, La Découverte, 2006.

couvert d'optimiser l'adéquation des formations avec le marché de l'emploi. Il leur est demandé de produire des expertises, modèles, indicateurs, concepts, permettant "d'accompagner" toutes les activités et relations sociales, celles-ci se prêtant à une textualisation qui permet d'en disposer pour nourrir le marché des médiations<sup>5</sup> et le capitalisme médiatique. Yves a montré la manière dont les êtres culturels sont embarqués dans une exploitation de ressources aussi *infinies* que celles dont le capitalisme a besoin, par des processus multiples de transformation, production et mise en circulation de médiations médiatiques. Il écrit en introduction de la Critique de la trivialité, à propos de l'enjeu politique que constitue l'exploitation de la trivialité : "je fais le pari qu'il est possible de ne pas subir simplement ce phénomène mais de le penser et d'identifier la responsabilité que comporte pour nous le fait d'en mesurer l'importance" (p.22-23).

Ce que je retiens de l'ouvrage d'Yves et de sa pensée dans les années qui suivent la publication, c'est le lien entre la proposition théorique et le principe de responsabilité. Longtemps il m'a été impossible, ayant pu le côtoyer directement, d'imaginer que le cadre théorique de la trivialité pouvait fonctionner de manière autonome, voire servir les processus dont il permettait l'examen critique et être cité à l'appui de démarche de développements technoscientifiques.

De même qu'il m'avait été impossible d'imaginer que mes travaux sur la confiance du public comme sous-bassement politique de l'expérience institutionnelle pouvaient fonctionner au sein d'agences pour proposer aux managers des musées de sous-traiter les médiations et leur évaluation.

L'université et l'ensemble du milieu institutionnel s'avèrent depuis des années étonnement faibles. Le principe de responsabilité et les engagements que j'imaginai, pendant un temps trop bref, indissociables des élucidations théoriques, reliés à elles par les corps mêmes des chercheurs, semblent des modalités facultatives des "productions" qui circulent, et dont nous ne savons pas quels intérêts elles serviront.

Les corps des chercheurs, quant à eux, circulent également : nos corps sont enquêteurs, témoins, hors des heures de bureau dans les espaces sociaux que nous traversons chaque jour, des milles événements, des milles observables qui les heurtent et les appellent. Les dialogues, séminaires, colloques, ne parviennent pas à "calmer nos questions" comme le dit lors d'une conversation Léo Martin, jeune anthropologue évoquant l'expérience vécue et le surplus de ce qui ne parvient pas à être discuté en tant que question ou préoccupation au sein de la communauté scientifique.

---

5 Emmanuel Souchier, Etienne Candel, Valérie Jeanne-Perrier, Gustavo Gomez-Mejia, *Le numérique comme écriture : Théories et méthodes d'analyse*, Paris, Armand Colin, 2019.

Progressivement, nous sommes un certain nombre à retrouver des lieux sûrs, des refuges aux côtés souvent de celles et ceux qui ont déjà subi l'épreuve de la subalternité ou de la précarité, et qui, chercheurs ou pas, élaborent des savoirs par nécessité. Ces lieux sûrs de l'enquête et de l'expression sont des lieux précaires, et ne coïncident plus avec les bureaux professionnels.

Pour certains collègues, qui ont passé des années, des décennies, à construire les médiations par lesquels nous pouvons en principe conserver une certaine coïncidence entre espaces et temps de l'exercice professionnel de membres de communautés académiques, et espaces et temps de notre vie d'enquêteurs et enseignants troublés, les dissociations entre structures scientifiques et milieux d'élaboration de savoirs est dangereuse. Il faudrait rester ensemble, tenir, faire crédit à nos tutelles et managers qui "ne sont pas dupes" et comprennent secrètement en dépit de leur adhésion apparente à la sorcellerie capitaliste, il faudrait rester confiant dans la réversibilité possible des tendances en cours.

Pour les plus précaires, les plus nombreux, les plus jeunes, cette perspective n'a parfois plus de sens, pour au moins deux raisons. La première est qu'il n'est plus possible de faire reposer les sacrifices sur la génération de celles et ceux qui n'ont plus devant eux le temps infini des réparations possibles, puisque le monde s'abîme. La seconde est qu'il leur est très directement proposé, en attendant, de dissocier principe de responsabilité et exploitation de la trivialité des êtres culturels et de la textualisation des relations, pratiques et sentiments. Ils sont donc témoins directs de la destruction d'autres mondes possibles et ils subissent parfois la violence d'une proposition d'enrôlement dans le processus qui les affecte. Ils subissent aussi très directement la violence tout court, les coups et insultes en manifestations lorsqu'ils luttent, et ils sont éventuellement victimes de l'extrême dureté des répressions, et de l'indifférence des universités sur ce point. Ce sont des choses dont il faut désormais parler : comment prétendre évoquer les courants théoriques du pragmatisme, et des féminismes, tout en continuant à ne travailler que sur des questions, terrains et corpus contrôlés, sans intégrer ce qui arrive, ce qui fait effraction dans nos vies : nous trouvons légitime et politique "chez les acteurs" ce que nous persistons à considérer comme étant privé ou déplacé lorsque cela nous arrive.

Mes enfants, certains de mes étudiants, certains de mes amis et de mes proches, ne peuvent plus compter sur la force protectrice et émancipatrice de l'institution dans laquelle je pensais être au large, dans l'épaisseur des temps, l'extension des lieux et par conséquent, les innombrables probabilités que s'entrechoquent, s'animent, et donc se créent des objets culturels.

Au tout début de ma carrière, dans les séminaires où nous prenions tout le temps nécessaire pour discuter de tout, puisque tout faisait enquête pour moi, et

que tout faisait culture pour lui, nous avons senti, je pense, j'espère, l'amplitude d'un habitat intellectuel à construire dans les résonances entre deux trajectoires, deux imprégnations : celle qui passait par le désir infatigable de répondre à la vie prodigieuse des textes, objets, signes, entités culturelles matérielles signifiantes, et celle qui passait par une irrésistible envie d'entendre encore ces personnes inconnues qui ensemble exprimaient la possibilité d'un monde d'écoute et d'attention à la présence d'autrui, dans le cadre institutionnel qu'elles rendaient habitables.

Dans les dernières années où nous avons travaillé ensemble avec Yves, où nous avons enfin eu les conditions de pouvoir le faire en principe quotidiennement, nous n'avons pas eu le temps de réellement mettre en discussion nos points de vue sur ces processus qui nous préoccupaient fortement, mais à propos desquels nous sentions des zones de tension, ni sur ces expériences qui nous avaient formé différemment et qui laissaient ouverte la possibilité de comprendre ensemble les expériences institutionnelles.

Mais une perspective reste : reconstituer des *universités*, qui ne recouvrent pas nécessairement des organisations professionnellement gérées : des lieux protecteurs, des archipels, pour habiter et vivre, nous, nos anciens et nos jeunes, dans un "présent épais" tel qu'évoqué par Donna Haraway, y respecter le sommeil de certains êtres culturels hors des convoitises, à disposition pour d'autres mondes possibles.

### **Bibliographie**

HARAWAY, Donna J. **Vivre avec le trouble**. Vaulx-en-Velin: Les Éditions des mondes à faire, 2020.

JEANNERET, Yves. **Critique de la trivialité** – les médiations de la communication, enjeu de pouvoir. Paris: Editions non standard, 2014.

# Une conception forte de l’infocommunication

Jean Davallon<sup>1</sup>

---

## 1 Introduction

TROIS DES DERNIERS OUVRAGES D’YVES JEANNERET – *PENSER LA TRIVIALITÉ* (2008) ; *Critique de la trivialité* (2014) et *La Fabrique de la trace* (2019) — forment un ensemble qui propose, à travers une approche de la *trivialité*, une conception forte de l’activité infocommunicationnelle<sup>2</sup>. Une conception qui est forte, en ce qu’elle affirme une posture visant à consolider tout un pan théorique des sciences de l’infocommunication et, à ce titre, à offrir un régulateur pour l’interprétation des résultats de recherches empiriques dans ce domaine. J’ai conscience de forcer un peu les réserves d’Yves Jeanneret lorsqu’il affirme explicitement ne pas envisager de présenter une “théorie globale de la communication” ; mais il n’en rappelle pas moins la nécessité d’une “conceptualisation, car l’analyse des pratiques n’est possible qu’à partir d’un questionnement, mais elle a le statut de ressource et non de conclusion” (Jeanneret 2008 : 56). Il me semble que ce questionnement finit précisément, dans sa cohérence et sa constance, par dessiner les contours d’une théorie...

Les deux premiers ouvrages, malgré leurs différences de format éditorial, engageant effectivement, de manière déclarée, le programme d’une théorie à partir d’une synthèse d’articles et d’ouvrages préalablement publiés au fil du temps. Le troisième vient le consolider en examinant et discutant ce qui caractérise aujourd’hui l’activité communicationnelle comme pratique signifiante ; à savoir “les traces du social médiatisées : des traces produites *via* des dispositifs médiatiques qui ont prétention à rendre compte d’aspects de la société et de la culture” (2019 : 3). Ce programme est exposé, dans sa définition et dans son enjeu, dès l’introduction

---

1 Professeur émérite des universités en sciences de l’Information et de la Communication. Centre Norbert Élias (UMR 8562), Avignon Université. Contact : davallonjean@gmail.com

2 Soit respectivement : *Penser la trivialité*, Vol. 1 *La vie triviale des êtres culturels*, Paris : Hermès Sciences-Lavoisier, 2008 ; *Critique de la trivialité : Les médiations de la communication, enjeu de pouvoir*, Paris : Éditions Non Standard, 2014 ; *La Fabrique de la trace*, Londres : ISTE éditions, 2019. Je n’ai pas retenu ici *Where is Mona Lisa ? et autres lieux de culture* (Paris : Le Cavalier bleu, 2011) qui applique cette approche mais n’en expose pas la logique théorique.

de *Penser la trivialité* (2008) : Yves Jeanneret y affirme oser “un parcours synthétique” qui est exactement une “théorie possible, non de la trivialité, mais de ce qui est en jeu dans la trivialité” (2008, p. 22). Toute la question va évidemment être de savoir “ce qui est en jeu” dans la trivialité... Conformément au refus de s'engager dans une théorie de la communication, c'est donc le programme d'une réflexion relativement ouverte sur un questionnement suscité par des recherches empiriques qui est annoncé. En effet, la méthode est dite de type “ambulatoire” : un accompagnement des études qui décrivent certaines réalisations ou certains imaginaires de la trivialité, un cheminement le long des questions auxquelles lui-même comme d'autres chercheurs ont dû s'affronter. Le lecteur est alors invité à l'accompagner dans ce cheminement, à le suivre et si possible à y participer. Une méthode qui peut paraître relativement modeste, mais qu'il ne faut pas sous-estimer : il s'agit d'une exploration qui, si elle s'appuie sur l'empirie de recherches effectuées sur divers objets et sur diverses situations, implique plusieurs domaines traitant de l'information et de la communication, et qui discute nombre de théories sur la question ou encore entre en controverse avec elles. C'est dire qu'une telle exploration impose une construction théorique serrée sur un terrain peu balisé et original, comme le prouve d'ailleurs le fait que le lecteur doit rester au plus près de l'auteur s'il veut le suivre dans ses pérégrinations, notamment dans les passages entre exemples et discussion théorique. C'est dire qu'une conceptualisation forte accompagne, même si c'est de manière oblique et fragmentaire, cette exploration.

Néanmoins, il ne faut pas se méprendre : l'objectif est moins de redéfinir une discipline — disons, celle des sciences de “l'infocommunication”, tant information et communication sont ici pensées comme liées, spécialement dans le dernier ouvrage — par rapport aux autres disciplines anthroposociales, qu'affirmer y être objectivement inscrit et participer à son développement. Yves Jeanneret énonce on ne peut plus clairement sa *position* : il y dit revendiquer “une analyse multidimensionnelle mais structurée par la construction d'un objet propre. Je m'emploie, poursuit-il, à associer différents niveaux de réalité que privilégient traditionnellement diverses disciplines autour d'une définition de la communication comme pratique signifiante ; mais j'émets toutefois la prétention de contribuer au développement d'une discipline spécifique” (2008, p. 45, n. 32<sup>3</sup>). L'objectif est donc de faire de la

---

3 Comme cette note concerne la place de la sémiotique, afin de lever toute ambiguïté, il précise : “D'une façon générale, je ne souscris pas au point de vue qui fait de la sémiotique une partie des sciences du langage qui pourrait dialoguer avec les sciences de la communication. Je pense qu'il existe différentes façons de définir le projet sémiotique dont l'une, celle que je revendique, prend sens au sein d'une analyse communicationnelle.”

conception de l'infocommunication proposée une *assise solide* pour les recherches portant sur les questions liées à la circulation des idées et des objets, laquelle fait que ces idées et ces objets se chargent de valeurs, se transforment, sont appropriés ; en bref, deviennent des "êtres culturels" à travers des "processus sociaux à la fois diffus et bien concrets, producteurs de savoirs et de représentations et mettant à profit des ressources multiples, techniques, symboliques, mémorielles" (2008, p. 15). Autrement dit, pour des recherches dont l'objet implique ce qu'il dénomme précisément la "trivialité"<sup>4</sup>.

Nous venons de rencontrer les trois piliers de cette conception : la trivialité, les êtres culturels et l'activité communicationnelle. Le coup de force théorique réside dans le fait que l'introduction de la "trivialité" déplace le regard porté sur la communication de l'échange d'informations entre deux points (modèle bipolaire de l'interaction conversationnelle ou du télégraphe) vers le plan d'une circulation technosémiotiquement appareillée des idées. Mais la *trivialité*, dont l'existence et l'opérativité sont constatées à partir de l'étude de manifestations spécifiques et localisées, ouvre la nécessité de construire des objets scientifiques qui permettent de les comprendre. Et c'est précisément les conditions de possibilité d'une telle construction qui sont l'objet même du premier ouvrage (2008). Car cette circulation n'est absolument pas un pur mouvement brownien : elle est le fait "de processus sociaux à la fois diffus et bien concrets, producteurs de savoirs et de représentations et mettant à profit des ressources multiples, techniques, symboliques, mémorielles" (2008, p. 15) ; ou si l'on veut, elle implique des *êtres culturels*. Je citerai un peu longuement le passage définissant "l'être culturel", car il est au centre de l'argument : "j'entends par "être culturel" un complexe qui associe des objets matériels, des textes, des représentations et qui aboutit à l'élaboration d'un partage d'idées, d'informations, de savoirs, de jugements. Il s'agit de configurations dynamiques qui traduisent l'élaboration historique des ressources et enjeux de la culture pour

---

4 Comme Jeanneret l'écrit lui-même en conclusion du premier ouvrage : "La notion de trivialité est un effort de réécriture de la question de l'information-communication, parmi d'autres possibles" (2008, p. 231). Au cours de multiples discussions avec Yves Jeanneret, j'ai eu l'occasion de lui faire part de ma perplexité vis-à-vis du recours au terme de "trivialité" pour désigner ces processus, à cause du sème à connotation fortement négative inhérent à son acception courante, qui me semble plus saillant que le sens que lui confère l'origine latine convoquée. Mais il m'a néanmoins toujours été évident que situer l'approche de la communication sur le ce plan constituait une avancée certaine comme je vais essayer de le montrer, et je dois avouer que même aujourd'hui je ne vois pas quel concept pourrait couvrir des processus aussi variés que la circulation, la transformation, la transmutation, ou encore l'instrumentalisation de ces composites que sont les êtres culturels...

une société : des postures, des savoirs, des valeurs, qui ne se comprennent pas les uns sans les autres et qui reposent sur une panoplie d'objets et de procédures, sans toutefois se résumer à ce seul inventaire technique<sup>5</sup>. Considérant les êtres culturels comme des "composites" – au sens que donne Joelle Le Marec à ce concept –, Jeanneret les appréhende, tout comme la trivialité, à travers leur opérativité. Les êtres culturels sont ce qui circule, ce qui est transformé, ce qui est produit et ce qui est doté de valeur. Plus encore : ce sont eux qui exercent l'opérativité de la trivialité en direction de la culture : "ces mixtes d'objets, de représentations et de pratiques fournissent aux formes culturelles d'une société leurs repères d'interprétation et de valeur ; ils servent d'opérateurs pour les représentations du monde, mais aussi pour les postures culturelles et les catégories de jugement qu'une culture peut connaître" (2008 : 16). A-t-on alors encore besoin du concept d'*activité communicationnelle* ? Oui, si l'on veut étudier le processus dans sa totalité, et non pas son seul fonctionnement social : "l'activité de communication – entendue comme la création des cadres pratiques dans lesquels les sujets développent des échanges signifiants – joue un rôle structurant, et non accessoire, (ornemental, supplémentaires, marginal) dans la définition de ce qui fait un être culturel" (2008 : 18-19). Ce qui fait que la culture est à aborder "comme une activité qui élabore ses ressources grâce à la communication" (p. 17).

En fin de compte, la trivialité apparaît comme une "propriété qui caractérise tous les phénomènes d'échange culturel" : elle serait inhérente à l'activité communicationnelle. La communication répond en effet à "la nécessité dans laquelle les hommes se trouvent de créer des ressources et des situations qui les confrontent les uns aux autres en tant que producteurs de sens. Elle n'est donc pas un secteur d'activité particulier, mais d'un processus présent dans tous les domaines de l'activité sociale" (2008 : 20). Difficile d'affirmer plus fortement sa nature première ! Jeanneret rejoint ici Louis Quéré (1982) lorsque celui-ci, refusant les conceptions qui font de la communication un simple transfert d'information ou un simple échange de significations, lui reconnaît au contraire un rôle structurant comme "médiation essentielle de la culture" (2008 : 19). La *trivialité* est ainsi positionnée entre d'un côté le fonctionnement culturel de la société et de l'autre les *formes* et *pratiques* de l'activité communicationnelle, comme par exemple, les textes, les images, les productions culturelles, les médias, mais aussi les pratiques telles que, par exemple, l'interaction conversationnelle, la production ou l'usage d'outils et de ressources intervenant dans la médiation. Elle "est une propriété qui caractérise tous les phé-

---

5 À la suite de quoi, Jeanneret cite à titre d'exemples d'êtres culturels : la science, la démocratie, l'identité ou la littérature.

nomènes d'échange culturel, même si elle ne manifeste particulièrement dans certaines sphères", de sorte que "tout ce qui a un statut culturel dans la société connaît une destinée triviale" (2008, p. 15).

Tel qu'ainsi annoncé dans l'introduction, le programme d'exploration de ce qui est en jeu dans la trivialité est prévu en deux volets. Un premier volet (l'ouvrage de 2008 où se trouve ladite introduction) destiné à aborder "la question de la trivialité, écrit Jeanneret, à partir de sa dimension conceptuelle et problématique. Je voudrais m'employer, précise-t-il, à distinguer précisément un enjeu de connaissance qui aujourd'hui reste diffus et à identifier quelques exigences théoriques majeures pour cette construction". Second volet prévu : traiter des "économies de la trivialité", c'est-à-dire de la manière dont les pouvoirs économiques et politiques, mesurant la valeur qu'ils peuvent tirer de la circulation des êtres culturels, organisent et maîtrisent cette circulation car "on voit bien à l'œuvre une industrialisation du trivial, qui mérite d'être analysée en tant que telle" (2008, p. 24). C'est en fait ce second volet que le lecteur va trouver dans la *Critique de la trivialité* (2014), qui entend démontrer les mécanismes de médiatisation, afin de montrer comment, en produisant de la valeur, ces mécanismes servent d'opérateurs de pouvoir : un examen que Jeanneret qualifie lui-même "d'économie politique de la trivialité" (2014, p. 24). Dans cette introduction, il n'est pas question du troisième ouvrage que j'ai néanmoins retenu, même si nous en voyons, après coup, les prémises dans la première section du quatrième chapitre (2008, "4.1. Logistique et sémiotique") qui aborde la question de la photographie et de la trace. *A priori*, il entre plutôt dans une nouvelle série de recherches portant sur les traces. Mais, à mon sens, il prolonge les ouvrages sur la trivialité en explorant ses fondements sociosémiotiques.

Résumer ces trois ouvrages relèverait d'une gageure et, de toute façon, serait totalement hors de propos ici. Dans les limites de cette contribution, je chercherai à mettre en relief les principaux éléments qui participent à une conception novatrice de l'infocommunication. C'est dire à quel point la lecture des trois ouvrages que je présente dans les pages qui suivent sera parcellaire et sélective ; donc inévitablement réductrice. Abordant ces ouvrages l'un après l'autre, en tant que trois moments d'une recherche continuée, j'entends seulement montrer leur apport à une conception forte de la communication.

## **2 L'activité communicationnelle: l'interaction médiatisée a l'origine de la trivialité des êtres culturels**

Le premier moment (*Penser la trivialité*, 2008) est dédié, annonce Yves Jeanneret, à "dégager des ressources visant à penser explicitement la trivialité" : il est destiné ainsi "à discerner certaines des conditions mêmes du pouvoir-faire com-

municationnel, par lequel adviennent la société, le pouvoir et le sens” (2008 : 24). Compte tenu de sa “dimension conceptuelle et problématique” ainsi revendiquée par l’auteur, son examen – pour peu qu’il soit attentif – fait apparaître, en soubassement des processus susceptibles de manifester la trivialité, une conception bien définie de l’activité communicationnelle.

L’exploration commence par une enquête sur les ressources théoriques mobilisables pour penser la circulation des idées comme caractéristique de la communication, qui couvre les deux premiers chapitres. Les trois premières approches examinées (philosophie sociale de Tarde, médiologie et sémiotique arrimée à la linguistique), si elles conçoivent effectivement cette circulation du fait qu’elles sont confrontées à la trivialité, ne peuvent toutefois pas saisir celle-ci dans sa dimension communicationnelle. C’est avec les “disciplines de l’archive” (notamment l’histoire, telle que la pratiquent un Michel Foucault, un Roger Chartier, un Ivan Illitch ou un Christian Jacob) que des ressources permettent de comprendre comment cette dimension peut être prise en compte. Une toute première définition de cette dimension apparaît lorsque *l’objet texte dans le livre* est pensé comme objet symbolique et non seulement technique sous la “forme-texte livresque” (2008, p. 64-67). L’important n’est pas l’histoire du livre en en tant que telle, mais “en un mot, [le fait que] la forme texte livresque est un objet médiateur, qui fixe et pérennise certaines disciplines intellectuelles, ce qui les fait entrer dans la mémoire des formes” (2008, p. 67). Il en va de même pour les catalogues de bibliothèques, les cartes, ou simplement la lecture active : le savoir y est retravaillé, résumé (miniaturisé), annoté et fait l’objet de nouveaux documents, impliquant une *nouvelle articulation* entre le *plan sémiotique de la représentation* et le *plan logistique de l’inscription*, produisant ainsi une métamorphose des objets à travers leur *réécriture*, c’est-à-dire un jeu de lecture-écriture (2008 , p. 73-75). Processus essentiel dit Jeanneret, dont aussi bien la réécriture du savoir scientifique par la vulgarisation que les médias informatisés avec ses architextes vont offrir des exemples.

Cette première amorce de définition de la nature technosémiotique de l’objet texte et de sa réécriture va être complétée et développée dans les deux chapitres suivants. Du fait de leur réécriture, “en se déplaçant dans la société les idées et les textes ne cessent de se transformer” (2008, p. 87) : se métamorphosant dans de nouveaux objets, ils ne cessent d’être *altérés*. Ce qui oblige à “introduire des hypothèses portant sur le plan macrosocial d’une économie politique des formes de la communication” car ce travail intermédiaire (*i.e.* l’altération) repose “sur la construction des images, des figures, des archives, toutes tributaires d’un procès matériel et sémiotique” (2008, p. 107). En discutant des exemples d’analyses de médiation des savoirs, Jeanneret va progressivement mettre au jour comment

cette transformation implique l'articulation à la fois de différentes logiques (langagière, sociale, symbolique) et d'un pouvoir organisateur de dispositifs médiatiques ; de sorte que cette articulation spécifie l'approche communicationnelle par rapport à l'approche sociologique des réseaux par exemple. Ce qu'il résume ainsi : "Si l'on veut admettre que dans la trivialité se déplacent et se transforment à la fois des objets, des postures de publics et des principes de valeurs, il faut adopter un concept des processus de communication qui fasse une place essentielle à trois hétérogénéités : la destination engage mais ne détermine pas l'appropriation ; le texte ne prend sens et valeur que dans la dimension fantasmée de la relation qu'il implique ; la pérennité des êtres et des œuvres repose sur l'écart entre les situations" (2008, p. 131). Trois hétérogénéités qui vont être au cœur du chapitre suivant, lequel s'ouvre sur l'affirmation que la question de la trivialité "engage un point de vue sur la façon de comprendre la communication elle-même" (2008, p. 135). Central pour notre propos, ce chapitre est particulièrement dense. Néanmoins, deux principes fondant la conception de l'activité communicationnelle, que Jeanneret a progressivement, empiriquement et théoriquement constatés et qui viennent d'être établis dans les chapitres précédents, me semblent ressortir très fortement : d'une part que la communication est un lien discontinu ; d'autre part, que plan logistique et plan sémiotique sont toujours articulés.

La conception qu'il en tire peut être pensée de la manière suivante. Premièrement, les *processus de médiatisation* occupent un rôle central : la communication est *interaction médiatisée par des objets*, ce qui donne au texte un place centrale mais aussi le redéfinit ; de sorte que "les petits et les grands dispositifs de médiatisation matérielle des textes jouent un rôle non anecdotique, mais structurant, dans la pérennité, dans le partage, la reconnaissance, l'appropriation des objets" (2008, p. 139<sup>6</sup>). Deuxièmement, comme le montrent la discussion du fonctionnement communicationnel de l'exposition et celle des controverses autour de la notion de contrat de communication, ces processus de médiatisation sont d'une grande complexité car ils impliquent *une grande variété de situations, de matérialités, de formes, de représentations, d'acteurs, d'usages, de stratégies, d'opérativités et d'anticipations*. Mais, troisièmement, malgré cette variété, ces processus n'en aboutissent pas moins à des objets qui, pour divers qu'ils soient, n'en sont pas moins tous des *complexes média-texte*, en tant qu'"interaction symbolique médiatisée par des objets maté-

---

6 Une note précise que le texte doit être entendu "au sens polysémiotique d'une configuration de signes de diverses natures. En outre [...] le caractère de texte n'est pas donné d'emblée à ces configurations, mais sa construction fait partie des processus étudiés." (p. 139, n. 107). La redéfinition du texte est une opération théorique essentielle sur laquelle il reviendra, notamment dans (2019).

riels et sémiotiques” ; autrement dit, des dispositifs qui associent représentations circulantes, interventions explicites, réflexivité des formes et opérativité (2008, p. 158-159<sup>7</sup>). Par conséquent, ces dispositifs manifestent ”une hétérogénéité et une discontinuité dont tous les médias sont porteurs”, même si c’est de façon moins visible que dans l’exposition (p. 159). Par exemple, dans les écrits d’écran, quelle que soit l’intention de l’auteur, “la frontière et l’identité du texte sont devenues indécidables ; elles ne se concrétisent que par les gestes qui actualisent la lecture et souvent traduisent cette dernière en une nouvelle trace écrite et scriptible” (2008, p. 162).

Au bilan, Yves Jeanneret retient cinq caractéristiques définissant la *forme* générale de l’interaction médiatisée (2008, p. 165-168).

(i) *L’interaction sémiotique*, “qui se traduit par anticipations et interprétations, s’appuie sur une discontinuité processuelle, celle qui instaure la production de complexes médias/textes” (2008, p.165).

(ii) Ces *complexes médias/textes* sont la résultante de contraintes technosémiotiques et d’une mémoire des formes construites sur le temps long.

(iii) Le *cours de la communication* dépend à la fois de la reconnaissance d’une mémoire des formes énoncée de manière explicite, de rôles et d’enjeux postulés et de l’action des configurations formelles sur les conditions d’interaction et les corps. Elles manifestent ainsi une intention communicationnelle et une proposition métacommunicationnelle (*une ostension*) et autorisent un pouvoir-faire communicationnel lors de la saisie pratique des productions médiatiques (*i.e.* une *implication*).

(iv) Requirant le corps des sujets, *l’acte de reconnaissance et de confirmation par l’interprète* du complexe média-texte (*i.e.* la *prédilection*), en produisant du texte, de la forme et de la signifiante, fait que l’interaction médiatisée reste un *échange*.

(v) Dans ces conditions, “toutes les médiations de la trivialité se laissent décrire comme un *ajustement* entre une *prétention* à intervenir sur le cours de la communication et l’exercice de *prédilections*” (2008, p. 168, c’est moi qui souligne). La conséquence pour la recherche est le caractère partiellement “inobservable” de la communication du fait que le mouvement interprétatif “n’est accessible au chercheur que comme une hypothèse, émergeant d’un composite d’observations et de discours dont la réalité ne peut jamais être totalement fondée” (2008, p. 170).

Enfin, le cinquième chapitre ouvre une nouvelle étape en avançant un troisième principe : “la trivialité ne se résume jamais à une simple opérationnalité, mais engage toujours de la *valeur*” (2008, p. 182. C’est moi qui souligne). Ce principe complète la conception de l’activité communicationnelle (médiatisée) par une série de remarques et de questions sur la manière dont tout procès de diffusion culturelle

7 Ces quatre paliers de structuration sont en fait détaillés dans les pages 156 à 158.

mobilise des figures du *symbolique* (qu'est-ce qui mérite d'être diffusé ?), du *populaire* (l'écart social altère-t-il les objets ?), du *public* (que signifie rendre ces objets visibles ?). La discussion mobilise une série d'exemples empruntés au domaine du patrimoine, de la divulgation et de l'espace public – exemples qui permettent d'aborder un certain nombre d'enjeux de la trivialité par rapport à la culture.

La conclusion réaffirme le projet “de participer à la construction conceptuelle d'un champ et même de proposer quelques efforts d'exigence dans cette construction” ; projet qui se traduit concrètement par l'énoncé de cinq principes méthodologiques de liberté et d'exigence (*i.e.* de *latitude*).

### 3 La trivialité, enjeu social, culturel et économique

Du point de vue du programme d'exploration de la trivialité, le second ouvrage (*Critique de la trivialité*, 2014) répond aux questions soulevées notamment dans le dernier chapitre de *Penser la trivialité* (2008) ; il les prolonge, en traitant des *médiations* de la communication en tant qu'enjeu de pouvoir – tout en continuant à suivre la méthode “ambulatoire”<sup>8</sup>. Du point de vue de la conception de la communication, en revanche, les précisions apportées concernent principalement la définition du regard : celui d'une “*sémiologie des médias et des médiations*” qui réaffirme que l'activité communicationnelle est pensée ici dans son contexte social selon les principes définis et énoncés précédemment (*i.e.* en 2008) : “la sémiologie que je m'emploie à pratiquer, comme le collectif de chercheurs dont les travaux éclairent ce livre, écrit Jeanneret, repose sur une prise en compte très forte de la matérialité des médiations et se fonde sur un projet de connaissance à prétention limitée : loin de vouloir formuler le sens ou même modéliser sa genèse, il s'agit de décrire des conditions socialement instituées pour l'expression, l'écriture et l'interprétation des sujets de la communication” (2014, p. 52). Dans la suite du texte, je me situerai du point de vue de cette sémiologie des médias et des médiations. Face à l'importance de l'ouvrage — dans sa densité comme dans son volume —, je prends le risque de résumer à l'extrême ce qui me semble être les principaux apports de la mise en œuvre de cette sémiologie, m'attachant à peu près exclusivement à montrer en quoi ils sont novateurs. Le geste marquant consiste, à mon sens,

---

8 “Il ne s'agit donc pas dans les pages qui suivent d'expliquer l'ensemble de ce qui fait valeur et pouvoir dans la trivialité, mais de cultiver notre regard pour la conduite d'analyse empiriques consacrées à l'exploration de ce vaste domaine socio-politique.” (2014, p. 54.) Probablement est-ce la raison du soin particulier accordé au choix de la typographie distinguant considérations théoriques, analyses et exemples qui en fait, selon l'auteur lui-même, une “monographie polyphonique” (p. 757).

à déplier les différents “paliers de médiation”<sup>9</sup> de l’interaction médiatisée (2014, p. 132), laquelle, explique Jeanneret, du fait qu’elle est “appareillée par des dispositifs médiatiques, à la différence de l’interaction en face à face<sup>10</sup>, permet l’inscription, l’enregistrement et le transport des signes” (2014, p. 65). Or, comme les dispositifs médiatiques évoluent, il est possible de distinguer trois niveaux d’analyse de leur fonctionnement. J’ai parfaitement conscience de proposer un découpage qui n’est pas proposé comme tel dans l’ouvrage, lequel est plutôt organisé selon une rhétorique d’exposition de la démarche visant une compréhension de la trivialité. Je m’autorise du fait que ces trois niveaux ressortent clairement à la lecture comme trois manières d’articuler les paliers de médiation, mais aussi et surtout comme trois moments de développement des industries des médias — autrement dit, d’un point de vue sémiologique, comme étant caractérisés respectivement par l’écriture dans le complexe texte/média, par l’économie scripturaire et par le rôle de l’écriture dans les industries médiatisantes.

Tout d’abord, s’appuyant sur les caractéristiques de la forme de *l’interaction médiatisée* dégagées précédemment dans *Penser la trivialité* (2008), Jeanneret montre qu’au premier niveau le complexe media/texte met en jeu trois types d’énonciations – éditoriale, documentaire et médiatique – qui constituent, en mobilisant des formes socialement mémorisées, trois paliers d’articulation du logistique et du sémiotique : celui du texte, du document et du média. D’une certaine façon, tout complexe média-texte fait l’objet, de la part du producteur, d’un conditionnement qui vise à convoquer et impliquer des lecteurs qui, de leur côté, ont des attentes, opèrent des choix et pratiquent des interprétations. Assez évident, pourra-t-on faire remarquer à propos d’un fonctionnement qui se retrouve aussi bien dans l’espace public de la culture traditionnelle (édition, théâtre) que dans celui de médias tels que la presse ou même la télévision. Pourtant – et c’est ce que je retiendrai ici comme important, car se démarquant de bien des analyses – cette conception de la médiatisation rompt avec la représentation selon laquelle, dans les médias, le sémiotique se limite le plus souvent à un niveau qui est dit être celui des “contenus”, le reste relevant de la technique ou du social. Cette conception fait apparaître qu’une activité indissociablement technique et sémiotique se déploie sur tous les paliers de fonctionnement – de l’écriture-lecture du texte à la production-lecture du dispositif médiatique lui-même – et qu’elle est ainsi partagée par tous les protagonistes, qu’ils

9 Par définition, ils “affectent les conditions de possibilité de la communication” (2014, p. 47).

10 Je me permets d’ajouter : même si de fait existe aussi dans cette dernière une médiation ainsi que le laisse entendre ce qui est écrit à propos des “scènes” analysées par Jean-Jacques Boutaud ou à propos de Goffman (2014, p. 191).

soient producteurs ou lecteurs. Par conséquent, si ce fonctionnement de la médiatisation est déjà présent dans n'importe quelle production culturelle (et Jeanneret en évoque plusieurs : guide de voyage, théâtre, exposition, vulgarisation, etc.), lui conférant en son principe même une relative ouverture<sup>11</sup>, les modalités de cette dernière vont commencer à changer dès que les producteurs vont mettre en œuvre une *stratégie de conditionnement* (technique et sémiotique) des produits qui vise à optimiser l'implication des interprètes.

Le fonctionnement passe alors à un second niveau : celui de *l'industrialisation*. Au moyen de "l'instrumentation", de la "standardisation" et de "l'instrumentalisation" mobilisant de nombreux métiers, l'industrialisation met le conditionnement au service d'une "stratégie obéissant aux impératifs d'efficacité et de rentabilité" (2014, p. 142). Dès lors, le complexe média-texte se trouve régi par une "*économie scripturaire*" (concept que Jeanneret emprunte à Michel de Certeau, tout en discutant de manière détaillée l'adaptation qu'il en fait) "qui est solidaire voire paradigmatique du capitalisme : elle vise à discipliner les corps, passe par les technologies de production et s'incarne dans des appareils, constructions techniques multiples et disséminées, qui s'appellent *texte, outil, information, technique*". Cet effet-retour de l'économique sur le sémiotique fait que "l'écriture est le moteur d'une société de l'opération et de l'opérativité, rejetant dans le passé les sociétés de l'être et de la transcendance" (2014, p. 371). C'est pourquoi les médias informatisés tiennent une place déterminante dans le développement du capitalisme médiatique : ils vont permettre une "écriture opératoire" (*i.e.* qui déclenche une opération technique comme le font les liens hypertextes, les moteurs de recherche ou les signets), une forme de lecture où l'interprète peut intervenir sur le complexe texte-média lui-même soit pour choisir des objets dans des listes ou des anthologies, soit pour faire apparaître du texte, soit par-dessus tout pour écrire un texte, comme l'illustrent les sites internet ou les blogs. Plus l'informatique approfondit sa maîtrise des disciplines de l'archive, plus la complexité structurelle de l'écriture (langage, technique matérielle, pratique sociale) devient décisive. L'originalité de l'analyse réside ici, selon moi, dans le fait que, loin d'opposer culture et économie, elle fait apparaître que ces dernières indiquent que "le couple de l'écriture et de la lecture est le cœur du capitalisme. Tout ordre doit s'écrire, se réaliser et se propager, donc le texte est le lieu d'échange du pouvoir et de la valeur" (2014, p. 371).

Mais il y a plus encore. Si l'approche sémiologique met au jour le rôle central des opérations sémiotiques (écriture et lecture) dans le fonctionnement et la prétention à l'hégémonie de la part des industries des médias informatisés, elle va

---

11 À l'origine, pourrait-on dire, de sa production comme être culturel à travers la trivialité.

révéler l'existence d'un troisième niveau qui correspond à ce que Jeanneret qualifie de "moment tactique des industries de la médiatisation" ; soit, toujours dans ses propres termes, le moment des "*industries médiatisantes*"<sup>12</sup> (2014, p. 642). "Si l'informatique peut occuper la place du pouvoir, c'est essentiellement parce qu'il s'agit d'un *moteur d'écritures*" ; de sorte que l'économie scripturaire va se trouver confortée et démultipliée par la puissance de ce moteur qui, en assurant une "mise à l'écriture généralisée" (p. 388), produit une "société du texte". Le principe des industries médiatisantes, dont la forme la plus aboutie est actuellement ce qu'il dénomme les "réseaux sociaux-dispositifs d'échange microdocumentaires (RS-DEMD)", est d'offrir aux lecteurs des moyens pour communiquer (c'est ainsi du moins qu'elles se présentent) – en fait de les réquisitionner pour les mettre au travail d'écriture, celui-ci étant ce qui apporte une plus-value. Ces industries, explique-t-il, à la différence des industries médiatiques, "n'investissent pas dans la production des œuvres et marquent une indifférence esthétique et axiologique totale vis-à-vis des formes et discours de la culture" (2014, p. 643). Pour elles, il "s'agit d'attirer les pratiques par la réquisition, de faire en sorte que les sujets s'estiment obligés de passer par les outils que proposent ces firmes pour exister socialement et communiquer, et de maximiser sous toutes leurs formes les échanges qui peuvent enrichir ces lieux de fixation de pratiques sociales". Ce qui fait à la fois leur force mais aussi leur faiblesse : "si ces acteurs parviennent à diffuser dans le corps social leur outils et leurs modèles de communication, atteignant une intensité de présence inouïe, ils sont obligés en permanence d'épouser et de suivre les pratiques" (*id.*). On le voit, aborder la communication à partir du transport et de la transformation des êtres culturels à travers les pratiques et les dispositifs d'écriture-lecture (en d'autres termes, de pratiquer une sémiologie des médias et des médiations), va faire apparaître la nature sémiotique des opérations qui fondent l'hégémonie de ces industries médiatisantes. C'est, par exemple, le dépli des médiations présentes dans les médias informatisés qui permet de dégager l'importance cruciale de l'industrialisation de l'architexte<sup>13</sup> et du textiel<sup>14</sup> dans la mise du lecteur au travail d'écriture (une écriture

---

12 Qu'il distingue, dans son lexique (2014 : 12) des *industries médiatiques* (qui établissent une relation durable avec un public auquel elles promettent une production de qualité) et des *industries médiatisées* (qui exploite l'univers des médias pour atteindre des consommateurs qu'elles traitent comme une cible).

13 "Outil présent dans les écrits d'écran qui se situe à l'origine des actes d'écriture et de lecture des usagers et en régit le format, si bien que notre propre écriture est conditionnée par l'existence de cette écriture en amont de la nôtre." ("Lexique", p. 10.)

14 "Double caractère de texte et d'objet technique que présentent toutes les productions qui circulent sur les médias informatisés." ("Lexique", p. 15.)

d'écritures) ou encore – à l'inverse mais complémentaiement – de pointer le rôle social déterminant de la “sémiotique du *grosso modo*” derrière la raison computationnelle (avec, et malgré, l'imaginaire de rationalité que celle-ci véhicule) de ce que l'on appelle communément le “traitement des traces”.

Deux points font l'objet d'une discussion approfondie et viennent compléter celle portant sur l'économie scripturaire. Ils constituent, à mon sens, deux apports importants qui sont des conséquences de l'analyse sémiologique du processus d'industrialisation des médiatisations, principalement sous sa forme médiatisante.

Le premier de ces points renvoie à une longue discussion qui court sur les deux premiers chapitres de la quatrième partie<sup>15</sup>. Il s'agit de la proposition, confortée par l'analyse du rôle de l'écriture et du texte dans les industries médiatisantes, de la place à reconnaître à la *sémiologie des médias et des médiations* dans la compréhension des industries de la médiatisation (les “industries culturelles” dans le langage de l'approche socio-économique). Il ne s'agit pas ici que la sémiologie des médias se fasse économie politique mais, écrit Jeanneret, “elle peut, par ses analyses, consistant à explorer des enjeux de grande ampleur à partir d'un examen fin des médiations, apporter une contribution à la compréhension de phénomènes dont, de leur côté, les théoriciens des industries et les observations sociographiques et ethnographiques ont pu démontrer la portée sociale” (2014, p. 523). Tout d'abord, cela signifie qu'il faut admettre des approches diversifiées de ces industries — et plus généralement des dispositifs et processus communicationnels et culturels —, comme par exemple admettre que la sémiologie des médias ait une définition plus large de ces derniers (à partir du processus de *médiatisation* tout particulièrement), pour ensuite les aborder selon une *sémio-économie* — autrement dit admettre “un travail explicite sur la relation entre trois dynamiques conjointes : le développement des processus d'industrialisation et de marchandisation dans le champ des pratiques de communication ; le déploiement des enjeux de culture que celles-ci mobilisent ; l'invention des formes médiatiques destinées à soutenir et exploiter ces pratiques” (2014, p. 609).

Ce second point est largement commenté dans le troisième chapitre de cette même quatrième partie, intitulé “Les êtres culturels inquiétés (non-conclusion)”. Le fait que l'analyse fasse apparaître comment “cet extraordinaire arsenal de formes instrumentées de la culture n'est au service d'aucune culture” (2014, p. 649), s'il confirme effectivement l'intérêt et l'importance d'une approche théorique “de ce

---

15 Elle porte sur les travaux de Max Horkheimer et Theodor Adorno (École de Francfort : les industries de la culture), de Scott Lash et Celia Lury (l'industrie culturelle globale), de Bernard Miège et Pierre Moeglin (théorie des industries culturelles).

qui est en jeu dans la trivialité”, pose un certain nombre de questions sur le *statut* même de ce qui est en jeu et surtout, par voie de conséquence, sur la *responsabilité*, scientifique, déontologique et politique des chercheurs en sciences de l’infocommunication vis-à-vis d’un tel enjeu. Parmi toutes ces questions, j’en retiens une, à titre d’exemple, qui touche plus directement à la conception de la communication : face à “la masse incroyable de productions *idiotes* — c’est-à-dire purement occupées du souci d’exprimer la manière dont chacun peut prouver personnellement sa conformité à ce qu’il doit être — qui occupent nos écrans de toute nature”, beaucoup de professionnels et d’universitaires hyperembarqués “proscrivent la critique de l’*encouragement à l’idiotie* au nom du principe bien connu et absolument fondé que *les gens ne sont pas des idiots*. Or bien entendu l’un des principes élémentaires de l’usage de la raison tel que nos savoirs nous l’imposent à nous tous, analystes de la communication, est de rappeler que ces deux questions sont profondément différentes et qu’on ne règle pas la question délicate des savoirs sur la culture sociale par un réponse technique et industrielle” (2014, p. 725). À bon entendeur...

#### 4 Les fondements sociosemiotiques de la médiatisation des traces

Le fait que la question de la traçabilité dans les médias soit évoquée dès l’ouverture du troisième volume (*La Fabrique de la trace*, 2019) pourrait laisser entendre que celui-ci va être exclusivement consacré à discuter le traitement des traces produites par les médias informatisés et prolonger ainsi les derniers chapitres de *Critique de la trivialité* (2014). C’est effectivement en partie le cas, puisqu’il en est question dans une partie du quatrième et dernier chapitre ainsi que dans la conclusion ; et surtout que cette question court en arrière-plan de tout l’ouvrage. Pourtant, ce dernier est par-dessus tout l’occasion — et c’est ce que je retiendrai ici — de reprendre sur nouveaux frais la manière dont l’activité communicationnelle est, avec la trace et les médiations dont elle fait l’objet, la condition de possibilité de la trivialité. Et, à ce titre, tandis que l’ouvrage de 2014 explorait le rôle social assigné à cette dernière, et tout particulièrement son instrumentalisation par les industries de la médiatisation, celui-ci vise à “construire une conceptualisation explicite de la manière dont l’idée de trace a pu donner lieu à des constructions médiatiques, en mettant à profit la prise de distance temporelle et la lecture d’œuvres de pensées structurantes” (2019, p. 4). Et pour ce faire, Jeanneret y poursuit l’application de la méthode ambulatoire, mais l’infléchit quelque peu : les exemples d’analyses empiriques y sont plus limités au profit d’une discussion d’approches conceptuelles qui vont, lorsque cela est possible, être confrontées entre elles de manière à faire surgir des questions. Cette façon de procéder (cette maïeutique, si l’on peut dire) — caractéristique il est vrai de l’écriture théorique d’Yves Jeanneret — trouve ici

une expression à la fois encore plus nette et plus efficace que dans les précédentes publications. Le principe en est : pour faire avancer l'investigation, il s'agit de questionner systématiquement ce qui paraît aller de soi.

À mon sens, c'est dans le quatrième chapitre sur le "devenir trace des textes médiatiques" que ces acquis sur une conception de l'infocommunication sont le plus facilement saisissables, ceux des chapitres précédents s'y trouvant à la fois mobilisés et en quelque sorte condensés, même si cela n'enlève évidemment rien à leurs propres apports. Le constat que "la trace des phénomènes sociaux circulant dans les médias nous parvient toujours *textualisée*"<sup>16</sup> vient confirmer le rôle clé du *complexe texte/média*, en tant qu'articulation du sémiotique et du logistique (second principe énoncé dans *Penser la trivialité* en 2008). Je ne pense pas (trop) forcer l'interprétation en considérant que c'est lui qui est l'opérateur de la circulation, de la transformation, de la transmutation et de la production de la valeur à la lecture des trois logiques différentes de "devenir trace de textes médiatiques" présentées dans ce quatrième chapitre, c'est-à-dire de toutes ces "productions symboliques qui circulent dans les médias", qui peuvent devenir "des traces aux yeux de certains de leurs publics, de leurs utilisateurs et même de leurs producteurs" (2019, p. 165). En d'autres termes, ces trois situations d'activité communicationnelle mettent en œuvre trois modalités et usages (Jeanneret dit trois "logiques") de l'interprétation d'indices. Trois situations qui exemplifient, me semble-t-il, le double niveau de traces (*dans* le texte et *du* texte), faisant de celles-ci, ainsi que de l'interprétation des indices qui leur est inhérente, un des principes de l'opérativité technosémiotique du texte médiatique (du complexe texte/média). Mais pour mener à bien l'examen de ces trois logiques, encore a-t-il fallu préalablement définir un certain nombre d'outils conceptuels en convoquant les acquis, notamment ceux exposés dans les ouvrages de 2008 et 2014. C'est précisément ce qui a été fait dans les trois chapitres précédents. Tout d'abord, définir ce qu'est un *indice* ; avec ce que celui-ci suppose de procédures d'inscription et d'interprétation, de temporalité aspectuelle et de capacité de présentification. Ensuite, définir ce qu'il faut entendre par *trace* ; telle qu'elle est appréhendable en tant que schème à travers l'examen de la manière

---

16 À condition, pour les chercheurs en communication, "de ne pas considérer le texte comme une simple émanation du langage verbal : d'une part, aucun texte n'existe seulement comme un ensemble de mots, il se déploie toujours sur une matérialité sensible ; ensuite, tous les textes, mêmes le plus littéraire ou le plus mathématique, mêlent des codes multiples ; enfin, les textes se présentent comme des entités immédiatement complexes et concrètes et c'est seulement le regard des interprètes qui peut choisir de découper des formes et des éléments, en particulier verbaux. Le caractère sensible, pluriel, concret, complexe des textes véhiculés par les médias apparaît dès qu'on saisit ceux-ci au sein des processus pratiques de la communication sociale." (2019, p. 167.)

dont les objets sociaux deviennent traces par leur inscription dans un dispositif, par leur transformation en texte, par leur présentification à travers une représentation, par leur accompagnement de savoirs circulants, par leur médiatisation selon des formats. Autrement dit, selon les divers paliers de problématisation construits autour des concepts interprétants des processus médiatiques : le dispositif, le texte, la représentation, la compétence et le format (2019, p. 78sq ; 257). Enfin, rappeler toutes les opérations que rend possibles la médiation de *l'écriture* (inscription d'un tracé en tant que complexe signifiant) et de la lecture qui font que le texte circule et se transforme.

Quelles sont ces trois “logiques différentes du devenir trace” du *texte* (médiatique), selon lesquelles celui-ci est interprété socialement et mué “en trace de pratiques, d'identités, de formes et de forces sociales” (2019, p. 168) ? La logique “esthétique”, la logique “instrumentale” et, je dirai (Jeanneret ne la nommant pas) la logique culturelle (au sens anthropologique). L'approche *esthétique* (“la poétique de Mnémosyne”), dont l'Atlas d'Aby Warburg constitue un exemple emblématique par sa collecte et sa manipulation de reproductions et de textes linguistiques, s'intéresse à la manière dont les formes, dans leur singularité, (et non les contenus) sont porteuses de mémoire sociale. Dans le domaine de la communication, transposant la démarche, Fausto Colombo a utilisé la capacité heuristique de cette méthode fondée sur l'énonciation éditoriale dans *Tracce* pour penser la télévision. Les deux autres logiques, *instrumentale* et *culturelle*, ont en commun de moins porter sur la manière dont la trace fonctionne en tant que trace qu'à la manière dont elle est la trace *de quelque chose* qui lui est extérieur ; ce que Jeanneret nomme la “lecture indicielle des textes médiatiques”. Du point de vue de la conception de la communication, l'exploration minutieuse de cette *lecture indicielle* va le conduire à introduire une distinction majeure à l'intérieur même de la logique instrumentale, puis à préciser la relation entre cette même logique instrumentale et la logique culturelle (la production de traces culturelles pour en disposer dans le futur).

Le point de départ de la logique instrumentale est la lecture indicielle : elle n'envisage pas le média “comme l'indice des pratiques dont il fait l'objet, — comme le livre serait l'indice du lire — mais [envisage] tous les contenus du média comme les indices du monde social dans lequel ils ont été créés et diffusés” (2019, p. 203). La raison en est, précise Jeanneret en reprenant la distinction entre les deux dimensions de tout texte médiatique introduite par Colombo et Eugeni (2019, p. 206), que tout texte, tout processus médiatique possède une double face : d'un côté il structure la vision du monde (face du texte “tissu”, du *textum*, spécialement utilisée par la poétique de Mnémosyne), et de l'autre il est témoignage social (face du texte “témoin”, du *testis* ; précisément exploitée par la lecture indicielle). Face à cet

“enjeu essentiel de la culture et de la politique”, il fait appel à la relecture que Ginzburg opère lui-même du “paradigme indiciaire” qu’il avait naguère avancé, afin d’en dégager la portée heuristique, concluant que “le raisonnement indicial est le plus riche, le plus créateur, mais aussi le plus fragile” et que l’analyse indiciale reste donc nécessairement conjecturale (2019, p. 215). La conséquence en est qu’une “interprétation fiable des indices implique la construction de séries d’objets ou de textes et une réflexion attentive sur le statut donné au texte, en tant qu’objet demandant des médiations particulières pour être constitué en trace de l’activité humaine”, d’où la différence fondamentale, posée par Ginzburg, entre l’analyse de traces de la nature et l’analyse des écritures, des peintures et des discours. Or, cette attention extrême portée aux textes ainsi qu’aux médiations (éditoriales, documentaires, idéologiques, sémiotiques, herméneutiques), qui en font des objets communicationnels, est à l’opposé des traitements quantitatifs à grande échelle de traces d’usages pour y traquer des indices de notre société, sans ne jamais porter pour autant sur le sens du fait que l’interprétation y est déléguée à la machine. Cette désinvolture quant aux précautions à prendre dans le raisonnement indicial va conférer aux calculs, explique Jeanneret, “une pertinence dégradée : ils ne peuvent trouver que des indices très sommaires et banals (négligeables dit Ginzburg) et en attester la valeur *grosso modo*, pour la plupart des cas, mais pour aucun cas particulier” (2019, p. 230)<sup>17</sup>. Or, il s’agit précisément là des traitements décrits dans *Critique de la trivialité* comme relevant de cette “sémiotique du *grosso modo*” propre aux industries médiatisantes (2014, p. 636sq).

En revanche, cette relecture laisse apparaître une certaine proximité entre la lecture indiciale des textes médiatiques fondée sur l’attention portée au statut donné par l’historien aux textes, ainsi qu’aux médiations pour constituer des traces de l’activité humaine, et la troisième logique, laquelle consiste “à s’employer au présent, par la production de textes médiatiques, qu’il soit encore possible, à l’avenir, d’être confronté à la présence de traces du passé” (2019, p. 232). À partir de l’exemple de la manière dont un chercheur et un photographe, ensuite soutenus par le Musée juif de Galicie, ont collecté des traces de l’Holocauste et de la culture juive de Galicie, Jeanneret pointe le statut déterminant des textes médiatiques dans la patrimonialisation des phénomènes sociaux : “le fait que dans certaines définitions du patrimoine, la production de textes médiatiques intervienne comme condition de possibilité de l’existence matérielle de traces du passé, plutôt que d’avoir seulement

---

17 Pour saisir ce sur quoi porte cette analyse, il suffit de penser comment, lors de l’usage de moteurs de recherche, chacun supplée plus ou moins cette *sémiotique du grosso modo* à la fois en amont par le choix des mots clés et en aval par l’interprétation des listes et notices obtenues.

— ce qui est beaucoup — le rôle de conférer à des objets existants, conservés et exposés, le statut de traces matérielles du passé” (2019, p. 236-237).

Cette approche apporte évidemment des enseignements sur la patrimonialisation. La posture, que j'ai qualifié plus haut de coup de force, qui consiste à déplacer le regard vers la circulation des êtres culturels, élargit l'interprétation de ce qu'on nomme couramment patrimoine culturel immatériel : “il ne suffit pas d'*inscrire* le patrimoine dit “immatériel”, composite d'objets, de pratiques, de représentations sur une liste, et il ne saurait être *collectionné*, il faut l'*écrire* et même d'une certaine manière *le faire parler*” (2019, p. 247). L'analyse en terme d'aspectualité confirme ainsi que, même dans le cas du patrimoine matériel, c'est le texte écrit qui fait que des objets matériels acquièrent ce statut de patrimoine, “donnant un relief inconnu jusqu'ici à l'écriture au futur antérieur, jusqu'à faire de ce type de production documentaire le cœur du processus de patrimonialisation” (2019, p. 246). Ce qui revient à affirmer la dimension fondamentalement communicationnelle de toute patrimonialisation. Mais l'apport est aussi plus général : il fait apparaître comment le texte médiatique est la cheville ouvrière de la production, de la transformation et de l'opérativité de l'indicialité : en amont, le texte devient trace du social en représentant ce dernier et, en aval, il peut (alors) être interprété comme indice de celui-ci.

Ce qui conduit Jeanneret, en conclusion, à considérer que traces et données sont les mêmes objets regardés différemment, traduisant “un glissement dans la construction du rapport au temps” : “la trace garantit que *ça a été* ; la donnée promet que *ça va donner*” (2019, p. 261). Un chantier qu'il avait prévu de reprendre...

### **Bibliographie**

JEANNERET, Yves. **La Fabrique de la trace**. Londres : ISTE éditions, 2019

JEANNERET, Yves. **Critique de la trivialité** : les médiations de la communication, enjeu de pouvoir. Paris : Éditions Non Standard, 2014.

JEANNERET, Yves. **Penser la trivialité. Vol 1 : la vie triviale des êtres culturels**. Paris : Hermès sciences publications, 2008.

FAUSTO, Colombo (dir.). **Tracce**. Atlante warburghiano della televisione. Milano : Link Ricerca, 2010.

FAUSTO, Colombo; RUGGERO, Eugeni. **Il Testo visibile** : teoria, storia e modelli di analisi. Rome : Carocci, 1996.

QUERÉ, Louis. **Des miroirs équivoques** : Aux origines de la communication moderne, Paris : Aubier, 1982.

# Relações de poder e resistência na trivialidade: fluxo, refluxo e contrafluxo na construção do legado da ditadura militar no Brasil – o que está em jogo?<sup>1</sup>

Icleia Thiesen<sup>2</sup>

---

## 1 Introduction

*“Si les médias informatisés sont si importants, ce n’est pas parce qu’ils transmettent une information transparente, mais bien au contraire parce qu’ils permettent un certain type d’opacité, sans laquelle aucune information ne pourrait jamais être produite, et que cette opacité est le lieu de socialisation de la culture.”*

Yves Jeanneret (2007, p.112)

OS PROCESSOS COMUNICACIONAIS PRESENTES EM TODOS OS DOMÍNIOS DA VIDA social criam recursos e situações que os homens necessitam realizar, confrontando-se uns com os outros enquanto produtores de sentidos. O cruzamento de ideias e objetos na vida social (os seres culturais) ocorre pela sua apropriação na sociedade, constituindo o que Yves Jeanneret denominou trivialidade (JEANNERET, 2008).

Em algumas de suas últimas obras, o autor vem analisando as formas e expressões da vida trivial, isto é, os modos pelos quais os saberes circulam na sociedade, tornando-se objeto de reescrituras, apropriações e controvérsias. “Tal questão diz respeito à difusão e ao reconhecimento das obras publicadas, à vulgarização e à comunicação do conhecimento científico, bem como à produção de categorias po-

---

1 Este artigo é fruto do projeto, em andamento, intitulado “Relações entre informação, memória e história nos fluxos e refluxos do tempo: a questão da verdade e os paradoxos do esquecimento”, apoiado com bolsa de produtividade do CNPq.

2 Professora Titular de Ciência da Informação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Departamento de História e Programa de Pós-Graduação em História. Professora Titular da UNIRIO. Contato: icleia.thiesen@unirio.br.

líticas pelos discursos das mídias...” (JEANNERET, apud THIESEN, 2009, p.128).

Ao eleger algumas noções propostas e analisadas pelo autor para refletir sobre o legado da ditadura militar no Brasil, campo de análise de minhas pesquisas nos últimos anos, tomei como base ideias e pressupostos identificados na leitura sobretudo de sua *Penser la trivialité* (2008) mas não apenas. Desde há muito o autor afirmou a importância da memória no campo de estudos da Ciência da Informação e da Comunicação:

O que resta hoje do sonho de uma teoria geral da informação é a complexidade que seu fracasso revelou. Representando a sociedade como um sistema em permanente regulação, esbarrou na existência de conflitos, dissimetrias, poderes que atuam na comunicação. Convidando a olhar para toda cultura como um fluxo de dados, ameaçou a memória que lhe dá duração. (JEANNERET, 2005, p.89).

No curso das últimas décadas no Brasil alguns autores registraram que as informações, sem os dispositivos de memória, não se conservam (MARTELETO; VALLA, 2003). Nos anos que se seguiram, a importância da memória para os estudos da Ciência da Informação foi sistematicamente se consolidando e, por via de consequência, se integrando nos programas de pós-graduação do país, através da criação de linhas de pesquisa sobre o tema e suas relações com a informação.

No presente artigo, a memória é compreendida como reconstrução social, campo de lutas e resistências, onde se desenvolvem debates que se situam na fronteira entre informação, conhecimento e história. A reescrita, o reenquadramento e as controvérsias intervêm sobretudo em tempos de crises, no âmbito dos processos de mediação característicos do universo da comunicação (DAVALLON, 2005).

É de se destacar, em suas reflexões sobre a trivialidade, sua convicção – que é também a minha – segundo a qual as ciências da informação e da comunicação, assim como as ciências humanas, precisam recorrer à história, pois não se pode compreender a atualidade sem examinar o passado (JEANNERET, apud THIESEN, 2009, p.128). Atento aos processos de mediação Jeanneret chama a atenção do leitor sobre as relações de poder que interferem no fluxo e refluxo da vida em sociedade, refletindo sobre as condições de circulação do conhecimento e da informação. Nesse sentido, as instituições desempenham um papel primordial, “observando os elos que se criam entre outros protagonistas, vale dizer, as mídias, o público e os movimentos sociais” (COUZINET, 2000, p.151).

Quando se trata de informações e documentos sobre temas sensíveis - que o passado em alguma medida guarda, seleciona e frequentemente esconde – cons-

troem-se barreiras que impedem a livre circulação desses saberes, o que dificulta ações visando a reconstrução da memória histórica face aos diferentes regimes de verdade pertinentes e inextricáveis – verdade histórica, verdade jurídica e verdade documentária-diplomática. Michel Foucault é um dos autores com os quais Jeaneret dialoga, notadamente sobre as noções de arquivo, de dispositivo, assim como sobre as relações de poder-saber que submetem certos conhecimentos a conflitos institucionais. Afinal, a produção de conhecimento é sempre fruto de uma batalha (FOUCAULT, 1996, p.26).

A produção do esquecimento de acontecimentos históricos sobre o passado recente no Brasil contribui para desacelerar, adiar ou mesmo cancelar projetos que visam a realização de uma justiça transicional<sup>3</sup> que contemple efetivamente as bases de conhecimento necessárias para lidar com o legado da ditadura – a localização e o acesso a todos os arquivos produzidos pelas instituições de repressão<sup>4</sup>; a retomada de diversos projetos de memória, verdade e justiça interrompidos em 2016 pelo golpe de Estado parlamentar que, em 17 de abril de 2016, depôs a Presidenta Dilma Rousseff<sup>5</sup>; a revisão da Lei de Anistia<sup>6</sup> que até hoje não responsabilizou torturadores por sequestros, assassinatos e desaparecimentos de muitos dos que lutaram contra a ditadura, diferenciando-se de outros países que tiveram a mesma experiência na América Latina, notadamente Argentina e Chile, no contexto dos acontecimentos registrados na história como Operação Condor. A mencionada operação, formalizada durante reunião secreta realizada em Santiago do Chile no final de outubro de 1975,

---

3 O ex-presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça explica que “a justiça de transição é um campo de estudo muito complexo, que reúne profissionais de diversas áreas do conhecimento, como direito, ciências políticas, sociologia, história, entre outras, a fim de verificar quais processos de justiça têm sido realizados pelo conjunto dos poderes dos Estados nacionais, da sociedade civil e dos organismos internacionais para que, após o estado de exceção, se consolide a normalidade democrática”. (PIRES JUNIOR et.al., 2009, p. 3)

4 Embora muitos arquivos produzidos sob o regime militar possam ser consultados, existe uma lacuna muito importante na documentação, em particular a documentação produzida pelo CIE, CENIMAR e CISA, órgãos de informação e repressão das forças armadas - exército, marinha e aeronáutica.

5 Trata-se de políticas de memória, verdade e justiça contidas no Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), publicado em 2009, que inaugurou um conjunto de ações que visam inscrever na memória coletiva e na história social a experiência da Ditadura, sua crimes, danos e cicatrizes.

6 A anistia política foi promulgada pela Lei n. 6 683/1979 e, desde então é objeto de controvérsia por parte de juristas e dos movimentos sociais, notadamente por ex-presos políticos, familiares de mortos e desaparecidos, por ter anistiado vítimas do regime e torturadores.

é o nome dado à aliança entre as ditaduras instaladas nos países do Cone Sul na década de 1970 - Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai - para desenvolver atividades coordenadas, clandestinamente e fora da lei, com o objetivo de monitorar, sequestrar, torturar, assassinar e eliminar ativistas políticos que se opunham, armados ou não, aos regimes militares da região<sup>7</sup>.

Tais eventos não esclarecidos plenamente contribuem para a reprodução e reincidência das violações dos direitos humanos, agora aperfeiçoados e ampliados atingindo sobremaneira as comunidades mais pobres e desprotegidas, sobretudo negros, mulheres, indígenas e quilombolas. A divulgação de crimes cometidos pelos governos militares, denunciados e documentados pela Comissão Nacional da Verdade e suas congêneres estaduais, municipais e acadêmicas não corresponderam aos processos de reparação, no âmbito das políticas de memória em curso até o golpe de 2016. Ao mesmo tempo, a Lei n. 12 527/2011, lei de acesso à informação (LAI), que entrou em vigor seis meses depois, foi regulamentada pelo decreto n.º 7 724 de 16 de maio de 2012. A promulgação das duas leis com a diferença de um dia teve por objetivo dar acesso aos arquivos produzidos durante a ditadura (1964-1985), facilitando o trabalho da Comissão Nacional da Verdade.

Os processos de mediação institucional mais ou menos hegemônicos, dependendo do contexto político dos eventos excepcionais pós-regime, produzem narrativas disputadas por diferentes grupos políticos que se sucedem no poder. O conhecimento produzido nos programas de pós-graduação das universidades, acumulados no decorrer das últimas décadas, sob a supervisão de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento - em particular historiadores, cientistas políticos e sociólogos - constitui um manancial de fontes de pesquisa disponíveis ao público. Paralelamente, encontram-se acessíveis livros, artigos, vídeos, documentários, peças de teatro, fotografias, documentos primários que integram os arquivos produzidos pelas instituições da ditadura<sup>8</sup>, entre outras produções culturais.

No entanto, tais fontes que inscrevem essas experiências nos anais da história e nos arquivos da memória são objeto de controvérsia por parte de diversos

7 Ver: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/2-uncategorised/417-operacao-condor-e-a-ditadura-no-brasil-analise-de-documentos-desclassificados.html>. Acesso em: 16 abril 2021.

8 Os arquivos sensíveis já localizados e disponibilizados ao público reúnem cerca de 17 milhões de documentos produzidos pelas instituições do Sistema Nacional de Informações e Contra-Informações (SISNI). Esta estimativa inclui apenas vinte por cento do que foi efetivamente produzido no período ditatorial (1964-1985). Ver THIESEN, 2017.

segmentos da sociedade, sobretudo pelas forças militares – contemporâneas dos acontecimentos e/ou seus descendentes -, pelos principais meios de comunicação corporativos, que no passado apoiaram tais ações criminosas, bem como de diversos segmentos ativos nas redes sociais por meio de algoritmos cuidadosamente estruturados, que produzem e reproduzem desinformação, espalhando o medo do comunismo e de um suposto “inimigo interno” na sociedade, por meio das mídias, tal como aconteceu em 1964, no frontal ataque à pesquisa universitária, portanto à ciência, aos direitos humanos e aos movimentos sociais.

Este artigo tem por objetivo discutir alguns eventos pertinentes aos fluxos, re-fluxos e contrafluxos inseridos na produção de conhecimento sobre as complexas relações entre a mídia, a esfera política e a reconstrução da memória da ditadura de 1964, a partir da noção de trivialidade, bem como outras noções concebidas por Yves Jeanneret.

Na próxima seção são abordados fluxos, refluxos e contrafluxos pertinentes à experiência da ditadura empresarial-militar, indicando brevemente, nos limites deste artigo, o *tour de force* com vistas à restauração da verdade dos acontecimentos relativos ao período de 1964 a 1985, ainda hoje objeto de inúmeras controvérsias.

## **2 Fluxos, refluxos e contrafluxos: os seres culturais buscam seu lugar na história**

Face à impossibilidade de recuperar e analisar meio século de acontecimentos históricos que iluminariam as discussões aqui propostas, alguns fragmentos significativos do passado próximo são analisados sobre o legado da ditadura, os avanços e os retrocessos, no espírito do pensamento de Jeanneret e Foucault sobre a noção de arquivo - “a lei do que se pode dizer, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (Foucault, 1969, p.170). Na mesma linha, Jeanneret explica que “essa noção de arquivo, como a compreendo [...] cujos desafios me parecem próximos do que chamo de ‘trivialidade’” (2008, p.58). Sobre esse conceito, ele esclarece que se trata de uma “propriedade que caracteriza todos os fenômenos de troca cultural, ainda que se manifeste particularmente em certas esferas” (JEANNERET, 2008, p. 15). O autor complementa essa noção, explicando sua compreensão de ser cultural:

[...] o que procuro analisar com a trivialidade não concerne apenas à circulação de objetos ou produtos, nem à mera história das ideias. Trata-se de processos sociais ao mesmo tempo difusos e bem concretos, produtores de saberes e de representações, alavancando múltiplos recursos, técnicos, simbólicos, memorialísticos (JEANNERET, 2008, p. 15).

A história dos governos militares começou a ser escrita antes mesmo do final do regime ocorrido em 1985. O primeiro governo civil resultou de eleições indiretas. O movimento “Diretas já”, embora tenha tido expressiva mobilização por parte de diversos segmentos sociais que ocuparam as ruas das principais cidades brasileiras, não foi capaz de derrotar os poderes constituídos. A derrota da emenda por eleições diretas para a presidência da república adiou o sonho de restauração da democracia plena no país. Tancredo Neves (presidente) e José Sarney (vice-presidente) foram os vencedores eleitos pelo colégio eleitoral. No entanto, a morte do recém-eleito presidente, antes mesmo de tomar posse no cargo, colocou o seu vice na presidência, um quadro político aliado às forças que estavam à frente dos governos militares. Esse acontecimento dramático significou também a permanência de remanescentes do antigo regime no novo momento político, exercendo forte influência sobre o Governo José Sarney.

Ainda na década de 1970, em plena ditadura, surgiram os primeiros livros de memória narrando as experiências de opositores do regime, bem como relatos de participantes da resistência armada que sobreviveram ao regime.<sup>9</sup>

Datam também dessa época os primeiros movimentos em prol da anistia política<sup>10</sup> bem como a reivindicação de liberdade para os presos políticos das prisões de todo o país, cuja existência sempre foi negada pelos dirigentes militares.

O apoio da imprensa ao golpe de 1964 foi explícito, traduzido em manchetes de denúncias contra o governo de João Goulart - democraticamente eleito. Houve colaboração efetiva da imprensa com o regime, pelo menos até que, no decorrer dos acontecimentos, denúncias sobre os crimes cometidos pelos órgãos de segurança não podiam mais ser negados.

As classes médias aderiram aos discursos construídos sobre o “perigo vermelho”, massivamente difundidos pelos meios de comunicação, apoiados pelos partidos políticos de direita. Defendendo seus interesses temiam (1) as reformas de base propostas pelo presidente João Goulart, como bem como (2) as lutas camponesas que ganhavam visibilidade, (3) a reforma agrária, (4) a atuação dos sindicatos, (5) as lutas operárias, (6) o direito à greve etc. Em suma, as narrativas foram construídas em torno do desejo explícito de frear as reformas populares do governo. Sua deposição inaugurou uma ditadura que durou 21 anos e ficou conhecida na história do Brasil e na memória coletiva como “Anos de Chumbo”.

9 Ver, por exemplo, Renato Tapajós (Em Câmara Lenta, 1977), Reinaldo Guarany Simões (Os Fornos Quentes, 1978; A Fuga, 1984), Fernando Gabeira (O que é isso, companheiro? 1979), Alfredo Sirkis (Os carbonários: memórias da guerrilha perdida, 1980), entre outros.

10 As primeiras ações pela anistia política nasceram das atividades do Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Democráticas (1975) e do Comitê Brasileiro pela Anistia (1978). Ver (GRECO, 2003) e MEZAROBBA, 2003).

Os atos de mediação em curso não escondem sua intencionalidade e reforçam a afirmação segundo a qual “o saber e o sentido não são jamais dados, mas elaborados” (JEANNERET, 2008, p.38). Na sequência de sua argumentação, o autor explica que

Durante muito tempo, uma pluralidade de atos de mediação foi realizada por uma série de atores; mais recentemente, dispositivos de mediação (aliás muito diversos), treinamentos, técnicas, objetos profissionalizaram e de certa forma politizaram essa realidade atual: como quer que seja, todos esses gestos, amadores e profissionais, têm uma dimensão simbólica (Dufrêne e Gellereau, 2001) Eles desenham objetos, definem relações com a cultura, promovem posturas, legitimam normas. (JEANNERET, 2008, p.39).

Michel Foucault não abordou o termo dispositivo diretamente em suas pesquisas. Podemos encontrá-lo em alguns fragmentos de sua obra, seja como prisão, sexualidade, loucura, seja como doença mental, discurso etc. Para ele, o dispositivo é ainda

Uma espécie – digamos – de formação, que, em um dado momento histórico, teve por função maior responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. Sempre inscrito num jogo de poder, mas sempre vinculado a um ou mais limites do conhecimento, que dele nascem, mas igualmente o condicionam. (FOUCAULT, 1977, p. 299)

No que diz respeito à trivialidade, tal como a entende Yves Jeanneret, será necessário destacar esse conjunto de elementos do dispositivo para que possamos inscrever as disputas conduzidas por diferentes grupos pela hegemonia das narrativas da memória dos acontecimentos desse período. Algumas perguntas ainda buscam respostas - e / ou consenso em diferentes segmentos da sociedade: como caracterizar o golpe ocorrido em 1964 - golpe militar, golpe civil-militar, golpe empresarial-militar, segundo diferentes estudiosos do período ao longo das últimas décadas? Por outro lado, teria sido um “movimento”, uma revolução que atendeu aos clamores da sociedade, como afirmam ainda hoje os militares aliados ao pensamento dos governos militares? Houve tortura como política de estado? Onde estão enterrados os desaparecidos? Onde estão os arquivos dos órgãos de informação e de repressão das forças armadas?

Embora ainda hoje não tenhamos respostas para todas essas perguntas, principalmente sobre onde foram enterrados os desaparecidos, já existem muitos documentos que comprovam os crimes cometidos por agentes do regime. Durante os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, ex-agentes que trabalharam nas instituições de repressão testemunharam e revelaram em detalhes não só os crimes bárbaros que cometeram ou de que participaram, mas também esclareceram quem eram seus superiores na cadeia de comando. Tais depoimentos estão referenciados e disponíveis no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2014). Este documento revela e sintetiza a história do golpe de 1964 e os principais acontecimentos do período, destacando as ações do Estado e de seus parceiros para neutralizar e eliminar todas as formas de resistência - sequestros, torturas, assassinatos, desaparecimentos, com base em um processo intensivo de vigilância, espionagem e censura. Foram identificados 231 lugares onde foram perpetradas graves violações de direitos humanos, durante o período de 1946 a 1988, entre os quais “unidades militares e policiais”, “centros clandestinos” e navios-prisões”<sup>11</sup> (ESTEVEZ; ALMEIDA, 2021, p. 3).

É também um momento decisivo na história da frágil democracia brasileira. Os acontecimentos mais recentes mostram que o golpe parlamentar que derrubou a presidente Dilma Rousseff em 2016, ela própria sobrevivente de sessões de tortura na década de 1970, teve amplo apoio de militares - ou seus descendentes - envolvidos em crimes investigados pela Comissão Nacional da Verdade. São conhecidas as declarações de ex-agentes e/ou familiares contra os resultados espelhados no Relatório final. As revelações e as evidências documentadas desses crimes mobilizaram forças retrógradas com seus próprios interesses para derrubar seu governo. A ideia que ainda hoje prevalece é reescrever a história e de alguma forma apagar o legado da ditadura.

A Lei da Anistia e o conseqüente temor do esquecimento dos crimes cometidos no passado recente ressuscita debates sobre os sentidos e efeitos desse dispositivo jurídico, não só na reconstrução da memória e da escrita da história, mas sobretudo dos riscos à falsificação de fatos ocorridos durante o período de governos militares (1964-1985).

Por outro lado, o desinteresse de grande parte da sociedade brasileira pelo legado da ditadura, o desconhecimento das sucessivas gerações, assim como o caráter social, seletivo e político das memórias em litígio revelam a urgência de ações

---

11 Ver capítulo 15 do relatório que detalha o funcionamento desses locais através de testemunhos, documentos e imagens, elucidando sobre seus usos e estrutura de funcionamento. (p.727-840)

de informação que contribuam para neutralizar a organização deliberada de políticas de esquecimento. Precisamos definir o objetivo de discutir os temas envolvidos nessa política institucional que manipula a memória pública, enfatizando os fluxos, refluxos e contrafluxos que atuam na trivialidade, nos planos da memória e da cultura, nos atos de comunicação contra os projetos que favorecem o esquecimento.

A seguir são apresentadas algumas considerações finais, indicando impasses e desafios para a organização, circulação e representação dos conhecimentos e informações produzidos ao longo do tempo, visando sua apropriação pela sociedade e o restabelecimento da verdade histórica.

### **3 A trivialidade em curso e as resistências da memória**

Diante das transformações do universo midiático, em nossa contemporaneidade, onde circulam ideias e valores, como definir estratégias de resistência aos ataques negacionistas que visam falsificar os acontecimentos ocorridos durante o período da ditadura de 1964, que afetam visões de mundo e moldam mentalidades? Parece-nos que se trata de disputas acirradas entre projetos de sociedade - uma democracia participativa, inclusiva e plural em contraposição a um modelo capitalista ultraliberal, deliberadamente excludente. Esse movimento de pêndulo assimétrico contribuiu para o predomínio dos principais interesses capitalistas, resultando na perda sistemática de direitos sociais conquistados com muita luta. Trata-se de enfrentar esse modelo de comunicação onde circulam seres culturais - ideias e objetos - que refletem os principais interesses da indústria da mídia, em relações de poder que impõem políticas culturais que divulgam informações de forma seletiva, massiva e por vezes sem base documental.

A ciência da informação como campo do conhecimento que dialoga com diversas disciplinas se depara com desafios urgentes no intuito de colaborar na produção de dispositivos de comunicação que abreviem os caminhos de identificação e utilização dos conhecimentos acumulados durante as pesquisas realizadas nas últimas décadas. Pesquisas recentes indicam mudanças relevantes refletidas nas temáticas de pesquisas desenvolvidas e debatidas nos diversos Grupos de Trabalho da ANCIB. Memórias políticas permeiam discussões reveladoras desse passado-presente que teima em se presentificar porque ainda não foi devidamente exumado.

Um dos mais perigosos “entulhos” herdados do antigo regime é a Lei de Segurança Nacional<sup>12</sup>, dispositivo legal diuturnamente utilizado na ditadura contra

---

12 Trata-se da Lei n. 7.170, de 14.12.1983, sancionada em 1983 pelo presidente general João Batista Figueiredo, que “Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências”. A referida lei revogou a Lei n. 6.620,

os oponentes dos governos militares. A lei permanece em vigor e vem sendo fartamente aplicada no cotidiano das lutas sociais, seja contra ativistas que utilizam as redes sociais para criticar abusos políticos cometidos pelo governo, seja contra manifestantes, jornalistas, trabalhadores, bem como contra políticos contrários ao governo atual. Embora essas tentativas venham sendo limitadas por decisões dos tribunais superiores, vários ativistas vêm sendo presos com base nessa legislação. Criticada por juristas, políticos de diferentes partidos e pelos movimentos sociais, esta lei constitui ameaça permanente às ações de resistência.

Trata-se de lançar luz sobre a verdade dos acontecimentos ocorridos no período da ditadura, cujos fragmentos são aqui apresentados, de retomar o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, interrompidos em 2016, como vimos. Contudo, para que haja circulação dos seres culturais (ideias e objetos) a serem apropriados e transformados nas práticas sociais, urge enfrentar a herança autoritária ainda hoje “protegida” por zonas de opacidade e silêncio, negações e nostalgia que ameaçam projetos de memória, verdade e justiça!

Enquanto setores da sociedade civil organizada comprovaram inúmeros fatos ocorridos nesse período, aguardando a consequente responsabilização dos autores dos crimes cometidos, os descendentes de agentes das instituições do regime militar insistem em negar fatos documentados, com o duplo objetivo de salvaguardar a imagem das instituições envolvidas nestes eventos e, conseqüentemente, escapar às responsabilidades que lhes cabem. O negacionismo – movimento ideológico já conhecido na história do holocausto – visa encobrir acontecimentos comprovados cientificamente, produzindo desinformação. O historiador Marcos Napolitano explica:

Os negacionistas querem ter a legitimidade da comunidade científica, sem se submeterem a avaliação pelos pares, como ocorre com toda a comunidade científica. Mesmo assim, querem participar dos debates e re-

---

de 17.12.1978, versão anterior sancionada pelo presidente general Ernesto Geisel. Outras versões anteriores a essa data vigoraram, sendo o Decreto-lei n. 898, de 29.09.1969, a legislação mais extrema do período ditatorial, prevendo inclusive pena de morte e prisão perpétua. No momento em que escrevo essas linhas, está em discussão no Congresso Nacional a revogação dessa legislação tal como foi criada no período da ditadura, havendo propostas alternativas com o propósito de assegurar a chamada “segurança nacional”. Importante esclarecer que esse instrumento legal em vigor desde 1983 foi usado no ano em curso ao menos 25 vezes, segundo estimativas que procuram identificar casos não informados aos parlamentares por não terem sido divulgados. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/lei-de-seguranca-nacional-censura-e-militares-ditadura-a-vista>. Acesso em 24 março 2021.

clamam frequentemente que o mundo acadêmico lhes interdita de forma autoritária. Uma das estratégias do negacionismo é entrar no debate não para ampliar o conhecimento, mas para destruí-lo. (NAPOLITANO, 2020).

A materialidade documentária é negligenciada, apesar das evidências dos acontecimentos aqui relatados, verificadas pela Comissão Nacional da Verdade. Como apontou Jeanneret, “se é necessário atribuir importância decisiva aos objetos documentais, é precisamente porque a informação não é um objeto, mas uma relação posta face ao objeto” (2007, p.112). Complementando suas considerações, o autor explica que:

É a maneira como os dispositivos midiáticos modificam a materialidade dos textos que pode contribuir, se é que contribui, para produzir os efeitos na maneira como produzimos e trocamos nossas informações. Mas também sob a condição de que as atividades intelectuais e sociais de produção dessas informações ocorram, em um contexto em que os documentos adquiram um sentido: coisas que o próprio sistema de mídia não consegue garantir. (JEANNERET, 2007, p. 112)

Regimes de verdade definem o que pode ser aceito como verdadeiro em diferentes momentos históricos, em múltiplas esferas sociais - jurídica, política e documental. Esses processos acontecem sob a égide de um conjunto de instituições que desempenham o papel de mediadoras e dão legitimidade às ações em andamento. No campo documental, a diplomacia arquivística é “a disciplina que estuda o que é e o que se torna documento, a relação que se estabelece com o seu produtor e os fatos nele representados” (DURANTI, 1995, apud RODRIGUES, 2020, p. 114).

As ideias aqui apresentadas, tendo por horizonte de análise a noção de trivialidade, de seres culturais e circulação de informações sobre o legado da ditadura militar no Brasil, refletem as idas e vindas, o fluxo e o refluxo das ações de mediação orientadas para a revelação dos acontecimentos dos chamados anos “de chumbo”, no contexto da justiça de transição que, no Brasil, ainda não atingiu os objetivos previstos no direito internacional.

Uma cultura política anacrônica dominante, ligada a interesses políticos hegemônicos, constitui uma barreira fortemente ancorada no setor agroalimentar, entre os grandes empresários, na mídia, entre os latifundiários, mas também nas igrejas neopentecostais que não reconhecem o estado laico. Esses grupos estão representados no Congresso Nacional onde constituem maioria, tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado. Nos últimos anos, essas mesmas forças se uniram ao

governo federal e estão representadas nas principais instituições civis. Muitos desses líderes são militares sem nenhuma legitimidade adequada aos objetivos dessas instituições vocacionadas para a educação e a ciência.

Como enfrentar esse projeto obscurantista e quebrar as cadeias do atraso que voltam de tempos em tempos? Talvez o único caminho de médio a longo prazo seja a educação em direitos humanos aliada a uma ampla reforma institucional.

Alguns aspectos da trivialidade não trivial foram apresentados no sentido de colocar em evidência “conflitos, dissimetrias, poderes que atuam na comunicação” (JEANNERET, 2005, p.89), dando visibilidade à ilusão de transparência.

### Referências

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Recurso eletrônico. Brasília: CNV. Disponível em: [www.cnv.gov.br](http://www.cnv.gov.br).

COUZINET, Viviane. **Médiations hybrides** : le documentaliste et le chercheur en Sciences de l’information. Paris : ADBS Éditions, 2000.

DAVALLON, Jean. A mediação: a comunicação em processo? **Prisma.com** – Revista de Ciências da Informação e da Comunicação do CETAC, FLUP, Portugal, 2005.

DURANTI, Luciana. **Diplomática: nuevos usos para una antigua ciencia**. Trad. Manuel Vasquez. Carmona: Asociación de Archiveros de Andalucía, 1995.

ESTEVEZ, Alejandra Magalhães; ALMEIDA, Priscila Cabral. Lugares de memória da ditadura: disputas e agenciamentos nos processos de construção do 1º BIB Barra Mansa (Rio de Janeiro) e da Casa Marighella -Salvador (Bahia). **Tempo**, Niterói, v. 27, n. 1, 2021.

FOUCAULT, Michel. **L’archéologie du savoir**. Paris : Gallimard, 1969.

FOUCAULT, Michel. Le jeu de Michel Foucault (entretien avec D. Colas, A. Grosrichard, G. Le Gaufey, J. Livi, G. Miller, J. Miller, J.-A. Miller, C. Milliot, G. Wajeman), Ornicar ?. **Bulletin périodique du champ freudien**, Juillet, n.10, p.62-93.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 1996.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso, companheiro?** Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

GUARANY, Reinaldo. **Os fornos quentes**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

GUARANY, Reinaldo. **A fuga**, São Paulo: Brasiliense, 1984.

JEANNERET, Yves. Information. In : **La “société de l’information”** : glossaire critique. Paris : La Documentation française, 2005. p. 87-89.

JEANNERET, Yves. **Y-a-t-il (vraiment) des technologies de l’information ?** 2. ed. Paris : Presses Universitaires du Septentrion, 2007.

JEANNERET, Yves. **Penser la trivialité. Vol 1 : la vie triviale des êtres culturels.** Paris : Hermès sciences publications, 2008.

JEANNERET, Yves. **Critique de la trivialité** : les médiations de la communication, enjeu de pouvoir. Paris : Éditions Non Standard, 2014.

MARTELETO, Regina; Valla, Vitor. Informação e educação popular: o conhecimento social no campo da saúde. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, 2003.

NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo é um movimento organizado para espalhar desinformação, revela historiador. **Carta Campinas**, terça-feira, 20 abr. 2021.

PIRES JUNIOR, Paulo Abrão et.al. Prefácio. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 12-21, 2009.

RODRIGUES, Ana Célia. Identificação arquivística: subsídios para a construção teórica da metodologia na perspectiva da tradição brasileira. In: FREITAS, Lídia Silva de; CAMPOS, Linair Maria; MATTOS, Renato de; FONSECA, Vitor Manoel Marques da (orgs.). **O PPGCI/UFF nos ENANCIB: trabalhos premiados**. São Paulo: Tikinet, 2020.

SIRKIS, Alfredo. **Os carbonários**: memórias da guerrilha perdida. São Paulo: Global, 1980.

TAPAJÓS, Renato. **Em câmara lenta**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

THIESEN, Icléia. Compte rendu de “Penser la trivialité : la vie triviale des êtres culturels”, de Yves Jeanneret. **RECIIS**, Rio de Janeiro, v.3, n.3, p.128-130, set. 2009.

THIESEN, Icléia (org.). **Documentos sensíveis**: informação, arquivo e verdade na ditadura de 1964. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

THIESEN, Icléia; ALMEIDA, Priscila Cabral. Lugares de memória da ditadura e a patrimonialização da experiência. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 4, n.8, p. 15-30, dez. 2015.



# “Je déballe ma bibliothèque... et peut-être un peu ma mémoire” : littérature et théorie de la trivialité

Adeline Wrona<sup>1</sup>

---

## 1 Introduction

LA CITATION QUI DONNE SON TITRE À CETTE RÉFLEXION EST À DOUBLE DÉTENTE : il s'agit d'un titre de Walter Benjamin cité par Yves Jeanneret. On aura peut-être reconnu les dernières lignes de la présentation biographique qui tient lieu de postface à l'épais volume publié en 2014 aux éditions Non Standard, Critique de la trivialité.

Citer, on le sait, c'est déplacer ; lire, c'est aussi arracher un livre à une bibliothèque, avant de le ranger peut-être dans une autre, comme le fait Benjamin quand il écrit ces lignes, au moment où il affronte l'épreuve d'un déménagement.

L'objet de cette réflexion s'inscrit dans ce paradigme du mouvement : il s'agira de comprendre comment la littérature a constamment habité le train de la réflexion d'Yves Jeanneret autour de la trivialité. Terminus ab quo et terminus ad quem : la question du littéraire traverse la théorie du trivial. Elle éclaire à la fois un itinéraire académique et les modalités biographiques à travers lesquelles se forme, se structure et s'édifie un corpus théorique.

L'intrication féconde entre analyse littéraire et théorie communicationnelle est un des motifs majeurs de la pensée d'Yves Jeanneret. Un article cosigné avec Emmanuel Souchier en propose en 2006 une formulation énergique et légèrement combative : “Réfléchir de façon moins caricaturale aux rapports entre communication et littérature favoriserait une meilleure compréhension de ce qu'est la littérature, d'une part, et de ce qu'est la communication de l'autre”. (JEANNERET; SOUCHIER, 2006)

C'est en gardant à l'esprit ce double impératif programmatique que nous proposerons trois étapes dans ce parcours de lecture, à la recherche des usages du texte

---

1 Professeure des universités; Directrice de l'École doctorale Concepts et langages. de la Faculté des Lettres de Sorbonne Université. Chercheur GRIPIC. Contact: [adeline.wrona@celsa.paris-sorbonne.fr](mailto:adeline.wrona@celsa.paris-sorbonne.fr)

littéraire dans la théorie de la trivialité : nous verrons d’abord comment la question littéraire s’impose chez Yves Jeanneret en lieu séminal où se forme la catégorie de la circulation ; nous observerons ensuite comment le texte littéraire devient chez Yves Jeanneret l’espace d’une véritable pragmatique de la communication ; enfin, nous interrogerons le fonctionnement de la littérature comme laboratoire où se s’observent les jeux de cristallisation et de décristallisation des valeurs emblématiques de la culture.

## **2 Pour un mouvement littéraire : penser la littérature comme circulation**

Il y a quelque chose de la dynamite dans la façon dont Yves Jeanneret s’est approprié les catégories de l’analyse littéraire ; c’est un fait d’époque, reconnaît-il a posteriori, on est dans les années 70, et les points limites ne font pas peur : “Jeune normalien, je suis alors du trip, je participe au dynamitage” . (JEANNERET, 1995-1996). Au fil des différentes étapes qui marquent le cursus honorum exemplaire le menant de l’agrégation de lettres classiques, préparée à l’École normale supérieure, aux fonctions de professeur en sciences de l’information et de la communication, il n’a cessé de revendiquer la nécessité de faire bouger les lignes de définition de la littérature, comme canon, comme pratique, comme objet disciplinaire.

Dans le contexte où s’opère sa première formation académique, le privilège accordé à une conception ouverte du texte présente un caractère fortement intempêtif, à contre-courant des tendances alors dominantes dans le champ de l’analyse littéraire. Yves Jeanneret le rappelle au moment de soutenir son habilitation à diriger les recherches, en 1996 : l’approche formaliste domine dans les années 70, sous l’influence de la pensée structuraliste et du modèle linguistique ; et la confrontation à la “clôture du texte” est la rançon d’une postulation forte à “la scientificité de l’analyse littéraire” . (JEANNERET, 1995-1996)

Dès ses premiers travaux, Yves Jeanneret manifeste au contraire une sensibilité aiguë à tout ce qui, dans la vie des œuvres littéraires, témoigne d’une porosité au contexte social et même biographique de la création. “La société écrit l’œuvre par-dessus l’épaule de son auteur” (JEANNERET, 1974), lit-on dans son mémoire de maîtrise consacré à quatre textes de Jean-Jacques Rousseau . Chez cet écrivain qu’il estime victime d’une médiation scolaire stéréotypée et fallacieuse, Yves Jeanneret retient surtout la promotion de la fête populaire, comme alternative opposée au théâtre dans la Lettre à d’Alembert : car la fête est le moment où chacun est à la fois acteur et spectateur de l’œuvre.

À partir de 1978, étudiant à l’ENS dans le séminaire animé par Roger Fayolle, Yves Jeanneret, consacre ses recherches à l’œuvre de Romain Rolland, auteur aussi influent de son vivant qu’oublié au moment où il s’y intéresse. D’emblée, c’est la

question du mouvement qui le retient dans la production de Rolland : le projet porté par son œuvre, écrit-il dans le mémoire produit en 1978 pour le séminaire de Fayolle, “est véhément dans sa dynamique”. Il s’intéresse alors au Théâtre de la Révolution, cycle dramatique de huit pièces publié sous forme de volume en 1909 ; “une telle entreprise”, écrit le jeune Jeanneret, “projette en quelque sorte l’art des artistes en dehors de sa sphère” . (JEANNERET, 1978)

Ce mouvement qui ouvre l’œuvre littéraire sur son temps, ou qui la rend fondamentalement perméable à son époque, se double dans ces premiers travaux d’une vigilance très singulière vis-à-vis de tout ce qui fait que l’œuvre se transforme sans cesse, dans une sorte de reconfiguration continue : ainsi le mémoire de 1974 s’agace-t-il de voir la pensée de Rousseau sur le progrès résumée à une seule formulation, conservatrice, quand des textes ultérieurs viennent radicalement modifier ces premières options, à la faveur de la “réforme” en faveur du peuple dont Rousseau a, selon Jeanneret, “fait l’effort de toute sa vie” (JEANNERET, 1974). De même la thèse qu’Yves Jeanneret consacre à Romain Rolland ne finit-elle pas de s’étonner devant le figement de la figure rollandienne dans le pacifisme de 1914, alors même l’écrivain n’a cessé d’évoluer. Plus tôt, il constatait, lectures minutieuses à l’appui, qu’un même événement – la Révolution française – pouvait en 30 ans être réinterprété par le même auteur selon des catégories totalement différentes : “Un fossé sépare la vision de 1901 de celle de 1938”, lit-on à propos de la transformation, dans le théâtre de Rolland, de la figure de Robespierre (JEANNERET, 1978). Plus tard, il évoquera “des rollandismes successifs ou concurrents” (JEANNERET, 2001).

Tout bouge ici : les contours de ce qu’est la littérature n’ont rien de définitif ; la nature d’une œuvre littéraire est en constante évolution ; enfin la littérature qui intéresse le plus Yves Jeanneret est celle qui, déjà, sort du livre, pour vivre dans les revues – comme Jean-Christophe, publié dans les Cahiers de la quinzaine – ou sur les scènes de théâtres populaires.

Il est donc assez naturel que s’impose très vite, dans la recherche d’Yves Jeanneret, la question de la réception, qui problématise la transmission de l’œuvre au lecteur. Les Soleils meurent aussi : tel est le titre qu’il donne à sa thèse de doctorat, consacrée à Un demi-siècle de réception critique de l’œuvre de Romain Rolland en France (1898-1944), et soutenue en 1982, sous la direction de Roger Fayolle. Ce titre veut suggérer le caractère éphémère de la consécration littéraire : les astres de la littérature se couchent comme ceux de notre système solaire, “mais des milliers d’années”, comme l’écrit Rolland à propos de Beethoven, “leur torche, dans la nuit, continue de porter son message”.

A parcourir ce travail imposant, on comprend que ce qu’Yves Jeanneret nomme “réception” va bien au-delà de la trajectoire monodirectionnelle qui décrirait l’ac-

cueil réservé à une œuvre par un public donné. L'introduction de la thèse le pose clairement : la réception est ce qui autorise à considérer un texte comme littéraire – c'est le mécanisme qui permet “à une production déterminée de se constituer en œuvre littéraire” (JEANNERET, 1993, p. 7). En d'autres termes, la réception est toujours déjà production – production de la littérarité d'un texte – de même que la production anticipe toujours déjà la réception : “qui pourrait prétendre que l'écriture des créateurs n'est pas d'une certaine façon orientée par les conditions dans lesquelles les textes trouvent un éditeur, des commentateurs, une publicité, une consécration qui leur confèrent le statut d'œuvre littéraire ?” (JEANNERET, 1993, p. 8). L'idée de réception est ce qui fait de la littérature un processus de communication ; il y a littérature, écrit encore Yves Jeanneret, quand il y a “une pratique de communication dans laquelle se rencontrent des textes et des commentaires (qui sont aussi des textes) qui se déterminent réciproquement”. L'œuvre est littéraire parce qu'elle est communication, en somme. Et il y a communication quand il y a circulation des textes — de l'auteur au lecteur, du lecteur à l'auteur, ou même du texte au texte : “Les œuvres s'infléchissent et se corrigent de leur rencontre, et de la description de leur rapport” . (JEANNERET, 1993, p. 453)

### **3 La littérature comme scène communicationnelle**

Un moment de bascule s'opère au moment où Yves Jeanneret quitte son statut d'étudiant pour devenir enseignant. Car il se cogne alors aux défis que représente le fait d'enseigner une culture littéraire patrimoniale auprès d'un public de lycéens et de collégiens qui ont d'autres préoccupations en tête. Défi communicationnel en soi, analyse-t-il plus tard : il s'agit de “créer les conditions d'une communication ayant les textes pour objet” (JEANNERET, 1995-1996). L'enseignement des lettres dans le secondaire, pendant huit années, est pour lui une expérience riche et nourrissante, mais aussi le corollaire de ce qu'il perçoit comme un échec - la difficulté à accéder à un poste en littérature, à l'université, quand les recrutements sont excessivement rares, et qu'on lui oppose, lors d'auditions infructueuses, des déclarations aussi encourageantes que : “Romain Rolland, tout le monde s'en fout”.

Le voici en situation de communiquer à son tour la littérature, et de vérifier sur pièces la formule bien connue de Barthes : “La littérature, c'est ce qui s'enseigne”. Le voilà aussi mené à interroger, de façon globale, “la place de la littérature dans la société”, et “les finalités des formations littéraires” (JEANNERET, 1995-1996), comme il l'écrivit un peu plus tard dans son mémoire d'habilitation à diriger les recherches.

Alors que le privilège accordé à l'analyse en réception, au moment de la thèse, l'amenait à défendre une conception de la littérature comme fondamentalement ouverte, en radicalisant la proposition d'Umberto Eco (L'Œuvre ouverte est traduite

en français dès 1965), l'expérience du professorat le mène à aller au-delà encore du texte littéraire lui-même. Il s'agit désormais pour Yves Jeanneret de "pratiquer" la littérature comme espace herméneutique emblématique du fonctionnement des signes et, plus généralement, de la communication.

Il ne s'agit donc plus seulement de définir la littérarité comme fait communicationnel, mais de saisir comment, dans l'analyse, le maniement, la pratique du texte littéraire, se donne à comprendre quelque chose de la communication en général. Et donc, à terme, de se servir de la littérature pour aller au-delà du littéraire.

Un changement professionnel détermine cet élargissement de perspective : en 1983, Yves Jeanneret quitte son poste de professeur de lettres pour enseigner la communication dans une école d'ingénieurs (l'École des Mines), où il prend quelques années plus tard la responsabilité du département de sciences humaines. L'effet d'étrangeté produit par les textes du canon sur des élèves du secondaire s'accroît avec l'exotisme d'un "littéraire" débarquant parmi les ingénieurs, pour y enseigner une matière encore peu définie, "l'expression-communication".

Le texte littéraire devient alors une ressource analytique pour penser la communication. Dans un petit ouvrage publié en 1990, *Conversations racontées*, c'est l'analyse de quatre extraits de romans qui permet d'illustrer un constat posé dès la première page, comme en un manifeste préliminaire :

Nous nous disons "société de communication".

Ce juste souci de placer au centre de la vie sociale les rapports qu'entre-tiennent les hommes par le langage – par les langages – peut, si l'on n'y prend garde, induire des fantasmes. Une définition fonctionnelle de la communication la décrit comme transparence efficace et universelle, l'assimile aux mailles d'un réseau indifférent et véloce : on imagine alors une société dans laquelle la connexion des machines tiendrait lieu de dialogue entre les personnes. (JEANNERET, 1990).

Contre l'utopie d'une transparence communicationnelle, Yves Jeanneret appelle à la rescousse Mme de Lafayette, Stendhal, Flaubert et Proust : la façon dont la fiction élabore des "simulacres" de conversation dans les dialogues romanesque permet de voir à l'œuvre la cristallisation des imaginaires associés, à chaque époque, au jeu de l'échange social, et de mettre à nu les enjeux de pouvoir et les ambiguïtés qui chargent de complexité toute conversation entre individus.

La littérature pense et représente la communication ; elle complète en ce sens l'effort de description des scènes et des gestes ordinaires de l'échange que le récent professeur à l'École des Mines estime nécessaire à tout réel apprentissage de la

communication en contexte professionnel. À la “littérature grise” qu’il compulse en préparation de ces cours – manuels professionnels, guides pratiques, témoignages de managers – Yves Jeanneret oppose l’ample bibliothèque assimilée au long de sa formation littéraire. Aux Mines, puis à l’École des Télécoms, dans son mémoire d’habilitation à diriger les recherches, Yves Jeanneret n’épuise pas la richesse de ces premiers corpus, sans cesse relus et réinterprétés : toujours, il déballe sa bibliothèque. Mme de Lafayette révèle “la logique du calcul mondain”, Stendhal, “la dynamique de l’étrangeté sociale”, Flaubert, “le vide d’une relation bourgeoise”, Proust, “la charge fantasmagique d’une attente” ; autant de dimensions “sous estimées par les modèles descriptifs de l’analyse conversationnelle”, estime Yves Jeanneret (JEANNERET, 1995-1996). L’étudiant ingénieur découvrant le monde de l’entreprise lors d’un stage ouvrier n’a pas selon lui de meilleur comparant que Fabrice à Waterloo ; et les rapports de stages se lisent à l’aune de La Chartreuse de Parme ! (JEANNERET, 1995-1996)

Cette lecture de la communication dans et par le texte littéraire provoque un nouveau glissement : la posture du commentateur trouve à s’exercer au travers de l’interprétation de tout ce qui fait signe dans la vie sociale. Il s’agit d’abord d’adopter une posture sémiotique face aux enjeux propres à la communication ; mais bien plus profondément, d’exporter et de généraliser deux modalités herméneutiques héritées de l’analyse littéraire – l’approche poétique, et la lecture rhétorique.

Du côté de la poétique, il s’agit de comprendre comment la forme propre aux échanges, aux messages, et bientôt aux dispositifs, constitue en soi un enjeu idéologique et signifiant. Pour ce qui est de la rhétorique, il importe de comprendre comment ces choix s’inscrivent dans des enjeux de pouvoir, qui font que la communication est en soi un mode d’action. À partir de 1995, Yves Jeanneret publie avec Emmanuel Souchier une série d’articles dans *Le Monde diplomatique* qui proposent toute une série d’analyses situées de scènes, gestes, dispositifs communicationnels, sous ce double jour poétique et rhétorique. Il n’est pas indifférent, notent-ils par exemple, que s’impose comme lecture du politique la forme “interview”, ou plus encore la pratique des sondages – jeux de questions/réponses standardisés, où se met en œuvre une certaine “poétique de la communication publique” (JEANNERET, 1995-1996), qui mène à “chosifier” l’opinion du citoyen au profit d’une croyance magique dans l’expertise communicationnelle. Les sondages peuvent bien se tromper, leur multiplication assène “le spectacle de la fatalité de l’opinion publique”, dont les médias sont la scène privilégiée.

Si la communication s’analyse avec les lunettes du poéticien et du spécialiste de rhétorique, c’est que la définition de ce qui fait la teneur des échanges sociaux a subi une forte transformation. De fait, à mesure qu’Yves Jeanneret revendique la perti-

nence de ses réflexes de “littéraire” pour penser la communication, il procède à une requalification de ce que c’est que le texte. Dans un premier temps, en analysant la circulation du littéraire en réception, puis en considérant que ce sont les formes de réappropriation de l’œuvre qui la créent en tant qu’œuvre, il élargissait la catégorie textuelle à ce qui, dans la critique littéraire contemporaine, était considéré comme de l’ordre du “paratexte” ou du “métatexte”.

En déployant, avec Emmanuël Souchier, la théorie de “l’infra-ordinaire”, en revendiquant la nécessité d’analyser “les formes inaperçues de l’ordre symbolique”, autrement dit “ces conditions matérielles et pratiques de notre communication” que nous ne voyons pas et qui de ce fait nous semblent naturelles (JEANNERET, 1995-1996), Yves Jeanneret est conduit à étendre la notion de texte bien au-delà de ce qui relève de la littérature, et même au-delà de ce qui est écrit. En ce sens, il emboîte le pas à Todorov, dont il cite, dans son mémoire d’habilitation, ces lignes très programmatiques :

Aujourd’hui il n’y a plus aucune raison de réserver à la seule littérature le type d’études qui s’est cristallisé dans la poétique : il faut connaître “en tant que tels” non seulement les textes littéraires mais tous les textes, non seulement la production verbale mais tout symbolisme. (TODOROV, 1979, p. 31)

Mais un pas supplémentaire est franchi par rapport à ce programme : au-delà de l’écrit, du verbal, et même du symbolique, il s’agit en effet de penser le support, sa matérialité propre, dans une perspective qui combine du symbole et de la technique. “L’écrit est avant tout un support de durée”, lit-on, quelques années plus tard, dans Y-a-t’il (vraiment) des technologies de l’information ? (JEANNERET, 2006, p. 107). A l’approche poétique et rhétorique s’est ajoutée une préoccupation de plus en plus prégnante, dans les écrits d’Yves Jeanneret : celle de la logistique matérielle qui surdétermine les modalités de circulation des discours.

Aussi en vient-il à poser la nécessité d’élargir encore la définition du texte ; comme Todorov, il invite à “connaître tous les textes”, mais en pensant comme textes des réalités beaucoup plus variées. Dans un livre publié alors qu’il a quitté le monde des écoles d’ingénieur pour être élu, à Lille, professeur en sciences de l’information et de la communication, Yves Jeanneret propose cette formulation lapidaire et particulièrement opératoire : “Le texte est un objet matériel inscrit sur un support et constitué d’un grand nombre de signes de nature diverse” . (JEANNERET, 2006, p. 109).

En 2000, il était urgent de réaffirmer la pertinence d’une analyse poétique et rhétorique pour penser les transformations des formes ordinaires de la communi-

cation. Une évolution technologique majeure vient de fait solliciter les chercheurs spécialisés en sémiologie de l'écriture : le développement de ce qu'on appelle “le multimédia” ou les “NTIC” suscite la revitalisation de discours technicistes proclamant l'entrée dans un monde virtuel, et dans une communication sans médiation.

Dès 1998, Yves Jeanneret lance avec Emmanuël Souchier un programme de recherche qui d'emblée, réaffirme la primauté de l'écrit dans les productions rendues possibles par les outils informatiques. C'est le mot d'ordre du projet “Écrits de réseaux”, financé pendant deux ans par le Programme Télécommunications du CNRS. Démontrer à quel point “la circulation des formes écrites participe de la médiation sociale des savoirs”, tissant “le technique, le sémiotique et les usages des médias informatisés” (SOUCHIER; JEANNERET; LE MAREC, 2003, p. 13) : ce sera encore le programme d'Écrans et réseaux : vers une transformation des rapports à l'écrit, projet coordonné par Yves Jeanneret, Joëlle le Marec et Emmanuël Souchier en réponse à un appel d'offres lancé en 2000 par le Ministère de la Culture et de la communication (à travers le service Études et recherche de la Bibliothèque publique d'information du Centre Pompidou).

Si l'œuvre cède la place au texte, et le texte à l'écrit d'écran, est-ce à dire que la littérature n'a joué, dans la généalogie d'une théorie de la trivialité, que le rôle de terreau, fécondant des ramifications qui éloignent de ce milieu premier, à la façon dont le fruit, selon la dialectique hégélienne, nie la fleur dont il est pourtant issu ?

Ce serait négliger la teneur proprement culturelle de qu'Yves Jeanneret nomme trivialité – un régime de valeurs dont l'élucidation fait toujours et encore revenir à la question littéraire ; une dernière fois, regardons Yves Jeanneret déballer sa bibliothèque.

#### **4 La littérature, laboratoire des valeurs triviales**

La notion de trivialité s'impose dans la théorie communicationnelle d'Yves Jeanneret à la faveur d'une relecture de sa bibliothèque de prédilection – Rousseau, Rolland, Condorcet, ainsi que Maxime Vuillaume, auteur des Cahiers rouges réunissant les témoignages à vif d'acteurs de la Commune : autant d'écrivains qui se confrontent à la catégorie du “populaire”. Or la notion de trivialité naît de l'interrogation sur la littérature populaire. Il s'agit pour Yves Jeanneret à la fois d'analyser le projet d'écrire le peuple, et d'interpréter la “popularité” fluctuante des productions littéraires issues de ce projet. Une hypothèse traverse cette première formulation de la trivialité : la légitimité culturelle des œuvres est corrélée au “contrat de communication” qui les détermine. Et c'est cela, d'abord, que désigne la notion de “trivial” : Romain Rolland refusant, pour parler au plus grand nombre, de choisir entre fiction et histoire, entre littérature et intervention, entre roman et philosophie, c'est

le spectacle du “trivium des arts rollandiens”, courant à son “inévitable échec”. Une œuvre qui vise un lectorat très large, populaire, et qui pour cela refuse de choisir entre tous les possibles de la parole littéraire court le risque d’une légitimation plus accidentée.

La question est bien d’ordre culturel : il s’agit de comprendre “comment une production écrite peut être reconnue comme œuvre notable” (SOUCHIER; JEANNERET; LE MAREC, 2003, p. 181). Dans ses écrits ultérieurs, Yves Jeanneret étend ce questionnement à une multitude de domaines, dans des registres très divers de la vie sociale. C’est “la vie triviale des êtres culturels”, qui ne concerne plus seulement la littérature : “Tout ce qui a un statut culturel dans la société connaît une destinée triviale, car c’est par les appropriations dont il est l’objet qu’il se charge de valeur”, lit-on dans l’introduction de *Penser la trivialité* (JEANNERET, 2008, p. 8). La polychrésie observée dans les aléas de la réception rollandienne doit être étendue à toutes les productions culturelles, car elle est ce qui constitue leur “vie normale”.

Pourtant, l’édification de la théorie de la trivialité, à travers notamment les deux volumes *Penser la trivialité* (2008) et *Critique de la trivialité* (2014), accorde toujours à la culture littéraire une place tout à fait particulière. Affaire de prédilection sémiotique sans doute, pour reprendre les termes d’Yves Jeanneret ; avec Romain Rolland, c’est le compagnonnage de toute une vie qui s’est noué au moment du DEA, a donné lieu à des dizaines d’articles, expositions, chapitres d’ouvrages. Mais on peut aussi déceler dans ce privilège du littéraire une autre raison, qui tient à la puissance réflexive voire spéculaire de la réflexion sur la littérature.

Parmi tous les êtres culturels que le processus de trivialité produit, transmet, malmène et réinvente, il y a la figure de l’auteur. La richesse de cette figure tient à son effet synchrétique et métamorphique : ainsi l’écrivain-intellectuel, écrit Yves Jeanneret en 2008, fonctionne-t-il comme “un complexe historique du symbolique, du populaire et du public” (JEANNERET, 2008, p. 219) ; “la création de la figure procède par feuilletage de circuits, de supports, de courants, de principes de valorisation” (JEANNERET, 2001, p. 50) . Certains écrivains “meurent aussi”, comme le montre le triste exemple de Romain Rolland, prix Nobel et pourtant “figure effacée” du paysage littéraire contemporain, auteur qu’on ne peut plus lire car ses œuvres ne sont plus disponibles. Mais la fascination pour l’effet-auteur suscite des effets mythiques d’une très grande constance.

Ce paradoxe ne cesse d’aimer la réflexion d’Yves Jeanneret, car il met très profondément en jeu la question du pouvoir de l’écriture. On ne saurait concevoir un texte réellement légitime et consacré sans que se mette en branle un “effet-auteur” : l’exemple de la publication des cours de Roland Barthes au Collège de France en apporte la preuve éclatante, comme il l’analyse au Centre sémiotique d’Urbino,

en juillet 2005. Barthes, théoricien de “la mort de l’auteur” se voit re-suscité au moment où l’oralité de la parole professorale est transformée en texte puis en livre, contre le souhait que Barthes avait exprimé de son vivant : non sans paradoxe, l’auteur des *Mythologies* se voit a posteriori replacé au cœur d’une construction mythique, pour laquelle tout ce qui résulte de son intention fait texte et même littérature, ou œuvre. (JEANNERET, 2021)

Au moment de conclure *Critique de la trivialité*, Yves Jeanneret revient sur la question du magistère intellectuel, qui était au cœur de ses premiers travaux autour de Romain Rolland, et plus particulièrement du “moment” *Au-dessus de la mêlée*. L’expression “au-dessus de la mêlée” revient sans cesse dans les dernières pages de l’ouvrage ; mais elle est investie d’une portée singulière. Car l’auteur Yves Jeanneret a changé : s’il déballe sa bibliothèque, désormais, il déplacera un bon nombre de livres qui seront signés de son nom. Par ailleurs, l’évolution de ce qu’il appelle “les industries du trivial” mène au constat d’une instrumentalisation massive et radicale de l’écriture, au service du capitalisme médiatique.

Aussi la figure de l’auteur renvoie-t-elle in fine à une forme de méditation presque intime, et relativement inquiète : puisqu’en écrivant des livres, on devient auteur, et que ce geste de publication participe de la “scénographie des savoirs légitimes”, peut-on rester neutre face à ce nouvel ordre culturel propre aux “industries des passages” qui, selon Yves Jeanneret, encourage “à l’idiotie au nom du principe bien connu et absolument fondé que les gens ne sont pas des idiots” ? (JEANNERET, 2008, p. 726). N’a-t-on pas la responsabilité de sonner l’alarme, quand on constate que les concepts mêmes des écrits d’écrans sont l’objet d’une “appropriation graduelle” et “littéralement spectaculaire” par les acteurs des industries “médiatisantes” ? (JEANNERET, 2008, p. 726). Peut-on encore, quand on analyse la communication, prétendre rester “au-dessus de la mêlée”, alors que “les lettrés eux-mêmes sont inclus dans le mouvement de ce qu’ils cherchent à comprendre et interroger ?” : “Désormais, les intellectuels – ou ceux qui ont pris leur place – ne sont ni organiques ni engagés, mais embarqués (embedded). Ils interviennent dans l’à-côté ou l’après-coup du geste d’innovation”. (JEANNERET, 2008, p. 719)

C’est déjà répondre à la question que de la poser ainsi. L’auteur de *Critique de la trivialité* assume une “position personnelle” qui se conclut par un dernier recours au potentiel herméneutique propre à la bibliothèque littéraire : “Je trouve que le paysage médiatique actuel a quelque chose de flaubertien. La prochaine surprise que nous réservent les médias serait-elle le sursaut suscité par le sentiment irrépressible de l’ennui et de la lassitude ?”

A parcourir cette bibliothèque jeanneretienne, la part littéraire de la théorie du trivial apparaît comme une note continue, sujette à toutes sortes de reprises et va-

riations. On pourrait, en toute cohérence, poursuivre ce parcours en analysant les formes de circulation auxquelles donne lieu la figure même de l'auteur Yves Jeanneret ; il a lui-même ébauché ce programme dans les premières pages hilarantes de *Critique de la trivialité*, qui restituent les débats suscités chez les contributeurs de Wikipedia par la proposition de créer une page à son nom. On trouverait dans ce travail exploratoire toute une série de noms entremêlés, qui rendent compte d'un horizon idéal de l'échange intellectuel selon Yves Jeanneret – une polyphonie donnant corps à une conception plurielle du savoir, où, contre une tendance contemporaine à promouvoir un “individualisme étroit”, se répondent des voix multiples – celles de tous ces auteurs qui peuplent les bibliothèques du savoir, celles d'hier et celles de demain, et participent à l'enrichissement permanent de notre mémoire collective.

### **Bibliographie**

JEANNERET, Yves; SOUCHIER, Emmanuël. Présentation, La “valeur” de la médiation littéraire. **Communication et langages**, n. 150, p. 35-44, 2006.

JEANNERET, Yves. Hermès au carrefour. Éléments d'analyse littéraire de la culture triviale, Essai pour l'habilitation à diriger les recherches. CHRISTIN, Anne-Marie. **Sciences des Textes et Documents (STD)**, p. 31, 1995-1996.

JEANNERET, Yves. Progrès et culture dans l'œuvre de Jean-Jacques Rousseau d'après Le Discours sur les sciences et les arts, Le Discours de l'inégalité, L'Essai sur l'origine des langues et la Lettre à d'Alembert. In.: FLEURET. **Progrès...** Université Paris-Sorbonne, 1974. p. 25.

JEANNERET, Yves. Le Théâtre de la Révolution de Romain Rolland. Dramaturgie révolutionnaire ou dramaturgie utopique ?, **ENS**, p. 3, 1978.

JEANNERET, Yves. “Effacement d'une figure : Romain Rolland”, **Cahiers de médiologie**, n.11, p. 52, 2001.

JEANNERET, Yves. **Les soleils meurent aussi**. Un demi-siècle de réception critique de l'œuvre de Romain Rolland en France (1898-1944). Thèse ( Doctorat de troisième cycle ). Paris : Université de la Sorbonne nouvelle-Paris 3, 1981-1982. p. 7.

JEANNERET, Yves. **Conversations racontées**. Mme de Lafayette, Stendhal, Flaubert, Proust, Paris, Quintette, p. 3, 1990.

JEANNERET, Yves. **Penser la trivialité**. La vie triviale des êtres culturels. Paris : Hermès/Lavoisier, 2008. p. 8.

JEANNERET, Yves. **Y a-t-il (vraiment) des technologies de l'information ?** Lille : Presses universitaires du Septentrion, 2006 [2000]. p. 107-109.

JEANNERET, Yves. Effacement d'une figure : Romain Rolland, **Les Cahiers de médiologie**, n. 11, p. 50, 2001.

JEANNERET, Yves. Les résurrections de l'auteur. Médias, médiations, figures, repris dans la **Revue E/C**, rivista dell'Associazione di Studi Semiotici on-line. Disponible sur [http://www.ec-aiss.it/index\\_d.php?recordID=290](http://www.ec-aiss.it/index_d.php?recordID=290). Consulté le 30 avril 2021.

SOUCHIER, Emmanuël; JEANNERET, Yves; LE MAREC, Joëlle. **Lire, écrire, récrire**. Objets, signes et pratiques des médias informatisés. Paris : Bibliothèque publique d'information, 2003. p. 13.

TODOROV, Tzvetan. Poétique. In.: WAHL, F. (Ed.). **Qu'est-ce que le structuralisme ?** Seui : Coll. Points, 1973 [1968]. p. 31.

# “Trace” e “traçabilité”: reflexões à luz do pensamento de Yves Jeanneret

Lidia Eugenia Cavalcante<sup>1</sup>

---

## 1 Introdução

*TRACE E TRAÇABILITÉ* 2 SÃO PALAVRAS QUE APRESENTAM VÁRIAS DEFINIÇÕES, múltiplos usos e possibilidades de apropriação. Por exemplo, se nos referimos à memória, às artes, à escrita ou mesmo a disciplinas como geografia ou biologia. Além disso, sua presença conceitual, epistemológica e pragmática está em diferentes dimensões, estudos e contextos no âmbito das ciências e da sociedade. Citemos os campos social, cultural, da história e da comunicação a título de ilustração.

Essas reflexões nos levam ao pensamento de Yves Jeanneret (2011) ao afirmar que a noção de traço é complexa e que, nas últimas décadas, muito tem sido o interesse de diversas áreas do conhecimento em estudar essa temática, incluindo-se a Ciência da Informação e a Comunicação. Jeanneret (2011, 2019) constata que a *traçabilité* da vida humana influencia cada vez mais a definição de identidade e de práticas culturais bem como os modos de produção, tratamento e circulação dos saberes por meio dos dispositivos. Assim, a escrita deste texto parte, inicialmente, das discussões de Jeanneret acerca do traço social como objeto de informação-comunicação contemporânea e suas evidências na sociedade, especialmente na obra *La fabrique de la trace* (2019). O autor salienta que não tem a intenção de propor uma teoria do traço, tendo em vista que outros pensadores, como Paul Ricoeur e Carlo Ginsburg, se dedicaram a essa abordagem de teor mais conceitual. Entretanto,

---

1 Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará. Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP/Marília. Contact: cavalcanteliadiaeugenia@gmail.com

2 Apesar da existência da palavra traço em língua portuguesa, na qual este texto foi escrito, em alguns casos, especialmente no contexto conceitual, usaremos o termo *trace*, em língua francesa, de modo a torná-lo o mais fiel possível às ideias discutidas por Yves Jeanneret, autor que inspirou as reflexões aqui apresentadas. O mesmo ocorrerá em relação à *traçabilité*, cujo sinônimo mais próximo em nossa língua é rastreabilidade.

to, suas contribuições para a compreensão desse fenômeno de estudo se tornam singular no universo das ciências humanas e sociais.

Dessa forma, à luz do pensamento de Jeanneret (2011, 2019) nos debruçamos, neste texto, sobre os usos, discursos e leituras que produzem ou ocultam saberes. Mais especificamente, como proposto no título, nos voltamos para a compreensão da presença dos “*traces-artefacts* produzidos pelo homem e exteriores a seu corpo [...]” (JEANNERET, 2011, p. 59). Nessa perspectiva, evidenciamos dois contextos nos quais os usos do termo “traço” são continuamente empregados e amplamente presentes na exterioridade humana: a mediação da cultura e da memória. Jeanneret salienta que os seus estudos acerca do traço se dedicam especificamente aos objetos e processos que dão conta da vida social e suas representações, isto é, os traços inscritos mediados por meio de um dispositivo.

Ao intencionar tecer os fios entre cultura e memória a partir dos traços humanos, partimos da compreensão de que a conexão entre ambas nos permite vislumbrar a materialidade dos artefatos produzidos pelos indivíduos. Tais artefatos se transformam em registros do conhecimento das manifestações identitárias, de linguagens, comportamentos e práticas cotidianas que também podem ser observados em sua imaterialidade, como relatos ou outros fragmentos da oralidade presentes na sociedade e que passam por um processo de inscrição.

## 2 Notas sobre “trace” e “traçabilité”

*Trace* e *traçabilité* estão inteiramente interligados com a memória e a cultura no que concerne às representações sociais. Da mesma forma, encontram-se presentes na vida humana contemporânea como marcas de identidade, vestígios familiares, trajetórias institucionais, somente para citar algumas dessas possibilidades.

Em contexto amplo, apenas com o intuito de compreender as diferentes interpretações que o termo carrega em si, vários são os sinônimos e os exemplos para explicar minimamente a definição de traço. O que impossibilita que haja um conceito único para compreensão do termo, pois segundo Jeanneret (2019, p.10), “há traços e traços”. Ao consultarmos dois dicionários, um de língua portuguesa e outro de língua francesa, alguns verbetes, em ambos, têm os mesmos significados, resguardando-se as diferenças vernáculas. Citemos: linha ou risco, ato de traçar, sinal, rastro, vestígio, marcas, pistas, passos ou uma imagem impressa. Notadamente, há uma clara referência às exterioridades humanas presentes na vida social e na cultura. Jeanneret (2019), nomeia o traço como um “*être culturel*” e salienta que o mesmo se configura como objeto de pesquisa necessário à complexidade dos estudos do conjunto de dispositivos, objetos, processos e discursos nas representações, tendo em vista tratar-se de uma construção social histórica.

De acordo com Galinon-Melénéc (2011), os usos do termo *trace* se desenvolvem em todos os espaços sociais, citando como exemplo a conservação de bens culturais considerados como traços principais da história da humanidade e, ainda, os traços digitais e de memória. Não se trata de um fenômeno novo, porém, há manifesta amplitude de estudos no presente. Segundo essa autora, nós vivemos em uma sociedade dos traços, particularmente, o século XXI incorpora, em toda a sua complexidade, as perspectivas antropológicas dos traços contemporâneos.

Os traços pertencem ao mundo, mesmo que surjam na forma de dizer, não se reduzem a questões de palavras. Mesmo que assumam uma forma linguística, esta perspectiva epistemológica implica colocá-los em relação com realidades externas, objetos, práticas, instituições, pessoas ... Linguagem, palavras e expressões de frase, não são consideradas como um objeto ou como um universo simbólico autônomo, mas como meio de acesso ao pensamento, ao mundo e ao que aí se passa. O escopo referencial da linguagem é essencial. (GUIGUE, 2012, p.66).

Por outro lado, se damos conta de uma *traçabilité* que é marca coletiva da cultura, também destacamos que há traços que são inteiramente individuais, como aqueles inerentes à identidade e à memória pessoal, ou seja, “[...] marcas da singularidade do sujeito em sua diferença absoluta.” como afirma Rinaldi (2008, p.60). Nessa perspectiva, podemos interrogar: quais os traços que nos distinguem em nossa unicidade e nos constituem enquanto sujeitos? Marcas corporais, contornos do rosto, experiências vividas, nomes? Para Ginsburg (1989, p.172), “[...] quanto mais a sociedade é complexa, tanto mais o nome parece insuficiente para circunscrever inequivocamente a identidade de um indivíduo.” Nas últimas décadas do século XIX, afirma Ginsburg (1989), essa preocupação se tornara evidente quando foram propostos novos sistemas de identificação, exigência advinda das lutas de classes. Desde então, as marcas individuais dos sujeitos vão necessitando cada vez mais de elementos identitários e combinatórios digitais e alfanuméricos de distinção e de registros. Notadamente, isso nos remete ao surgimento de grandes problemas no que concerne às classificações e métodos necessários para que se possa lidar com um volume cada vez maior de informações que se originam dessas produções de dados.

Sobre isso, Pollak (1992, p.3) assinala que,

Além dessas diversas projeções, que podem ocorrer em relação a eventos, lugares e personagens, há também o problema dos vestígios data-

dos da memória, ou seja, aquilo que fica gravado como data precisa de um acontecimento. Em função da experiência de uma pessoa, de sua inscrição na vida pública, as datas da vida privada e da vida pública vão ser ora assimiladas, ora estritamente separadas, ora vão faltar no relato ou na biografia.

Fica evidente que são as singularidades e as diferenças que constituem os traços humanos na representação das marcas da identidade e da cultura, assim como são as conexões e os elos entre os traços que fundamentam as sociedades em suas distinções de linguagens, manifestações, materialidade e representações no mundo. Entretanto, “cada sociedade observa a necessidade de distinguir os seus componentes, mas os modos de enfrentar essa necessidade variam conforme os tempos e os lugares.” (GINSBURG, 1989, p.171). É importante reconhecer que os seres humanos passam por acontecimentos em todos os momentos da sua vida, que são resultantes das interações provenientes de sistemas complexos, individuais, familiares e sociais, eventos que deixam vestígios conscientes ou inconscientes no seu corpo físico, em sua representação no mundo, no seu comportamento em geral e em sua linguagem em particular. (GALINON-MELÉNÉC, 2011).

No campo da informação e da comunicação, fica evidente a presença das marcas e vestígios da presença humana nos registros produzidos, bem como a sua representatividade. Nessa perspectiva, Jeanneret (2011, p.61) destaca que “o traço é um objeto inscrito em uma materialidade que percebemos em nosso meio externo e dotada de um potencial de significado particular [...], a capacidade no presente de referir-se a um passado ausente, mas postulado.” Podemos conceber a fotografia como esse “objeto inscrito”, um signo visual que nos permite interpretar uma época e interagir com o passado por diversas vias interpretativas em função daquilo que é retratado, pois, para o autor, a fotografia é uma arte do traço. “Em suma, o traço expressa a ideia de uma materialidade afetada por um fenômeno [...] sem se limitar ao domínio visual.” Jeanneret (2011, p.61). Se faz necessário, portanto, interrogar tal materialidade e seus significantes, tendo em vista que há elementos em um retrato, quadro ou outros tipos de imagens e suas atribuições para além do que é dado a ver e que cada objeto porta em si seus próprios traços e possibilidades de leitura.

Ginsburg (1989), ao discorrer sobre a essencialidade da interpretação dos vestígios presentes na vida humana desde tempos remotos, nos apresenta alguns exemplos de um processo histórico que nos permitem essa compreensão. Citemos os rastros deixados pelos animais para o homem primitivo caçador que aprendeu a reconstituir, interpretar, registrar e classificar as formas e os movimentos dos animais por meio de pegadas deixadas na lama ou mesmo pelos ramos quebrados

e odores estagnados, dentre outros sinais. Desde então, a presença dos traços se tornou indispensável para a produção de diversas formas de saberes no desenvolvimento das sociedades. Muitos desses saberes, pautavam-se em conhecimentos oriundos da observação, da voz, dos gestos, dos olhares etc.

[...] fundamentavam-se sobre sutilezas certamente não-formalizáveis, frequentemente nem sequer traduzíveis em nível verbal, constituíam o patrimônio em parte unitário, em parte diversificado, de homens e mulheres pertencentes a todas as classes sociais. Um sutil parentesco as unia: todas nasciam da experiência. Nessa concretude estava a força desse tipo de saber, e o seu limite – a incapacidade de servir-se do poderoso e terrível instrumento da abstração. (GINSBURG, 1989, p. 167)

Após essa análise, Ginsburg (1989) salienta a diferença entre a interpretação dos vestígios deixados na natureza e os traços da cultura (por exemplo análise de escrituras, posturas ou discursos), ou seja, marcas de permanência. Diferença essa a qual ele considera fundamental para a compreensão do paradigma indiciário em sua complexidade e os métodos de empregá-lo.

Em uma sociedade marcada por traços, suas representações e transformações culturais, sob certas condições, a presença de um dispositivo material, ao ser submetido a um esquema temporal e espacial, pode passar por diferentes leituras e releituras. No âmbito dessa análise, lembremos da materialidade dos textos produzidos na Idade Média. O material a ser empregado como suporte de escrita estava inteiramente ligado ao tipo de texto e à sua utilização e público. Por exemplo, obras religiosas e sagradas exigiam maior qualidade material. Assim como os textos populares e outros considerados vulgares, devido à escassez de material, eram copiados em pergaminho reutilizado, chamados de *palimpsestos*. “Muitas obras, memória de gerações que hoje constituem mistério, se perderam desse modo, embora alguns palimpsestos, quando identificados e submetidos a técnicas de ressurreição da escrita, viabilizem a recuperação de textos clássicos até então desconhecidos.” (PINHEIRO, 1999, p.71). Certos escritos como traços das atividades humanas e sua presença no mundo tornam-se “um processo muito complexo que acumula uma série de mediações de natureza heterogênea.” (JEANNERET, 2011, p.61).

O paradigma indiciário presente na cultura do escrito reside e resiste, ao longo da história, nas pistas, marcas e vestígios deixados nas ações humanas e no desejo de tudo registrar e de criar dispositivos materiais de informação e de comunicação. Estamos nos reportando à materialidade do traço, a qual se refere Jeanneret (2011). Por outro lado, pensemos também na ausência de traços ou apagamento volun-

tário de vestígios (GALINON-MELÉNÉC, 2011), a exemplo dos *palimpsestos*, citados anteriormente, para que novos escritos fossem produzidos. Nesse caso, a descontinuidade do que fora registrado por meio do apagamento da memória registrada também pode se constituir em uma forma da presença de traços, mesmo com a sobreposição de informações em um dispositivo, que vai dar ao pesquisador múltiplas formas de abordagens e análises.

No contexto atual, se por um lado há uma preocupação excessiva com a produção de dados para comunicar e torná-los permanentes; por outro, temos que lidar com as manifestações de uma sociedade sob contínua vigilância (JEANNERET, 2011). Ou seja, o potencial da *traçabilité* humana é um poderoso vetor de comunicação no contexto da *inscrição* e da materialidade documental. E, ainda, um excelente instrumento de poder, controle e monitoramento dos corpos e comportamentos. (GALINON-MELÉNÉC, 2011). Com essa afirmação, entendemos que é necessário interrogar os usos e sentidos dos traços na sociedade e suas diversas esferas de aplicação.

### **3 A fabricação do traço-artefato na intencionalidade da memória**

Certos artefatos, produzidos como registros, nos levam a percorrer as manifestações humanas presentes na construção da cultura, em determinada época ou espaço geográfico por meio da memória inscrita. Eles nos conduzem a uma identificação e parecem certificar os atos e os eventos das exterioridades dos indivíduos e de seus traços no decorrer do tempo. É o caso, por exemplo, das fotografias, dos filmes, dos registros sonoros, dos cartões postais, dos mapas, dos monumentos e das obras arquitetônicas. Muitos desses registros, presentes nas coleções de arquivos, bibliotecas ou museus, nos permitem compreender a travessia entre uma época e outra e as especificidades dos momentos históricos, inclusive no contexto das ideologias e do poder vigente em um dado período, tanto na produção e reprodução do conhecimento quanto no que concerne à representatividade social, cultural, econômica e política.

Pollak (1992), reflete sobre a ligação entre memória e identidade social ressaltando o campo de pesquisa referente à história oral. O autor cita o caso do uso metodológico da entrevista pessoal e afirma que o que se recolhe são vestígios individuais de histórias de vida. “*A priori*, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa.” (POLLAK, 1992, p.2). Entretanto, a memória também é um fenômeno social, construído ou incorporado coletivamente, que passa por transformações e mudanças e, muitas delas, se submetem a flutuações, sobretudo nos tempos atuais, quando submetida ao fenômeno da midiaticização, que interfere na leitura e representações do mundo social e da cultura.

Pollak (1992, p.2) adverte que,

Se destacamos essa característica flutuante, mutável, da memória, tanto individual quanto coletiva, devemos lembrar também que na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis. [...] É como se, numa história de vida individual - mas isso acontece igualmente em memórias construídas coletivamente, houvesse elementos irredutíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças. Em certo sentido, determinado número de elementos torna-se realidade, passam a fazer parte da própria essência da pessoa, muito embora outros tantos acontecimentos e fatos possam se modificar em função dos interlocutores, ou em função do movimento da fala.

Ao afirmar que a memória é um fenômeno socialmente construído, Pollak (1992) nos apresenta uma reflexão acerca dos vestígios produzidos na *traçabilité* da memória, que também vale para a compreensão da construção da cultura. Recorremos, então, a uma produção cinematográfica brasileira recente para auxiliar na leitura dos vestígios coletivos e fabricação dos traços-artefatos presentes na representação simbólica de não-apagamento por meio de dispositivos midiáticos.

*Bacurau* (2019) é um filme brasileiro, escrito e dirigido por Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles. Narra um episódio fictício futurista, com traços do passado, ocorrido numa pequena cidade do sertão pernambucano. A história se inicia com a morte, velório e o emblemático cortejo funeral da personagem Carmelita, com 94 anos, que representa o ícone da memória coletiva local. Paralelamente a esse evento, o pequeno povoado descobre, por meio de uma busca em um mapa virtual, realizada durante uma aula na escola local, que a cidade desapareceu, não mais aparece na representação geográfica. Em ambos os episódios, identificamos duas formas simbólicas, representativas e distintas de possibilidades de apagamento dos vestígios da memória e da permanência dos rastros. Uma, pela morte da memória-humana, outra pelo apagamento na representatividade do mundo virtual. Esses eventos são a mola propulsora que desencadeia uma história de resistência contra o desaparecimento. Em meio a esses acontecimentos, a população começa a ser atacada violentamente por forasteiros cujo objetivo é a realização de um jogo violento de assassinatos que levem ao apagamento definitivo de *Bacurau*, o que se constituiria como a vitória do vencedor da competição.

São muitas as possibilidades de leituras e releituras identificadas no longa-metragem, principalmente com referência às questões políticas, ideológicas, de

colonização e de crítica social presentes na história brasileira. Por outro lado, a paradoxal relação entre o atraso que se observa na ausência de políticas públicas, exemplificada na contínua falta d'água no sertão nordestino e a conectividade local da comunicação pelo acesso à internet e à telefonia móvel. Neste texto, entretanto, nos deteremos mais especificamente ao que concerne aos traços-artefatos da memória, objetivo central de nossas reflexões.

Os traços da memória em *Bacurau* se fazem presente especialmente por duas vertentes: a primeira, pela valorização da história oral individual, que parece desaparecer um pouco com a morte de Carmelita e; a segunda, construída coletivamente pelos traços-artefatos na existência de um museu local, o qual abriga um acervo fotográfico, objetos e matérias de jornais antigos que fazem referência à presença do cangaço na região sugerindo um passado de luta e resistência. É marcante a manifestação simbólica do museu da cidade pelo desejo de inscrição e compartilhamento da memória, daquilo que se tornou opaco nas práticas sociais vividas e esquecidas, muito comum nas sociedades contemporâneas, especialmente no que concerne às populações vulneráveis. Como podemos perceber, não se trata apenas de um desejo de tudo registrar, mas do ato de tornar visível no presente uma memória invisível que se construiu pela resistência.

No filme, dois fatos marcam a presença do museu em *Bacurau*. O primeiro é que, durante a visita dos forasteiros ao local, a visitante questiona ao menino que atende: “quem nasce em Bacurau é o que? Ao que ele responde: “é gente”. O segundo, refere-se ao fato de que, durante o violento ataque que a comunidade sofre, o museu é escolhido como lugar de esconderijo, assim como a escola, numa analogia à importância das lutas históricas e de resistência vivenciadas por eles, simbolicamente ali representadas por seu acervo e pela importância do registro da memória e a disseminação do conhecimento às gerações futuras.

Ao mencionar a *figura social* como noção da mediação, Jeanneret (2009, p.27) entende que,

Um texto, uma figura, uma interface de recuperação de informação, por exemplo, geram representação, isto é, fornecem uma mediação à nossa experiência. Eles são aparatos de representação [...]: conferem existência tanto a uma concepção de realidades sociais (“*effet de sujet*”) quanto a uma postura para sua percepção.

Há uma marcante alegoria de que a história importa, independente de quem a viveu, e quem a constrói é gente, a partir de suas experiências do passado. Outro ponto a ressaltar na presença do museu de *Bacurau* é que não há uma tentativa de

romancear as histórias ali vividas, e sim de expressar um sentimento de pertença e de identidade coletiva que são marcas de um fazer que nasce da resistência sob o impacto do medo do desaparecimento e o fato de que a memória preservada é uma forma de demarcação do território sob ameaça do apagamento e das diversas fraturas identitárias. Essa narrativa fílmica apresenta marcas heroicas contraditórias de disputas e conflitos. Se, por um lado, os rastros de sangue e de morte deixados no desfecho da trama parecem configurar cenas marcantes de violência; por outro, se reporta à história nordestina de revoltas marcadas por atos considerados heroicos e revolucionários para uns e de rebelião por outros, retratados em diversas adaptações para o cinema.

A escrita da história tem se apropriado da literatura e das narrativas fílmicas e suas possibilidades para problematizar a história cultural e suas representações. Citemos Canudos, movimento liderado por Antônio Conselheiro, ocorrido entre 1893 e 1897, no interior da Bahia, cujas consequências ideológicas, econômicas e políticas levaram a um massacre. O evento foi retratado na obra literária *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, publicado em 1902 e, no cinema, intitulado *Guerra de Canudos*, lançado em 1997, com direção de Sérgio Resende.

*Bacurau* não tem a pretensão de retratar nenhum evento histórico específico e narra acontecimentos com característica de ficção. Porém, os traços da trama apresentada refletem marcas da história cultural nordestina, que podem ser evidenciadas tanto nos conflitos de Canudos quanto nos registros históricos do cangaço – movimento ocorrido no sertão nordestino na primeira metade do século XX.

*Bacurau* é uma produção artística, uma forma de contar a história da *traçabilité* humana sob um ou diferentes pontos de vista no campo da arte. Os acontecimentos narrados no filme nos revelam tanto a necessidade de preservação da memória em sua forma mais humana por quem as viveu quanto, contraditoriamente, o desejo ditatorial do apagamento dos traços das heranças que não representam o colonizador e suas ideias de desenvolvimento. “Distância que só se aprofundou à medida em que os homens foram conhecendo como seu um poder e mesmo um dever de mudança, sobretudo a partir de tempos modernos. Distância que chega hoje num ponto convulsivo.” (NORA, 1993, p.8)

Nessa ótica, o filme nos remete a um duplo olhar acerca da materialidade e exterioridade dos traços da memória, que nos auxilia a problematizar questões em torno da *traçabilité* social e cultural, ou seja, uma forma de revelar situações invisíveis na história social. Desse entendimento, podemos questionar: é possível fazer desaparecer os vestígios humanos? Será que a sua inscrição em dispositivos é suficiente para garantir a sua permanência? Pensemos em Canudos, a história do cangaço e Bacurau. Esses eventos, reais ou fictícios, assumem papel na sacralidade

da memória. Por um lado, as expectativas depositadas sobre a necessidade de tudo registrar, sob pena da não-preservação e do esquecimento; por outro, o processo que implica na liberdade interpretativa dos fatos e acontecimentos vividos que constroem identidade e cultura.

Se assimilamos aqui a identidade social à imagem de si, para si e para os outros, há um elemento dessas definições que necessariamente escapa ao indivíduo e, por extensão, ao grupo, e este elemento, obviamente, é o Outro. Ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. (POLLAK, 1992, p. 5)

Nos reportamos, novamente, à noção de *trace* apresentada por Jeanneret (2011), como referência a algo inscrito em sua materialidade e a capacidade de ligá-lo a um passado ausente, que é afetada por um fenômeno. O autor destaca como aspecto do traço: um objeto percebido no campo espacial que carrega em si um esquema temporal no qual se recolhe e interpreta vestígios ao longo do tempo. Ao interrogar os traços no contexto cultural, a presença da informação e da comunicação não deixa passar despercebida a importância da mediação no campo da cultura e seus contextos. Assim,

É preciso utilizar a mediação como uma categoria analítica, a fim de descrever exatamente o contexto material, as produções semióticas, bem como as formas de interações. A forma pela qual o status da leitura é elaborado numa sociedade baseia-se numa rede semelhante de valores, de papéis sociais e de formas simbólicas. (JEANNERET, 2009, p.26).

*Bacurau* nos permite identificar a passagem do traço presente no mundo físico para o mundo social e do espaço de observação direta à mediação por meio de seus dispositivos e atores no âmbito da informação, da comunicação e da documentação. (JEANNERET, 2019). Ou seja, o filme, enquanto dispositivo midiático, porta um conjunto de representações de práticas sociais, que asseguram a mediação do traço humano. Vale salientar que como *médiation*, Jeanneret (2019) designa o ato

social pelo qual o objeto pode ser recuperado, coletado, interpretado e partilhado; enquanto a *médiatisation* determina o fato de que o ato passa por um dispositivo material e técnico.

#### 4 Considerações finais

As reflexões aqui apresentadas acerca da noção de traço não têm a pretensão de se tornarem exaustivas, tendo em vista a complexidade do tema. Salientamos, entretanto, que se trata de um objeto de pesquisa sobre o qual ainda há muito a acrescentar. Neste caso, o estudo da obra de Yves Jeanneret é incontornável, tendo em vista as contribuições que o autor apresenta, especialmente sobre o debate acerca das produções relativas ao estatuto do traço mediado e midiaticizado da vida social e os atos de leitura sobre ele, manifestos na sociedade.

Ao ler *La fabrique de la trace*, o leitor/pesquisador entra em contato com um inquietante diálogo sobre construção e desconstrução da leitura dos traços humanos nas formas de produção, discursos, usos e análises de dispositivos midiáticos, que permitem qualificar tal materialidade como traços sociais. O livro é fruto da interlocução de Jeanneret com uma constelação de autores e disciplinas, especialmente do campo das ciências sociais, contemporâneos ou não.

Uma das vantagens em se estudar temática tão complexa como essa, a partir de um olhar tão questionador e envolvente como o de Jeanneret, é vislumbrar diferentes possibilidades de problematização e de apropriação e usos, para além da questão conceitual, sobretudo no que concerne à mediação e à midiaticização. O autor instaura uma instigante discussão sobre o traço enquanto “*un être culturel*” cuja compreensão está no fato de que é necessário apreendê-lo a partir da complexa construção cultural no âmbito das representações e das práticas sociais.

#### Referências

GALINON-MÉLÉNEC, Béatrice. Epistémologie de la notion de trace. In. :

GALINON-MÉLÉNEC, Béatrice, ZLITNI, Sami, LIÉNARD, Fabien. **L'homme Trace**. Inscriptio corporelles et techniques. Paris : CNRS Editions, 2011. p. 9-27.

GALINON-MÉLÉNEC, Béatrice, ZLITNI, Sami, LIÉNARD, Fabien. **L'homme Trace**. Inscriptio corporelles et techniques. Paris : CNRS Editions, 2011.

GINZBURG C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In GINZBURG C.

**Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-180.

GUIGUE, Michèle. L'émergence des interprétations : une épistémologie des traces.

**Les Sciences de l'éducation** - Pour l'Ère nouvelle, v. 45, n. 4, p. 59-76, 2012.

JEANNERET, Yves. **La fabrique de la trace**. London : ISTE Editions, 2019.

JEANNERET, Yves. Complexité de la notion de trace. De la traque au tracé. In. : GALINON-MÉLÉNEC, Béatrice, ZLITNI, Sami, LIÉNARD, Fabien. **L'homme Trace**. Inscription corporelles et techniques. Paris : CNRS Editions, 2011. p. 59-86.

JEANNERET, Yves. A relação entre mediação e uso no campo de pesquisa entre informação e comunicação na França. **RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, v.3, n.3, p.25-34, set., 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, v. 10, p.7-28, dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PINHEIRO, Ana Virginia. Da sacralidade do pergaminho à essência inteligível do papel. In.: DOCTORS, Márcio. **A cultura do papel**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999. p.66-80.

RINALDI, Doris. O traço como marca do sujeito. **Estudos de Psicanálise**, Salvador, n. 31, p. 59-63, 2008.

# Mediações, usos e apropriações: considerações sobre a cultura dos algoritmos e a tecnodiversidade

Marco Antônio de Almeida<sup>1</sup>

---

## 1 Introdução

ESTE TEXTO PROPÕE UM DIÁLOGO COM AS REFLEXÕES EM TORNO DE DOIS CONCEITOS: “médiation” (mediação) e “usage” (uso), que Yves Jeanneret tece, em um artigo de 2009, na perspectiva do “compartilhamento de conhecimento e de objetos culturais na sociedade (que buscam analisar os dispositivos, as práticas, os discursos por meio dos quais os saberes e os valores culturais circulam entre espaços sociais diferentes)” (JEANNERET, 2009, p. 25-26).

A mediação e o uso não possuem papéis equivalentes, e, nesse artigo, ele busca compreender como aparecem, conflituosa ou sinergicamente, em um território específico, que é o das práticas de escrita. Nosso diálogo com suas reflexões permanece no campo das práticas comunicacionais e informacionais, e que também envolve práticas de escrita, mas procura alargar e atualizar as questões relacionadas à apropriação cultural das tecnologias de informação e comunicação – ou, utilizando o termo mais caro a Jeanneret, a questão das mídias.

## 2 Mediações, usos e a questão da apropriação

No texto que elegemos como base para o diálogo, Jeanneret (2009) analisa a relação entre mediação e uso no campo de pesquisa em informação e comunicação na França. No caso do conceito de mediação, ele aponta tratar-se de uma noção profundamente discutida entre os pesquisadores. Como categoria antropológica, por exemplo, a ideia de mediação transmite um conceito de cultura (vide as diversas concepções apontadas por Davallon, 2007). Diferentes atores e, mais recentemente, dispositivos, transformaram a ideia de mediação em uma realidade profissional e política. Independentemente do contexto, nenhum destes gestos deixa de

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciência da Informação. Professor – Universidade de São Paulo (USP). Contato: marcoaa@ffclrp.usp.br.

transmitir uma dimensão simbólica aos atos sociais: “eles prosseguem delineando objetos, definindo relações com a cultura, fomentando posturas, legitimando normas.” (JEANNERET, 2009, p. 26). Já a noção de uso provém dos estudos relacionados a uma sociologia da mídia (pesquisa administrativa, pesquisa de usos e gratificações). Incorporou-se aos estudos de inovação técnica (dispositivos telecomunicativos, hoje TIC) e pela abordagem crítica dos poderes culturais, com pesquisas cujo objetivo era tornar visível a parte “invisível” das culturas comuns (Certeau, 1994). Aqui, Jeanneret manifesta uma certa surpresa em relação a como a noção de uso ofuscou a noção de práticas.

No cotejo entre os dois conceitos, Jeanneret aponta que a mediação constitui, por meio da descrição das formas materiais, produções semióticas e interações entre atores, uma categoria para a compreensão dos processos culturais/infocomunicacionais. Já em relação ao “uso”, ele afirma que seu emprego é problemático, mostrando que, mesmo não querendo reduzi-la simplesmente à técnica, demonstra ainda assim um forte viés de funcionalidade: “ao escapar do campo das práticas culturais para aquele da apropriação mais ou menos fácil de objetos técnicos inovadores, a palavra “uso” perdeu em exatidão o que ganhou em popularidade” (JEANNERET, 2009, p. 28) Para ser cientificamente mais proveitoso, o emprego do conceito de uso deveria se voltar não para os “usos da informação”, mas para as práticas informacionais de atores sociais defrontados com aparatos e artefatos produzidos por outras pessoas. Incorrem aqui questões de ponto de vista e de escala, de empiria e visibilidade, de abstração e invisibilidade.

Jeanneret destaca que o termo “abordagem sócio-técnica” dos usos não resolve o problema de instrumentalização da análise. A abordagem dos objetos, reduzida a uma combinação pura de lógica social e propriedade técnicas, deixa de lado que eles são *mídia*, ou seja, objetos que não apenas reúnem realidades sociais como também as geram: “esses objetos são mídia: é claro que são artefatos, mas artefatos particulares que não somente moldam como os seres humanos dominam as forças naturais, mas também os meios de representação. Então somos levados de volta às mediações” (JEANNERET, 2009, p. 29) É nesse sentido que ele reflete acerca da “figura social de mediação”: a ligação às formas sociais, semióticas e técnicas leva a uma compreensão específica de questões sociais e políticas. A análise das mediações faz emergir atores que seriam negligenciados por uma abordagem puramente acadêmica da cultura. Desse modo, atinge-se uma elucidação da “operatividade” simbólica e social dos dispositivos e contextos comunicacionais, e dos papéis e envolvimento sociais que geram. Ao se apresentarem como “aparatos de representação” (textos, imagens, interfaces de comunicação) fornecem uma mediação à experiência das pessoas, conferindo tanto existência à concepção de realidades

sociais como uma postura, um “protocolo” para a sua recepção: “o livro dá existência ao leitor, a fotografia à testemunha, as plataformas colaborativas ao engenheiro social.” (JEANNERET, 2009, p. 27)

Ora, é no desvendamento dos mecanismos de “operatividade” simbólica e social dos dispositivos e contextos comunicacionais, e consequentemente, dos envoltórios e papéis sociais que pressupõem, que se inscreve a temática da apropriação social/cultural dos bens culturais e das tecnologias. Em *A invenção do cotidiano*, Michel de Certeau (1994) desenvolve uma concepção que pressupõe um consumo cultural ativo por parte dos sujeitos, indo na contracorrente das teorias acerca da indústria cultural que defendiam que os públicos seriam modelados pelos produtos que lhes eram impostos. A crítica a essas concepções acerca da assimilação dos bens culturais pelos sujeitos implicava que os sujeitos tomariam esses bens culturais como próprios, que se apropriariam deles. No desenvolvimento desse raciocínio, ele aponta as atividades de escritura-leitura como centrais, postulando que toda leitura modifica em alguma medida o seu objeto (embora reconheça que a autonomia do leitor esteja condicionada por uma série de relações sociais). Para ilustrar essa perspectiva, Certeau recorre ao modelo de bricolagem proposto por Lévi-Strauss, ou seja, um arranjo feito com o que se tem à mão, uma produção não relacionada com um projeto pré-existente, que reajusta os resíduos de construções e destruições anteriores. Assemelhado à figura do *bricoleur*, esse leitor-escritor/consumidor cultural se apropriaria da cultura por meio de estratégias (vinculadas à existência de um lugar próprio, circunscrito, apto a servir de base para gerir as relações de força) ou de táticas (ações de “guerrilha”, desvinculadas de um lugar próprio, uma arte de aproveitamento das circunstâncias).

Inspirado por Certeau, Henry Jenkins (2009) propõe a ideia de uma “cultura da convergência”, incorporando e adaptando as concepções relativas às dinâmicas culturais e sociais pelas quais indivíduos e grupos se relacionariam com os conteúdos culturais na sociedade contemporânea. Jenkins, em seus trabalhos iniciais, conclui que a cultura do fandom<sup>2</sup> não provava que todos os públicos eram ativos, mas comprovava que nem todas as audiências eram passivas. Nesse momento, alguns conceitos ainda estavam em desenvolvimento (tanto do ponto de vista teórico como prático), como os de “redes sociais” e de “inteligência coletiva”, que seriam importantes no posterior desenvolvimento de suas ideias, que irão se consolidando

---

2 A cultura de fandom é um tipo de cultura que envolve produtos, hábitos e rituais de troca ativamente produzidos, em geral de forma colaborativa, por fãs e outros amadores de determinados bens culturais para a circulação em circuitos de nicho e/ou underground, e cuja maior parte do conteúdo é extraída da cultura comercial vigente.

em direção à formulação de uma concepção de cultura participativa, desenvolvida em *Cultura da convergência*, lançada originalmente em 2006. Nessa obra ele defende que vivemos um momento de colisão entre novas e velhas mídias, entre produtores e receptores, relacionando três conceitos. O primeiro é a própria ideia de convergência dos meios de comunicação, considerada na perspectiva mais propriamente técnica, a partir da emergência e consolidação da tecnologia digital e das possibilidades de conversão de conteúdos e linguagens distintas em arquivos informacionais. O segundo conceito seria o de cultura participativa, envolvendo trocas e colaborações entre os atores/consumidores, potencializadas graças às características interativas dos novos meios. E, finalmente, a ideia de inteligência coletiva, apropriada da abordagem de Pierre Lévy.

Jenkins compreende a mídia a partir de dois níveis: um 1º nível propriamente “técnico”, composto pelos meios de comunicação em si, e um 2º nível, constituído pelo conjunto de protocolos associados às práticas sociais/culturais que definem seus usos. A convergência envolve, portanto, uma transformação nas formas de produzir e nas maneiras de “consumir” os meios de comunicação. O foco estaria nas mudanças de “protocolos”, mais que nas mudanças tecnológicas em si. Esse modelo considera que novos meios não substituem ou eliminam simplesmente os antigos, mas que reconfiguram seus lugares no ecossistema da mídia. Essa perspectiva sintoniza-se com o que Jeanneret denomina de uma “mediação memorial”, a presença e reelaboração de um conjunto mais amplo presente na memória dos usuários. Assim, não se pode reduzir a tecnologia digital à engenharia de software, na medida em que ela funciona fortemente como uma “recicladora de mediações”. A assimilação de um objeto mediacional não implica automaticamente em dominar o significado do ato de mediação, já que os softwares difundem constantemente, em vários domínios, disciplinas intelectuais que haviam sido elaboradas e concebidas em contextos restritos. (JEANNERET, 2019)

Jenkins se afasta de uma visão puramente ufanista ou tecnicista, que considera apenas o papel da tecnologia nas mudanças sociais, ao afirmar que “a convergência não ocorre por meio de aparelhos, por mais sofisticados que venham a ser. A convergência ocorre dentro do cérebro de consumidores individuais e em suas interações sociais com os outros” (JENKINS, 2009, p. 30). As diferenças entre as mídias decorreriam antes de decisões políticas do que das características tecnológicas propriamente ditas – assim, ao analisar as mudanças no contexto comunicacional, afirma que a digitalização estabeleceu as condições para a convergência, mas que foram os conglomerados corporativos que criaram o seu imperativo.

O que emerge dessa análise é a figura do *prosumer* (neologismo oriundo da combinação das palavras produtor e consumidor). Essa concepção considera que,

potencialmente, os indivíduos na sociedade em rede tornaram-se capazes, com as ferramentas disponíveis, de se constituírem como produtores de conteúdo, num processo dialógico envolvendo os conteúdos simbólicos e outros sujeitos. Essa possibilidade estabeleceria um ciclo contínuo entre os papéis de emissores/receptores das mensagens, conferindo-lhes, então, a simultaneidade entre produção e consumo – embaralhando, consideravelmente, o que tradicionalmente compreendemos como “usuários”, “consumidores” ou “público”. Voltando a Certeau, é como se as pessoas pudessem lançar mão ao mesmo tempo de “táticas” e “estratégias” a partir da apropriação dos dispositivos tecnológicos. O perfil do *prosumer* realça o papel ativo das audiências/públicos, que foi tornando-se cada vez mais comum, com uma forte contribuição das mídias sociais no processo. Os críticos de Jenkins costumam apontar uma certo otimismo ingênuo nessa perspectiva, mas o próprio autor lembra que está tratando com o potencial da convergência em permitir aos usuários novas formas de controlar seu acesso às mídias e seus conteúdos, bem como produzir e distribuir outros conteúdos produzidos por eles, mas os resultados tanto podem ser criativos como catastróficos: “num futuro próximo, a convergência será uma espécie de gambiarra – uma amarração improvisada entre as diferentes tecnologias midiáticas – em vez de um sistema completamente integrado.” (JENKINS, 2009, p. 45). Além disso, há que se considerar a desigual distribuição de habilidades e competências – técnicas, culturais e cognitivas – para operar os recursos dos mídia e da internet.

No atual cenário cultural é possível observar dois processos simultâneos: de um lado, ampliação das possibilidades de consumidores/internautas acessarem, apropriarem-se e modificarem conteúdos culturais; de outro lado, o aumento exponencial da concentração de propriedade dos meios de comunicação comerciais, formando grandes conglomerados que controlam as plataformas e aplicativos mais utilizados. Questão: rumamos para um mundo com mais ou menos “controladores” dos fluxos de informação e conhecimento, com maior ou menor acesso aos conteúdos culturais?

### **3 Cultura dos algoritmos e tecnodiversidade**

O fenômeno da explosão dos dados, o *Big Data*, ensejou a concepção de uma “cultura dos algoritmos”, que busca dar conta das consequências das decisões tomadas de forma automática por parte de aplicativos, disseminados por todo o mundo, inflexionando não apenas a tecnologia, mas também a cultura, a economia e a política contemporâneas. Esta realidade apoia-se em um imaginário social constituído por “reservatórios de dados”, estoques de informação dos usuários, minas a serem exploradas, num paralelo com o extrativismo dos recursos naturais, e

que se enraizou no senso comum cotidiano (muito embora a produção de dados seja muito diferente de como a Natureza produz seus recursos). Outra imagem recorrente é a do “compartilhamento”, a cessão voluntária das informações por parte das pessoas, ação sobre a qual os conglomerados tecnológicos, e mesmo empresas menores, concentram seus esforços publicitários. Essa seria a primeira etapa para a construção de uma utopia comunitária de melhores serviços, de construção de conhecimentos e de partilha de “experiências”. Assim, não compartilhar dados passou a constituir o verdadeiro pecado capital dos tempos correntes (BEZERRA; ALMEIDA, 2020).

Obviamente, este “extrativismo de dados” possui consequências econômicas, políticas e socioculturais. No campo econômico, vemos riquezas imensas sendo acumulada por um punhado de investidores e gigantes empresariais. No setor público, a reforma de grandes sistemas, como os de saúde, educação, administração pública ou previdência envolve a intermediação dos provedores de serviços digitais, acenando com a economia de recursos, mas com a contrapartida de perda de controle político e de governabilidade sobre decisões que passaram a serem exercidas “tecnicamente” pelos algoritmos. Como alerta Morozov, “deveríamos fazer um balanço dos fatores estruturais que levam os governos e outras instituições públicas às mãos dessas grandes empresas de tecnologia” (MOROZOV, 2018, p. 168).

Outro ponto explorado por Morozov é o da penetração dessa “cultura dos algoritmos” na disseminação das *fake news*. Embora notícias falsas sejam difundidas há muito tempo, agora, entretanto, elas circulam no meio digital com maior facilidade e velocidade pelo fato de se adequarem bem aos modelos de negócio baseados em cliques, fundamentados na lógica do extrativismo de dados. A naturalização dessa lógica pelo senso comum gerou, como forma de reação à disseminação das *fake news*, o reforço da confiança nas grandes empresas de tecnologia, atribuindo-lhes o papel de identificar e distinguir o que é falso do que é verdadeiro. O paradoxo reside no fato de que isso só poderia ser realizado pela utilização dos próprios algoritmos, um processo no qual já demonstraram particular incompetência (recoremos os recorrentes casos equivocados de distinção entre fotos artísticas e fotos pornográficas realizadas pelo *Facebook*). As expectativas depositadas sobre esse controle algorítmico “neutro” politicamente imposto “é parte de um esforço maior de recrutamento de tecnologias preditivas – aproveitando o enorme volume de dados já acumulados – em nome do controle e da vigilância” (MOROZOV, 2018, p. 170).

Estes elementos que compõem a cultura dos algoritmos alinham-se ao argumento de Eli Pariser (2012), de que a informação que agora consumimos nem sempre é a informação que realmente necessitamos ou que julgamos melhor para nós. Para descrever esse fenômeno ele popularizou o termo “bolha de filtros” (*filter*

*bubble*), ou filtros invisíveis – o conjunto de mediações que filtra as informações que chegam até nós, baseadas em princípio por nossas preferências e interações e controlado pelos algoritmos. Embora reconheça certas vantagens desse procedimento, sua preocupação consiste no fato de que o processo é invisível para os usuários e fora de seu controle: “(...) a internet talvez saiba quem somos, mas nós não sabemos quem ela pensa que somos, ou como está usando essas informações” (PARISER, 2012, p. 193). Na sua perspectiva, o ideal seria um equilíbrio entre os conteúdos familiares e aqueles que alimentassem nosso cérebro, nossa criatividade, permitindo-nos uma visão de mundo mais permeada pela diversidade de opiniões e pontos de vista. Em sua configuração atual, a própria arquitetura de muitas redes sociais é determinante para nos encastelar em nossos universos autocentrados. A tecnologia que deveria nos proporcionar mais controle sobre nossas vidas, em realidade está provocando o efeito inverso.

Essa situação nos remete ao debate entre Foucault e Certeau (relembrado por Jeanneret) acerca da importância dos aparatos, e sobre não os assimilar à uma sujeição *a priori*, apontando a importância de recuperar essa perspectiva para os estudos e análises das mediações ligadas aos processos de informação e comunicação. Deve-se considerar que as tecnologias produzem modificações na economia e nos regimes de escrita e leitura, lembrando que a oposição escrita X tela é relevante, ao proporcionar um registro das próprias práticas, do tratamento das informações e produções escritas. Entretanto, essa contribuição/reelaboração só é possível a partir de formulários e plataformas elaborados por outros e cada vez mais padronizados, “arquitextos de software”, uma “escrita da escrita” que industrializa a capacidade das formas escritas em moldar práticas, “mas tal expressão coletiva é cada vez mais formatada por ferramentas que apoiam certas formas de mediação em detrimento de outras, tendo consequências na economia simbólica, não somente de tal prática individual, mas da cultura como um todo.” (JEANNERET, 2019, p. 33)

Nesse sentido, os artistas e produtores dos projetos são reféns dos algoritmos, que refletem quem é mais visto e quem possui mais chances de ser “visualizado” – e os indivíduos, por sua vez, são fortemente encorajados e direcionados a ver o que “todo mundo” está vendo. Este aspecto se acentua quando se associam os projetos às redes sociais para sua divulgação. Nesse ponto, o efeito de “bolha de filtros” passa a influenciar o alcance da divulgação dos projetos. Essa tendência ao encapsulamento seria até de se esperar, em culturas de nicho como o fandom, mas agora isso é acentuado e encorajado pelas próprias empresas que gerem essas redes sociais, como, por exemplo, a política de pagamento para impulsionar postagens, promovida pelo *Facebook*. Ainda que a ideologia propagandeada seja a de que “o público escolhe o que quer”, a ação dos algoritmos trabalha, em realidade, no sentido de

que o público escolha aquilo que lhe é apresentado. Além disso, as conversas e conexões propiciadas pela internet tendem a ser muito mais delimitadas por “comunidades” cultural e geograficamente delimitadas, raramente se revelando globais. A expressão “comunidade” (*community*) não está necessariamente vinculada a um território específico, podendo remeter ao mesmo tempo a um grupo étnico, uma minoria sexual, uma religião ou a um bairro: “às vezes, esse ‘território’ assume uma forma linguística ou cultural; reflete então uma comunidade unida por interesses, afinidades ou gostos” (MARTEL, 2015, p. 417). Embora o tráfego de informações seja potencialmente global, possibilitado por ferramentas e aplicativos predominantemente de origem estadunidense, as conexões são majoritariamente locais, apoiada em fatores como a produção de conteúdo nas línguas locais e nacionais, assim como o surgimento de aplicativos e serviços voltados para as especificidades culturais de cada comunidade.

Ainda na perspectiva de um questionamento paradigmático a partir da cultura dos algoritmos, destacam-se as formulações de Yuk Hui (2020) acerca da concepção de “tecnodiversidade”. Hui propõe ir além da crítica do eurocentrismo e do colonialismo do poder, afirmando que as perspectivas ontológicas e epistemológicas que são alvo dessas críticas estão materializadas, embutidas nas tecnologias – nas arquiteturas de bancos de dados e de algoritmos, nas definições de usuários e nos modos de acesso. Ao investir em máquinas, ao gerar avanços tecnológicos intermitentemente, o sistema capitalista se atualiza gerando fontes de lucro na invenção de novos dispositivos. Desse modo, a produção das mesmas tecnologias em diversos países, com atributos levemente diferentes, sob marcas distintas, não possui relação nenhuma com a concepção de tecnodiversidade, pois, “na verdade, ela se refere a uma multiplicidade de *cosmotécnicas* que difiram uma das outras em seus valores, epistemologias e formas de existência” (HUI, 2020, p. 201). Assim, propõe recontextualizar a tecnologia moderna, a partir de diálogos transversais entre diferentes culturas, buscando criar uma solidariedade que inclua e respeite os pontos de vista da alteridade e de respeito à Natureza.

Essas questões já vinham sendo fermentadas pelo feminismo, pela ecologia e pelos debates identitários e étnicos, na sua contestação dos modelos social, cultural, político e econômico vigentes. As consequências trazidas pela pandemia do Covid19 potencializaram ainda mais esses questionamentos. Estamos vislumbrando, talvez, uma janela de oportunidade para a emergência de novas maneiras de pensar e conceber estruturas, capazes de conduzir a “epistemes” distintas dos modelos atuais. Não se trata de uma visão ingênua, pois Hui se questiona sobre a possibilidade de um diálogo transversal desse tipo, na medida em que o mundo inteiro foi sincronizado e transformado pela força incomensurável das mudanças

tecnológicas. Para ele, as culturas não europeias podem aprender com a modernidade e, ao mesmo tempo, desenvolver uma visão crítica a partir de seus pontos de vista. Uma crítica que pode visar estrategicamente a visão ocidental de tecnologia enquanto mecanismo capitalista voltado ao aumento da mais-valia e força exclusivamente produtiva, muitas vezes obliterando a visão de seu potencial descolonizador, apontando para a necessidade do desenvolvimento e da manutenção da tecnodiversidade.

#### **4 Considerações finais: em torno de estratégias e táticas da resistência informacional**

Em suas reflexões acerca da cultura de massa na primeira metade dos anos 60, Edgar Morin apontava um aspecto que lhe parecia crucial para o seu entendimento: uma dinâmica interna que compartilhava simultaneamente elementos ambivalentes de reprodução e de inovação (MORIN, 1978). Mais de cinco décadas depois, os conceitos contemporâneos de “cultura da convergência” e de “cultura dos algoritmos” atualizam o paradoxo entrevisto por Morin. Se, por um lado, as facilidades proporcionadas pelas tecnologias digitais e pelas redes sociotécnicas incentivam a produção colaborativa, a criatividade e a circulação de conteúdos diversificados, por outro lado a lógica de filtragem dos algoritmos que tem prevalecido até o momento favorece a circulação de conteúdos já conhecidos, a manutenção de valores do *status quo* e a apropriação das novas criações pelo capital. A partir da perspectiva de Martel podemos retomar algumas considerações de Jenkins, refletindo acerca da reprodução de alguns fenômenos que ele descreveu no âmbito estadunidense, só que em contextos culturais distintos, observando assim manifestações culturais híbridas, que oscilam da tentativa de reprodução mais fiel ao original, passando pela mera tradução para o idioma local, chegando a releituras mais livres ou transgressivas, incorporando traços culturais distintos. Trata-se de um cenário que embaralha as perspectivas acerca da adesão ou da resistência cultural, ao entrelaçar de forma cada vez mais complexa os papéis desempenhados pelos diversos atores: “estamos passando da celebração do crescimento de oportunidades de participação para uma perspectiva ponderada pela atenção aos obstáculos que impedem muitas pessoas de exercer uma participação significativa” (JENKINS, GREEN; FORD, 2014, p. 65).

Em relação à participação efetiva dos atores, vale lembrar as reflexões desenvolvidas por alguns autores acerca da apropriação de bens compartilhados, que não são nem privados nem estatais, denominados de “comuns” (*commons*), que realçam os processos inovadores de gestão dos recursos, dando sentido às formas de resistência ao seu processo de privatização e monetarização (DARDOT; LARVAL, 2017; HARVEY, 2014). O paradoxo existente numa definição exclusivamente eco-

nômica e tecnicista da ideia de inovação é claramente apontado, inclusive porque diversos dos valores que presidem as concepções e formas de gestão dos “comuns” ancoram-se na memória, na tradição – e, ainda assim, “inovadores” em relação aos padrões monetizadores vigentes no capitalismo. Embora seja difícil reduzir a noção de “comum” a uma única definição, ela sempre pressupõe uma construção comunicativa e coletiva, uma circulação de informações e saberes (SAVAZONI, 2018).

O comum ganha concretude e visibilidade em diversas experiências que reúnem compartilhamento, colaboração, organização emancipatória e autônoma. Evgeny Morozov e Francesca Bria (2019) apontam diversos exemplos de utilização da tecnologia na construção de “comuns digitais” que se sustentam em práticas colaborativas e de governança coletiva dos dados em diversas cidades. Para os autores, as cidades devem ir além do paradigma das “cidades inteligentes”, construindo políticas públicas que se contraponham ao monopólio da propriedade intelectual e revertam a apropriação privada dos valores produzidos coletivamente por plataformas digitais. (MOROZOV; BRIA, 2019). Entre os exemplos citados estão iniciativas como “Barcelona em Comum”, que criou um Comitê de Inovação Digital da Prefeitura, cujo objetivo é gerar um novo olhar sobre a cidade a partir das propostas dos cidadãos. A principal aposta está na abordagem de “dados da cidade abertos” (*city data commons*), que busca coletar essas informações, garantindo a soberania e a privacidade de seu uso. Exemplos similares também mencionados são o *MyData*, de Helsinque; o *DataCités*, de Paris; o *Health Knowledge Commons* iniciado pela fundação britânica NESTA que reúne dados sobre doenças, diagnósticos e tratamentos visando facilitar o acesso a essas informações; os programas CAPS da Comissão Europeia, voltados para plataformas colaborativas e abertas destinadas à condução de projetos desenvolvidos pelos cidadãos e que possuam alto impacto social. A aposta reside na implantação contínua dessas experiências-piloto experimentais e de pequena escala como casos exemplares que podem inspirar e potencializar mudanças mais amplas. Não se trata de romantizar a apropriação da tecnologia, mas de apontar como sua presença torna as dinâmicas sociais mais complexas e amplia as alternativas e estratégias dos atores envolvidos.

Por outro lado, é importante não esquecer que a discussão política estratégica se relaciona à concepção de tecnologia na maneira pela qual ela é manipulada hoje pelo setor extrativista de dados. Não se trata de uma mera crítica da tecnologia em si, mas da constatação de que a adoção ingênua das concepções de *Big Data* e da cultura dos algoritmos associada contribui para uma retomada de concepções monolíticas e de perspectivas positivistas acerca do conhecimento. Este é um obstáculo imenso às propostas de uma cultura efetivamente colaborativa, gerando assimetrias que restringem os espaços de expressão e criatividade. Recuperar a di-

menção do humano, do social, reforçar a necessidade do dialogismo, do debate público, de um conjunto de práticas verdadeiramente políticas em contraposição à imposição das visões tecnocráticas torna-se cada vez mais necessário. A internet, nesse sentido, e apesar de todos os filtros tecnológicos e ideológicos, configura-se simultaneamente como a arena e o objeto de disputa mais visível da guerra cultural contemporânea. Compreendê-la melhor implica em refinar conceitos e percepções, e nessa tarefa o esforço reflexivo de Yves Jeanneret permanece como uma importante referência.

### Referências

ALMEIDA, M. A. Práticas Infocomunicacionais e Mediações na Cultura da Convergência. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**. São Paulo: Ed. SESC, v. 07, p. 228-242, 2018.

BEZERRA, A. C.; ALMEIDA, M. A. Rage against the machine learning: a critical approach to the algorithmic mediation of information. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília: UNESP, v. 14, p. 06-23, 2020.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum** – ensaio sobre a revolução no século XX. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVALLON, Jean. A mediação: a comunicação em processo? **Revista Prisma. Com**, n. 4, p. 03-36, 2007.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HUI, Yuk. **Tecnodiversidade**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

JEANNERET, Yves. A relação entre mediação e uso no campo de pesquisa em informação e comunicação na França. **RECIIS – R. Eletr. De Com. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p.25-34, set. 2009.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

JENKINS, H.; GREEN, J.; FORD, S. **Cultura da conexão**. São Paulo: Aleph, 2014.

MARTEL, Frédéric. **Smart**: o que você não sabe sobre a internet. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

MORIN, Edgar. **Cultura de massa no século XX**, v. 1: Neurose. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MOROZOV, Evgeny; BRIA, Francesca. **A cidade inteligente** – Tecnologias urbanas e democracia. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

PARISER, Eli. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

SAVAZONI, Rodrigo. **O comum entre nós**: da cultura digital à democracia do século XXI. São Paulo: Ed. SESC, 2018.



# 50

## Realização

---



## Cooperação

---



Cooperação  
Representação  
no Brasil



## Financiamento

---

---

ESTA OBRA É PARTE DA COLEÇÃO PPGCI 50 ANOS E FOI COMPOSTA EM MINION PELO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL DA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO DA UFRJ EM SETEMBRO DE 2021.



Este livro reúne nove trabalhos de pesquisadores brasileiros e franceses apresentados durante a V Jornada Científica Internacional da Rede Mussi com base em pesquisas ou que retrabalham os pontos de interesse de Yves Jeanneret. De acordo com o princípio de uma coletânea oferecida a uma personalidade e dedicados à sua memória, os amigos e autores convidados a participar desta obra expressam seus encontros humanos e científicos com Yves Jeanneret, destacam suas contribuições, as aberturas para trabalhos futuros e para a sua maneira de produzir as pesquisas.

EM COOPERAÇÃO



United Nations  
Educational, Scientific and  
Cultural Organization